



André Furtado
Giselle Martins Venancio
Valério Rosa de Negreiros
(organizadores)

SOB O SIGNO DA DIVERSIDADE

o protagonismo
latino-americano nos
debates da UNESCO

 **CNPq**

cancioneiro

SOB O SIGNO DA DIVERSIDADE

ANDRÉ FURTADO

GISELLE MARTINS VENANCIO

VALÉRIO ROSA DE NEGREIROS

(ORGANIZADORES)

**Sob o signo da diversidade: o protagonismo
latino-americano nos debates da Unesco**

cancioneiro

Copyright © 2026 by André Furtado, Giselle Martins Venancio, Valério Rosa de Negreiros (org.)

Todos os direitos reservados.

Editoração, projeto gráfico e diagramação

Ronyere Ferreira

Capa

Alexandre Mesquita

CANCIONEIRO

Editores

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

Ronyere Ferreira

Conselho editorial

Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)

Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)

Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Talyta Marjorie Lira Sousa (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sob o signo da diversidade: o protagonismo latino-americano nos debates da Unesco / André Furtado, Giselle Martins Venancio, Valério Rosa de Negreiros (org.). – Teresina: Cancioneiro, 2026.
270 p.

ISBN: 978-65-5330-073-6

1. História Geral 2. História Continental 3. Brasil – História 4. Política 5. Economia
6. América Latina 7. Ciências Sociais 8. Educação 9. Cultura 10. Literatura Brasileira
– História e Crítica I. Título

CDD: 909

Ficha catalográfica elaborada por Larissa Andrade, CRB 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO

Teresina - Piauí

www.editoracancioneiro.com.br

contato@editoracancioneiro.com.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
POLO DO CAMPUS XINGUARA

Conselho Científico (2024-2026)

PROFA. DRA. HEVELLY ACRUCHE
(Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Brasil)

PROFA. DRA. JULIANA VASCO ACOSTA
(Universidad de Antioquia – UdA, Colômbia)

PROFA. DRA. MARÍA FERNANDA GALINDO
(Université du Québec à Montréal - UQÀM, Canadá)

PROFA. DRA. NATÁLIA DE SANTANNA GUERELLUS
(Université Jean Moulin – LYON 3, França)

Faculdade de História – FHT / Unifesspa
Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias – Cethas / Unifesspa

Estudos Críticos, Teóricos e Historiográficos sobre as Américas – Escriithas /
Universidade Federal Fluminense – UFF

Núcleo de Pesquisa e Ensino de História – Nupeh /
Universidade Estadual do Piauí – Uespi

Realização



Coordenação



Parceria Interinstitucional



Apoio



Financiamento



Dedicamos esta coletânea a todos os intelectuais latino-americanos que, no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), empenharam-se na valorização das culturas de suas sociedades, partilhando experiências políticas e sociais do continente em prol, utópicas ou não, da pacificação global

Sumário

Apresentação.....	15
<i>Os organizadores</i>	

Prefácio.....	21
<i>Nuno Medeiros</i>	

PARTE I - INSTITUCIONALIZAÇÕES

1. Translatinoamericanidades: limites e potencialidades de uma história comum das Américas e o poder global de seus intelectuais antes e depois de 1945..... 27
Giselle Venancio
2. Interdependências: os discursos sobre desenvolvimento para a América Latina nas organizações internacionais da primeira metade do século XX..... 49
Juliana Assis Nascimento

PARTE II - DESLOCAMENTOS

3. Multilateralismo: a cooperação interagências transnacionais para a *assimilação cultural* de imigrantes na Latino-América das décadas de 1940-1950..... 73
Valério Rosa de Negreiros

4. Paradoxal: as propostas dos Estados-Membros e a força da América Latina nas Conferências de Integração Cultural de Imigração em 1955 e 1956..... 89
Cristina Ferreira

PARTE III - RACIALISMOS

5. Eugenismos: a questão racial, as teorias evolucionistas, o *darwinismo social* e uma eugenia latina nos organismos internacionais pós-Segunda Guerra?..... 103
Lorena Ribeiro Zem El-Dine
6. Lusotropicalismos: a circulação das ideias freyreanas e a mestiçagem no cenário das Ciências Sociais contemporâneas..... 123
Gustavo de Andrade Durão
7. Tensões: a (oni)presença de Gilberto Freyre na revista *Le Courier* (1952), entre inquietudes intelectuais e demonstrações políticas..... 143
Felipe Cazetta

PARTE IV - SOBERANIAS

8. Ambiguidades: o conceito de democracia e suas implicações nas disputas políticas do pós-Segunda Guerra (1948-1951).... 161
Marco Antônio Machado Lima Pereira
9. Fronteiras: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) e as inserções do Brasil e do Peru em combates científico-políticos pela região..... 181
Anna Carolina de Abreu Coelho

PARTE V - FICÇÕES

10.	Pluralidades: considerações sobre a <i>Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caribes et Africaine du XX siècle (ALLCA)</i>	203
	<i>Lucas Cheibub</i>	
11.	Traduções: os embates pela definição de <i>clássico</i> , a série <i>Ibéro-Américaine</i> e o ingresso de <i>Quincas Borba</i> em Paris sob a ótica de Roger Bastide.....	219
	<i>André Furtado</i>	
	Referências.....	231
	Índice remissivo.....	261
	Sobre os autores / organizadores.....	265

Agradecemos a todos os participantes desta coletânea e, em especial, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro para a publicação deste livro, por intermédio do Edital Universal, concedido ao grupo de pesquisa intitulado Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias (Cethas), da Faculdade de História (FHT) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Apresentação

Esta coletânea, *Sob o signo da diversidade: o protagonismo latino-americano nos debates da Unesco*, é homônima ao projeto que lhe deu origem, financiado através da chamada pública número 18, de 2021, do Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), aos quais agradecemos pelos fomentos recebidos durante quatro anos.

O livro analisa alguns dos resultados da inserção internacional de representantes da América Latina em debates promovidos nos decênios iniciais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, cuja primeira Conferência Geral ocorreu na Université Panthéon-Sorbonne, em Paris, no ano de 1946. Tal organismo visava fomentar a livre circulação de ideias para estabelecer amplos diálogos entre seus Estados-Membros, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conflito que atingira em cheio a Europa, levando seus agentes e instituições a depositarem as esperanças planetárias de uma paz duradoura nas experiências do hemisfério Austral. Foi a partir desta percepção que lideranças latino-americanas conquistaram poderes decisórios nos encontros anuais do órgão, pois entendia-se que as formações histórico-sociológicas de seus países eram marcadas pela harmonia na fusão de raças e civilizações, tornando-os orientadores, por excelência, da mútua compreensão entre os povos.

Com efeito, na medida em que as agendas da Unesco avançavam, parte das avaliações sobre essas realidades sociais se revelavam ilusórias, sendo um dos casos eloquentes o chamado mito da *democracia racial*, atribuído ao livro *Casa-grande & senzala* (1933), de autoria de Gilberto

Freyre, embora outras questões reafirmassem as posições de destaque e vanguarda latino-americana justamente por serem temas que estimulavam, há décadas, as inquietações intelectuais, políticas e diplomáticas de suas nações.

Neste sentido, apesar das pautas sobre raça serem mais conhecidas – e também retomamos elas em outras chaves analíticas –, pouco se sabe acerca do peso das contribuições da Latino-América em áreas como literatura, folclore, meio ambiente, patrimônio, formas de governo e imigração, sendo esta, portanto, a razão de ser da pesquisa coletiva em apreço. Por isso que nossa estratégia teórico-metodológica visou avaliar esses vários temas junto aos *Archives* e à *Bibliothèque* da Unesco para difundir novas abordagens sobre o papel das representações latino-americanas na agência em tela.

As pesquisas foram coordenadas pelo Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias (Cethas), da Faculdade de História (FHT) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), instituição proponente, por sua vez associada ao laboratório de Estudos Críticos, Teóricos e Historiográficos sobre as Américas (Escrithas), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e ao Núcleo de Pesquisa e Ensino em História (Nupeh), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), liderados, respectivamente, pelos organizados que aqui se expressam.

Entre os membros originais do projeto, constavam: Anna Carolina de Abreu Coelho, da Universidade Federal do Pará (UFPA); Cristina Ferreira, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); Felipe Azevedo Cazetta, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Gustavo de Andrade Durão, da referida UESPI; Márcia Regina Romeiro Chuva, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Marco Antônio Machado Lima Pereira, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e Nuno Miguel Ribeiro de Medeiros, da Universidade de Lisboa (ULisboa), que, antes de assinar o prefácio desta coletânea – pelo qual agradecemos –, muito contribuiu ao receber a coordenação do projeto em Portugal para missões científicas, palestras e demais atividades acadêmicas ligadas à proposta.

Praticamente a íntegra destes pesquisadores se encontram no presente livro cujo projeto, ao longo dos anos, foi incorporando novos quadros,

entre os quais destacamos as colegas Juliana Assis Nascimento, Loreнна Ribeiro Zem El-Dine, pós-doutorandas na UFF, e Lucas Cheibub, doutor pela mesma instituição que, igualmente, compõem os estudos reunidos nesta publicação. Não podemos deixar de mencionar ainda que ela é fruto de reflexões internas, feitas em reuniões da equipe, mas também externas, aberta ao público, como foi o caso do Seminário Internacional *O protagonismo das Américas: circulação de ideias, bens e indivíduos (séculos XVI-XX)*. O evento promoveu reflexões a partir de diversos ângulos, proporcionando um ambiente de trocas científicas de excelência ao congregar especialistas em variadas abordagens e temporalidades, pois somou esforços com membros de outro projeto Universal em parceria, a saber, *Circuitos Transoceânicos: o lugar das Américas no trânsito de ideias, bens e indivíduos, da Primeira Modernidade às Independências*, coordenado por Bruno Silva, da Unifesspa, líder do Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (GEPAm).

O apoio, suporte e organização do Escrituras para a realização deste evento, entre os dias 23 e 25 de outubro de 2023, é também digno de nota, com menção especial e agradecimento a Mariana Tavares, da UFF, onde o encontro ocorreu. Até porque, através dela, o Seminário foi contemplado com financiamento do Programa de Apoio a Eventos no País (Paep), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), viabilizando a presença de quase todos os pesquisadores já citados e ainda de Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), Maria Clara Sales Carneiro Sampaio (Unifesspa), Hevelly Ferreira Acruche (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF), Maria Emília Granduque José (Universidade Estadual Paulista – UNESP), Luís Guilherme Assis Kalil (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ) e Raimundo Moreira das Neves Neto (Instituto Federal do Pará – IFPA), que se juntaram aos demais colegas da casa receptora, a UFF, como foram os casos de Marco Antonio Serafim de Carvalho, María Verónica Secreto, Norberto Ferreras, Ronald Raminelli, Larissa Viana, Renato Franco, Viviana Gelado e Daniel Aarão Reis Filho. Já o Comitê Científico formou-se, entre outras pesquisadoras, por Carmen Bernand (Université de Nanterre – Paris X), Juliana Vasco Acosta (Universidad de Antioquia – UdA) e Natália Guerellus (Université Jean Moulin – Lyon 3), a quem agradecemos pelas pala-

vras da quarta capa. Somado aos financiamentos do CNPq, pelo Edital Universal, e da CAPES, via Paep, o evento contou ainda com suportes da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), recebido no âmbito das atividades da Cátedra Unesco / UFF sobre Desigualdades Globais, coordenada por Giselle Venancio.

Junto desses professores, contamos com diversos discentes, cujos nomes seríamos incapazes de listar, de modo que convém ficar apenas com aqueles ligados direta ou indiretamente ao projeto entre 2021 e 2025, a começar pelos bolsistas de Iniciação Científica (IC) oficiais da equipe: Mateus Freitas (UFF), Lara Mingotti (FURB), Julia Limberger (FURB) e Gabriel Lopes (Unimontes), bem como: Gabrielly Sousa, Jesiane Cunha, Aline Mesquita, Mateus Silva, Alice Ferreira, Ádria Luz e Ednaldo Vieira, todos da Unifesspa, financiados ou pelo CNPq ou pela Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa). Afora eles, contamos com mestrandos e doutorandos que concluíram trabalhos em temas da proposta, além dos voluntários Ana Clara Cavalcanti (UFF), Felipe Wanzeler (Universidade da Amazônia – UNAMA), Gabriel Gomes (UNIRIO), Paulo Roberto (UNIRIO) e Rafaela Steyer (FURB). A todos os pesquisadores e estudantes até aqui citados sublinhamos o nosso reconhecimento de suas importâncias no desenvolvimento do projeto que resultou neste livro e, portanto, o nosso agradecimento, extensivo ao conjunto das Instituições de Ensino Superior (IES) e setores aqui listados, com ênfase nos da Unifesspa, que ancorou a investigação, tais como: a Assessoria de Comunicação (Ascom), pela divulgação das atividades; e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Propit) pelo suporte irrestrito. O mesmo agradecimento cabe a Everton Barbosa (Université Sorbonne Paris Nord - USPN), pela orelha deste livro.

Diante desse volumoso conjunto de especialistas, apoios e instâncias acadêmicas, o resultado não poderia ser mais exitoso. Afinal de contas, as pesquisas da presente coletânea descortinam uma América Latina que manteve posição central para conduzir trabalhos nos campos literário, folclórico, ambiental, patrimonial, governamental, imigratório etc. na cena da Guerra Fria e cujos impactos marcaram as políticas de Estado de todos os continentes. As vozes latino-americanas dominaram essas negociações nos primeiros anos em prol da mútua compreensão entre

os povos e consequente pacificação global. Os resultados, bem ou mal-sucedidos desta ambição que marcou o pós-Segunda Guerra, podem ser comprovados a cada capítulo. Esperamos que apreciem e boa leitura!

André Furtado

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Giselle Matins Venancio

Universidade Federal Fluminense &

Valério Rosa de Negreiros

Universidade Estadual do Piauí

Prefácio

Obra coletiva, assente em pesquisa rigorosa, reflexão conjunta e convergência problematizadora, *Sob o signo da diversidade: o protagonismo latino-americano nos debates da Unesco* transporta quem o adentrar para a rugosidade de um processo de transformação na arena diplomático-institucional da cultura que despontou essencialmente no pós-guerra e que outorgou visibilidade e relevância política, literária e histórica ao grande espaço da América Latina (ele próprio amplamente heterogêneo) no quadro das novas lideranças internacionais então nascentes. O horizonte de promessa de uma paz mundial susceptível de perdurar na sequência da mais destrutiva conflagração bélica (e, em vários sentidos, ética e moral) da história forjou o aparecimento de um cortejo de organizações fundado na ideia de multilateralismo, que rapidamente produziram um manancial de projetos e de discussões em que se ancoraram iniciativas firmadas em chaves de reconstrução ardentemente procuradas. Interconhecimento, aproximação, reconhecimento, até harmonia, eram algumas das senhas de atuação de novos atores formais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), nascida na capital francesa no ano imediatamente seguinte ao do fim da Segunda Guerra Mundial.

A América de expressão portuguesa e espanhola metamorfoseou-se como eixo referencial de um périplo conducente à pacificação, uma paz não efêmera e assente em alicerces vistos como robustos e possuindo como base afinidades múltiplas, entretecidas num todo coerente e caldeadas na mistura de pessoas de proveniência e compleição cultural, étnica e mesmo fenotípica diversas. Assim era pensado o gérmen histórico-social das comunidades de uma série de países e regiões nos corredores e gabinetes de muitos decisores movidos por uma política internacional

de regeneração – e este é o mais saliente ponto de partida teórico-analítico dos textos aqui reunidos. As comunidades configuradas por esta força estruturadora e aglutinadora somavam, deste modo, aos olhos de organismos como a Unesco, como um modelo, um caso passível de ser tomado como exemplo. Para isto, não deixou de contribuir um aumento no seio desta e de outras organizações do número de membros provenientes de países latino-americanos, partícipes internos no engendramento de novos equilíbrios nos debates e na representação política, econômica, social e cultural promovida pelas novas instituições, num fluxo iniciado ainda no quadro da malograda Liga das Nações (LdN).

A investigação reunida nas páginas cuja leitura aqui vigorosamente se recomenda, numa publicação judiciosamente organizada por André Furtado, Giselle Martins Venancio e Valério Rosa de Negreiros, demonstra a mistificação, de índole diversa, em que se escorou a mundividência de um continente putativamente gerado numa convivência capaz de produzir uma identidade sincrética, misturada e, por isso, intercultural. Desta lógica decorreram, evidentemente, propostas e vias de materialização assentes numa matriz paradoxal, ilustrada pela defesa de programas de incentivo a projetos de integração cultural e científica estribados no propósito de transformar a imigração num fator de unidade continental, mesmo que eivado de contradições entre ideais de integração e práticas políticas de exclusão, espelhando tensões entre nacionalismo e multilateralismo. A reconfiguração de sentido político-cultural – e inexoravelmente ideológico – inerente ao desejo de encontrar particularismos latino-americanos também radicou em transfigurações de significado de certas ideias. Será o caso da edificação de uma espécie de “eugenia latina”, cujo atributo específico, tomado como aspecto positivo (e não necessariamente verificado na estrutura de relações sociais na moldura de países de língua espanhola e no Brasil, pelo contrário), é o de assentar na noção de miscigenação por oposição às doutrinas de pureza racial.

Ainda neste plano, o caso mais impressionante e inevitável, até pelas ramificações internacionais que conheceu, tratado neste livro, prende-se provavelmente à circulação internacional das ideias de Gilberto Freyre, com destaque para o lusotropicalismo e a sua exaltação da mestiçagem como traço benévolo das sociedades coloniais criadas no contexto do Império Português. Inscritas num diálogo que saiu da esfera doméstica

brasileira e se estendeu rapidamente ao que, por economia de discurso, se denominaria campo internacional das Ciências Sociais, o ideário freyriano circulou numa conjuntura de disputa política e intelectual. Foi este o pano de fundo em que se originaram tanto apropriações de valorização (frequentemente seletiva) quanto posicionamentos críticos (e até de denúncia), de índole acadêmica e governamental (com o pressuposto da ideia de democracia racial a servir os interesses retóricos e legitimistas da política colonial portuguesa), processo que encapsulou as antinomias entre o pensamento culturalista do autor de *Casa-grande & senzala* e as exigências políticas do pós-guerra, sobretudo nos anos 1950 e 1960.

Mas os onze capítulos (de outros tantos autores) que o livro oferece também desvelam que os processos em que se envolveram instituições nacionais (dos países latino-americanos) e internacionais, bem como figuras individuais e grupos de pensadores, cientistas, acadêmicos, governantes, técnicos e diplomatas espoletaram uma dinâmica de debate e uma pauta diversificada e polimórfica (e de donde a contradição nunca esteve ausente), cujos tópicos se alcandoraram às preocupações de um multilateralismo subsequente ao conflito mundial. Multilateralismo esse caracterizado por uma abertura a novos temas a entrar na ementa dos interesses das agendas e pela multiplicação da sua origem geopolítica. E este cenário é também produto do labor e das trocas reticulares de intelectuais e diplomatas dos países da América Latina, que projetaram para os espaços de circulação internacional as inquietações e as discussões de natureza cultural, política e econômica germinadas nos seus espaços nacionais e transnacionais, consentindo visões partilhadas da história continental (como nos vem recordar o sugestivo conceito de *translatinoamericanidades*). E os textos aqui agrupados dão justamente conta desses resultados, de que é exemplo a emergência e consolidação de conceituações (também de base científica), como a de subdesenvolvimento, erigidas em categorias políticas, mas também de modelos de soberania democrática fundada nas dimensões políticas, mas igualmente nas culturais, de gênese latino-americana.

Um dos universos onde talvez esta riqueza feita de ângulos, arestas e camadas se perceba com maior impressividade é o do livro. Com efeito, se a palavra publicada se revelou ostensivamente como instrumento de prescrição isso é largamente discernível num conjunto de iniciativas edi-

toriais e de preservação e divulgação literária, concebidas como forma de ampliação do reconhecimento da diversidade cultural latino-americana (e, não é demais sublinhá-lo, caribenha) e da articulação (quantas vezes impossível) entre especificidade, autenticidade e universalidade, em que estratégias como a tradução são fundamentais no esforço de internacionalização das tradições e dos temários ibero-americanos. Esforço não imune às lutas em torno da definição da galeria canônica da literatura de todo um continente e da representatividade nacional e regional dos títulos a escolher.

Olhar para protagonismo latino-americano nos debates da Unesco é justamente perceber que, sob o signo da diversidade, aspiração e consecução andaram de mãos dadas, com toda a sua rica galáxia de incongruências, complexidades e ambiguidades, suscitando a necessidade de densificar a análise de uma realidade poliédrica e granular, espessa e texturada. Este será, provavelmente, o convite mais instigante e provocador deste livro, renovado a cada capítulo.

Nuno Medeiros
Universidade de Lisboa

PARTE I
INSTITUCIONALIZAÇÕES

1. Translatinoamericanidades: limites e potencialidades de uma história comum das Américas e o poder global de seus intelectuais antes e depois de 1945¹

Giselle Venancio

Transamericano. *adj.* que atravessa a América²

Translatinoamericanidades, neologismo derivado da palavra dicionarizada transamericano, significa, na acepção adotada neste texto, o que atravessa a América Latina. A palavra substantiva o adjetivo transamericano, pelo estabelecimento de uma configuração territorial precisa e pela inclusão do sufixo nominal “dade”, que define a condição de “qualidade, propriedade, estado ou modo de ser”.³ Ademais, pelo emprego do plural, indica múltiplas ocorrências. Translatinoamericanidades é, portanto, o que se pretende investigar neste capítulo, sobre os modos de inserção dos latino-americanos nos debates da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), especialmente, em seus momentos fundacionais.⁴ São muitos os aspectos que podem

1. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) que, por meio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa e do Programa Cientista do Nosso Estado, vêm financiando as minhas investigações nos últimos anos. Nesta oportunidade, um agradecimento especial vai para o CNPq que financiou o projeto contemplado no edital Universal, intitulado *Sob o signo da diversidade: o protagonismo latino-americano nos debates da Unesco*, cuja investigação resultou neste artigo.

2. DICIO. Dicionário online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

3. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*: de acordo com a nova ortografia. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2017, p. 110.

4. Segundo Anabella Abarzúa Cutroni, o protagonismo latino-americano no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entre 1945

ser destacados em relação ao lugar ocupado pelos latino-americanos nos primórdios desta instituição. Este texto tratará de apenas um deles: o protagonismo desempenhado pelos intelectuais dessa porção do globo em disputas e alianças, nas discussões em torno da elaboração da coleção *História Científica e Cultural da Humanidade*.

Fundada imediatamente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Unesco teve como meta construir um sistema permanente de amplo diálogo e difusão de ideias entre as nações do mundo. Inserida no contexto da contenda sobre o estabelecimento da paz, a instituição se baseia na ideia de que a compreensão mútua entre países deve ser desenvolvida pela cooperação nos domínios da Educação, da Ciência e da Cultura, trabalhando para promover a universalização das tradições e a partilha equânime dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

O projeto não era, contudo, naquele momento, totalmente inédito. Parte dele, inclusive, encontrava inspiração em debates ocorridos antes mesmo da Segunda Guerra, no período em que, no rescaldo da Primeira Grande Guerra (1914-1918), intelectuais se haviam organizado para elaborar um projeto de paz que se construiria sobre os alicerces da cooperação intelectual. A Liga das Nações (LdN ou Sociedade das Nações – SdN), fundada em 1919, empenhou-se por fixar as bases para a paz mundial, incluindo as questões relacionadas à colaboração entre intelectuais, que começaram a se fazer presentes. Embora não constasse nas primeiras propostas em circulação na LdN, em 1921, o Secretariado propôs a criação de um Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (ICIC), que se estabeleceria em 1922, e que, posteriormente, seria auxiliado pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), com sede em Paris, fundado em 1926.

Entretanto – e este argumento é importante para o que se pretende desenvolver –, tal instituto não se limitava às fronteiras da Europa.

e 1984, se organiza em períodos distintos: o primeiro, 1945 e 1953, corresponde ao momento em que assentou as bases de seu poder simbólico, por meio das atividades desenvolvidas por seus diplomatas; o segundo, entre 1954 e 1972, quando tais países, por meio de uma estreita colaboração, centraram-se no planejamento e execução do Programa da Unesco; e uma terceira etapa, entre os anos de 1973 e 1984, que marcou o declínio da participação dos latino-americanos nos projetos da instituição, quando esta se orientou, prioritariamente, para a África. Cf. CUTRONI, Anabella Abarzúa. Los intersticios de poder de América Latina en la Unesco (1945-1984). *Horizontes Sociológicos*, Buenos Aires, Ano 4, n. 8, p. 34-53, jul./dic. 2016, p. 36.

Em maio de 1927, uma reunião em Paris estabeleceu um acordo para a criação de Comissões Nacionais, que serviriam como um contato entre o Instituto e as organizações científicas e culturais de cada país. Imediatamente, os países latino-americanos se engajaram no projeto, com o objetivo de participar das propostas promovidas pelo ICIC e o IICI, ao longo dos anos 1930 e 1940.

Assim, no ano imediatamente seguinte à reunião em Paris, foi criado, com sede no México, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), órgão estabelecido com os objetivos de estimular a cooperação entre os institutos geográficos e históricos da América e de realizar estudos no sentido de formar um grande arquivo de planos e documentos históricos no continente. O protagonismo dos países latino-americanos, especialmente os Ibero-americanos, evidenciou-se também no âmbito dos mais significativos projetos empreendidos pelo IICI e a ação e organização dos intelectuais latino-americanos ganharam destacado espaço.

Desse modo, este capítulo se divide em três partes. A primeira tratará da constituição do aparato institucional e debates que antecederam à fundação da Unesco e que precipitaram a formação de um amálgama translatinoamericano. Nesta parte, o foco recairá sobre as chamadas *Entretiens*: eventos, diálogos, conversações de caráter cultural, organizados pela seção de Letras Internacionais do ICII e as Comissões Nacionais da LdN. A segunda parte do capítulo analisará, brevemente, a ação de alguns intelectuais latino-americanos no processo de consolidação de translatinoamericanidades em curso nos anos 40, principalmente por meio da estabilização da ideia de elaboração de uma história comum do continente. Por último, reduzir-se-á o foco com vistas a compreender como Paulo Berredo Carneiro e Jaime Torres Bodet, dois indivíduos que viveram o mesmo período da história da Unesco, ocuparam papéis de destaque na instituição. O primeiro, brasileiro, supervisionou a publicação da *História Científica e Cultural da Humanidade*, uma das mais importantes iniciativas editoriais da instituição; o segundo, mexicano, presidiu a Unesco.

Ponto de partida: as Entretiens e as Comissões da Liga das Nações

Nas *Entretiens*, um seletto grupo de representantes qualificados da vida intelectual de diferentes nações, de ideologias e orientações divergentes, trocavam ideias sobre um assunto previamente fixado: o assunto escolhido deveria ser universalmente atual e responder às preocupações do nosso tempo; isto é: uma meditação ruidosa, um debate desinteressado, em que todos falavam livremente, davam asas à sua fantasia e exprimiam as suas ilusões, as suas dúvidas, os seus medos, seus desânimos e seus pessimismos.⁵

As *Entretiens* foram um importante mecanismo de coesão e discussão de ideias consolidado no período entre as duas guerras mundiais. Somente entre os anos de 1932 e 1936 foram realizadas sete *Entretiens*. O primeiro encontro ocorreu em Frankfurt (1932); o segundo, em Madri (1933); o terceiro, em Paris (1934); o quarto (também em 1934), em Veneza; o quinto, em Nice (1935); o sexto, em Budapeste; e, por fim, o sétimo, em Buenos Aires (ambos em 1936). Esse sétimo encontro tem grande importância do ponto de vista da translatinoamericanidade, isto é, da organização e trocas culturais entre os países latino-americanos: em primeiro lugar, porque, de forma inédita, foi realizado em um país da América Latina; e, em segundo, porque foi presidido por um intelectual colombiano, Baldomero Sanín Cano, e teve como tema *Las relaciones actuales de las culturas de Europa y América Latina*. Um aspecto importante desse encontro é a ausência de escritores de língua inglesa, o que, na opinião de Diana Roig-Sanz e Jaume Subirana, foi compreendido como “uma oportunidade para a América Latina romper com uma relação histórica de dominação que lhe permitiria recuperar a soberania”.⁶

Também ao longo dos anos 1940, poucas comissões nacionais associadas aos institutos da LdN foram tão ativas quanto as do continente americano. Com a Guerra na Europa, a América se transformou em um espaço importante de cooperação intelectual. Assim, ainda no fim dos anos 1930, em 1939, as comissões nacionais de cooperação intelectual

5. LINARES *apud* SANZ, Nuria; TEJADA, Carlos. *México y la Unesco. La Unesco y México: Historia de una relación*. Unesco: Oficinas en México, 2006, p. 42 [tradução livre].

6. ROIG-SANZ, Diana; SUBIRANA, Jaume (orgs.). *Cultural Organizations, Networks and Mediators in Contemporary Ibero-America*. Nova York: Routledge, 2020, p. 6-14 [tradução livre].

tual do continente americano se reuniram, em Santiago do Chile, para celebrar a Primeira Conferência Americana de Comissões Nacionais, da qual, dos países do continente americano, não participaram apenas Honduras e El Salvador. Nessa ocasião, decidiu-se que a conferência seguinte teria lugar em Havana, a ser realizada em novembro de 1941. Diante dos avanços da Guerra, da invasão de Paris pela Alemanha, foi sugerido, então, pelo diplomata francês Henri Bonnet, com o apoio da Fundação Rockefeller, que as atividades do IICI fossem transferidas para os Estados Unidos. Porém, na Conferência de Havana, decidiu-se que seria importante que o continente americano criasse seu próprio Centro Internacional de Cooperação Intelectual. Para estabelecer esse Centro foi criada a chamada Comissão dos Sete, da qual participaram o brasileiro Miguel Ozório de Almeida, o estadunidense James Shotwell, o cubano Cosme de la Torriente y Peraza, o uruguaio Julián Nogueira, o argentino Víctor Lazcano, o chileno Francisco Walker Linares e o mexicano Alfonso Reyes. E foram designados como secretários técnicos da Comissão Malcolm Davies (Estados Unidos) e Henri Bonnet (Instituto Internacional).⁷

Diante dos acontecimentos tensos da Guerra, essa Comissão só pôde voltar a se reunir em 1943, ocasião em que desistiram do traslado do Instituto para os Estados Unidos e decidiram fundar o Instituto Interamericano de Cooperação Cultural, em Havana,⁸ que se estabeleceu em 1944.

Pode-se afirmar, então, que os países da Ibero-América se tornaram terreno fértil para as iniciativas inspiradas nas atividades das instituições associadas à LdN, o que possibilitou a expansão dos intercâmbios culturais entre eles no período da Segunda Guerra Mundial.

É fundamental considerar ainda que, em fevereiro/março de 1945, nos estertores do conflito mundial, reuniu-se a Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz. Conhecida como Conferência de Chapultepec, na qual se pretendeu “estudar a forma de intensificar a colaboração dos governos das repúblicas americanas que formavam parte

7. SANZ; TEJADA, op. cit., 2006, p. 51.

8. GRANDJEAN, Martin. A representative organization? Ibero-American Networks in the Committee on Intellectual Cooperation of the League of Nations (1922-1939). In: ROIG-SANZ; SUBIRANA (orgs.), op. cit., 2020, p. 65-89.

do grupo das nações unidas e associadas, assim como a participação da América na futura organização mundial”.⁹

Verifica-se, portanto, que, no momento do fim da Segunda Guerra, os países da América Latina acumulavam uma série de experiências capazes de mobilizar o debate, então em curso, sobre a universalização das culturas. Apesar de diversas questões e conflitos terem dificultado o trabalho planejado pela LdN e por seus institutos, as ações de organização empreendidas pelo ICIC e IICI não foram, como sublinha Jean-Jacques Renoliet,¹⁰ completamente em vão. Não obstante sua limitada eficácia em promover a aproximação e o entendimento mútuo entre os povos – visto que, nos anos 1930, avançara a deterioração das relações internacionais, levando à eclosão da Segunda Guerra, em 1939 – forjaram-se formas de aproximação cultural entre os países latino-americanos.

*Transamericanidades ou Por uma história comum do continente*¹¹

Entre os intelectuais latino-americanos que se destacaram nos debates internacionais dos anos 30, inclui-se o fisiologista brasileiro Miguel Ozório de Almeida, personagem que ostentou grande prestígio nas organizações culturais naquele momento. Ele foi presidente, desde 1935, da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual (CBCI), órgão ligado ao IICI e, nesta função, participou de diversas atividades realizadas, além de ter mantido uma relação de muita proximidade com Henri Bonnet, presidente da IICI.

Ao longo dos anos 1930, enquanto os países europeus foram diminuindo sua participação nas atividades do IICI, os países americanos, incluindo os latino-americanos, foram ampliando suas ações, a ponto de se

9. SANZ; TEJADA, op. cit., 2006, p. 58 [tradução livre].

10. Cf. RENOLIET, Jean-Jacques. L'Unesco oubliée: La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946). Nouvelle édition. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1981. Disponível em: <<http://books.Openedition.org/psorbonne/46863>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

11. Embora os programas de colaboração cultural e de propaganda Panamericana, especialmente promovidas pelos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, seja um tema clássico dos estudos sobre as Américas, o que se pretende destacar aqui são as reflexões elaboradas pelos intelectuais latino-americanos que, posteriormente, fariam parte da Unesco. Sobre o pan-americanismo durante a guerra, ver, entre muitos outros: CRAMER, Gisela; PRUTSCH, Ursula (eds.). *Américas Unidas! Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1940-1946)*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2012.

cogitar a possibilidade de transferência da sede do IICI para as Américas, mais precisamente para os Estados Unidos. As discussões sobre a transferência para os Estados Unidos ou sobre a criação de um centro americano com sede em Havana contaram com a participação de diversos intelectuais que constituíram um grupo, presidido justamente por Miguel Ozório.¹² Em sua prática intelectual, Ozório de Almeida era um ferrenho defensor da ciência como um patrimônio comum e universal da humanidade. Por esse motivo, empenhava-se fortemente em prol da consolidação dos órgãos de cooperação intelectual internacional.

O protagonismo do brasileiro Miguel Ozório de Almeida foi ladeado, nos anos 1940, pelo do mexicano Silvio Zavala, ao mesmo tempo em que se consolidavam as bases das Comissões Nacionais dos países latino-americanos junto ao ICIC, paralelamente ao aprofundamento da ideia de que era igualmente importante se elaborar uma história comum das Américas.¹³

Uma iniciativa fundamental neste sentido partiu de Zavala ao criar, em 1947, no âmbito do IPGH, um Comitê de História das Ideias, cuja direção coube ao também mexicano Leopoldo Zea. O principal objetivo desse comitê era “analisar a história das ideias nos países do continente americano para colocá-las em circulação”. Zea defendia, como esclarece Francini Oliveira, uma “filosofia ‘americanista’ ancorada em questões políticas”.¹⁴ Por esse motivo, havia a necessidade de “se voltar ao estudo do passado a fim de averiguar não somente o que fomos, mas principalmente o que poderíamos ser”.¹⁵ Nesse sentido, este Comitê deveria preparar e posteriormente publicar “uma história das ideias de cada uma das nações americanas, dentro do projeto mais amplo de uma história das ideias contemporâneas na América, patrocinada pelo IPGH e

12. SOUZA, Letícia Pumar Alves de. *A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953)*. Tese (Doutorado em História). Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015, p. 221.

13. Este projeto foi promovido, entre outros intelectuais, pelo historiador norte-americano Lewis Hanke, que foi editor do *Handbook of Latin American Studies*, entre 1936 e 1940, além de diretor da Fundação Hispânica, desde sua criação até 1951, quando se tornou professor da Universidade do Texas (UT), em Austin.

14. OLIVEIRA, Francini. O legado de Leopoldo Zea para a América Latina: uma nota. *Sociologia latino-americana II: desenvolvimento e atualidade*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 6-9, dez. 2015, p. 6.

15. OLIVEIRA, op. cit. 2015, p. 6.

pela Fundação Rockefeller, com o apoio editorial da Fondo de Cultura Económica”.¹⁶ Leopoldo Zea promoveu, assim, a publicação de uma série de títulos sobre os países do continente, na coleção *Tierra Firme*, desta casa editorial. Sobre essa coleção, sabemos, pelos trabalhos desenvolvidos por Gustavo Sorá, que foi pensada pelo então diretor da editora, Daniel Cosío Villegas, como uma enciclopédia sobre o continente. Planejada em 1941 e lançada em 1944, essa coleção buscava sintetizar o desejo do editor de “convocar uma imperiosa aliança entre as culturas nacionais do continente americano”.¹⁷ O IPHG havia sido fundado, em 1928, como um órgão que visava contribuir com a ideia de se escrever uma história comum das Américas. A estabilidade dessa ideia se manteve por longo período e atravessou diversas instituições, desde a “Oficina Comercial das Repúblicas Americanas, estabelecida em 1890, até a Organização dos Estados Americanos, fundada em 1948, passando pela União Pan-Americana (1910-1948)”.¹⁸

Silvio Zavala, além criar o Comitê de História das Ideias, foi também um dos responsáveis por elaborar o projeto denominado de Programa de História da América, produzido no Primeiro Encontro da Comissão sobre História do IPHG, realizado na Cidade do México, em 1947,¹⁹ e fundador da *Revista de História da América*, um importante espaço para o desenvolvimento da história continental.²⁰ Pode-se concordar com Robert Wegner, quando ele afirma ter sido Zavala um nome de destaque entre os historiadores “interessados na reinterpretação do Continente”.²¹

Porém, o intento de escrever uma história à escala do continente não teve início com Zavala, mas alguns anos antes. Supõe-se que as pri-

16. CARVALHO, Eugênio Rezende de. Leopoldo Zea e o movimento latino-americano de História das idéias. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 267-282, jan./jun. 2010, p. 275.

17. SORÁ, Gustavo. *Editar desde la izquierda en América Latina: la agitada historia del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017, p. 36 [tradução livre].

18. PANI, Erika. Silvio Zavala y la historia de America. Un juego de escalas. *Revista de Historia de América*, Ciudad de México, n. 155, p. 177-189, jul./dec. 2018, p. 178 [tradução livre].

19. WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 229.

20. PANI, op. cit. 2018, p. 178 [tradução livre].

21. WEGNER, op. cit., 2000, p. 78.

meiras iniciativas nesse sentido partiram do historiador norte-americano Herbert E. Bolton que, ao presidir a *American Historical Association* (AHA), em 1932, convocou seus colegas a escrever a “epopeia do hemisfério ocidental”.²² Em sua conferência, Bolton explorou as similaridades entre as histórias dos países americanos e sugeriu o estudo de temas específicos desde o ponto de vista do Hemisfério Ocidental. Na opinião de Robert Wegner, seguindo Lewis Hanke, a conferência proferida por Bolton foi um “marco na ideia de que as Américas – do Norte e do Sul – compartilharam uma experiência histórica comum”.²³

Desse modo, pode-se considerar que, nos anos 1940, ampliaram-se as experiências de escrita de uma história continental das Américas e entre as principais iniciativas devem ser citados os escritos de Silvio Zavala. Na opinião de Wegner, com o seu “*La Filosofía Política en la Conquista de América*”, publicado em 1947, o historiador mexicano foi um dos principais responsáveis pela reinterpretação da história do Continente ao investir na reavaliação dos legados europeus transportados ao Novo Mundo”,²⁴ pois, em seu texto, ele suavizava as diferenças entre a América hispânica e a América anglo-saxônica, investindo na possibilidade de construção de uma história comum do continente. Essa ideia, de elaboração de uma história das Américas, foi também desenvolvida por dois importantes autores brasileiros que viriam a protagonizar os debates no interior da Unesco. Nos anos 1940, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre igualmente contribuíram com suas reflexões sobre a possibilidade de uma escrita da história continental.

No que se refere a Buarque de Holanda, neste momento, ele se encarrega de interpretar a história do Continente enfatizando as experiências comuns aos seus países. Sua preocupação era a expansão do processo de americanização, com ênfase sobre a história dos países Ibero-americanos. Como aponta Wegner, em 28 de setembro de 1941, Sérgio Buarque publica no *Jornal do Comércio* um artigo, *Considerações sobre o Americanismo*, no qual se refere à “importância da viagem que realizara aos Estados Unidos e a crescente influência que aquele país vinha

22. BOLTON *apud* PANI, op. cit., 2018, p. 178 [tradução livre].

23. HANKE *apud* WEGNER, op. cit., 2000, p. 82. Embora ela não tenha tido mais que uma reação de apatia do público num primeiro momento.

24. WEGNER, op. cit., 2000, p. 79.

assumindo sobre o Continente, a qual, segundo ele, deixara de ser apenas econômica e política para se tornar também cultural”.²⁵ Lembra ainda que, embora os intelectuais brasileiros frequentemente concebessem o país como em oposição aos Estados Unidos, na realidade esse tipo de visão derivava de uma dualidade que tornava o “lusismo e americanismo [...] duas noções incompatíveis e entre as quais [é]era indispensável optar”.²⁶ Finaliza o texto, contudo, afirmando que “após a sua experiência de viagem, ele teria modificado a sua opinião a respeito desse assunto”.²⁷

Gilberto Freyre, nesse mesmo período, também investe na escrita de uma história única das Américas, porém, em outros termos e com outra visão historiográfica. Como aponta Kátia Baggio, em texto publicado no jornal *La Nación*, em fevereiro de 1942, denominado *Interamericanismo*, Freyre escreve em oposição a uma *pan América indistinta* e defende a *possibilidade de aliar integração à diversidade cultural*.²⁸ Embora a trajetória do intelectual pernambucano não tenha sido marcada por intercâmbios frequentes com intelectuais latino-americanos,²⁹ há uma série de textos escritos por Freyre durante sua viagem ao Uruguai, à Argentina e ao Paraguai (1941-42)³⁰ que tratam de aspectos relativos à americanidade e latinidade da América Latina.

Assim, pode-se afirmar que, no imediato pós-Guerra, os intelectuais latino-americanos acumulavam a experiência de uma agenda comum de debates e de reflexão sobre a possibilidade de uma história comum do continente. De modo que, no momento de inauguração da Unesco, eles puderam chegar à cena intelectual liderando algumas das discussões internas da instituição.

25. WEGNER, op. cit., 2000, p. 87.

26. WEGNER, op. cit., 2000, p. 87.

27. WEGNER, op. cit., 2000, p. 87.

28. Cf. BAGGIO, Kátia. Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre: ensaios e impressões de viagens. In: BEIRED, José Luís Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

29. Cf. BAGGIO, op. cit., 2010.

30. Importante destacar que o texto *Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação*, que dá título ao livro e que seria posteriormente publicado, veio a público primeiramente na revista *Diógene*, em 1963. O fato do texto ter sido publicado neste periódico não é um detalhe menor. A revista foi criada em 1952, sob a direção de Roger Caillois, e com financiamento da Unesco.

Protagonistas latino-americanos no âmbito da Unesco

No momento de consolidação da Unesco, o primeiro diretor-geral da instituição foi o cientista britânico Julien Huxley (1946-1948). No período da direção de Huxley, Joseph Needham, também britânico, tornou-se chefe da seção de Ciências Naturais. Imbuídos da ideia de responsabilidade social da ciência e marcados pela experiência de Needham, que havia atuado na China, nos anos 1940,³¹ eles criam fortemente que seria necessário expandir os espaços de produção do conhecimento científico, com a incorporação de novas regiões do globo no processo de produção e circulação dos saberes.³² Em seus primeiros anos, sob a liderança desses dois cientistas, o zoólogo Julien Huxley e o bioquímico Joseph Needham, o projeto elaborado para a instituição baseou-se nos princípios definidos em um ensaio filosófico publicado por Huxley em 1946,³³ cuja premissa era a de que o sentido da evolução conduziria a humanidade ao progresso e ao aperfeiçoamento sociais, caracterizados pelo crescente controle da natureza e pela unificação da civilização mundial. Nesse sentido, os objetivos fundacionais da Unesco deveriam ser guiados por ideais humanistas de ajuda mútua, pela disseminação das ideias científicas e pelas trocas culturais.

Desse modo, quando, em novembro e dezembro de 1947, a Conferência Geral aprovou uma resolução recomendando a publicação de uma *História Científica e Cultural da Humanidade*, Huxley e Needham, de pronto, deram continuidade à iniciativa. Desse momento em diante, a instituição empreendeu um ambicioso projeto intelectual e editorial que pretendia fazer com que acadêmicos de todo o mundo escrevessem coletivamente. A *Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité* ou *Scientific and Cultural History of Mankind*, títulos que ganhou em francês e inglês, respectivamente, acionou uma ampla rede de cientistas e intelectuais em diversas nações do mundo e foi concebida para ser

31. Segundo Sousa, tanto Huxley como Needham “estiveram envolvidos na década de 1930 no movimento *Social Relation of Science* (SRS)”, que afirmava a responsabilidade social da ciência. Cf. SOUZA, op. cit., 2015, p. 235.

32. SOUZA, op. cit., 2015, p. 235.

33. Cf. HUXLEY, Julian. *Unesco: its purpose and philosophy*. Paris: Unesco, 1946.

um projeto universalista e pacifista da humanidade. Contudo, apesar da sugestão inicial ter sido da direção geral da Unesco, a obra seria desenvolvida sob o protagonismo posterior de dois latino-americanos: Jaime Torres Bodet e Paulo Berredo Carneiro.

Sucessor de Huxley na direção geral da Unesco, o mexicano Jaime Torres Bodet manteve o plano de publicação da coleção e a ela aliou a ideia da produção de manuais escolares também com o mesmo sentido universalista e pacifista,³⁴ com o objetivo de educar as futuras gerações no âmbito desses princípios, com vistas à compreensão internacional. Os objetivos dessas publicações eram, assim, “transformar uma suposta propensão à rivalidade e à violência entre indivíduos de grupos culturais distintos através do estímulo à solidariedade moral e intelectual entre os homens e mulheres do mundo”.³⁵ Marcadas pelo trauma da Segunda Guerra Mundial e pelas atrocidades cometidas durante o conflito, as publicações teriam no universalismo e no pacifismo suas ideias centrais, e obedeceriam à crença, de reconhecida vocação liberal, na possibilidade de mudar o mundo por meio da educação dos indivíduos.³⁶

Segundo os membros da Unesco, para que fosse possível emergir uma sociedade mundial de compreensão e respeito mútuo, seria preciso assumir uma nova forma de humanismo em que a universalidade se concretizasse por meio do reconhecimento de valores *comuns, sob o signo da*

34. A revisão e a publicação de manuais escolares consistiam em mais uma das ideias da Unesco herdada do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (ICIC), da Liga das Nações (LdN). Cf. SOUZA, op. cit., 2015, p. 232.

35. NASCIMENTO, Juliana Assis. *Uma só humanidade: um estudo dos princípios norteadores das agências internacionais de cooperação intelectual e cultural na primeira metade do século XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2023, p. 14.

36. Há estudos que apontam para o antagonismo perenemente presente nas ações da Unesco. Por um lado, os fundamentos universalistas; por outro, a defesa da diversidade cultural. A maior parte desses estudos trabalha com uma cronologia que destaca que, no momento de sua criação, em 1946, a Unesco seguia princípios universalistas e que, posteriormente, depois dos anos 1960, com a descolonização afro-asiática, a abordagem do órgão se tornou multiculturalista. Denunciando o que denominou como retórica da ruptura desses estudos, que adotam a data de criação da Unesco como um ponto de inflexão, Juliana Nascimento demonstra que as ambivalências entre a defesa concomitante da universalidade e da diversidade não se originaram no processo de descolonização; seus fundamentos podem ser rastreados nos debates organizados anteriormente, como, por exemplo, no âmbito das agências de cooperação intelectual da LdN, ainda nos anos 1930. Cf. NASCIMENTO, op. cit., 2023, p. 22-23.

diversidade das culturas. E essa era uma meta que só poderia ser alcançada com o auxílio de um organismo internacional que se mostrasse atento às questões contemporâneas. À Unesco, portanto, caberia convocar os países para trabalhar em prol desse novo humanismo, que revelaria, sob expressões específicas e particulares, valores e significados comuns.

Desse modo, com o objetivo de desenvolver uma história que destacasse a “interdependência mútua de povos e culturas e sua respectiva contribuição para um patrimônio comum da humanidade”,³⁷ a Unesco compôs, em 1948, um comitê de especialistas representativos da Ciência e da Cultura, que deveria analisar a proposta de escrita de uma história da humanidade. A Comissão Internacional por uma história do desenvolvimento cultural e científico da humanidade era formada por Joseph Needham, Carl Burckhardt (historiador e diplomata suíço), Taha Hussein (escritor egípcio) e Georges Salles (diretor-geral dos Museus da França). Pelo secretariado da Unesco, participavam Julian Huxley, Jean Thomas (subdiretor de cultura), Pierre Auger (chefe do Departamento de Ciência), Pedro Bosch-Gimpera (chefe da Divisão de Filosofia e Civilização) e Jean Jacques Mayoux (antigo diretor do Instituto de Cooperação Intelectual).³⁸

As disputas em torno da publicação da *Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité* e da elaboração de uma historiografia mundial se prolongariam pelos anos 1950 e 1960. A coleção somente se completaria em fins dos anos 1960, com a publicação dos volumes 1 e 2, em 1967; dos volumes 3, 4 e 6, em 1968; do volume 5, em 1969; e com a finalização dos seis volumes, em 1969.³⁹

37. ACTES de la deuxième session de la Conférence générale de l'Unesco (Mexico, 1947). Résolutions, p. 29, Résolution 5.7, “Histoire de la science et de la civilisation”. *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (Unesco).

38. MASTRONARDI, Severo. *Un laboratoire pour l'étude des régimes d'historicité*. Histoire et développement à l'Unesco (1945-1980). Thèse (Doctorat en Histoire). École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris, 2019, p. 29-30 [tradução livre].

39. Desde os primeiros tempos, porém, quando o projeto da coleção ainda estava em seus primórdios, o historiador francês Lucien Febvre assumiu o protagonismo nas discussões sobre uma possível história pacifista, escrita com a colaboração de pessoas das diversas partes do mundo e com caráter universal. A ele coube propor uma primeira versão para a coleção, um projeto que buscava contribuir para a constituição de uma comunidade intelectual e científica internacional, como preconizava a Unesco. Representante da França na Reunião da Comissão Preparatória da Unesco, em Londres, em junho de 1946, já naquele momento Febvre sugeriu um estudo comparado das contribuições dos diversos grupos humanos

Contudo, muitos anos antes, em maio de 1949, o historiador francês Lucien Febvre apresentou um plano para elaborar a coleção ao Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), uma das organizações criadas naquele período, sob a égide da Unesco.⁴⁰ Seu projeto previa que a *História Científica e Cultural da Humanidade* seria composta de seis volumes: além de uma introdução geral, um primeiro volume, que trataria da contribuição das sucessivas gerações para o desenvolvimento da humanidade, com base em questões relevantes da biologia e da antropologia (gênero humano, diversidade, mestiçagem e inexistência de raça pura), o estudo das estruturas mentais, da linguística, da etnologia e da sociologia; os segundo e terceiro volumes, por sua vez, se concentrariam nas trocas e nos empréstimos, abordando não apenas viagens e tecnologias, mas também a circulação intelectual e as ideologias (alfabeto, religião, instituições políticas e sociais, ideias e sistemas de ideias); os quarto e quinto volumes se baseariam em personagens das principais culturas e civilizações, bem como de sistemas de pensamento, com foco naquilo que cada região do mundo forneceu às outras; e um último volume, o sexto, composto de sínteses e conclusões, recapitulando as grandes fases do desenvolvimento da humanidade.⁴¹

A proposta apresentada por Febvre, contudo, não seria a desenvolvida pela Unesco. O plano, considerado insatisfatório pela delegação britânica, sofreria uma série de críticas e limitações. Os ingleses foram suficientemente influentes para fazer com que o projeto de Febvre fosse rejeitado.⁴² Sem dúvida, o peso da ação dos ingleses sobre o projeto colaborou para definir o destino da proposta apresentada pelo francês, mas, neste processo, houve a participação também de outros personagens. É

para uma obra comum da humanidade, proposta que se coadunava com sua definição de civilização constituída por empréstimos e trocas entre as diferentes sociedades.

40. Cf. BELLOC, Chloé. La création du Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines: idéal et réalité d'un engagement scientifique et intellectuel, 1947-1955. *Relations internationales*, n. 130, p. 47-63, jui./déc. 2007; e MASTRONARDI, op. cit., 2019, p. 33.

41. Uma síntese do projeto apresentado por Febvre é citada em MASTRONARDI, op. cit., 2019, p. 34; Cf. também: RAPPPORT de M. Lucien Febvre devant le Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines en mai 1949, *Cahiers d'Histoire Mondiale*, Paris, v. I, n. 4, 1954, p. 954-961.

42. CROUZET, Dennis. Uma gramática dos signos da história (entrevista), *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 162-174, jan./jun. 2012, p. 169.

preciso sublinhar que o projeto de Lucien Febvre não foi o único apresentado para a elaboração da *História Científica e Cultural da Humanidade*.

Em agosto de 1949, Miguel Ozório de Almeida,⁴³ intelectual, como se anotou, de importante atuação nos primórdios da Unesco, também expôs sua proposta para a obra. Como se sabe, a Unesco buscou dar sequência a alguns programas culturais do IICI, como a ideia de revisão dos manuais escolares, a promoção de intercâmbios universitários internacionais, a tradução de literatura e a coordenação de bibliotecas e arquivos. Entretanto, em termos organizacionais, a nova instituição havia se estruturado de uma forma diferente. Para evitar os erros cometidos pelo IICI, que seguia uma concepção clássica de cultura, centrada na atuação de alguns poucos intelectuais, a Unesco buscou se organizar por meio de uma representação nacional,⁴⁴ visando ampliar a participação dos países-membros e, assim, alcançar dimensão mundial e não apenas europeia. Na organização seminal da instituição, contudo, o poder de alguns países se sobrepunha a outros.

Como já se afirmou, nos primeiros anos da Unesco, dois cientistas britânicos, Huxley e Needham, ganharam enorme protagonismo. Needham, como chefe do setor de Ciências Naturais, apresentou, na sessão do dia 30 de novembro de 1946, em Paris, sua proposta para a difusão das ciências de forma universal. Em sua concepção, o mundo científico se subdividia em zonas iluminadas e escuras, definidas por maior ou menor

43. Miguel Ozório de Almeida nasceu em 1890 e doutorou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1911, onde também desenvolveu grande parte de sua carreira como livre-docente de Fisiologia, de Higiene e de Física-biológica. Ainda no Rio de Janeiro, foi catedrático de Fisiologia da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Seus estudos no campo da Fisiologia foram desenvolvidos especialmente a partir de 1919, quando foi contratado como assistente da seção de Fisiologia do então Instituto Oswaldo Cruz, onde atuou, posteriormente, na direção do Laboratório de Fisiologia (1927-1942) e na chefia da Divisão de Fisiologia (1942-1953). Morreu em 1953. Sobre Miguel Ozório e o projeto que ele apresentou para a *História Científica e Cultural da Humanidade*, Cf. CAVALCANTI, Tito. Miguel Ozório de Almeida, 1890-1953, *Revista Brasileira de Biologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-24, abr. 1954; SOUZA, op. cit., 2015; FONSECA, Maria Rachel Fróes; MAIO, Marcos Chor. Miguel Ozório de Almeida e o projeto de uma “história científica e cultural da humanidade”. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 459-68, maio./ago. 2004; ALMEIDA, Miguel Ozório. Rapport sur l’histoire scientifique et culturelle de l’humanité, *Cahiers d’Histoire Mondiale*, Paris, v. 1, 1953-1954, p. 962-986.

44. Na Conferência Geral de Montevidéu, em 1954, foram aprovadas regulamentações que determinavam que o Comitê Executivo da Unesco fosse composto apenas por representantes dos Estados-Membros.

atividade científica e que as primeiras deveriam colaborar com as regiões menos iluminadas, tanto do ponto de vista material como moral.⁴⁵

Neste momento, o cientista brasileiro Miguel Ozório de Almeida também desfrutava enorme prestígio nas instituições internacionais e, principalmente, junto à intelectualidade e aos cientistas franceses. Sem se opor à classificação proposta por Needham, Almeida responsabilizava os países mais desenvolvidos pela concentração geográfica das pesquisas científicas. Para ele, o universalismo científico não se definiria pelo fato de se difundir a ciência para todos, mas, sim, pela compreensão de que a ciência é feita por todos,⁴⁶ de modo que sua universalização deveria ser um processo que estimulasse a cooperação de cientistas de diferentes locais.

Apesar das divergências, Miguel Ozório mantinha-se interessado em garantir participação efetiva na Unesco, onde quem exercia a função de representante brasileiro era seu amigo próximo, Paulo Berredo Carneiro.⁴⁷ É importante lembrar que Ozório de Almeida foi o responsável pela inclusão de Berredo Carneiro nas instituições de cooperação intelectual internacional. Desde 1937, ele se empenhara em conseguir uma posição nessas organizações para o amigo.⁴⁸ Quando, no entanto, a

45. Sobre esse debate, Cf. SOUZA, op. cit., 2015, p. 237-250.

46. SOUZA, op. cit., 2015, p. 237-250.

47. Paulo Berredo Carneiro formou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e foi pesquisador dos princípios ativos do guaraná e do curare. Trabalhou no Instituto Pasteur, em Paris. Exerceu atividades políticas na década de 1930, como secretário de Agricultura de Pernambuco, ocasião em que propôs políticas redistributivas (produção de alimentos a baixo custo e Reforma Agrária). Tornou-se representante do Brasil na Unesco em 1946. Segundo Marco Chor Maio, suas preocupações com a Amazônia vinham desde os anos 1930, quando, na condição de pesquisador do Instituto Nacional de Tecnologia, apresentou um plano de modernização de plantio e comercialização da borracha e da castanha na Região Amazônica ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Cf. MAIO, Marcos Chor. Demandas globais, respostas locais: a experiência da Unesco na periferia no pós-guerra (1946-1952). In: _____ (org.). *Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz / Unesco, 2004, p. 149.

48. Leticia Pumar Alves de Souza se refere a uma carta de Ozório de Almeida a Henri Bonnet, antigo presidente do IICI, em que ele pede espaço para Paulo Berredo Carneiro no Instituto. Diz Almeida: “Diferente do que estou acostumado a fazer, tenho um pedido para fazer a você. Um jovem professor brasileiro, Sr. Paulo de Berredo Carneiro, está em Paris e tem interesse em prolongar a sua estadia na Europa. Ele trabalha no Instituto Pasteur, no laboratório do Sr. Gabriel Bertrand, onde ele é muito considerado. Sua situação econômica, entretanto, está muito longe de ser confortável. Seria possível achar algo para ele? Ele conhece perfeitamente o francês e o inglês, redige e fala com muita facilidade, e tem um grande caráter. Sei como

Unesco começou a estabelecer sua estrutura de funcionamento, os papéis se haviam invertido. Paulo Carneiro⁴⁹ ocupava uma posição importante no interior da instituição e Miguel Ozório lhe solicitaria ajuda para o desenvolvimento de seus projetos.

O auxílio inicial de Ozório para o alcance de sua posição na Unesco levou Carneiro a mantê-lo constantemente como parceiro e aliado dos projetos que coordenaria. Desse modo, este articulou para que Jaime Torres Bodet, presidente da Unesco, solicitasse a Miguel Ozório de Almeida um projeto para a *História Científica e Cultural da Humanidade*.⁵⁰

A proposta de Lucien Febvre foi apresentada em maio de 1949; já a do cientista brasileiro foi exposta em agosto desse mesmo ano. Seu *Rapport sur l'Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité* é um documento longo que tem o objetivo de propor uma outra ordenação para a coleção.⁵¹ Segundo ele, ela deveria começar pelo mundo contemporâneo

essas coisas são difíceis, mas, se aparecer a ocasião, peço para que você não o esqueça. Tenho certeza de que ele promete dar bons serviços. Se, por acaso, você desejar vê-lo, é só entrar em contato com ele pela embaixada do Brasil". Cf. Carta de Ozório de Almeida a H. Bonnet. Florence, 14/08/1937. Unesco / IICI, A III 14 *apud* SOUZA, op. cit., 2015, p. 218.

49. Por longos anos, Paulo Berredo Carneiro protagonizou diversas atividades na Unesco. Nomeado pelo Itamaraty como representante do Brasil junto ao órgão, em 1946; depois, foi alçado ao posto de conselheiro executivo. Dois dos mais importantes projetos da agência sob os auspícios da Divisão de Ciências Naturais, após a criação da instituição – o plano de fundação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA) e o Programa de Investigações Inter-Raciais –, teve Berredo Carneiro como protagonista. Embora os estudos sobre os primórdios da Unesco sejam unânimes em apontar o fracasso dos dois planos, Marcos Chor Maio argumenta que eles envolveram caminhos complexos e interações originais. Heloisa Maria Bertol Domingues e Patrick Petitjean relatam ainda que, em 1948, Carneiro disputou com Jaime Torres Bodet a presidência da Unesco. Sem o apoio dos países latino-americanos, ele perdeu a disputa. Sendo Bodet mexicano, Carneiro não aceitou presidir o Conselho Executivo, sob a justificativa de que não deveria haver outro latino-americano com cargo de direção na instituição, e indicou o indiano S. Radakrishnan. Cf. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; PETITJEAN, Patrick. Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950). In: MAIO (org.), op. cit., 2004, p. 204; MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6 (suplemento), p. 975-1017, 2000; MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Iuperj, Rio de Janeiro, 1997; MAIO, op. cit., 2004, p. 145-68.

50. Conforme depoimento de Paulo Estevão de Berredo Carneiro publicado em: MAIO (org.), op. cit., 2004, p. 293.

51. Sobre esse relatório, Cf. ALMEIDA, Miguel Ozório de. *Rapport sur l'Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité*, *Cahiers d'Histoire Mondiale*, Paris, v. I, n. 1, 1953, p. 962-

e promover “um estudo, se possível baseado numa investigação, sobre as reações que a civilização, mesmo as mais avançadas, provoca nos indivíduos, inclusive naqueles que pertencem a essa civilização”.⁵² O texto apresentava uma visão progressista, propondo uma história linear, evolucionista e centrada na civilização ocidental, algo bastante distinto da sugestão realizada por Lucien Febvre.

Curiosamente, nem Ozório de Almeida nem Lucien Febvre participariam do comitê internacional organizado para elaborar *História Científica e Cultural da Humanidade*. O projeto seguiu um sinuoso percurso. Uma reunião de especialistas encarregados de estabelecer um plano para a coleção ocorreu entre os dias 12 e 16 de dezembro de 1949. Nela ficou decidido que o intelectual português Armando Cortesão, da *Division de Philosophie et Civilisations* da Unesco, seria o responsável pela coleção. Na Conferência Geral realizada em Florença, em junho de 1950, o diretor-geral da Unesco, o mexicano Torres Bodet, foi autorizado a iniciar, imediatamente, sua organização, nomeando uma comissão constituída por: Hommi Bhabba (Universidade de Bombaim), Karl Burckhardt (historiador, antigo diplomata da Suíça em Paris), Paulo Berredo Carneiro (delegado permanente do Brasil na Unesco), Julian Huxley, Charles Morazé (secretário-geral do Comitê Internacional de Ciências Históricas), Mario Praz (historiador da literatura na Universidade de Roma), Ralph Turner (historiador, Universidade de Yale), Silvio Zavala (presidente da Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Universidade do México) e Costi Zurayq (islamista, antigo delegado da Síria em Washington). Sob a direção de Berredo Carneiro,⁵³ diplomata brasileiro que viria a presidir

998; HUXLEY, Julian. Memorandum on the Report of Professor Ozório de Almeida on the Scientific and Cultural History of mankind, *SCHM* 8, 2.31 (2), jul. 1949, Unesco, p. 9; SOUZA, op. cit., 2015; FONSECA; MAIO, op. cit., 2004.

52. ALMEIDA *apud* SOUZA, op. cit., 2015, p. 266.

53. Paulo Estevão Berredo Carneiro nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 4 de outubro de 1901 e faleceu, na mesma capital, em 17 de fevereiro de 1982. Estudou Química e foi funcionário do Ministério da Agricultura, secretário de Agricultura no estado de Pernambuco, docente de Química Geral na Escola Politécnica e professor dessa disciplina em várias instituições de ensino. Doutorou-se no Instituto Pasteur de Paris, em 1931. Indicado pelo governo brasileiro, o cientista participou da Primeira Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 1946 e, em seguida, foi nomeado embaixador do Brasil junto à Unesco, função que exerceu de 1946 a 1958.

essa comissão, o comitê de redação da *Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité* seria finalmente liderado por Ralph Turner, como presidente, tendo C. Zurayk⁵⁴ e Charles Morazé como membros.⁵⁵ A Febvre e Ozório de Almeida caberia a posição secundária de membros do conselho consultivo.

Apesar de seu esforço, Paulo Carneiro⁵⁶ não conseguiu incluir Miguel Ozório na comissão de membros responsável pela escrita da coleção. Mas

54. Constantine (Costi) Zurayk (1909-2000) nasceu em Damasco, Síria, e estudou na Universidade Americana de Beirute, em Princeton e na Universidade de Michigan. Tornou-se professor de História na Universidade Americana de Beirute. Foi um importante estudioso da civilização árabe.

55. Importante destacar que a participação brasileira na coleção não se limita à atuação de Miguel Ozório e Paulo Berredo Carneiro. O fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH), depositado no Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-Unicamp), guarda o seguinte: SÉRIE: Correspondência. Carta em francês de Jaime Torres Bodet, diretor-geral da Unesco, enviada a Sérgio Buarque, convidando o historiador brasileiro para que fosse membro correspondente da Comissão Internacional encarregada de elaborar uma obra sobre a história do desenvolvimento científico e cultural da humanidade. Paris, 27 ago. 1951. 1p. Cp 107 P7. Fundo SBH. Siarq-Unicamp. A posição de Buarque de Holanda na coleção se evidencia pela presença também em seu arquivo de outro documento, a saber: SÉRIE: Correspondência. Carta de Mário Guimarães a Sérgio, felicitando-o pelo fato de ter sido indicado como membro correspondente dessa mesma comissão, aprovada pela 6ª Conferência Geral da Unesco. Rio de Janeiro, 31 jul. 1951. 2p. Cp 105 P7. Fundo SBH. Siarq-Unicamp.

56. Leticia Pumar Alves de Souza conta que, em agosto de 1950, Armando Cortesão “teria recebido uma carta de Ozório de Almeida na qual o brasileiro contava fazer parte da Comissão para a realização do projeto”. Cortesão menciona ter falado com Carneiro sobre o assunto e que o químico havia sugerido Ozório de Almeida como membro efetivo, e ele, como suplente. No ofício, Cortesão tinha explicitado: “Eu prefiro o contrário”. Em anexo, enviava uma lista dos “nomes possíveis sugeridos por diversos lados para a Comissão Internacional de História Científica e Cultural”. Nessa lista, como representantes da América do Sul, apareciam os nomes de Paulo Carneiro e de Ozório de Almeida. Em novo ofício, enviado poucos dias depois, Cortesão mencionava ter conversado com Carneiro e manifestava sua posição: “Tenho razões para incluir os dois nomes brasileiros: eu os considero indispensáveis”. As negociações para a constituição do Comitê que ficaria encarregado do projeto continuavam, mas as circunstâncias não eram favoráveis a Ozório de Almeida. Em ofício de julho daquele ano, Cortesão discorria sobre a escolha dos membros do que seria uma comissão internacional encarregada do projeto da História Científica e Cultural da Humanidade e deixava claro seu eurocentrismo na escolha desses membros ao afirmar que a maior parte da comissão deveria ser composta por europeus, pois era mais fácil achar na Europa do que em outros lugares intelectuais competentes em todas as temáticas do projeto e seria mais conveniente também por questões financeiras (como o custo de viagens). Sobre o representante da América do Sul, Cortesão informava: “O Professor Carneiro seria uma aquisição ideal, mas ele já me disse que não poderia aceitar, pois, em sua opinião, o Professor Ozório de Almeida deveria fazer parte da Comissão. Talvez não seja impossível fazê-lo

é preciso sublinhar uma curiosidade nessa história. Ao ser convidado, em março de 1951, por Torres Bodet para atuar nela como membro correspondente, Ozório escreve uma carta a Berredo, na qual afirma:

Meu caro Paulo, recebi ante de ontem carta do Torres Bodet convidando-me, por indicação da Comissão da História Cultural que V. preside, para membro correspondente da mesma. Respondo por este mesmo correio ao Torres Bodet aceitando e agradecendo o convite. [...]. No relatório apresentado pelo Charles Morazé notei a phrase em que assinala ter sido rejeitado o plano anteriormente elaborado pelo comitê dos *experts* de 1949. Não havia outra coisa a fazer, eu havia assinalado os defeitos d'esse plano em carta ao Cortesão que pedi fosse transmitida aos membros do Comitê e ao Torres Bodet. Espero que nossos amigos [...] Lucien Febvre, Rivet e outros não tenham ficado magoados com essa atitude da Comissão. Muito entre nós, notei no Rivet grande amargura por ter eu aceito fazer aquele relatório em 1949. Aliás, essas coisas são inevitáveis e, se forem tomadas em consideração, nada mais será possível fazer. Sem dúvida alguma, todos do Comitê serão considerados para membros correspondentes.⁵⁷

Na carta, Miguel Ozório insinua que seu relatório havia modificado os planos da coleção, impedindo o protagonismo dos franceses no projeto. Acaso teria sido esse o resultado do documento preparado pelo cientista brasileiro em 1949? O relatório teria abatido a proposta de Lucien Febvre? O que se sabe é que o projeto da coleção sofreria muitos reveses e somente viria a público em fins dos anos 1960, entre 1967 e 1969.

Nota-se que, neste projeto, há uma liderança incontestada dos intelectuais americanos, pois ela é organizada pelo historiador norte-ame-

mudar de opinião”. Provavelmente, uma das grandes razões para a preferência por Paulo Carneiro era a questão do custo financeiro da viagem, já que ele morava em Paris, por ser o delegado brasileiro na Unesco. Outra razão poderia ser também os fortes pontos de vista de Ozório de Almeida e as críticas feitas a seu relatório. Seja como for, em documento final de 1950, Carneiro já aparecia como um dos nove membros da Comissão, e Ozório de Almeida aparecia como o primeiro nome dos vinte três membros do comitê consultivo. Cf. SOUZA, 2015, p. 272.

57. FUNDO Paulo Carneiro / Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz). Correspondências. Carta de Miguel Ozório de Almeida para Paulo Berredo Carneiro, 12 de março de 1951.

ricano Ralph Turner,⁵⁸ a supervisão do projeto cabe ao diplomata brasileiro Paulo Berredo Carneiro – que se manteve neste lugar até o fim da publicação da coleção – e o mexicano Jaime Torres Bodet esteve na presidência da Unesco até o ano 1952, grande parte do tempo no qual o projeto se desenvolveu.

No entanto, apesar da derrota do projeto francês apresentado por Lucien Febvre, por sugestão de Charles Morazé, foi criado um periódico que serviria de espaço de ensaio para os textos a serem publicados na coleção *Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité*.⁵⁹ Os *Cahiers d'Histoire Mondiale* (CHM), título que ganhou a revista, deveriam fornecer à Comissão Internacional responsável por preparar a coleção os textos definitivos e revistos, além de contribuições documentais e bibliográficas, com o objetivo de permitir, a todas as pessoas que se interessassem pela História da Humanidade, conhecer os importantes materiais que seriam utilizados pela direção da obra. O periódico deveria cumprir a função de um laboratório experimental de textos, permitindo que o material destinado à coleção fosse criticado e analisado por especialistas, antes de sua publicação final nos volumes, garantindo, assim, a participação dos “eruditos de todos os países, em uma troca de visões sobre os problemas de interpretação e de apresentação, criados no curso de organização” do projeto editorial.⁶⁰

Também nos *Cahiers* o protagonismo latino-americano se fez notar. Entre os membros correspondentes da Comissão Internacional, res-

58. Ralph Turner substituiu Armando Cortesão na organização da coleção. Ainda não foi possível esclarecer todos os aspectos dessa substituição, mas é possível registrar que, em julho de 1951, Turner escreve a Paulo Berredo Carneiro, tratando dos esforços que ele estava envidando para conseguir recursos junto a Oxford, Cambridge e Sheffield para o projeto e falando da substituição de Jaime Cortesão e da escolha de um novo secretário para o Comitê Editorial. Supõe-se que o empenho para a conquista do financiamento para a coleção tenha alçado Ralph Turner ao posto de responsável por sua organização. FUNDO Paulo Carneiro / Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz). Correspondências. Carta de Ralph Turner para Paulo Berredo Carneiro, 7 de junho de 1951.

59. A estratégia já tinha sido anteriormente utilizada por Lucien Febvre no processo de organização da Enciclopédia Francesa, para a qual ele utilizou um sistema de cadernos móveis, além da publicação de boletins mensais e bimensais. Cf. PELOSI, Hebe Carmen. *La coyuntura enciclopédica en el período entreguerras*. El modelo Febvre. Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Santa María de los Buenos Aires (UCA), 2002, p. 36.

60. *CAHIERS d'Histoire Mondiale* (sous la direction de Lucien Febvre), v. 1, n. I, juillet 1953, Paris, Librairie des Méridiens, p. 10.

ponsável pela publicação da coleção e do periódico, entre os 112 nomes de intelectuais, constavam 40 americanos, entre os quais, 21 latino-americanos, provenientes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Honduras, México, Uruguai e Venezuela. Dentre eles, nomes como Ricardo Levene, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Gabriela Mistral, Germán Arciniegas, Alfonso Reyes e Cosío Villegas, para ficar apenas nos mais conhecidos.

Como se vê, os debates travados pelos latino-americanos no período entre-guerras e durante a Segunda Guerra Mundial precipitaram a formação de um amálgama translatinoamericano que foi útil aos seus intelectuais nos primórdios da fundação da Unesco, o que lhes possibilitou um protagonismo, mesmo que relativo e provisório, nesta última instituição.

2. Interdependências: os discursos sobre desenvolvimento para a América Latina nas organizações internacionais da primeira metade do século xx

Juliana Assis Nascimento

Na década de 1940 até o início dos anos 1950, a América Latina foi o foco prioritário incontestável dos programas de desenvolvimento implementados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Quais razões explicam o privilégio dado à região? Para responder à questão, destacaremos dois pontos: 1) o protagonismo latino-americano nos debates sobre desenvolvimento; e 2) as conexões históricas entre a Unesco e as experiências de cooperação técnica elaboradas pela Liga das Nações (LdN). Argumentaremos que as discussões latino-americanistas sobre o papel da educação para o desenvolvimento econômico não emergem no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mas resultam, sim, de um processo mais longo de reflexão sobre a inserção dos países não industrializados em um sistema econômico internacional interdependente.

Os primeiros projetos de cooperação científica da Unesco na América Latina

Em 1947, durante a Segunda Conferência Geral da Unesco, realizada na Cidade do México, representantes de onze países da América Latina apresentaram uma petição para a criação de um escritório da entidade na região. Os objetivos eram declaradamente científicos e socioeconômicos: a unidade deveria fortalecer instituições de pesquisa e ensino, com vistas ao desenvolvimento da indústria e da agricultura latino-americanas.

No ano seguinte, a Unesco aprovou a criação do Escritório Regional de Ciência e Tecnologia para a América Latina e o Caribe, com sede em Montevideu. Nas palavras do chefe da delegação uruguaia, o engenheiro Germán Villar, a criação do estabelecimento era um marco para a região: “La Ciencia ibero-americana está viviendo un momento histórico”.¹ Entre as primeiras tarefas do escritório estava a organização de simpósios sobre as “condições fisiológicas em grandes altitudes” e sobre o “solo americano”.² A notícia foi celebrada com pompa em matéria de capa da edição em espanhol do periódico oficial da organização, *El Correo de la Unesco*.

Havia se passado apenas três anos desde a criação da Unesco, em 1945, e aquele já não era o primeiro escritório técnico criado pela organização na porção sul-americana do continente. A Assembleia da Primeira Conferência Geral, realizada em 1946, havia aprovado a implantação dessas estruturas na China, no Oriente Médio e na América Latina.³ Embora um escritório tenha sido efetivamente inaugurado no Rio de Janeiro, em 1947, ele acabou sendo absorvido pelas demandas relacionadas ao ambicioso projeto para a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA).⁴ A situação acabou por fornecer justificativas ao pleito pela criação de um segundo escritório regional, em Montevideu.

Essas diferentes iniciativas, que mobilizaram recursos financeiros e humanos significativos, ilustram a ação diligente de atores latino-americanos para atrair investimentos da Unesco em prol do desenvolvimento de sua própria região.⁵ Destaca-se, sobretudo, a atuação de chefes de

1. LA UNESCO fija en Montevideo su Oficina de cooperación científica. *El Correo de la Unesco*, Paris, v. 1, n. 9, p. 1-6, oct. 1948, p. 1. *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (Unesco).

2. LA UNESCO, op. cit., 1948, p. 6.

3. UNESCO General Conference. First Session from 20 november to 10 december 1946. Paris: Unesco, 1947, p. 274. *Archives de l'Unesco*.

4. Cf. MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6 (suplemento), p. 975-1017, 2000; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; PETITJEAN, Patrick. International Science, Brazil and Diplomacy in Unesco (1946-50). *Science, Technology, and Society*, Oxford / New Delhi, v. 9, n. 1, p. 29-50, jan./jun. 2004.

5. Cf. CUTRONI, Anabella Abarzúa. Los intersticios de poder de América Latina en la Unesco (1945-1984). *Horizontes Sociológicos*, Buenos Aires, Ano 4, n. 8, p. 34-53, jul./dic. 2016.

delegações e de funcionários do alto escalão da organização – como o químico brasileiro Paulo Berredo Carneiro, que foi membro do Comitê Executivo ao longo de notáveis trinta e seis anos, e o mexicano Jaime Torres Bodet, chefe da delegação mexicana e segundo Diretor-Geral da Unesco, no período de 1948 a 1952. O reconhecimento do papel desses agentes fornece uma perspectiva complementar às análises que tomam a Unesco como um centro difusor de ideias modernizadoras para as periferias do mundo, recorrentemente representadas como receptoras passivas desses projetos.

Subdesenvolvimento e o princípio periférico

Em junho de 1946, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (Ecosoc – ONU) enviou uma planilha a todas as agências funcionais do sistema ONU que estavam administrativamente organizadas sob seu domínio – dentre elas, a Unesco. O documento tinha duas finalidades: 1) reafirmar que a reconstrução dos países devastados pela guerra era missão prioritária de todo sistema ONU; e 2) delimitar as áreas de atuação específicas de cada agência. Entre as cerca de trinta áreas de atuação listadas pelo documento estava a proposição de políticas sociais e serviços para áreas subdesenvolvidas. O tema era classificado como um objetivo secundário da Unesco.⁶

A menção às áreas subdesenvolvidas, feita em 1946, merece atenção. Durante a Segunda Guerra Mundial, os representantes latino-americanos foram alijados das principais mesas de deliberação para a criação da ONU e da Unesco. No caso desta última, o principal fórum de debate foi a *Conference of Allied Ministers of Education* (CAME) que, entre 1942 e 1945, reuniu em Londres os ministros da educação dos países europeus ocupados, além de representantes da China, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos da América (EUA). O projeto que emerge da CAME estava orientado para o enfrentamento da exacerbação nacionalista. A Unesco deveria combater as tensões decorrentes da ênfase excessiva nos vínculos comunitários, através da promo-

6. Cf. UNESCO. Preparatory Commission – Social Questions. Economic and Social Council (U.N.C.) Appendix A: Subjects with which social policy is concerned. Paris, 1946. File: 19/1/176 [tradução livre]. *Archives de l'Unesco*.

ção da ideia de uma comunidade humana inclusiva e solidária. Embora a questão da desigualdade fosse evocada, ela estava fundamentalmente vinculada “à doutrina da desigualdade racial”⁷ nazista.

Tendo isto em vista, é notável como nas conferências de criação da ONU e da Unesco, realizadas em 1945 em São Francisco e Londres, respectivamente, delegados latino-americanos tenham conferido uma clara dimensão socioeconômica à ideia de desigualdade. Em ambas as conferências, eles destacaram de forma firme a responsabilidade das novas organizações na promoção do desenvolvimento dos países mais pobres. Em São Francisco, o guatemalteco Guillermo Toriello declarou que o sucesso da ONU dependia do seu compromisso em elevar os níveis de vida da população de todos os países do mundo, “erradicando a miséria da face da terra”.⁸ Já em Londres, o mexicano Jaime Torres Bodet indagou os presentes de forma direta: “o que os países mais ricos e tecnicamente mais bem equipados estão preparados para fazer para ajudar os outros a elevar o nível de educação de seus povos?”.⁹

Estas intervenções fornecem pistas importantes para compreendermos como os temas da desigualdade e do desenvolvimento adentram a agenda oficial da Unesco. Elas conferem uma dimensão suplementar às narrativas já consolidadas sobre a criação dos primeiros programas da organização voltados para a popularização da ciência nos países subdesenvolvidos, uma vez que amplia o rol de atores relevantes nesse processo.

A implementação inicial de uma agenda capaz de articular ciência e desenvolvimento esteve inegavelmente ligada à posição de prestígio ocupada por certos cientistas na organização, no imediato pós-Segunda Guerra. A eclosão das bombas atômicas, em 1945, havia fomentado o debate público sobre a função social da ciência e a responsabilidade moral dos cientistas.¹⁰ A questão foi determinante para a indicação do biólogo

7. Cf. UNESCO. *Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. London, 1945. *Archives de l'Unesco*.

8. Cf. THE UNITED Nations Conference on International Organization, Verbatim minutes. New York: United Nations Information Organizations & The Library of Congress, 1945, p. 441 [tradução livre].

9. Cf. CONFERENCE for the establishment of the Unesco, 1st to the 16th November, 1945, Institute of Civil Engineers, London. Records of the Conference. p. 37ECO/CONF./29 [tradução livre].

10. Cf. ELZINGA, Aant. A Unesco e a política de cooperação internacional no campo da Ciência. In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Ciência, política e relações internacionais: ensaios*

inglês Julian Huxley ao cargo de primeiro Diretor-Geral da Unesco. Seu mandato foi marcado pela construção de um Setor de Ciências Naturais robusto, sob a liderança do bioquímico e historiador das ciências inglês Joseph Needham.

Durante os meses finais da guerra, Needham foi o principal articulador da inclusão da ciência como terceira área de ação prioritária da Unesco, ao lado da educação e da cultura. No período em que chefiou o setor de Ciências Naturais da organização, de 1946 a 1948, ele buscou pôr em prática um modelo de cooperação internacional que previa transferir ciência e tecnologia dos países *desenvolvidos*, por ele denominados de “zonas iluminadas”, para os *atrasados* – as “zonas escuras”.¹¹

Needham batizou este modelo de cooperação de “princípio periférico”. A expressão sintetizava uma dinâmica na qual os fluxos de conhecimentos e de pessoas tinham uma direção precisa: do centro para a periferia. Tal princípio se assentava sobre uma determinada concepção de ciência e da forma como ela deveria circular pelo mundo. Para Needham, assim como para outros historiadores das ciências de sua geração, a ciência europeia ocupava o posto mais avançado de um processo de desenvolvimento cumulativo, que teria sofrido uma aceleração sem precedentes com a revolução científica do século XVII.¹² Com a física mecânica de Galileu Galilei teria nascido a ciência moderna, o grande motor da prosperidade do Ocidente. O *princípio periférico* se apoiava em um postulado difusionista, segundo o qual a ciência moderna, apesar de europeia em suas origens, seria exportável mediante o transplante do modelo institucional ocidental.¹³ Caberia à Unesco impulsionar esse processo, que resultaria no desenvolvimento e na melhoria dos níveis de vida das populações periféricas.

sobre Paulo Carneiro. Rio de Janeiro: Fiocruz / Unesco, 2004.

11. NEEDHAM, Joseph. The Place of Science and International Scientific Cooperation in Post-War World Organization, Chungking, 1945. Unesco. File: CAME BOX 3 FILE 1.3 BIS; Book 2020-02-05 14.45.18 [tradução livre].

12. Cf. WHITEHEAD, Alfred North. *Science and the modern world*. New York: New American Library, 1925; KOYRÉ, Alexandre. *Études galiléennes*. Paris: Éditions Hermann, 1939.

13. Cf. DASTON, Lorraine. The history of science and the history of knowledge. *KNOW: a Journal on the Formation of Knowledge*, Chicago, v. 1, n. 1, p. 131-154, spring 2017; GOODY, Jack. *The theft of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Como destacam diferentes estudos, as convicções de Needham foram fundamentais para que a Unesco implementasse os primeiros projetos para o desenvolvimento técnico-científico de países considerados periféricos. Outra dimensão do mesmo processo se refere à atuação diligente dos latino-americanos – que não só pautaram o tema do desenvolvimento como um problema internacional, como também atuaram para cooptar recursos para o desenvolvimento científico da região. É o caso do já citado Paulo Carneiro, que em 1947 intercedeu para que o Conselho Executivo inserisse a Hiléia Amazônica no rol dos quatro principais projetos da Unesco – abrindo espaço para a criação de um segundo escritório regional na América Latina.

O projeto da Hiléia Amazônica, do qual Carneiro foi o principal redator, previa a cooperação entre cientistas europeus e latino-americanos e a criação de escolas técnicas especializadas em química e agricultura – vistas como “indispensáveis para assegurar o desenvolvimento econômico e social”.¹⁴ Os objetivos do projeto estavam em perfeita sintonia com as convicções de Needham sobre o papel da ciência para a promoção do desenvolvimento. Uma partilha de valores que não é surpreendente, tendo em vista que Needham e Carneiro eram membros de comunidades científicas com alto grau de internacionalização. Carneiro havia realizado o doutorado na Sorbonne e no Institut Pasteur, em Paris; já Needham, formado em Cambridge, havia trabalhado por anos na China, país ao qual dedicou grande parte de seus estudos. A visão de Needham sobre a função social da ciência era alimentada por sua simpatia pelo socialismo; já Carneiro era um admirador de August Comte. Por vias distintas, oferecidas pelo socialismo e pelo positivismo, partilhavam de uma convicção otimista sobre a capacidade da ciência em garantir o progresso social.

A política externa estadunidense na Era Truman

Os investimentos da Unesco na América Latina adentram uma nova fase durante o mandato de Jaime Torres Bodet (1948-1952). Em 1948, quando as tarefas de reconstrução já estavam em estágio avançado, a

14. UNESCO. Report presented by the International Commission for the International Hylean Amazon Institute. Paris, 1947. Document code: 2 C/18. Catalog Number: 0000222029 [tradução livre]. *Archives de l'Unesco*.

ONU anunciou a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que deveria monitorar a promoção do desenvolvimento econômico da região. No ano seguinte, foi criado o Programa Ampliado de Assistência Técnica, que iria executar uma ampla agenda de desenvolvimento, articulando diferentes agências do sistema. Através desse programa, a Unesco passou a ter como um de seus objetivos prioritários a melhoria da educação e da infraestrutura técnico-científica dos países ditos *subdesenvolvidos*.

O Programa Ampliado de Assistência Técnica se fundamentava em uma clara distinção entre países *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*. A mesma terminologia foi também adotada pelo então presidente dos EUA, Harry Truman, no discurso de posse de seu segundo mandato, em 1949, no qual afirmava: “devemos embarcar em um novo e ousado programa para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e do progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas”.¹⁵

As similaridades discursivas contribuíram para que muitos vissem o Programa Ampliado de Assistência Técnica como resultado direto da reorientação da política externa estadunidense. A posição do país, enquanto maior financiador da ONU, lhe permitiria instrumentalizar a agência para promover uma versão liberal e capitalista de desenvolvimento, apta a conter as proposições do bloco socialista.¹⁶

Os interesses históricos da política externa dos EUA em manter a América Latina como zona de influência são incontestáveis, assim como é o fato de que os investimentos do sistema ONU no desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo cresceram exponencialmente a partir do final dos anos 1940. Entretanto, como visto, os debates sobre desenvolvimento e sua definição como área de atuação da Unesco são anteriores ao discurso de Truman e não se explicam exclusivamente através dele. Estas leituras ofuscam o papel dos atores latino-americanos na formulação teórica dos problemas da dependência e do desenvolvimento. Elas também contribuem para obliterar iniciativas de cooperação técnica anteriores,

15. Cf. UNITED States. President (1945-1953: Harry S. Truman), *Inaugural Address*, Washington, 20 jan. 1949 jan. Western Standard Publishing Company, 1999.

16. Cf. PATERSON, Thomas. Foreign aid under wraps: the point four program. *The Wisconsin Magazine of History*, Winconsin, v. 56, n. 2, p. 119-126, 1972.

lideradas pela LdN no período entreguerras. Essas duas questões, conforme veremos, estão historicamente conectadas e foram importantes para que o tema do desenvolvimento fosse pautado na ONU e na Unesco nos anos iniciais de funcionamento dessas organizações.

Mais do que a imposição de uma agenda endógena, a noção de desenvolvimento foi uma categoria central nos discursos econômicos e políticos latino-americanos no século XX. O termo, que começou a circular em finais da década de 1920, encontrava-se amplamente disseminado em fins da década de 1940. Desde então, ele esteve no centro de reflexões teóricas e de políticas públicas que buscavam determinar os caminhos para sua realização.¹⁷

Uma das maiores referências no tema, o economista argentino Raúl Prebisch, dedicou-se ao estudo da posição da América Latina no sistema econômico internacional. Em um de seus textos mais influentes, redigido em 1949, Prebisch toma como ponto de partida o questionamento de um postulado da teoria clássica segundo o qual os frutos do progresso técnico seriam naturalmente distribuídos por toda coletividade. Para Prebisch, os países exportadores de bens primários estariam situados na periferia do capitalismo e não pertenceriam a esta coletividade exclusiva, no interior da qual benesses são compartilhadas. A industrialização seria uma das condições que permitiria a saída de sua condição de subdesenvolvidos.¹⁸

Prebisch foi secretário executivo da CEPAL entre 1950 e 1963. Justamente neste período se multiplicam reflexões que articulam teorias de desenvolvimento econômico à ideia de capital humano. Com elas, aumentam as apostas no investimento público em formação técnica profissional como caminho para a industrialização – perspectiva que fortalecia uma abordagem instrumental sobre a educação, que já vinha sendo aplicada pela Unesco desde seus primórdios. A partir dos anos 1950, a Unesco se tornava uma caixa de ressonância das teorias produzidas pela CEPAL e um laboratório para sua aplicação. A situação descortina uma dinâmica em que ideias e práticas de governança internacionais percorreram vias de mão-dupla – indicando os limites da caracterização clássica

17. Cf. OSSENBACH, Gabriela; BOOM, Alberto Martínez. Itineraries of the discourses on development and education in Spain and Latin America (circa 1950-1970). *Paedagogica Historica*, v. 47, n. 5, p. 679-700, 2011.

18. Cf. PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. [1949]. Brasília: CEPAL, 2000.

das relações entre centro e periferia como resultantes de uma imposição vertical da primeira sobre a segunda.¹⁹

Desenvolvimento e interdependência

As reflexões sobre o desenvolvimento se vinculavam intrinsicamente às representações que colocam em primeiro plano as deficiências dos países periféricos. Tais deficiências eram pensadas de forma relacional, já que determinadas por um sistema econômico e pelo paradigma das potências ocidentais industrializadas. *Desenvolvimento* apresentava também uma dimensão processual, pois indicava a possibilidade de transformação da condição de *subdesenvolvido* para a de *desenvolvido*, mediante um planejamento racional. Esse processo percorreria uma direção determinada. Para tanto, seria necessário reproduzir características das sociedades mais avançadas: níveis elevados de industrialização e urbanização; mecanização da agricultura; aumento da produção e dos níveis de vida e a incorporação do modelo educacional ocidental.²⁰

As dimensões relacional e processual da noção de desenvolvimento são características comuns a outras categorias pertencentes ao mesmo campo semântico, como as noções de desigualdade, dependência e Terceiro Mundo, que também se popularizam no pós-Segunda Guerra. Estas palavras indicam a posição relativamente inferior ocupada por certos atores em uma ordem internacional interdependente. Elas são uma forma de reflexão sobre as relações de interdependência que conectam os estados internacionalmente. Nesse sentido, a popularização da categoria *desenvolvimento* e de expressões congêneres pode ser vista como uma variação particular de reflexões sobre o fenômeno mais amplo da interdependência, que se torna um tópico relevante para as Ciências Sociais e para o campo político no início do século XX.

As guerras mundiais impulsionaram as reflexões sobre a interdependência e seus efeitos.²¹ As principais organizações internacionais do século XX, a LdN e a ONU, foram criadas para refletir e enfrentar problemas

19. Cf. OSSENBACH; BOOM, op. cit., 2011.

20. Cf. ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

21. Cf. MAUSS, Marcel. *La nation*. Paris: PUF, 2013.

postos por esta crescente interdependência. Como o fato de que conflitos regionais, como o que opôs a Áustria-Hungria à Sérvia, pudessem ser tornar o estopim de uma guerra capaz de engolfar todos os continentes.²² Essas organizações, ao criarem fóruns que reuniram em um mesmo espaço físico representantes de diferentes países, contribuíram para dar uma dimensão palpável a uma noção abstrata. Não por acaso, a participação dos economistas argentinos Salvador Oría e Raúl Prebisch nos fóruns de cooperação técnica da LdN ensejaram algumas das reflexões iniciais sobre a interdependência como um problema para o desenvolvimento da América Latina.

A participação de Prebisch na LdN levanta uma série de questões sobre a presença latino-americana nesta organização. Qual sua relevância para as reflexões sobre o desenvolvimento e a dependência? De que forma essas experiências contribuíram para que delegados latino-americanos articulassem os problemas da desigualdade e da paz, em 1945, nas conferências de criação da ONU e da Unesco, quando indicaram as responsabilidades morais dos países desenvolvidos?

Ampliando o arco de análise

Pensar as conexões entre os programas em prol do desenvolvimento educacional e científico da Unesco e as iniciativas de cooperação técnica da LdN demanda o enfrentamento da *retórica da ruptura*. A expressão se refere às tópicos que alimentaram as narrativas oficiais sobre a fundação da ONU desde 1945, quando a legitimidade da nova organização foi articulada a partir da ideia de ruptura com a LdN. O esforço de diferenciação era crucial, posto que esta última havia fracassado em sua missão basililar de manutenção da paz.²³ Essas tópicos alimentaram a construção de uma imagem negativa da LdN, na qual seu fracasso político foi entendido como sinal de sua irrelevância histórica.

22. Cf. ZIMMERN, Alfred. *The League of Nations and the rule of law, 1918-1935* (1936). London: Macmillan and Co., 1939.

23. Cf. NASCIMENTO, Juliana Assis. *Uma só humanidade: um estudo dos princípios norteadores das agências internacionais de cooperação intelectual e cultural na primeira metade do século XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2023.

Esse quadro tem mudado nos últimos anos, com a publicação de trabalhos que desafiam a tese da irrelevância dos órgãos técnicos da LdN e exploram suas conexões com a ordem imperial.²⁴ Trabalhos como os de Frederick Cooper, Joseph Hodge, Damiano Matasci e Marie-Luce Desgrandchamps argumentam que a disseminação da categoria *desenvolvimento* no âmbito dos órgãos técnicos da LdN estava profundamente ligada à crise do imperialismo.²⁵ A categoria teria permitido renovar as formas de representação da diferença na esfera internacional, conferindo uma nova base de legitimidade para a intervenção das grandes potências em outros Estados. Ao contrário da verticalidade e assimetria radicais que informam a ideia de missão civilizadora, a noção de desenvolvimento implicaria no engajamento intelectual e moral dos líderes das sociedades subdesenvolvidas e dos países desenvolvidos. A promoção do desenvolvimento demandaria esforços de intervenção conjunto dos governos dos países pobres e ricos, em aliança com as organizações internacionais.

Ao considerarmos o papel dos latino-americanos na produção de discursos e projetos de desenvolvimento, reconhecemos o protagonismo de outros personagens nesse processo. Afinal, os latino-americanos não estavam diretamente implicados nos processos de descolonização do século XX e participaram das organizações internacionais como países independentes, desde 1919. Sua participação na elaboração de discursos e práticas desenvolvimentistas é informada por interesses distintos daqueles relacionados ao reformismo imperial. A consideração das perspectivas da América Latina permite incluir a ótica dos países ditos *não desenvolvidos* na construção de formas de representação das desigualdades e na elaboração de discursos e práticas para seu enfrentamento. Para tanto, nos voltaremos brevemente para a análise de sua participação na LdN.²⁶

24. Cf. MCPHERSON, Alan; WEHRLI, Yannick (eds.). *Beyond geopolitics: new histories of Latin America at the League of Nations*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2015.

25. Cf. COOPER, Frederick. *Décolonisation et travail en Afrique: 1935-1960*. Karthala: Paris, 2004; HODGE, Joseph. *Triumph of the Expert: agrarian doctrines of development and the legacies of British Colonialism*. Athens: Ohio University Press, 2007.

26. Cf. MATASCI, Damiano; DESGRANDCHAMPS, Marie-Luce. Civiliser, développer, aider: croiser l'histoire du colonialisme, du développement et de l'humanitaire. *Histoire Politique. Revue du Centre d'Histoire de Sciences Po*, n. 41, set. 2021.

Não se trata de um problema da primazia no uso de categorias como *desenvolvimento* – se feita por reformadores imperiais ou por intelectuais latino-americanos. Mas, sim, da relevância analítica de considerarmos o papel dos países ditos *não desenvolvidos* na construção de formas de representação das desigualdades e na elaboração de discursos e práticas para seu enfrentamento. Para tanto, nos voltaremos à LdN.

A presença latino-americana na Liga das Nações

Ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no ano de 1919, foi criada a primeira organização internacional com pretensão de reunir as lideranças políticas de todos os estados independentes do mundo. A LdN tinha como missão manter a paz e ordenar as relações entre os Estados, adequando o princípio político da soberania às crescentes interdependências econômicas e políticas. Suas atividades foram oficialmente encerradas em 1946, quando parte de sua estrutura institucional foi incorporada pelo sistema ONU.

Entre os quarenta e dois Estados-Membros fundadores da LdN, as regiões do mundo mais representadas foram a Europa e a América Latina – cada uma com dezesseis países. Os demais membros eram compostos por cinco países asiáticos, um africano e quatro domínios autogovernados da British Commonwealth – Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. O elenco dos participantes, que excluía a quase totalidade dos povos africanos e asiáticos, demonstra como o internacionalismo da LdN era solidário à ordem imperial. Ao longo do período entreguerras este elenco de nações sofreu importantes modificações – causadas, sobretudo, pela evasão de Estados-Membros. Em 1940, apenas cinco das dezesseis nações latino-americanas fundadoras permaneciam na LdN. A dinâmica revela não só a frustração de expectativas políticas,²⁷ como também levanta questões sobre a participação da referida porção continental e de outros atores políticos não-europeus na LdN.

No seu documento fundador, o Pacto da LdN, apenas dois artigos não apresentam uma pretensão universalista, posto que sua aplicabili-

27. Cf. DUMONT, Juliette. A América Latina na Sociedade das Nações: reflexões a partir do caso argentino, brasileiro e chileno. *Revista Escrita da História*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 143-175, jul./dez. 2016.

dade era restrita. O primeiro deles, de número 22, tratava da criação do regime de mandatos e definia as responsabilidades da LdN em relação exclusivamente às colônias dos países derrotados na então chamada Grande Guerra. Segundo o Pacto, caberia à LdN aplicar “o princípio de que o bem-estar e o desenvolvimento de tais povos constituem um dever sagrado da civilização”.²⁸ Notavelmente, esta é a única passagem do documento em que são usadas expressões como *bem-estar* e *desenvolvimento*.

Já o artigo 21 afirmava o compromisso da LdN em respeitar “os tratados de arbitragem e os acordos regionais, como a doutrina de Monroe”.²⁹ O artigo repercutiu negativamente na imprensa latino-americana, ensejando debates calorosos sobre as desvantagens da ratificação do Pacto. Uma crítica recorrente, feita por nomes como o cientista político argentino Arturo Orzábal Quintana, apontava que a doutrina Monroe não poderia ser qualificada como um acordo entre países. A inclusão do artigo no Pacto significaria o reconhecimento, por parte da LdN, do poder dos Estados Unidos em exercer uma supra soberania sobre seus vizinhos do Sul.

O mal-estar foi intensificado pelos empecilhos postos às propostas de eliminação do artigo 21 e retificação do Pacto, mesmo diante do fato de que os latino-americanos fossem um dos maiores blocos regionais da organização e os Estados Unidos jamais tenham sido um Estado-Membro. Para muitos aquele foi o primeiro sinal de que a participação dos países da América Latina na LdN, como estados de segunda classe, dificilmente traria vantagens comparativas em relação à participação na União Panamericana, uma organização regional em funcionamento desde 1889, sob a liderança explícita dos EUA.

Ainda no que diz respeito ao Pacto, é importante salientar que ele estabelecia um duplo compromisso: garantir a paz e a cooperação internacional. Esses dois objetivos, entretanto, não eram tratados de forma igualitária pelo documento. Dos seus vinte e seis artigos, apenas dois versavam sobre cooperação. O artigo 23 determinava, em termos vagos,

28. LEAGUE of Nations. *The Covenant of the League of Nations*. Versailles, 1919.

29. LEAGUE, op. cit., 1919.

que a LdN deveria promover a cooperação técnica para tratamento de questões “sociais” e “humanitárias”.³⁰

As imprecisões do Pacto permitiram que, ao longo dos anos seguintes, o artigo 23 fosse objeto de uma interpretação extensiva, levando à criação de uma série de comissões e organizações técnicas. Como resultado, a LdN se transformou, de forma inaudita, em um fórum de cooperação em prol da governança internacional.³¹ Ao final da década de 1930, a quase totalidade de seu orçamento era consumida por essas estruturas do seu interior organizacional.

As comissões da LdN foram responsáveis por garantir a aplicação de convenções internacionais em três temas principais: o combate ao tráfico e consumo de ópio; à escravidão; ao tráfico de mulheres e crianças, à prostituição e à circulação de publicações obscenas. Tratava-se, portanto, de uma agenda com claros contornos morais e que foi direcionada, de forma quase que exclusiva, aos países e colônias situados na América Latina, Ásia e África. A cooperação se deu através da colaboração entre técnicos da LdN e atores ligados aos órgãos políticos, repressivos e judiciários dos Estados-Membros.

Já as organizações técnicas da LdN não estavam submetidas às convenções internacionais pré-existentes e tinham como função promover a cooperação em quatro áreas: comunicação e transportes; saúde; economia e finanças; vida intelectual. A cooperação se deu através de estratégias variadas, como a realização de encontros de especialistas, a organização de atividades associativistas e o fornecimento de ajuda técnica e financeira aos países-membros.

Entre as iniciativas de ajuda técnica mais estudadas, destacam-se os projetos de reestruturação financeira dos países da Europa central, executados pela *Economic and Financial Organization* da LdN no início da década de 1920.³² Nos últimos anos, renovou-se também o interesse so-

30. Cf. GARCÍA, Magaly Rodríguez; RODOGNO, Davide; KOZMA, Liat. *The League of Nations' work on social issues: visions, endeavours and experiments*. United Nations: Geneva, 2016.

31. Cf. GHÉBALI, Victor-Yves. Aux origines de l'Ecosoc – l'évolution des commissions et organisations techniques de la Société des Nations. *Annuaire français de droit international*, v. 18, n. 1, p. 469-511, 1972.

32. Cf. CLAVIN, Patricia. *Securing the world economy: the reinvention of the League of Nations, 1920-1946*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

bre uma série de acordos celebrados entre a LdN e a China, entre 1929 e 1935, em resposta a uma requisição feita pelo próprio país.³³ O intuito destes acordos era se valer da *expertise* ocidental para promover o desenvolvimento chinês em áreas como saúde, educação, transportes, saneamento básico e finanças. Neste caso, a cooperação se deu através do envio de estudantes chineses para universidades europeias e da ida de especialistas europeus à China. Estes foram responsáveis por realizar enquetes e relatórios com recomendações modernizadoras para o projeto de construção nacional liderado pelo novo governo republicano. O plano contou com apoio financeiro da Fundação Rockefeller e envolveu os quatro órgãos da LdN: a *Health Organization*, a *Organization for Communications and Transit*, a *Organization on Intellectual Cooperation* e a *Economic and Financial Organization* (EFO).

Como demonstra o exemplo chinês, as iniciativas de ajuda técnica da LdN abarcaram temas diversos, entre os quais o desenvolvimento educacional e técnico-científico. A dinâmica de execução do projeto antecipava traços fundamentais do modelo de cooperação que se tornaria característico do sistema ONU: a estruturação de uma rede de organizações internacionais e filantrópicas atuando em parceria com governos; o estabelecimento de acordos e procedimentos burocráticos para alinhar a ação entre estas organizações; a emergência da figura do especialista, que circula internacionalmente para estabelecer diagnósticos e propor soluções modernizadoras a partir do paradigma das instituições ocidentais; e o envio de estudantes para Instituições de Ensino Superior (IES) da Europa e dos Estados Unidos.

O caso chinês deixa claro que a cooperação não foi implementada a partir de uma imposição – afinal, foi o governo do país quem demandou ajuda para seus programas de modernização. Ainda que um projeto tão extenso quanto o chinês não tenha sido executado na América Latina, é possível encontrar nos arquivos da LdN uma série de requisições por auxílio técnico feitas por países latino-americanos, a exemplo da Venezuela

33. Cf. RUSSELL, William Fletcher. The Report of the Mission of the League of Nations on Education in China – a review. *Teachers College Record*, n. 34, v. 6, p. 1-6, mar. 1933; OSTERHAMMEL, Jürgen. “Technical Co-operation” Between the League of Nations and China. *Modern Asian Studies*, v. 13, n. 4, p. 661-680, 1979; ZANASI Margherita. Exporting Development: The League of Nations and Republican China. *Comparative Studies in Society and History*, n. 49, v. 1, p. 143-169, 2007.

(1936) e da Bolívia (1939).³⁴ Por outro lado, há também o caso da Libéria que, embora fosse um país independente e Estado-Membro da LdN, sofreu a imposição de um projeto de modernização financeiro por parte do organismo, que cedeu às pressões impostas pelo EUA, à época o principal credor do país.³⁵ Esses exemplos levantam questões sobre quais interesses informavam essas requisições ou imposições, assim como quais critérios determinavam seu acolhimento ou refutação pela LdN. Indicam ainda que a posição latino-americana talvez possa ser mais bem compreendida quando relacionada àquela ocupada pelos demais países subdesenvolvidos.

A descoberta da dependência

O principal palco para estas requisições ou imposições de ajuda para o desenvolvimento foi a EFO da LdN. Esse braço financeiro e econômico pode ser visto como um dos primeiros espaços de confrontação entre projetos articulados a partir das categorias de *modernização e desenvolvimento*. No caso chinês, o conflito se deflagrou quando os técnicos da EFO definiram que os investimentos em infraestrutura física seriam o alvo prioritário do projeto, reduzindo fundos para as áreas da educação e do sistema financeiro – uma decisão que mais agradava aos interesses britânicos na região do que ao projeto estatal chinês.³⁶

Estudos recentes apontam que a experiência dos economistas argentinos Salvador Oría e Raúl Prebisch na EFO foram fundamentais para a formulação de seus estudos sobre a inserção internacional das economias latino-americanas. A articulação do subdesenvolvimento e da dependência como problemas estaria, assim, historicamente conectada aos encontros que reuniram, pela primeira vez, representantes da Argentina, China, Irã e Libéria em um mesmo fórum econômico internacional,

34. Cf. LEAGUE of Nations. *Investigation in Venezuela – Request from the Venezuelan Government*, January 31, 1936. File: R4607/10C/22209/22209; LEAGUE of Nations. *Financial Enquiry in Bolivia – Request from the Bolivian Government*, June 10th, 1939. File: R4623/10C/38357/38357.

35. Cf. DU BOIS, William. Liberia, the league and the United States. *Foreign affairs*, v. 11, n. 4, p. 682-695, 1933.

36. Cf. OSTERHAMMEL, op. cit., 1979.

onde antagonizaram seus interesses com os das grandes potências.³⁷ A experiência desses atores na EFO corrobora a hipótese de que a problematização do desenvolvimento do Terceiro Mundo não é produto do pós-Segunda Guerra, mas, sim, o resultado de um processo mais longo de reflexão sobre a inserção dos países não industrializados em um sistema econômico internacional interdependente.

Um dos pontos de partida desse processo seria dado pela participação de Salvador Oría na EFO, em 1926, em uma série de encontros sobre dupla taxação e evasão fiscal. Na ocasião, Oría manifestou sua insatisfação em face às propostas que visavam garantir que empresas internacionais só pagassem impostos nos domicílios fiscais de suas sedes. O projeto era extremamente danoso para países que, como a Argentina, não possuíam empresas multinacionais, mas sediavam muitas delas em seus países. Grande parte do sistema bancário, de transportes e das poucas indústrias argentinas eram filiais de empresas europeias e estadunidenses – que estariam desobrigadas de pagar impostos internacionalmente.³⁸

O impacto da participação no encontro ficaria evidente nos escritos de Oría produzidos nos anos subsequentes, nos quais abordou o tema da desigualdade das formas de inserção no sistema econômico internacional. Oría descreveu os países europeus como “desenvolvidos”, “industrializados” e “imperialistas”. A imagem contrastava com a representação dos latino-americanos como “não desenvolvidos” e “interdependentes”.³⁹ A partição do mundo em dois blocos evidenciava que os latino-americanos estavam situados ao lado dos territórios coloniais e em oposição aos países industrializados. Oría refutava o otimismo liberal, segundo o qual os países não desenvolvidos estariam em um estágio transitório de um processo cujo desfecho necessário seria o desenvolvimento. A única estratégia possível para sair desta condição, segundo Oría, seria o “inter-

37. Cf. ROMÁN, José Antonio Sánchez. From the Tigris to the Amazon: peripheral expertise, impossible cooperation and economic multilateralism at the League of Nations, 1920-1946. In: JACKSON, Simon; O'MALLEY, Alanna (eds.). *The Institution of International Order*. London / New York: Routledge, 2018.

38. Cf. LEAGUE of Nations. *Double Taxation and Fiscal Evasion, Report by Dr. Salvador Oría*. File: R368/10/51548/15697.

39. ORÍA *apud* ROMÁN, op. cit., 2018, p. 43-64 [tradução livre].

vencionismo”, já que o curso natural reforçaria a situação de interdependência das nações latino-americanas.⁴⁰

Com a deflagração da crise 1929, os temas do *intervencionismo* e da *interdependência* econômica ganharam corpo. Em 1932, foi a vez de Raúl Prebisch ser convocado pela EFO a compor um grupo de especialistas encarregado de determinar a agenda da *London Economic Conference*. A conferência, que seria realizada em 1933 com a presença de representantes de sessenta e seis países, tinha como objetivo estabelecer uma política para o enfrentamento conjunto dos problemas da Grande Depressão.

O governo argentino incumbiu Prebisch com a tarefa de inserir na agenda do encontro a questão do trigo. A Argentina era então um dos quatro maiores exportadores mundiais do cereal, ao lado da Austrália, Canadá e EUA. Desde o início da crise, os preços das *commodities* mundiais havia despencado, gerando graves problemas no balanço de pagamentos de países não industrializados. Apesar de Prebisch ter sido bem-sucedido na tarefa de pautar o tema para a conferência, a fragilidade da Argentina foi escancarada diante da decisão dos países europeus de atuarem em bloco. Contrariando os pedidos pela flexibilização de medidas protecionistas, foram celebrados acordos que favoreciam a compra de trigo de países da Europa, fazendo despencar ainda mais o preço do trigo argentino.⁴¹ Em 1985, Prebisch relembriaria o amargor da experiência: “Eu tinha visto a Liga das Nações na perspectiva de um jovem consultor para a Conferência Econômica Mundial de 1933 e vi que nós – membros dos países em desenvolvimento – não tínhamos nada a fazer naquele ambiente. Estávamos à margem”.⁴²

As experiências de Salvador Oría e Raúl Prebisch demonstram que a insatisfação latino-americana com a LdN não foi motivada só pela promessa não cumprida de igualdade política, manifesta pelo Pacto, pela ausência de representação nos assentos permanentes ou pela inação durante a Guerra do Chaco. A questão abarcava a frustração de expectati-

40. ORÍA *apud* ROMÁN, op. cit., 2018, p. 43-64 [tradução livre].

41. Cf. LEAGUE of Nations. *Journal of the Monetary and Economic Conference*, London, 1933. File: Correspondence concerning the Proceedings and Minutes of the Conference, 1933-1934. Reference Code: R4639-10D-6544-5233.

42. PREBISCH, Raul. Raul Prebisch on ECLAC's achievements and deficiencies: an unpublished interview. [Entrevista concedida a] POLLOCK, David; KERNER, Daniel; LOVE, Joseph. *CEPAL Review*, n. 75, p. 9-22, dec. 2001, p. 10 [tradução livre].

vas depositadas nos órgãos de cooperação técnica, diante de políticas e acordos que, se não eram simplesmente danosos, no mínimo não atendiam aos interesses da América Latina. Em conjunto, esses fatores explicam a debandada latino-americana da LdN antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra.

Os anos de guerra e a formulação de novas demandas

Como dito, as nações latino-americanas não foram convidadas a tomar parte das principais deliberações que levaram à criação do sistema ONU e de suas agências funcionais. Em março de 1945, quando o desenho dessas instituições já estava em estágio avançado, a União Panamericana se reuniu no México para discutir a inserção dos estados americanos no novo sistema internacional. De um lado, a diplomacia estadunidense deveria convencer seus vizinhos de que não iriam “usá-los como peões numa luta futura por influência e mercados mundiais”.⁴³ Do outro, os líderes latino-americanos cobravam o cumprimento das promessas de Roosevelt à América Latina, como as formuladas em seu discurso ao Congresso brasileiro em 1936, no contexto da *Política de boa vizinhança*: “Cada um de nós aprendeu as glórias da independência. Que cada um de nós aprenda as glórias da interdependência”.⁴⁴

A interdependência internacional, até ali, havia apenas mostrado sua face negativa às nações latino-americanas. Nas negociações que antecederam a realização do encontro, o Ministro das Relações Exteriores do México, Ezequiel Padilla Peñaloza, alertava a diplomacia estadunidense acerca das expectativas da América Latina para os novos organismos internacionais: “as pessoas não são mais movidas por panfletos cheios de princípios sonoros, que o caminho para o coração das massas é através do aumento do padrão de vida e do desenvolvimento econômico dos países da América Latina”.⁴⁵

43. Cf. 710 Conference (W & PW / 2-245) [Document 62] *Memorandum by Mr. William Sanders, a Technical Officer of the Delegation* – p.

44. Cf. UNITED States. President (1933-1945: Franklin D. Roosevelt), *Address before a Joint Session of the National Congress and the Supreme Court of Brazil at Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1936. The American Presidency Project [tradução livre].

45. BOHAN, Merwin. *Memorandum of Conversation*, by Mr. Merwin L. Bohan, a Technical Officer of the Delegation in The Inter-American Conference on problems of war and peace,

O recado estava dado. As palavras de Peñaloza não reverberaram nos acordos firmados naquele ano pela União Pan Americana. Mas elas traduziam o espírito de muitos delegados ali presentes – alguns dos quais também estariam nas conferências para a criação da ONU em São Francisco e da Unesco em Londres, realizadas poucos meses depois. Como o Ministro guatemalteco Guillermo Toriello, que subiu à tribuna em São Francisco para conclamar uma cruzada contra a miséria no mundo.

Em novembro de 1945, seria a vez do mexicano Jaime Torres Bodet fazer o mesmo em Londres, na conferência de criação da Unesco. Poucos meses depois, em abril de 1946, a delegação mexicana enviou à organização um projeto para a erradicação do analfabetismo, no qual estão impressas as digitais de Torres Bodet, que havia liderado uma campanha nacional com a mesma finalidade no México, quando era Ministro da Educação. Neste projeto de 1946 para a Unesco vemos a articulação clara entre as ideias de desenvolvimento econômico e educação: “a classificação dos países do mundo de acordo com o nível médio de cultura de suas populações demonstra a relação muito próxima entre esse nível e o desenvolvimento econômico”.⁴⁶

O projeto argumenta que as resoluções da Unesco para “educar as gerações presentes e futuras nos ideais da paz, da democracia e da justiça social serão ineficazes”⁴⁷ se tais benefícios forem direcionados à pequena parcela da população mundial que possui acesso à educação. E conclui que “a solução definitiva e radical para o problema do analfabetismo é acelerar o desenvolvimento histórico dos países que ainda sofrem com essa praga social, a fim de colocá-los no mesmo nível das nações avançadas”.⁴⁸ A argumentação redireciona a retórica pacifista da Unesco para finalidades desenvolvimentistas. E o faz a partir da ideia de que só o desenvolvimento econômico poderá garantir o acesso à edu-

Mexico City, 29 jan. 1945, p. 161. In: UNITED States. *Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, 1945. Volume IX: The American Republics*. File: 710 Conference (W and PW / 1-2945, Document 61 [tradução livre].

46. UNESCO. Organisation d'une lutte contre l'analphabétisme – proposition soumise par la délégation mexicaine, abr. 1946, p.1. Comissão préparatoire. File: Unesco / COM. PREP./24. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

47. UNESCO, op. cit., abr. 1946, p. 2 [tradução livre].

48. UNESCO, op. cit., abr. 1946, p. 2 [tradução livre].

cação e à cultura. Nas décadas seguintes, os discursos prevalentes na Unesco inverteriam o encadeamento lógico desses argumentos, fazendo da educação o caminho para o desenvolvimento econômico.

Na proposta da delegação mexicana, podemos entrever tanto os rastros de reflexões anteriores sobre o problema do *desenvolvimento* e da *interdependência* como o prenúncio de sua articulação com o tema educacional. A questão da interdependência, se por um lado relegava a América Latina a uma posição periférica no capitalismo, também passava a fundamentar as exigências por maior equidade. O que permite esta passagem é a representação da desigualdade como desestabilizadora da paz. Um argumento que manipulava temores despertados pelo nazismo e pelo socialismo, as ideologias corruptoras das massas pobres e iletradas. Argumentos que, embora endereçados a determinada audiência internacional, contemplavam as aspirações regionais por maior desenvolvimento e bem-estar social. A proposta condensa uma pluralidade de referências que atestam o quanto as reflexões sobre o desenvolvimento foram múltiplas – e que essa multiplicidade foi fabricada pelas diferentes formas de inserção em um mundo interdependente.

PARTE II
DESLOCAMENTOS

3. Multilateralismos: a cooperação interagências transnacionais para a *assimilação cultural* de imigrantes na Latino-América das décadas de 1940-1950

Valério Rosa de Negreiros

Continuar o estudo dos aspectos sociais e culturais da migração, a fim de cooperar com os Estados-Membros, as Nações Unidas e as Agências Especializadas na elaboração ou execução de planos de emigração ou imigração, de modo a assegurar que ambos contribuam não só para a melhoria das condições econômicas dos países em causa, mas para o progresso social e para o enriquecimento cultural das pessoas afetadas, e para a compreensão mútuas entre os povos.

(Unesco, 1951, p. 23)

A imigração foi um dos temas centrais desenvolvidos pelo Departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Tal questão fazia parte de um contexto do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que abordava temas que propunham formas de evitar conflitos de proporções globais, como os vivenciados naquela época. No âmbito dessa Organização, a questão da *assimilação cultural* de imigrantes foi trazida à tona em reuniões e agendas de pesquisa a partir do final da década de 1940, intensificando-se no anos de 1950. Nesse cenário, encontramos um conjunto de documentos intitulados *Economic Development & Migration Survey*

*in Brazil*¹ e *Cultural Assimilation of Imigrants in Brazil*,² alocados nos Arquivos da Unesco, em Paris.

A epígrafe que abre esse capítulo faz parte de um conjunto de cartas enviadas por Alva Mirdal,³ então diretora do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, ao senhor Alberto Arca-Parró,⁴ referindo-se aos termos do contrato celebrado entre eles para a elaboração de um estudo sobre as “condições que favorecem a assimilação cultural dos imigrantes no Brasil”.⁵ Partindo da análise dessa documentação, o objetivo desse capítulo, portanto, foi o de resgatar a partir dos debates da Unesco, o protagonismo do Brasil e da América Latina nos assuntos relativos à chamada *assimilação cultural* de imigrantes durante a década de 1950. A análise também buscou averiguar como o caso latino-americano se inseriu em um contexto de disputas que envolveu diversas agências e organismos internacionais, por meio de seus representantes, em busca de maior interferência e/ou atuação nessa localidade, no contexto da Guerra Fria.

O posicionamento do Brasil logo após a Segunda Guerra foi o de se estabelecer entre os países do bloco ocidental, segundo José Fischel de Andrade, “participando de várias atividades empreendidas pela comunidade internacional”. Ainda no final da década de 1940, o país assumiu o papel de reassentar refugiados e deslocados de guerra europeus em solo brasileiro. Como a bibliografia sobre o assunto ressalta, tal movimento não só inseria o país “no âmbito de atividades onusianas, como igualmente atraía mão de obra qualificada para seu território – combinação

1. Cf. ECONOMIC Development & Migration Survey in Brazil. Box 330.19: 325 (81) a 52. Unesco/ECLA/TAA. *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (Unesco).

2. Cf. CULTURAL Assimilation of Imigrants in Brazil. Box 325:008 (81) a 187. Unesco. *Archives de l'Unesco*.

3. Alva Reimer Myrdal (1902-1986) foi uma política social-democrata e diplomata sueca, reformadora social das mais influentes do século XX. De 1950 a 1955 presidiu a seção de Ciências Sociais da Unesco, sendo também a primeira mulher a ocupar posições de destaque na Organização das Nações Unidas (ONU).

4. Alberto Arca-Parró (1901-1976) foi um político, jurista e economista peruano. Especializado em estatística, realizou o Censo Nacional de 1940. Foi deputado (1931-1936) e senador (1945-1948, 1956-1962 e 1963-1967). Presidiu o Senado em 1960 e 1961.

5. CORRESPONDÊNCIA de Alva Mirdal a Alberto Arca-Parró. Box: 325:008 (81) a 187. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

conveniente de princípios humanitários e expediência política, interna e internacional”.⁶

Ademais, conforme ressaltou Nick Cullather, no início da Guerra Fria, as lutas a favor ou contra o comunismo e entre as forças coloniais e anticoloniais foram misturadas com questões de desenvolvimento e modernização.⁷ Pauta que ganharia escopo no conário da liberal-democracia, que se estenderia até o golpe de 1964, quando foi instaurada a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Outro aspecto que vale a pena referenciar é o posicionamento do Brasil em relação aos Estados Unidos da América (EUA), lembrado por Ioannis Papadopoulos, ao mencinar uma maior atuação deste país e “suas autoridades especialistas trabalhando para as organizações internacionais recém-criadas chegaram a acreditar que se os países pobres não fossem resgatados da pobreza, sucumbiriam a Moscou”.⁸

É nesse contexto então, entre o final da Segunda Guerra Mundial e propriamente o estabelecimento da Guerra Fria, que as autoridades brasileiras consideraram a vinda de refugiados e deslocados do conflito bélico, na condição de imigrantes, para o Brasil. No entanto, impõe-se questionar, por qual motivo o país latino-americano se tornaria protagonista de pesquisas sobre imigração no âmbito de agências e organismos internacionais, sobretudo na cena da bipolaridade global? Uma das possíveis respostas para tal questionamento se expressa a partir de dois pontos que tentaremos expressar nessa reflexão. O primeiro está atrelado ao posicionamento do Brasil na recepção de estrangeiros, logo após o fim da Segunda Guerra; e, como segundo fator, a atuação da Unesco promovendo a circulação de sujeitos e ideias que passaram a trabalhar a partir de sua agenda para entender os aspectos relativos à *assimilação cultural* de imigrantes, em experiências que poderiam ser replicadas ao

6. ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 48, v. 1, p. 1-37, jun. 2005, p. 61.

7. CULLATHER, Nick. Research note: development it's history. *Diplomatic History*, Oxford, v. 24, n. 4, p. 641-653, oct. 2000, p. 651.

8. Cf. PAPADOPOULOS, Ioannis. A política migratória do Brasil e os esforços dos Estados Unidos para integrar os países da América do Sul no Mundo Ocidental (1950-1960). In: *Anais do V Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais: Democracia e Direitos Humanos: crises e conquistas*. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2019.

mundo. O Brasil despontaria, assim, como um dos principais atores na América Latina.

Segundo Gustavo Taniguti, que se deteve aos estudos sobre imigrantes no Brasil produzidos nas Ciências Sociais brasileiras entre as décadas de 1940 e 1960, ao explorar a dinâmica de relações que contribuiu para a realização desses estudos, a Unesco, através de Departamento de estudos congêneres,

passou a patrocinar a realização de pesquisas e estimular o intercâmbio de conhecimento em uma escala anteriormente inexistente na sociologia e na antropologia brasileiras. Na década seguinte [1950], outras propostas investigativas e novos entendimentos sobre a condição do imigrante na sociedade brasileira foram levados adiante, indicando mudanças de quadros de análise que foram capazes de reconfigurar as formas de apreensão das relações étnico-raciais. A esse respeito, as iniciativas de pesquisa patrocinadas pela Unesco tiveram importância significativa e merecem ser revisitadas.⁹

De acordo ainda com Taniguti, a orientação institucional do Departamento de Ciências Sociais do organismo internacional esteve, desde o início de suas atividades, explicitamente focada na imigração e na superação do racismo e do preconceito. Desde 1947, o termo *assimilação cultural* vinha sendo utilizado na Unesco como sinônimo de estudos sobre imigração, representando uma espécie de vocábulo de alcance universal.

Ao nos depararmos com a documentação analisada, disponível nos Arquivos da Unesco, tentamos convergir aqui para uma análise que demonstre como foi possível uma trama que colocou o Brasil na posição de protagonista nos estudos da *assimilação cultural* promovido pela entidade. O ponto de partida para essa narrativa surge com um apelo da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) através do seu Comitê Regional de Coordenação dos Órgãos Intergovernamentais sobre Migração no subcontinente.

9. TANIGUTI, Gustavo. O imigrante segundo as Ciências Sociais brasileiras, 1940-1960. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 20, n. 49, set./dez. 2018, p. 153.

A Unesco na América Latina ou a América Latina na Unesco: correspondências sobre o projeto de assimilação cultural de imigrantes na década de 1950

O Comitê Regional de Coordenação dos Órgãos Intergovernamentais sobre Migração na América Latina foi criado em cumprimento da Resolução número 6, relativa aos problemas desta matéria, adotada pela CEPAL na Quarta Seção (México, junho de 1951) e que se reuniu pela primeira vez nos dias 7 e 8 de fevereiro de 1952, em Santiago do Chile. Nesta sessão constitutiva se estabeleceu que o Comitê desempenharia a função de assessoria e contribuiria em coordenar os trabalhos que se realizaram nos assuntos de migrações nos territórios latino-americanos.

Foram esboçadas algumas das tarefas que seriam responsabilidades daquele Comitê, tais como: o intercâmbio de informações sobre trabalhos migratórios; as consultas com as organizações não governamentais sobre o tema e a coordenação das atividades relacionadas com as migrações mediante reuniões especiais que citassem a Secretaria, a pedido de uma das organizações membro do Comitê.

O representante da CEPAL apresentou ao Comitê uma proposta de levar a cabo um projeto modelo de desenvolvimento econômico em sua ação com as migrações, em uma região determinada, com o objeto de auxiliar ao governo interessado. No geral, a opinião do Comitê foi a de que o estudo poderia ser realizado de preferência numa região “que constituísse uma unidade econômica, tendo em conta as condições gerais econômicas e sociais do país na medida em que influenciasse a região a ser realizada aquele estudo”.¹⁰ A proposta foi aprovada pelo o Comitê e submetida à Quinta Sessão da CEPAL.

Tal discussão chegou até à Unesco que demonstrou interesse nesse projeto, sobretudo, nos assuntos relacionados à “integração dos migrantes na vida nacional dos seus países de acolhimento e questões educativas”.¹¹ Após análise do projeto foram empreendidos comentários, ao demonstrar de que maneira o empreendimento poderia ser conduzido.

10. DRAFT proposal for an ECLA/TAA Economic Development – Migration Project. ECLA, Santiago, 21 april 1952. In: *Economic Development & Migration Survey in Brazil*. Box 330.19: 325 (81) a 52. Unesco/ECLA/TAA. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

11. DRAFT op. cit., 1952. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

Reproduzimos, a seguir trechos do empreendimento retórico da Unesco na definição sobre *integração e assimilação*:

A Unesco considera que, embora os problemas de integração estejam estreitamente ligados ao bem-estar social, é melhor tratá-los separadamente, uma vez que também estão envolvidas questões mais amplas [...]. A situação ideal é que os imigrantes possam ser assimilados pelo modo de vida do país de acolhimento, mas ao mesmo tempo possam contribuir para esse modo; e é isso que o termo “integração” pretende transmitir.¹²

Na mesma época, a Unesco organizava, dentro do seu programa de estudos, duas publicações sobre a temática *integração dos imigrantes e seu contributo para a vida nacional*. A primeira foi baseada nos resultados de um questionário enviado a governos e de uma série de monografias preparadas por cientistas sociais sobre problemas de assimilação cultural de imigrantes em cinco países – o Brasil figurou como um dos representantes latino-americanos. A segunda publicação trataria de um compilado produzido por um Simpósio organizado pela Associação Econômica Internacional, a respeito das *contribuições positivas dos imigrantes*, e, nesta última, novamente o Brasil se destacava, mas agora juntamente com a Argentina.

A documentação trata especificamente do posicionamento da Unesco frente ao pedido da CEPAL. Os comentários produzidos por aquela entidade referenciam o trabalho de Arca-Parró sobre as condições que favorecem a integração de imigrantes no Brasil, produzido no verão de 1952, sob o patrocínio da Unesco, e considera que o resultado desses estudos poderia servir de subsídios ao Projeto da CEPAL, acrescentando ainda que tal projeto poderia incluir de forma útil uma avaliação, *na medida em que a integração bem-sucedida dos imigrantes* tivesse ocorrida durante o período no país ou região escolhida para tal estudo e até que ponto se poderia esperar que esse estado de coisas continuasse.

Sobre o assunto da Educação, um dos temas centrais de interesse da Unesco, a documentação buscava em compreender como “a chegada de imigrantes exigiria a criação de instalações educativas adicionais; e até que ponto a imigração por si só aumentaria o nível médio de educação

12. DRAFT op. cit., 1952, p. 1. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

no país”.¹³ Nos comentários fica claro que o assunto já vinha sendo objeto de reflexão no Departamento de Ciências Sociais da Unesco “onde a abordagem de relacionar a imigração com as condições econômicas e, em particular, com o nível atual e futuro de formação de capital é calorosamente aprovado”.¹⁴

Por fim, sugeriu-se o projeto da CEPAL ao levar em conta que seu principal objetivo seria orientar os governos, que não se confundissem aspectos mais teóricos com os aspectos mais práticos. A despeito dos incisivos comentários, o projeto foi acolhido pelo Departamento de Ciências Sociais, corroborando assistência ao empreendimento.

De maneira geral, os comentários da Unesco e, em específico, do seu Departamento de Ciências Sociais em relação ao Projeto da CEPAL, evidenciam a necessidade de inserir cada vez mais o organismo nas atividades requisitadas pela América Latina, sobretudo nos assuntos mais urgentes que despertavam interesse e importância na política dos países continentais, visto que “a Unesco não estava representada em nenhuma das numerosas missões que auxiliavam os diferentes governos na sua tarefa de encontrar uma solução para estes problemas”,¹⁵ se comparada às atividades de outras agência especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU). Desse modo, o Departamento de Ciência Sociais via no Projeto da CEPAL um caminho para uma atuação mais elaborada. Reproduzimos, a seguir, trechos dos comentários:

A proposta do Projeto de Desenvolvimento Econômico-Migração da CEPAL/TAA oferece-nos a oportunidade de colaborar na elaboração de um inquérito abrangente que, se, em primeiro lugar, fosse submetido para estudo detalhado e crítico a cada uma das Agências Especializadas participantes na atividade, teriam resultados excelentes e de longo alcance. Uma contribuição como esta aumentaria certamente o prestígio de que a nossa Organização já goza em determinados países da América Latina. O primeiro ponto que devemos estabelecer é que a Unesco só

13. DRAFT op. cit., 1952, p. 1. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

14. DRAFT op. cit., 1952, p. 1. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

15. FRAZIER, Franklin to Alva Myrdal copy to Mr. L. Dias Gonzalez, Unesco, 12 fevereiro de 1953. Comments on the ECLA Project. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

pode colaborar no âmbito da sua competência particular, ou seja, no que diz respeito aos aspectos sociais e culturais do estudo.¹⁶

Os termos do projeto da CEPAL estavam mais restritos aos assuntos econômicos considerando o processo de desenvolvimento dos países da América Latina. A Unesco, então, sugeriu projetos e estudos já desenvolvidos no âmbito daquele organismo que poderiam subsidiar o projeto proposto pela CEPAL. É citado o estudo *Fatores culturais que afetam a fertilidade*, de Frank Lorimer¹⁷, que poderia ser realizado um levantamento do ponto de vista cultural, sobre tais elementos em diferentes setores das sociedades e a mobilidade social de diferentes grupos. Ressaltou-se ainda *A contribuição positiva dos migrantes*, de Emilio Willems, investigação que poderia fornecer material útil para a elaboração de um plano de trabalho mais detalhado, “na medida em que estão em causa as contribuições culturais e sociais dos imigrantes”.¹⁸

Ao analisar o Projeto da CEPAL a Unesco viu uma oportunidade de que os resultados dessa investigação subsidiariam a própria organização, numa atuação internacional, conforme se expressa no seguinte trecho:

A experiência adquirida na realização de nosso próprio estudo, que abrangiu um campo internacional, nos permitirá, após a avaliação cuidadosa dos resultados obtidos, adotar os métodos de investigação que parecem capazes de fornecer bons resultados no campo mais limitado a ser coberto pelo estudo proposto.¹⁹

Sugeriu-se ainda mais especificamente a atuação no campo da Educação Fundamental, tema caro à Organização, que poderia contribuir em colaboração com o Departamento de Educação, no preparo de cursos intensivos na língua do país onde seria realizado o trabalho de campo, tal experiência neste domínio contribuiria para “a organização de cursos cujo objetivo seria incutir no imigrante o conhecimento das condições sociais e culturais existentes no país de acolhimento e, assim,

16. FRAZIER, op. cit., 1953. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

17. Cf. LORIMER, Frank. *Culture and human fertility*. Paris: Unesco, 1954.

18. FRAZIER, op. cit., 1953. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

19. FRAZIER, op. cit., 1953. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

facilitar a sua integração na vida comunitária do país de acolhimento, novo país”.²⁰

Por fim, as conclusões da Unesco em relação ao Projeto da CEPAL, mais especificamente, os principais argumentos empreendidos pelo seu Departamento de Ciências Sociais, situam-se na defesa de que a entidade apoiasse o projeto considerando, sobretudo, uma maior abrangência de atuação da organização nos assuntos propostos pelo estudo da CEPAL, bem como maior inserção desta na América Latina:

As razões que me levam a propor que apoiemos este projeto são bastante óbvias. Se o máximo de reflexão e consideração for dado ao assunto, a probabilidade de sucesso é muito alta. O fato de a CEPAL ser a organização que fez a recomendação, garante ainda mais as chances de sucesso. O fato de a Unesco possuir material inegavelmente de alta qualidade e confiável, em qualidade e quantidade, e, pode-se dizer, sermos a única organização que neste campo possui esse material, torna muito provável a liderança do projeto caia sobre nós. É evidente que a reação de cada uma das agências especializadas será diferente, de acordo com a situação real em que se encontram. É bem sabido que as atividades da OIT [Organização Internacional do Trabalho], por exemplo, foram consideravelmente reduzidas desde a Segunda Guerra Mundial. Também não se pode negar que a confiança que os países latino-americanos depositam nesta organização está a diminuir rapidamente. A criação do ICEM [Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias] confirma este ponto; o mesmo acontece com os comentários que nos foram transmitidos pelo Sr. [Kurt] Forcart. Para justificar a sua existência já ameaçada, a OIT tenta obter o monopólio do trabalho envolvido na solução dos problemas migratórios que surgem na América Latina. Consequentemente, a política da OIT será a de boicotar qualquer projeto relacionado com este campo de investigação em que não assuma a liderança. Devo salientar que ainda não sei que comentários a OIT fez sobre este projeto. No caso da Unesco, há muitas vantagens que a organização retirará do sucesso deste projeto, além da extensão dos estudos realizados na América Latina. [...]. É evidente que, uma vez aprovado tal projeto, a Unesco deverá estar preparada para contribuir com apoio moral e material. Isto implicaria planejar o orçamento de modo a disponibilizar os fundos necessários para cumprir a nossa parte. Segue que seria vantajoso, ao responder à CEPAL, propor que o estudo começasse em 1955, o que

20. FRAZIER, op. cit., 1953. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

permitiria à Unesco recomendar que a distribuição de fundos fosse discutida na Conferência Geral a ser realizada em Montevideu. Ao mesmo tempo, isto constituiria uma ocasião para fazer propaganda do trabalho do Departamento de Ciências Sociais durante a referida Conferência. A assistência prática proposta no projeto em apreço é um bom exemplo daquele tipo de assistência que, acima de todas as outras, mais interessa aos países da América do Sul. Isto está fora de dúvida. Gostaria de insistir mais uma vez que o sucesso final depende em grande parte da forma como o nosso Departamento conduz as negociações preparatórias que conduzem a aprovação do projeto final.²¹

A mobilidade do trabalho multilateral organizado e assistido foi uma constante no pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme Papadopoulos, o então fracasso da Conferência de Migrações de Nápoles, de 1951, impulsionou os Estados Unidos, em dezembro daquele ano, na criação de um novo organismo intergovernamental, fora do quadro do sistema ONU.²² Na conferência convocada pelos *governos interessados* que teve lugar em Bruxelas, desenvolveu um quadro político para a organização da migração massiva de europeus para os países ultramarinos. Os Estados Unidos iniciaram a criação de uma corporação intergovernamental provisória. Nesse contexto da Guerra Fria, houve um acordo que o novo Comitê seria aberto só aos estados que concordassem com o princípio do *movimento livre de pessoas*.

Assim, fica claro o interesse de aumentar ainda mais a atuação da Unesco, nos debates na América Latina, no campo da promoção dos seus estudos, frente aos outros organismos da ONU como, por exemplo, a OIT, que então enfrentava uma disputa com o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), criado por iniciativa dos EUA, diante o fracasso da Conferência de Nápoles realizado em 1951.

O CIME foi fundado na premissa de que a migração deveria contribuir não só para resolver o problema de *superpopulação* da Europa, facilitando a migração ordenada de grandes números de pessoas deslocadas, desempregadas ou subempregadas da porção Ocidental do Velho Continente, mas também para a criação de novas oportunidades econô-

21. COMENTÁRIOS ao Projeto CEPAL. De Dr. L. Días Gonzalez para Dr. E. Franklin Frazier, Sra. Alva Myrdal. Unesco, Paris, 12 de fevereiro de 1953. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

22. Cf. PAPADOPOULOS, op. cit., 2019.

micas em países da *periferia*, ricos em recursos naturais, mas com falta de capital humano. Ele marcou, assim, um passo no esforço de integrar as economias de centro e periferia no ocidente.²³

No conjunto da documentação ainda é mencionada a Missão ao Brasil feita por Kurt Forcart, no qual se ressalta o elogio deste às autoridades e órgãos brasileiros, tais como: Anísio Texeira, do Ministério da Educação (MEC), e Lourenco Filho, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), considerando poucas comissões nacionais da Unesco atuantes e que o impressionava. Reproduzimos a seguir o seu posicionamento, refletindo um panorama dos assuntos mais interessantes do organismo internacional frente às sociedades latino-americanas:

No campo das Ciências Sociais Aplicadas, as questões que podem levar a resultados concretos na América Latina são, em suma, pouco numerosas. *Quase não há tensão; a discriminação racial é quase inédita*; não há países que tenham obtido independência recentemente; há pouco interesse nos direitos políticos das mulheres. Os três principais problemas que poderão ser desenvolvidos são: as consequências sociais da industrialização, *as questões relativas à migração* e a reforma agrária. [...]. Já tive oportunidade de constatar a grande importância que os países da América Latina atribuem ao trabalho da Comissão Econômica [CEPAL]. Na verdade, os estudos elaborados pela Secretaria devem ser verdadeiramente considerados notáveis.²⁴

Chama a atenção a crença na ausência de racismo nos países latino-americanos, conforme o grifo, mas que não cabe debater nos limites deste capítulo. Vale frisar, porém, que a concepção geral da Unesco sobre o Projeto da CEPAL implica algumas observações que merecem ser consideradas. O projeto em si contou com um montante a ser desenvolvido, na ordem de U\$125.744 mil dólares, e uma equipe multiprofissional.²⁵

23. Cf. PAIVA *apud* PAPADOPOULOS, op. cit., 2019.

24. N° 10. UNESCO, Centro Regional en el hemisfério occidental. Au Directeur du Département des Sciences Sociales, Paris De Kurt J. R. Forcart, La Havane. Objet: Mission au Brésil. Havana, 19 mai 1953. *Archives de l'Unesco* [tradução livre / grifos meus].

25. Equipe: Diretor do projeto, economista da CEPAL, especializado em problemas de desenvolvimento econômico na América Latina (1 ano); Dois economistas industriais (1 ano), um economista agrícola; um especialista em problemas sociais – de preferência alguém que tenha tido experiência em América Latina; um especialista em problemas populacionais; um especialista em mão de obra; um assistente administrativo; um especialista em técnicas

Embora o projeto seja concebido principalmente para fornecer o tipo de assistência descrita anteriormente, considerava-se que poderia ao mesmo tempo evoluir para um método de investigação a ser usado por outros governos da América Latina na avaliação da sua capacidade de absorver imigrantes, fornecendo dados a partir dos quais princípios e conclusões gerais podem ser derivados com um estudo mais aprofundado deste problema em outros países latino-americanos.

Por fim, a defesa da Unesco em conduzir tal projeto se concentra no aspecto da *assimilação cultural*, também chamada, por vezes, de *integração social dos imigrantes*. O documento considera que o tema tem importância na América Latina porque as supostas falhas de assimilação teriam sido, no passado, uma das maiores limitações à possibilidade de absorção de imigrantes. Já a Unesco aparentemente tinha *expertise* específica a oferecer sobre o problema de quantos imigrantes um país ou região poderia absorver do ponto de vista de garantir sua integração, e sobre os meios que deveriam ser adotados para promover esta.²⁶

Um outro conjunto de cartas dão conta da Pesquisa de Alberto Arca-Parró sobre a *Assimilação cultural dos imigrantes no Brasil*. Nelas são apresentadas considerações sobre o trânsito com as autoridades dos órgãos do governo, as entidades que representam a Unesco no Brasil, bem como a similaridade do seu estudo com outras pesquisas sobre Migração conduzidas neste país, como os trabalhos do intelectual brasileiro, Manuel Diégues Júnior, que o auxiliou na pesquisa empreendida. Nesse sentido, Alva Myrdal vai orientá-lo, em alguns pontos específicos:

Uma série de estudos científicos interessantes, como você destaca, já foram feitos sobre o problema da assimilação cultural no Brasil. O objetivo do presente estudo é que tenhamos o benefício de você examinar, com base nesses estudos e outros materiais que você possa coletar, quais são os fatores que facilitam a assimilação e como eles podem ser desenvolvidos posteriormente. No que precede coloquei ênfase na questão de saber até que ponto a repatriação é causada por problemas de assimilação cultural. Minha razão para isso é que gostaríamos que o estudo estivesse intimamente ligado ao esforço atual por parte do governo brasileiro e

de amostragem para auxiliar na investigação de campo (6 meses); um especialista em saúde em equipe internacional; e um especialista em educação internacional.

26. Cf. CARTA de Phillipps a Adiseshiah, 5 de dezembro de 1953. *Archives de l'Unesco*.

das agências internacionais para promover um aumento da imigração bem-sucedida para o Brasil. Repatriações pesadas significam não apenas um desperdício de tarifas pagas com fundos internacionais, mas também uma perda de tempo e esforço humano, gerando frustração e desânimo de outros possíveis imigrantes. Seria, portanto, de grande interesse se você pudesse apontar alguns dos assuntos que necessitam de atenção por parte das autoridades brasileiras, dos trabalhadores voluntários e das agências internacionais, o que reduziria esse custo e essa frustração.²⁷

Quanto às impressões de Arca-Parró, seu estudo afirmou que a maioria dos países adotaram a tendência de que a *assimilação cultural* dos imigrantes acontecesse como um “fenômeno natural” e cita como se fosse um “*laissez-faire*”. Para tanto, utiliza como referência o estudo *La assimilation des etranger en France*, de Georges Mauco. O pesquisador chega a supor que essa política do *deixe passar / deixe fazer / deixe acontecer* da *assimilação cultural* de alguns países era mais “aparente do que real”. Conforme definição empregada pelos documentos da Unesco, o termo *assimilação* é empregado na falta de outro mais adequado para se referir ao intercâmbio cultural entre os imigrantes e os nacionais; e que ele favorecia mais o país de recepção.

Por fim, observa-se também uma censura ao material produzido por Emílio Willems em carta de Renan Chevalier para o Presidente da Comissão de Publicações, René Maheu, onde ele informa que, juntamente com Correa de Azevedo, formaram um Comissão de Leitura para avaliar o manuscrito de Willems, *La contribution positive des immigrants au Brésil*. As principais questões levantadas sobre o trabalho de Emílio Willems eram consideradas ofensivas para as autoridades brasileiras. Conforme trechos a seguir, percebe-se a edição e recomendação desse trabalho:

A Secretaria já fez algumas alterações no texto, por exemplo, eliminando o título de “ditador” dado ao Sr. Getúlio Vargas, substituindo-o pelo de “presidente”. Os membros do Comitê reconhecem o interesse, o valor, a autoridade deste estudo. O autor é um sociólogo muito qualificado na área, mas as suas conclusões contradizem a política tradicional e delibe-

27. RESPOSTA da Unesco [Alva Myrdal, Diretora do Departamento de Ciências Sociais] aos questionamentos feitos pelo Sr. Arca-Parró, 05 de junho de 1953. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

rada do governo brasileiro e ele defende uma causa que é repugnante à consciência nacional dos brasileiros. Vários deles reagiriam da mesma forma, chocados e irritados, ao ler este manuscrito. A absorção dos estrangeiros na sociedade nacional constitui a doutrina fundamental do país. Agora esta doutrina é descrita e criticada, em tom irônico, pelo Sr. Emílio Willems. Suas alusões políticas, implicando o governo brasileiro, também são inadequadas. [...]. O tom geral do estudo não tem algo constantemente desagradável, pouco compatível, apesar de certo valor informativo, apesar da regra de uma objetividade completa? Críticas continuamente agressivas tornam estas páginas dolorosas e desagradáveis. Aí estamos mais a reinvidicação do emigrante do que a serenidade do estudioso. O autor dá a impressão de que existe uma tensão entre os grupos de imigrantes e o resto da população brasileira que, segundo um membro do Comitê (Leitura): “nunca existiu exceto na imaginação (ou desejo) de certos agitadores, a soldo do Imperialismo nazista ou japonês. Por outro lado, o estudo está incompleto: destaca os problemas resultantes da imigração alemã, mas negligencia as contribuições espanholas, italianas, polacas, portuguesas e russas. [...]. A Comissão de Leitura formula reservas expressas, não só quanto ao tom deste trabalho, mas também quanto ao método aplicado.”²⁸

Em conclusão, a Comissão de Leitura recomendou que o estudo de Willems não fosse publicado pela Unesco, devendo ser deixado à livre disposição de seu autor, desde que, caso saísse na forma de artigos de revista, não mencionasse de maneira alguma a sigla da Unesco. Por fim, ressaltou que se a introdução geral e a conclusão do livro fossem publicados pela organização internacional, deveria ser modificada levando em conta que o estudo sobre o Brasil tinha que ser eliminado.

A censura ao manuscrito de Emílio Willems talvez esteja de acordo com o posicionamento adotado pelo Departamento de Ciências Sociais conduzido por Alva Myrdal durante a primeira metade da década de 1950, de um pluralismo ambicionado. Assim, necessariamente as pesquisas e produções desse período deveriam compactuar com tal posição. Segundo Taniguti, o referido posicionamento “teve sucesso em atrair um

28. LETTRE a René Maheu (Président du Comité des Publications). De: Jean Chevalier. Objet: Recommendations du Comité de Lecture sur le chapitre de M. Emílio Willems concernant “La contribution positive des immigrants au Brésil”. Paris, 8 juin 1954. *Cultural Assimilation of Immigrants in Brazil*. Box 325:008 (81) a 187. *Archives de l’Unesco* [tradução livre].

corpo de membros mais heterogêneo, com formações acadêmicas diversas, incluindo pesquisadores não saxões”.²⁹

Por fim, na última carta analisada, de 1954, expedida por de H. M. Philips (Departamento de Ciências Sociais) escreveu ao Fernando Nilo de Alvarenga, do Conselho de Imigração e Colonização do Ministério das Relações Exteriores do Brasil apontava Artur Neiva e Manuel Diégues Júnior como possíveis nomes para o projeto do *Manual sobre a assimilação cultural*, substituindo Arthur Cézar Ferreira Reis, visto que este havia assumido outras atividades e o seu contrato com a Unesco havia caducado. Em 15 de março de 1955, H. M. Philips escreve sugerindo a participação do Manuel Diégues na Conferência sobre a Integração Cultural de Imigrantes que seria realizada em Havana. Tais indicações surtiram efeitos levando Manuel Diégues Júnior a publicar, em 1959, o título *A draft manual on the cultural integration of immigrants*, pela Unesco, em evidente demonstração do poderio de intelectuais latino-americanos no organismo internacional.

Conclusão

As considerações entorno desse projeto e suas cartas revelam um grande interesse da Unesco, particularmente do seu Departamento de Ciências Sociais, na condução do projeto de migração da CEPAL, na tentativa de ocupar um espaço frente à OIT, que estava ameaçada pelo CIME, em garantir uma maior inserção da Unesco nos assuntos da América Latina, sobretudo em relação ao tema da migração e se estabelecer firmemente no subcontinente. Tais estudos poderiam evoluir para um método de investigação que, possivelmente, seria usado por outros governos latino-americanos e, desse modo, proporcionar a atuação da entidade em vários países da região.

A organização vai demarcar os campos que competiam a ela, no que se refere ao tema da *assimilação cultural*, em particular no campo da educação e da cultura, tomando como base a definição do termo apresentada e fixada a partir da Resolução de 1951.

Por fim, esses projetos demonstram a internacionalização de pesquisadores e instituições, portanto, a circulação de sujeitos na América

29. TANIGUTI, op. cit., 2018, p. 173.

Latina, com os estudos patrocinados pela agência intergovernamental, não se limitando ao debate racial, outro campo dos projetos de pesquisa empreendidos na década de 1950. Portanto, demarca uma fase de institucionalização, caracterizada por um quadro expressivo de funcionários e recursos, bem como definição das práticas investigativas, além do estabelecimento de configurações de poder nas quais os intelectuais latino-americanos desempenharam um papel de relevo.

4. Paradoxais: as propostas dos Estados-Membros e a força da América Latina nas Conferências de Integração Cultural de Imigração em 1955 e 1956¹

Cristina Ferreira

O fenômeno migratório é um processo complexo e envolve uma multiplicidade de variáveis, a começar pela interligação entre emigração e imigração, em geral, estabelecidas por intermédio de acordos concluídos entre os países, mediante especificações sobre o modo como são recrutados os emigrantes e as indicativas acerca do tratamento dispensado mais tarde enquanto imigrantes. Para a compreensão em torno do interesse da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) nesses processos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), início em diálogo com Abdelmalek Sayad, para quem o “imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa”.²

A aproximação do imigrante com a cultura e o modo de vida já implementado na sociedade em que se estabelece, também tem uma conexão direta com os debates acerca do conceito de *configuração*, cunhado por Norbert Elias como um “instrumento conceitual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o

1. Este capítulo foi apresentado no formato de palestra junto ao *Seminário Internacional – O protagonismo das Américas: circulação de ideias, bens e indivíduos (séculos XVI-XX)*, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF) entre os dias 23 e 25 de outubro de 2023, no âmbito das investigações vinculadas ao projeto da chamada nº 18/2021 do Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 16.

‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes”.³ Diante da interdependência dos sujeitos em sociedade, torna-se viável pensar o “equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes”.⁴

O imigrante é considerado “*atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável”. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do mesmo, nem totalmente do lado do outro, situa-se nesse lugar *bastardo*, na fronteira entre o ser e o não-ser social. Para Pierre Bourdieu, ele está “deslocado, no sentido de incongruente e de importuno” e suscita uma dificuldade em pensá-lo, diante do incômodo em todo lugar, tanto na sua sociedade de origem quanto na receptora. Isso porque a figura do imigrante torna indispensável repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação. “Presença ausente, ele nos obriga a questionar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não de ‘raça’”,⁵ trazendo à tona uma série de questionamentos acerca da intensidade de preconceitos motivados por cor, questões raciais e de nacionalidades.

Ao enfatizar o duplo componente que cerca a ordem da emigração e da imigração, ambas solidárias entre si e intimamente ligadas à cena nacional, destaca-se um dos aspectos mais importantes da imigração: a conformação das diferenças sociais e culturais refletidas na construção de identidades singulares. Trata-se, fundamentalmente, do estado provisório que define a imigração e da situação duradoura, de fato, que a caracteriza, conforme observação de Sayad, que conduz à “contradição constitutiva da condição do imigrante: ser ignorada como provisória e não se confessar como definitiva”.⁶

Isto posto, convém destacar que a Unesco foi fundada ainda no transcurso da Segunda Guerra Mundial em substituição ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) da Liga das Nações (LdN). Perseguindo em grande medida o mesmo objetivo, a Unesco igualmen-

3. ELIAS, Norbert. O conceito de configuração. In: _____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 141.

4. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Introdução: ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: _____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 17.

5. BOURDIEU, Pierre. Prefácio. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, op. cit., 1998, p. 11-12.

6. SAYAD, op. cit., 1998, p. 16 e 45.

te promoveu debates que intencionavam uma concepção mais “democrática” de “cultura”.⁷ Uma das formas de viabilizar a internacionalização dessas discussões foram as Conferências de Integração Cultural de Imigração realizadas por esta última organização, entre 1955 e 1956, total e absolutamente imbricadas às culturas transnacionais de imigrantes que saíram da Europa no pós-Segunda Guerra.

O foco nas temáticas sobre imigração suscitadas nas referidas conferências está ligado à circulação de ideias, saberes e valores da instituição acerca das questões culturais na América Latina, em especial nos documentos elaborados pela própria Unesco como parâmetros do *ideário integracionista*. Para os limites do presente capítulo, o cerne desses interesses se direciona à viabilidade de intercâmbios que analisem as conexões históricas do Brasil com os países latino-americanos e europeus, para analisar o modo como os imigrantes do pós-1945 estavam inseridos nas políticas da Unesco para a integração global.

Neste sentido, é preciso frisar que o Departamento de Ciências Sociais da Unesco passou a financiar a realização de pesquisas e estimular o intercâmbio de conhecimento em uma escala anteriormente inexistente na Sociologia e na Antropologia.⁸ Tais iniciativas de pesquisa representaram um momento singular no desenvolvimento disciplinar das Ciências Sociais do pós-Guerra, viabilizando, de maneira inédita, um intercâmbio de conteúdos em nível internacional e repercutindo no debate sócio e antropológico sobre relações étnico-raciais.

No entanto, embora estudos sobre *raça* e *imigração* sejam abundantes em vários domínios, sobretudo quanto à primeira temática, são escassas as pesquisas que discutem tais assuntos junto às relações das Conferências de Integração Cultural na América Latina, mesmo diante da representativa participação brasileira na elaboração dos principais documentos normativos de caráter vinculante aos Estados-Membros.

Assim, ao discutir e especificar as concepções da Unesco na questão do processo de integração de imigrantes, a partir da transposição do sentido de simples deslocamento de indivíduos, será possível trazer à tona

7. SAPIRO, Gisèle. The transnational literary field between (inter)-nationalism and cosmopolitanism. *Journal of World Literature*, Leiden, n. 5, p. 481-504, 2020, p. 494.

8. TANIGUTI, Gustavo. O imigrante segundo as Ciências Sociais brasileiras, 1940-1960. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 20, n. 49, p. 142-196, set./dez. 2018, p. 160.

o detalhamento sobre a formação de novas expressões culturais em contextos latino-americanos. Portanto, cabe problematizar o modo como a Unesco estabeleceu parâmetros de integração para os imigrantes em uma perspectiva voltada à América Latina, patrocinando conferências de integração e orientações direcionadas à normatização do debate sobre os movimentos migratórios.

O estudo das Conferências de Integração Cultural de Imigração realizadas pela Unesco (1955-1956) amplia o debate acerca das culturas transnacionais de imigrantes que saíram da Europa no pós-Segunda Guerra. Em diferentes partes do mundo, não apenas no Velho Continente destruído pelo conflito planetário, os chamados *Problemas populacionais* foram identificados como as questões sociais mais urgentes depois do ano de 1945.

Isso porque, como se sabe, a Segunda Guerra Mundial forçou milhões de pessoas em todo o globo a deixar as áreas que habitavam. Esses movimentos de indivíduos ou grupos de pessoas, forçadas a migrar, ou que migraram voluntariamente, despertaram a consciência para a necessidade política de regulamentações tanto nos países de imigração quanto na região de emigração.

A Europa era um importante local de emigração, enquanto que a América do Norte (Canadá e Estados Unidos), a América do Sul (principalmente Brasil, Argentina, Chile e Peru), a Austrália e a África do Sul representavam locais de grande imigração. Isso demarca a importância de definirmos adequadamente *emigração* e *imigração*, palavras que evocam um sentido que se refere a “dois conjuntos de coisas completamente diferentes, mas indissociáveis, devendo a qualquer custo serem consideradas em conjunto”.⁹

Os estudos de caso promovidos pela Unesco sobre *imigração* foram conduzidos nestes países até o final dos anos 1950. A pesquisa científica social sobre questões populacionais, imigração e migração aumentou de forma abrangente após 1945 e incluiu questões sobre *integração*, *assimilação* e *naturalização*. Com base em suas ideias de preservação da paz, a organização foi uma das principais apoiadoras da pesquisa sobre assimi-

9. BOURDIEU, Pierre. Preface. In: SAYAD, Abdelmalek. *The Suffering of the Immigrant*. Cambridge: Polity, 2004, p. X.

lação e integração, tornando-se a primeira organização internacional a introduzir este tema ao público em âmbito transnacional.

Com efeito, a Unesco promoveu a colaboração internacional em estudos de imigração e população, a fim de satisfazer os interesses nacionais dos países de emigração e imigração e o pensamento intelectual sobre o entendimento internacional. Entretanto, o papel da Unesco na promoção de estudos sobre questões de assimilação e integração nas Ciências Sociais ainda não é satisfatoriamente explorado.¹⁰

As análises desenvolvidas pelo Departamento de Ciências Sociais da Unesco se evidenciavam nas sessões temáticas propostas na *World Population Conference*, que aconteceu em Roma no ano de 1954, sobretudo no caso da sessão 12, intitulada *International Migration, With Special Attention to Areas of Immigration*.¹¹ Além disso, a 8ª Conferência Geral da Unesco (1954), realizada em uma capital latino-americana, Montevideu, voltou-se ao combate à discriminação de raça, sexo, religião e origem nacional, além de propor um debate sobre a chamada “assimilação cultural dos migrantes” nos territórios de seus Estados-Membros.¹²

A partir de então foi proposta uma *Conference on the Cultural Integration of Immigrants*, realizada também em área da América Latina, pois ocorreu em Caracas no período de 02 e 12 de dezembro de 1955, com o propósito de viabilizar trocas de informações voltadas à elaboração de “métodos práticos e técnicas de integração cultural”¹³ do imigrante e à

10. MÖSSLINGER, Martina. *Assimilation and Integration Discourses in the Social Sciences (1962-1945)*. Tese (Doutorado em Filosofia). Universität Wien – UW, Viena, 2016, p. 82.

11. UNITED Nations. *Proceedings of the World Population Conference: summary report*. New York: United Nations Publication, 1955. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/735541>>. Acesso em: 10 out. 2022 [tradução livre].

12. UNESCO. *Records of the General Conference. Eighth Session. Montevideo 1954: resolutions*. Paris: Unesco, 1955, p. 32. Disponível em: <<http://www.linguistic-rights.org/unesco/Optical-Character-Recognition-OCR-document-UNESCO-114586e-Resolution-of-UNESCO-in-favour-of-Esperanto-Montevideo-1954.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2022. *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (Unesco) [tradução livre].

13. PROPOSED Arrangements and Agenda (Unesco/SS/522.826). In: *Conference on the Cultural Integration of Immigrants*, 18 mar. 1955, p. 1. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000156145?posInSet=8&queryId=N-EXPLORE-d3c31fca-6347-47e0-ae0e-5f0172a20739>>. Acesso em: 19 out. 2022. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

produção de manuais para a publicação das mesmas, visando a utilização nas “agências operacionais e organizações não-governamentais”.¹⁴

Sobre a conferência na Venezuela há que se considerar que não contou com a participação de alguns países, pois determinadas organizações vinculadas à Indústria do Canadá, do México e do Reino Unido haviam se recusado a participar de uma conferência patrocinada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), alegando que centenas de sindicalistas foram presos na Venezuela, sem julgamento. Por sua vez, a Unesco, por meio de seu diretor geral, Luther Evans, indicou que o país latino-americano havia apresentado a oferta em “condições favoráveis e tinha feito as garantias”¹⁵ necessárias para que o evento se realizasse em Caracas.

Um ano depois, entre 18 e 28 de abril de 1956, a cidade de Havana sediou a *Conference on the Cultural Integration of Immigrants*, evento que reuniu dezessete países na *Casa Cultural de las Americas*. Mediante a oportunidade para troca de pontos de vista e informações sobre técnicas de integração, a conferência constituiu uma terceira fase dos estudos voltados aos problemas de integração. A primeira foi a conferência patrocinada pela União Populacional Internacional em Genebra, em 1949, e a segunda desenvolveu-se a partir de uma reunião da Unesco em 1950, responsável pelo planejamento de estudos sobre a questão da integração em diferentes países.¹⁶

O objetivo era discutir a imigração a partir de “métodos, instituições e técnicas existentes para promover a integração cultural dos imigrantes”.¹⁷ A perspectiva de integração do imigrante foi debatida durante a Conferência por meio de oito eixos temáticos, a saber: 1) integração

14. PROPOSED, op. cit., 1955, p. 1. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

15. CONFERENCE on the Cultural Integration of Immigrants. In: *Summary Minutes of the Fourteenth Meeting*. Cincinnati, Ohio: Unesco, 1955, p. 34. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

16. PREFACE. In: BORRIE, Wilfrid David; ISAAC, J.; JÚNIOR, Manuel Diégues; NEIVA, A. H.; PRICE, C. A.; ZUBRZYCKI, J. (orgs.). *The cultural integration of immigrants: a survey based upon the papers and proceedings of the Unesco Conference held in Havana, April 1956*. Paris: Unesco, 1959, p. 10. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000054620>>. Acesso em: 10 out. 2022. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

17. AGENDA. Conference on the cultural integration of immigrants, Abril, 1956, p. 1. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000157587?posInSet=2&queryId=N-EXPLORE-77b1bf4c-2994-470f-859c-17af0378c03a>>. Acesso em: 17 out. 2022. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

cultural no emprego; 2) integração cultural da família; 3) problemas de comunicação / linguagem; 4) O papel da educação formal / escolas e universidades; 5) participação na vida da comunidade; 6) as exigências dos países que recebem os imigrantes; 7) as exigências dos imigrantes; & 8) aspectos psicológicos, estereótipos nacionais, problemas especiais dos refugiados.¹⁸

Como se vê, também havia instruções que contemplam desde a integração do imigrante no mercado de trabalho até a preocupação com os problemas psicológicos, derivados do processo migratório e de sua adaptação ao novo ambiente.

Para mapear os temas centrais, a Unesco enviou questionários a seus países / Estados-Membros no afã de saber como os governos lidavam com a assimilação e integração do imigrante em seu território.¹⁹ Os resultados, bem como outros estudos sobre a imigração discutidos durante a Conferência, fundamentaram a produção de relatórios, tais como: *A draft manual on the cultural integration of immigrants* (1959), material gerado para subsidiar informações aos países no contato com o imigrante.

Este manual foi preparado para implementar uma das recomendações da Conferência da Unesco sobre a Integração Cultural dos Imigrantes, realizada em Havana, que sugeriu que a Unesco, a partir de organizações governamentais, não-governamentais e mediante a documentação e os anais da Conferência, deveria elaborar subsídios voltados à integração cultural. Nota-se, de saída, outra vez a centralidade de uma capital latino-americana na condução e realização dos referidos debates.

Assim, ao ser publicado, em 1959, ele foi assinado pelo cientista social brasileiro Manuel Diégues Júnior e pelo padre e escritor, também brasileiro, Fernando Bastos de Ávila, ambos professores da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Nesse documento eles se propuseram a expor os resultados das experiências e técnicas relacionadas com a integração cultural dos imigrantes durante a Conferência realizada em Cuba.²⁰

18. AGENDA, op. cit., 1956, p. 1-2. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

19. MÖSSLINGER, op. cit., 2016, p. 120 [tradução livre].

20. ÁVILA, Fernando Bastos de; JÚNIOR, Manuel Diégues. *A draft manual on the cultural integration of immigrants*. Paris, 1959, p. 3. Unesco/SS/MIGRATION/Rev. 1. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000157506?posInSet=4&queryId=af4b34>

Logo, pode-se supor que o Brasil desempenhou um papel decisivo na construção dessa pauta e agenda internacional cujas discussões e deliberações ocorreram, em particular, em território de países da América Latina, considerando que sua porção Sul era grande receptora de imigrantes, especialmente a sociedade brasileira, a argentina, a chilena e a peruana que recebiam, historicamente, contingentes populacionais consideráveis, não tendo sido diferente durante e no pós-Segunda Guerra Mundial.

Seja como for, o fato é que havia no documento uma indicação voltada a pensar a migração por duas vias: *individual*, por um lado, e *patrocinada ou organizada pelo governo*, de outro. No primeiro caso, o indivíduo decidia como pessoa independente fazer uso das disposições da legislação de imigração de um determinado país, pagava sua própria passagem (a menos que fosse paga por algum patrocinador privado) e fazia seus próprios arranjos para sua viagem. No segundo caso, o movimento era de um grupo de pessoas, resultantes de acordos entre governos, que geralmente cobriam o custo e a organização da viagem e providenciavam o seu acolhimento.²¹

Em ambos os casos, vários fatores importantes eram considerados decisivos para a funcionalidade das perspectivas de integração antes dos emigrantes deixarem seus países de origem, portanto, à etapa da seleção era atribuída grande importância. Cabia acertar a escolha do país para onde emigrar, levando em conta as suas capacidades e perspectivas particulares. Havia ainda uma indicativa para que os possíveis imigrantes tivessem acesso a todas as informações necessárias visando fazer a melhor escolha. Um fator que era recomendado no esboço do manual consistia no indicativo para a realização de uma entrevista de orientação, produzida por um orientador ou um assistente social especializado.²²

Quanto aos candidatos trabalhadores havia uma recomendação para que deixassem registradas suas aptidões e, caso o migrante enquadrado nessa categoria não fosse suficientemente qualificado, era aconselhado a ele frequentar os cursos de formação profissional existentes no seu

5b-0c81-4caf-bf2a-67a4436aa107>. Acesso em: 07 out. 2022. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

21. ÁVILA; JÚNIOR, op. cit., 1959, p. 4. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

22. ÁVILA; JÚNIOR, op. cit., 1959, p. 4. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

país, especialmente quando tais oportunidades fossem organizadas para migrantes.

Todos esses aspectos demonstram quão delicada era a operacionalidade da seleção, considerada como a base de apoio dos interesses políticos e culturais nos deslocamentos transnacionais.²³ No entanto, tais instruções guardavam intenções voltadas a selecionar, o que significava “categorizar, sistematizar e hierarquizar os refugiados na Europa a fim de aceitar apenas os mais desejáveis cultural, religiosa, étnica e politicamente”.²⁴

O imigrante era considerado como força de trabalho, responsável pelo ideal de progresso. Conforme a análise de Sayad, “um imigrante só tem razão de ser no modo provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele”.²⁵ Justamente por isso, para garantir os ideais integracionistas, era apontado como essencial contar com uma rede de apoio das organizações não-governamentais e as agências voluntárias, além da cuidadosa preparação do imigrante para as mudanças socioculturais e comportamentais envolvidas em sua inserção nos países escolhidos para viver.²⁶

O detalhamento de informações acerca da dimensão cultural da integração não é apenas uma ferramenta da Unesco para investigar discursos de assimilação e integração em nível internacional e transdisciplinar. A instituição também trabalhou incansavelmente para discutir tais conceitos em escala global e internacional. Assim, pode-se afirmar que a Unesco, de fato, introduziu o tema com veemência junto às organizações transnacionais políticas e não-políticas, bem como, sobretudo, nas instituições científicas, estimulando a comunidade acadêmica no estudo do tema com atenção.²⁷

23. ÁVILA; JÚNIOR, op. cit., 1959, p. 5. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

24. RUSEISHVILI, Svetlana. Fronteira desterritorializada, inclusão diferencial e Estado-nação: a Comissão brasileira de seleção de refugiados da Segunda Guerra Mundial. *REMHU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 28, n. 60, p. 127-150, dez. 2020, p. 138.

25. SAYAD, op. cit., 1998, p. 55.

26. ÁVILA; JÚNIOR, op. cit., 1959, p. 5. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

27. MÖSSLINGER, op. cit., 2016, p. 12 [tradução livre].

Diante da complexidade conceitual na questão da integração cultural, cumpre lembrar que as pesquisas em Ciências Sociais sobre imigração na década de 1940 analisavam os deslocamentos de pessoas por meio da perspectiva da *assimilação cultural*, noção sem uma definição precisa, logo, portadora de alterações, intercambiáveis nos termos *adaptação*, *absorção* e *integração*. Antes disso, a proposição da assimilação aplicada à América, em seu aspecto final estava voltada a um sistema de monocultura, sendo o objetivo assegurado pela doutrinação e a admissão de apenas tipos *assimiláveis*. Nos anos 1930, a maioria dos países receptores tinha aceito claramente os princípios básicos subjacentes à “teoria da americanização, embora houvesse, naturalmente, variações consideráveis nas práticas legislativas através das quais os controles e a seletividade fossem efetuados”.²⁸

O denominador comum em todas as políticas era o ideal de que os imigrantes deveriam ser capazes de se “tornar invisíveis, ou seja, não identificáveis pelos não-imigrantes”. No entanto, havia uma implicação também no que se considerava conformação dos imigrantes. O conceito não admitia o intercâmbio ou “influência apreciável do imigrante na cultura dos não-imigrantes, mas permitia o conceito de pluralismo pelo menos a alguns níveis”.²⁹ Ainda assim, a chamada *assimilação cultural* era considerada um “processo de ajustes progressivos pelo qual um imigrante se adapta pouco a pouco ao meio físico e sociocultural do país de sua adoção”.³⁰

No entanto, isto é apresentado simplesmente como uma definição de trabalho. Vale lembrar que, em realidade, nos meses de agosto e setembro de 1949 – anos antes das Conferências de Integração Cultural de Imigração da Unesco, realizadas em território latino-americano, a relembrar: as capitais da Venezuela e de Cuba –, na Assembleia da União Internacional para o Estudo Científico da População, reunida em Genebra sob os auspícios da mesma Unesco para estudar a questão da *assimilação*

28. BORRIE, Wilfrid David. Some theoretical concepts. In: BORRIE et. al., op. cit., 1959, p. 90. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

29. BORRIE, Wilfrid David. Some theoretical concepts. In: BORRIE et. al., op. cit., 1959, p. 91. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

30. GLASS, David. Introduction. In: *L'assimilation culturelle des immigrants*. Paris: Institut National d'Études Démographiques (INED) / Unesco, 1950, p. 10. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

cultural dos imigrantes, os especialistas presentes acharam impossível chegar a um acordo sobre uma definição do conceito.

Para um dos estudiosos da matéria na contemporaneidade daqueles debates, Wilfrid David Borrie,

Dizer que “integração” é um termo mais feliz e mais exato do que outros para descrever a inclusão bem-sucedida de um novo grupo em uma sociedade existente não é pedantismo ocioso. O antigo termo “assimilação”, além de sua conotação biológica enganosa, implica uma via de sentido único nas relações de grupo. Ele sugere que o recém-chegado é completamente despojado de sua cultura antiga e é virtualmente remoldado em tudo, desde roupas até ideologia. Ela nega ou ignora os muitos presentes trazidos pelo imigrante para sua nova casa, e o impacto de suas ideias, seus talentos, suas esperanças sobre a comunidade que o admitiu.³¹

Por esse e outros motivos que, aos poucos, a noção de integração deu conta de apreender a dinamicidade do processo migratório para além dos deslocamentos populacionais, circunscritos às estatísticas e questões econômicas. Diante da crise na concepção das Ciências Sociais acerca da polissemia do termo *assimilação cultural* e que as Conferências de Integração Cultural de Imigração da Unesco ocorridas na América Latina vão tentar superar, convém sublinhar que o impasse conceitual já vinha sendo alvo de discussões desde a terceira edição da *International Conference of Non-governmental Organizations Interested in Migration* que se deu em 1952, também com fomento da Unesco em parceria com a OIT.

A proposta desta última conferência, embalada desde sua organização em 1950, era lidar com os problemas da imigração a partir da questão da dignidade humana, discutindo a circulação de migrantes e a sua reinstalação e integração. Seu escopo atendia refugiados da Segunda Guerra Mundial, além daqueles que fugiam da perseguição religiosa, política e racial. A partir desta conferência, o termo integração já começou a ganhar maior espaço entre as discussões realizadas pela Unesco na cena internacional, passando a compor conceitualmente os interesses acerca dos movimentos migratórios do pós-Segunda Guerra. Nos estudos empreendidos pela Unesco sobre a imigração entre as décadas de 1940 e

31. BORRIE, Wilfrid David. Some theoretical concepts. In: BORRIE et. al., op. cit., 1959, p. 93. *Archives de l'Unesco* [tradução livre].

1950, a *integração cultural* foi tomada como chave de leitura sociológica para a interpretação dos movimentos migratórios como um todo.

Assim, compreende-se que os discursos referidos pelo relatório da Conferência de Havana, por exemplo, concebiam a complexidade do processo, ainda que estivesse igualmente implícita uma ideia de adaptação urgente dos imigrantes, a despeito de sua preparação ou não para o enfrentamento com os desafios dos deslocamentos. A legitimação das desigualdades reais estava imbricada aos parâmetros da cultura mundial como um fenômeno transnacional no pós-1945 e, ao mesmo tempo que os ideólogos universais destacavam as muitas virtudes dos processos de ocidentalização ou mesmo de integração, também acabavam preconizando a existência eterna, bem como os méritos das inúmeras diferenças.³²

Portanto, torna-se imperativo repensar completamente a questão da legitimação da cidadania e das relações entre cidadão e Estado, nação e nacionalidade, tendo em vista que a imigração era considerada um *deslocamento de pessoas não classificáveis*, porque sempre observadas como indivíduos ou grupos no lugar errado e, na condição de imigrantes, acham-se tão deslocados tanto em suas sociedades de origem quanto nas anfitriãs.³³ A América Latina os recebeu, debateu o tema e protagonizou suas agendas por intermédio das Conferências de Integração Cultural de Imigração da Unesco. Fosse em Caracas ou Havana o problema estava posto e suas urgências evidenciadas. Se o mundo mudou para melhor ou não em relação a este assunto é difícil saber. Seguro mesmo é afirmar que, seja qual for a resposta, foram as sociedades latino-americanas que, no pós-Segunda Guerra, melhor se empenharam na matéria.

32. Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolítica y Geocultura: ensayos sobre el moderno sistema mundial*. Barcelona: Editorial Kairós, 2007.

33. BOURDIEU, op. cit., 2004, p. XIX.

PARTE III
RACIALISMOS

5. Eugenismos: a questão racial, as teorias evolucionistas, o *darwinismo social* e uma eugenia latina nos organismos internacionais pós-Segunda Guerra?

Lorennna Ribeiro Zem El-Dine

Introdução

Em 1948, o intelectual mexicano José Vasconcelos (1882-1959) publicou a segunda edição de seu livro mais célebre, *La raza cósmica* (1925). Reitor da Universidade Autônoma Nacional do México, entre 1920 e 1921, Ministro da Educação, entre 1921 e 1924, e diretor da Biblioteca Nacional do México, entre 1941 e 1947, Vasconcelos considerou essa edição como definitiva.¹ Ela manteve o relato de sua viagem à Argentina e ao Brasil, em 1922, bem como o famoso prólogo no qual apresentou sua teoria sobre a formação de uma raça mestiça na América Latina, a chamada *raza cósmica*. Além disso, a nova edição foi ampliada com um novo prólogo, no qual o autor reafirmou a validade da tese central de seu livro: a de que “as distintas raças do mundo tendem a se misturar cada vez mais, até formar um novo tipo humano”.² Vasconcelos expressou, nesse texto, sua convicção de que, duas décadas depois, após os traumas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), suas ideias já integravam uma corrente de pensamento hegemônica.

Segundo Vasconcelos, quando foi publicada a primeira edição do seu livro, em 1925, a doutrina darwinista da seleção natural, que *salva*

1. Cf. MOLINA, Yannelys Aparicio. El lugar de Vasconcelos en el pensamiento utópico americano. In.: _____. (ed.). *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana: Argentina y Brasil*. Madrid: Editorial Verbum, 2021, p. 30.

2. VASCONCELOS, José. *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana*. Argentina y Brasil [1925]. Buenos Aires / Ciudad de México: Espasa / Calpe Argentina S. A., 1948, p. 9.

os aptos e condena os débeis, predominava entre os cientistas. Defendida pelos ingleses em seu ideal de pureza ariana e *imposta de modo aberrante pelo nazismo*, a evolução darwinista teria sido, no entanto, questionada por biólogos franceses como Albert Mathieu Leclerc du Sablon (1859-1944) e Pierre Lecomte du Noüy (1883-1947).³ Vale destacar que, já em 1926, no livro *Indología*, Vasconcelos sustentou que a fusão ibero-americana obedecia a uma nova lei formulada por *naturalistas modernos*. Na ocasião, além de Leclerc du Sablon, Vasconcelos citou o alemão Georg Friedrich Nicolai (1874-1964),⁴ então exilado na Argentina, entre expoentes de uma corrente científica que estabelecia a cooperação e o apoio mútuo, e não a luta, como as verdadeiras regras da existência.⁵

Ainda assim, como escreveu Vasconcelos em 1948, foram os acontecimentos sociais relacionados à Segunda Guerra que “determinaram uma corrente de doutrinas mais humanas”. Desde então, até mesmo os

3. VASCONCELOS, op. cit., 1948, p. 9.

4. Georg Friedrich Nicolai nasceu em Berlim, em 1874. Durante sua formação em Ciências Naturais e Médicas, na década de 1890, passou pelas universidades de Berlim, Heidelberg, Leipzig e Paris. Na década de 1900, destacou-se na área de Fisiologia, realizando pesquisas nos Institutos de Halle e no Instituto de Medicina Experimental de Petrogrado. Em 1908, reconhecido por suas pesquisas em fisiologia e cardiologia, foi nomeado professor na Universidade de Berlim. Dois anos depois, em 1910, passou a dirigir o laboratório de fisiologia da Clínica Charité, também na capital alemã. No início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), assumiu uma posição pacifista, publicando um manifesto ao lado de Albert Einstein, Otto Buck e Wilhelm Foerster. Essa postura lhe custou a perda de seus postos acadêmicos. Em 1916, publicou seu livro mais famoso, *Die biologie des krieges* (A biologia da guerra), que foi bem recebido por intelectuais como Romain Rolland e Anatole France e fez com que ele fosse indicado ao Prêmio Nobel da Paz, em 1919. Após a guerra, Nicolai foi reintegrado à Universidade de Berlim, mas enfrentou forte oposição de grupos nacionalistas. Diante disso, exilou-se na América do Sul. Primeiro, estabeleceu-se na Argentina, onde lecionou Fisiologia nas Universidades de Córdoba e do Litoral. Depois se mudou para o Chile, passando a atuar na Faculdade de Medicina da Universidade de Santiago. Faleceu na capital chilena, em 1964. Cf. EDITORIAL. In: NICOLAI, Georg Friedrich. *La eugenesia como gloriosa culminación de la medicina*. Buenos Aires: Editorial SAC, 1957, p. 9-16; e CABELLO, Felipe. El gran europeo Georg Friedrich Nicolai: médico y pacifista. Berlim, Alemanha, 1974 – Santiago, Chile, 1964. *Revista médica de Chile*, Santiago, v. 141, n. 4, p. 517-524, 2013. Para Maurício Tenório-Trillo, o conhecimento de José Vasconcelos sobre Nicolai pode ter sido derivado das traduções de seus trabalhos na Argentina, onde o alemão se tornou conhecido e citado por intelectuais renomados à época. Cf. TENÓRIO-TRILLO, Mauricio. *Mexico at the world's fairs: crafting a modern nation*. Berkeley: University of California Press, 1996, p. 322. Nicolai não é citado por Vasconcelos no prólogo de 1948.

5. VASCONCELOS, José. *Indología: una interpretación de la cultura iberoamericana*. 2.ed. Barcelona: Agencia Mundial de Librería, s.d. [1926], p. 222-223.

“reputados darwinistas”, que antes “desdenhavam as raças de cor e mestiças”, passaram a militar “em associações internacionais, que, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), proclamaram a necessidade de abolir toda discriminação racial e educar os homens em igualdade”.⁶ Porém, de acordo com Vasconcelos, naquele contexto não só a doutrina política em vigor passou a reconhecer a legitimidade das mestiçagens, como também o incremento das comunicações modernas, a melhoria da educação e das condições econômicas favoreciam o “desenvolvimento das relações sexuais interracialis”, prestando um “apoio inesperado” à sua tese da “raza cósmica futura”.⁷

Neste breve resumo dos debates raciais da primeira metade do século XX, José Vasconcelos opôs de forma esquemática a perspectiva evolucionista dos cientistas anglo-saxões (darwinistas ingleses e alemães) a dos cientistas latinos (os biólogos franceses), reiterando uma divisão amplamente debatida no movimento eugênico durante as primeiras décadas século XX. De acordo com a interpretação de Vasconcelos, 1945 representou uma inflexão nos debates raciais para além do mundo latino. Quanto aos *renomados darwinistas* que teriam passado a atuar na Unesco nos anos 1940, defendendo um ponto de vista antirracista, não é possível saber exatamente a quem Vasconcelos se referiu. Ainda assim, pode-se supor que Vasconcelos tenha se sentido respaldado pelas declarações do biólogo inglês Julian Huxley (1887-1975), primeiro diretor da Unesco, em 1947, no manifesto *Unesco: seu propósito e filosofia*.⁸

Nesse documento, o reconhecimento de Huxley ao interesse da variação genética entre os grupos humanos endossaria o valor das mestiçagens em detrimento do ideal de pureza racial, que cientistas e intelectuais nos países ditos latinos, a exemplo de Vasconcelos, costumavam associar aos cientistas anglo-saxões. Além disso, ao defender a continuidade de uma eugenia reformada, purgada dos erros cometidos pela eugenia alemã, Huxley partia da ideia de que era possível separar eugenia de ra-

6. VASCONCELOS, op. cit., 1948, p. 9.

7. VASCONCELOS, op. cit., 1948, p. 9-10.

8. A propósito dessa possibilidade, é relevante mencionar que Julian Huxley descendia de uma família de acadêmicos renomados, e seu avô, o biólogo Thomas Henry Huxley (1825-1895), ficou conhecido como “o buldogue de Darwin” por defender publicamente a teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882).

cismo, a exemplo do que pretendia Vasconcelos com seu conceito de *eugenia estética* discutido no prólogo de *La raza cósmica*.

Durante muito tempo, a historiografia apontou que, após a Segunda Guerra Mundial, teria ocorrido um arrefecimento dos movimentos eugenistas ao redor do globo, e os manifestos da Unesco contra o racismo confirmariam isso. Contudo, como aponta a historiadora Alison Bashford, a eugenia esteve no centro do manifesto publicado por Julian Huxley, que costuma ter seu nome ligado a uma postura antirracista. Na realidade, segundo Bashford, o documento redigido por ele considerou urgentes os projetos que pudessem “melhorar a qualidade média dos seres humanos [...] por meio da aplicação dos achados da eugenia verdadeiramente científica”. Huxley ressaltou ainda a “importância de preservar a variedade humana” e tratou como “cientificamente incorretas e opostas ao progresso humano a longo prazo”,⁹ as tentativas de reduzi-la, eliminando quaisquer dos grupos raciais existentes.

Para os historiadores Sebastián Gil-Riaño e Sara Walsh, José Vasconcelos viu o fim da Segunda Guerra como uma “oportunidade para repensar a relação tensa entre raça e ciência”. De forma pretensiosa, ele teria considerado a falência do racismo científico no pós-1945 como o triunfo internacional da sua leitura positiva da mestiçagem. Leitura essa que refletia correntes do pensamento racial comuns entre os cientistas de países chamados latinos, muito antes do final da década de 1940. Segundo àqueles historiadores, o apelo de Vasconcelos à mistura racial sugeria que, do ponto de vista dos cientistas do mundo latino, “o liberalismo racial ascendente e o relativismo cultural das organizações internacionais e instituições científicas, após a Segunda Guerra Mundial, não constituíam uma ruptura total com o pensamento racial anterior”. Em vez disso, a mudança para o antirracismo no pós-guerra “poderia ser vista como a reivindicação de uma tradição cultural e intelectual de celebrar a mistura racial cujas raízes remontavam à conquista ibérica das Américas no século XVI”.¹⁰

9. BASHFORD, Alison. Internationalism, cosmopolitanism, and eugenics. In: _____; LEVINE, Philippa (eds.). *The Oxford Handbooks of The History of Eugenics*. New York: Oxford University Press, 2012, p. 162. Todas as citações desta referência são traduções livres.

10. GIL-RIANO, Sebastián; WALSH, Sara. Introduction: Race science in the Latin world. *History of Science*, [s.l.], v. 60, n. 1, 2022, p. 4-5. Todas as citações desta referência são traduções livres.

Em seu estudo clássico sobre a eugenia no Brasil, Argentina e México, a historiadora Nancy Leys Stepan afirma que, no final da década de 1930, “as ideias latino-americanas sobre o cruzamento racial começaram a fazer parte da corrente principal da genética”.¹¹ Citando o historiador William Provine, Stepan afirma que, em meio à crescente denúncia da eugenia nazista, “os geneticistas em geral começaram a mudar de opinião sobre os cruzamentos raciais e a aceitar que estes seriam aspecto geneticamente normal e positivo das populações humanas”. Essa mudança teria ocorrido menos em razão dos desenvolvimentos científicos da época, do que de uma mudança de visão política.¹² Quando as críticas ao racismo de “cientistas famosos”, como Julian Huxley, “tornaram-se conhecidas na América Latina”, foram bem recebidas por cientistas latino-americanos, que afirmavam “jamais terem endossado o racismo extremado”,¹³ ao contrário de seus colegas europeus e estadunidenses. Com efeito, de acordo com Stepan, na América Latina não ocorreu uma súbita ruptura com a eugenia. Ainda no final dos anos 1940 e depois, os latino-americanos continuaram a endossá-la.

A respeito dos legados da eugenia nos países latinos, conforme aponta o historiador Marius Turda, após a derrota da Alemanha nazista, os eugenistas latinos sofreram menos impacto de sua associação com o racismo e o Holocausto, e isso facilitou a reconstrução de suas carreiras científicas no pós-Guerra.¹⁴ O paradoxo apontado pelos autores refere-se ao fato de que, diferente da eugenia anglo-saxã, a eugenia latina não ficou associada ao racismo mais radical, contrário à mistura racial, permitindo sua sobrevivência por um período mais longo.¹⁵

11. STEPAN, Nancy Leys. “*A hora da eugenia*”: raça, gênero e nação na América Latina [1991]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 179.

12. PROVINÉ *apud* STEPAN, op. cit., 2005, p. 179.

13. STEPAN, op. cit., 2005, p. 179-180 e 206-209.

14. TURDA, Marius. Unity in diversity: latin eugenic narrative in Europe, c. 1910s-1930s. *Contemporanea*, [s.l.], v. 1, 2017, p. 29-30. Todas as citações desta referência são traduções livres.

15. Sobre a continuidade da eugenia na Argentina, Cf. MIRANDA, Marisa. La eugenesia tardía en Argentina y su estereotipo de familia, segunda mitad del siglo XX. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 25 (suplemento), p. 33-50, ago. 2018. Para uma análise sobre o cenário brasileiro, Cf. WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Eugenia e biopolítica ontem e hoje: debates sobre racismo, exclusão social e gestão da vida em tempos de pandemia. In: MOTA, André;

A partir dessas reflexões iniciais, analiso a hipótese derivada da leitura do prólogo escrito por Vasconcelos, em 1948, de que os debates iniciais da Unesco tenham contemplado uma agenda latino-americana para o debate racial e eugênico, nas primeiras décadas do século XX. Nas primeiras duas seções, retomo a discussão sobre conceito de eugenia e caracterizo sua variação denominada latina. Na terceira seção abordo a constituição de um programa latino de eugenia no contexto das conferências sanitárias panamericanas e da criação da Federação Internacional Latina de Sociedades Eugênicas, em 1935. Na última seção do capítulo, revisito a questão central desse texto, analisando a possível influência da agenda da eugenia latina nos debates iniciais da Unesco, em um contexto em que atores da América Latina foram protagonistas nas discussões sobre o tema racial.

As bases científicas e sociais da eugenia no começo do século XX

A eugenia foi um movimento científico e social que se internacionalizou nas primeiras décadas do século XX, impulsionado tanto pelo racismo científico quanto pelo avanço das pesquisas sobre hereditariedade humana, em um contexto de crise social nos grandes centros urbanos. No século XIX, estudos como os de craniometria e antropometria conferiram uma conotação científica à classificação e hierarquização das populações humanas, sustentando o imperialismo europeu e norte-americano sobre populações nos territórios africanos, asiáticos e latino-americanos. No campo da reprodução humana, a teoria da independência do plasma germinativo em relação ao somatoplasma, formulada pelo biólogo alemão August Weismann (1834-1914), consolidou, na década de 1880, a ideia de que tanto as características físicas, quanto o comportamento, as habilidades e as características mentais eram determinadas exclusivamente pela hereditariedade, dissociando-os de fatores ambientais.

Nos grandes centros industriais tais pressupostos científicos passaram a ser mobilizados como explicação para as péssimas condições de vida e saúde da população e a ideia de enfrentar esses problemas por

MACHIN, Rosana (orgs.). *Corpos, eugenia e biotecnologias em perspectiva sócio-histórica*. São Paulo, Hucitec, 2024, p. 194-218; & WEGNER, Robert. *Eugenia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025.

meio de políticas sociais foi gradualmente substituída por projetos de controle reprodutivo de grupos considerados inferiores. À medida em que a miséria e as doenças eram cada vez mais interpretadas em termos biológicos ou hereditários, o movimento eugênico buscou implementar medidas para combater a degeneração da raça e preservar a comunidade nacional, em um contexto de nacionalismos exacerbados e crescente xenofobia.

O termo *eugenia* foi criado pelo cientista inglês Francis Galton (1822-1911), em 1883, no livro *Inquiries into human faculty and its development*. No livro anterior, *O gênio hereditário* (1869), Galton já apresentava suas primeiras reflexões sobre o tema, dialogando com *A origem das espécies* (1865), de Charles Darwin (1809-1882). Segundo Stepan, Galton explorou nesse livro as implicações da seleção doméstica e da seleção natural para a sociedade humana e tentou provar, com métodos genealógicos e estatísticos, que a aptidão humana derivava da hereditariedade, e não da educação.¹⁶

Em 1890, a redescoberta das leis de hereditariedade de Gregor Mendel (1822-1884) fortaleceu a teoria de August Weismann sobre a autonomia do plasma germinativo, desafiando a teoria de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), que defendia a herança dos caracteres adquiridos. As leis de Mendel, ao preverem “a estabilidade dos caracteres mendelianos durante os cruzamentos genéticos”, reafirmavam “a autonomia do plasma germinativo”,¹⁷ baseando-se na ideia de que o material hereditário permanecia estável ao longo das gerações, sem sofrer a influência de fatores ambientais.

A redescoberta de Mendel não eliminou o lamarckismo, muito popular naquele contexto, mas impulsionou a genética, fomentou debates e consolidou a crença na possibilidade de aprimorar biologicamente as populações humanas. A eugenia ganhou apoio de cientistas, médicos, políticos e ativistas sociais e, nas primeiras décadas do século XX, estimulou o aparecimento, em vários países, de sociedades eugênicas, institutos e departamentos de pesquisa vinculados a universidades, dedicados à discussão teórica e a promoção de políticas e leis eugênicas.¹⁸

16. STEPAN, op. cit., 2005, p. 30.

17. STEPAN, op. cit., 2005, p. 32.

18. STEPAN, op. cit., 2005, p. 35-36.

O movimento eugênico adaptou-se aos contextos econômicos, políticos e culturais de cada país, mobilizando estratégias variadas para o aperfeiçoamento eugênico da população, que englobaram desde políticas de proteção à saúde das mulheres, com ênfase na reprodução, e das crianças, passando pelo controle de enfermidades, como a tuberculose, as doenças venéreas e o alcoolismo, até a seleção eugênica dos imigrantes e a segregação e esterilização de pessoas consideradas inadequadas à reprodução.

Já no início do século XX, a intervenção sobre a reprodução, anteriormente rejeitada por biólogos como Thomas Henry Huxley (o avô do primeiro diretor da Unesco, Julian Huxley, citado anteriormente) e Alfred Russel (1823-1913), conforme aponta Stepan, passou a ser defendida sem constrangimentos.¹⁹ A proposta de uma legislação social que promovesse a reprodução de indivíduos adequados (eugenia positiva) e impedisse a reprodução de indivíduos considerados inferiores (eugenia negativa) ganhou adesão crescente.

A partir do final da década de 1920, a esterilização compulsória tornou-se o principal foco dos programas eugênicos. Suíça e Dinamarca aprovaram as primeiras leis europeias de esterilização, respectivamente em 1928 e 1929. Os Estados Unidos, pioneiros nesse tipo de legislação, implementaram leis de esterilização ainda na primeira década do século XX. Em 1933, a Alemanha aprovou a *Lei para Prevenção de Prole Geneticamente Doente*, considerada a mais abrangente entre as legislações eugênicas da época. Essa lei classificava como hereditárias condições como “debilidade mental hereditária, esquizofrenia, psicopatia maníaco-depressiva, ‘epilepsia hereditária’, coreia de Huntington, cegueira e surdez hereditárias, deformidades graves do corpo e alcoolismo”.²⁰ Posteriormente, ela foi ampliada para incluir também os mestiços.

O Primeiro Congresso Internacional de Eugenia ocorreu em Londres, em 1912, reunindo cerca de 750 participantes de vários países europeus e dos Estados Unidos. Esse Congresso foi seguido por um segundo, em 1921, e um terceiro, em 1932, ambos realizados em Nova York. Em 1925, foi criada a Federação Internacional de Sociedades Eugênicas para coordenar as atividades das várias organizações nacionais e das diversas

19. STEPAN, op. cit., 2005, p. 36.

20. STEPAN, op. cit., 2005, p. 37-38.

iniciativas legais desenvolvidas a partir da realização do Primeiro Congresso Internacional. Até o final da década de 1930, sociedades e organizações eugênicas foram estabelecidas em diferentes países ao redor do mundo, tais como: Austrália, Japão, Suécia, União Soviética, Romênia, Hungria, Índia e Peru.

Na América Latina, o Brasil foi o primeiro país a estabelecer formalmente uma sociedade eugênica, em 1918, seguido pela Argentina, no mesmo ano. Em 1935, em resposta às divergências entre eugenistas latinos e anglo-saxões – especialmente quanto ao controle da reprodução –, foi criada a Federação Internacional Latina de Sociedades Eugênicas, para representar os movimentos eugênicos dos países da região.

Perspectivas latinas da eugenia

Embora não tenha se constituído como um movimento homogêneo, de acordo com Marius Turda, a eugenia apresentou algumas características comuns nos países chamados latinos. Primeiro, ela foi sustentada principalmente por teorias desenvolvidas na França e na Itália, como a puericultura (com sua ênfase nos cuidados maternos e infantis) e a biotipologia (focada no estudo da constituição fisiológica e psíquica dos indivíduos). Segundo, nesses países a eugenia se desenvolveu com base na ideia de uma identidade cultural partilhada, fundamentada na apropriação da latinidade e do ambiente religioso católico. Terceiro, os eugenistas latinos foram bastante críticos da esterilização compulsória, do controle da natalidade e do racismo da eugenia alemã.²¹

Diferentemente dos eugenistas na Alemanha, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, conforme Turda, os eugenistas dos países latinos descreviam o seu trabalho menos nos termos de uma eugenia negativa (destinada a limitar a reprodução de certos indivíduos para aprimorar a raça) e mais como um programa médico abrangente, voltado para toda a população nacional, com base em políticas de eugenia positiva, higiene social e saúde pública. Além disso, ao escreverem sobre eugenia latina, cientistas franceses, italianos, espanhóis e romenos com frequência enfatizavam a compaixão (católica) e a harmonia (étnica) das suas culturais,

21. TURDA, op. cit., 2017, p. 5-6.

em forte contraste com o individualismo (protestante) e o racismo atribuído aos países anglo-saxões.²²

De acordo com Turda, os eugenistas latinos começaram a formular uma variante própria da eugenia já no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, em 1912. Além de se posicionarem contra o determinismo e as ideias de superioridade racial defendidas pelos eugenistas anglo-saxões, os congressistas franceses e belgas abordaram a eugenia através da puericultura, da educação higiênica e das teorias neolamarckianas da hereditariedade. A reunião em Londres também os encorajou a fundarem suas próprias sociedades eugênicas nacionais, seguindo o exemplo britânico.²³

Enquanto muitos eugenistas, especialmente na Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos se tornaram, a partir década de 1900, defensores da genética mendeliana, a maioria dos eugenistas latinos teria sido mais cautelosa em relação a essa teoria. Como aponta Nancy Stepan, após a publicação de *A origem das espécies*, em 1859, a teoria da transmutação de Lamarck, formulada no início do século XIX, ganhou força como uma “explicação alternativa à teoria evolutiva”. Ao contrário da ideia “da variação aleatória, da luta pela sobrevivência e da seleção natural”, “o lamarckismo sugeria uma evolução impulsionada por uma adaptação lenta e intencional” às mudanças ambientais e foi considerada por muitos cientistas como menos brutal, “menos impessoal e mais humana” do que a derivada da teoria de Darwin.²⁴

Com a repercussão da obra de Weismann e a redescoberta das leis de Mendel na virada para o século XX, o lamarckismo foi atualizado como teoria da hereditariedade e um neolamarckismo passou a cobrir as *persistentes incertezas na genética* e a contrapor-se às alegações exageradas dos seguidores de Weismann. Nos países latinos europeus, especialmente na França, o lamarckismo manteve grande influência até os anos 1940.²⁵

Na América Latina, a genética mendeliana foi apropriada por instituições agrícolas e hortigranjeiras, mas permaneceu marginalizada em outros campos até fins dos anos 1930. Como os franceses, os cientistas

22. TURDA, op. cit., 2017, p. 6.

23. TURDA, op. cit., 2017, p. 10.

24. STEPAN, op. cit., 2005, p. 78.

25. STEPAN, op. cit., 2005, p. 81.

latino-americanos defendiam a influência do ambiente sobre a hereditariedade, questionada pelos seguidores de Weismann e Mendel, e o neolamarckismo condensava suas expectativas de que a reforma do ambiente social pudesse trazer melhoras permanentes, em consonância à tradição ambientalista e sanitarista que se destacava na região.²⁶

Adotada pelos eugenistas latino-americanos como sinal de modernidade cultural, a eugenia alinhava-se aos anseios locais por progresso e civilização. Diferentemente de alguns países europeus, onde a eugenia se associava ao medo da degeneração, na América Latina ela foi impulsionada pelo desejo de regeneração social. A ideia de usar a ciência para o orientar melhorias raciais pareceu atraente às elites latino-americanas, preocupadas com sérios problemas de saúde pública e com o estigma ligado às suas populações miscigenadas.²⁷

Nos termos de Turda, todos os eugenistas concordavam quanto a importância de limitar a reprodução de indivíduos com “traços hereditários indesejáveis” e de promover a reprodução de indivíduos com “traços hereditários superiores”. No entanto, divergiam quanto às intervenções mais adequadas. Na Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e países escandinavos a maioria dos eugenistas promoveu “a esterilização voluntária e compulsória”, além da segregação de indivíduos com doenças consideradas hereditárias. Em contrapartida, os eugenistas latinos, em geral, priorizavam iniciativas como a adoção de “certificados de saúde pré-matrimoniais”, “educação em saúde, crescimento populacional, pesquisa biotipológica das constituições humanas”, assim como a criação “de instituições médicas e sociais para a proteção da família e da criança”.²⁸

Para Corrado Gini (1884-1965),²⁹ eugenista italiano escolhido em 1935 para presidir a recém-criada Federação Internacional Latina de

26. STEPAN, op. cit., 2005, p. 82.

27. STEPAN, op. cit., 2005, p. 46-47; 49; e 54.

28. TURDA, op. cit., 2017, p. 6-7.

29. Corrado Gini nasceu em Motta di Livenza, na província de Treviso. Formou-se em Direito pela Universidade de Bolonha, em 1905, em um curso que abrangia disciplinas como Ciência Política, Economia e Estatística. Já em 1908, passou a lecionar na Universidade de Cagliari e, em 1913, fundou um Instituto de Estatística na Universidade de Pádua. Em 1912, integrou a delegação italiana ao Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres. Em 1919 contribuiu para a criação da Sociedade Italiana de Genética e Eugenia. Em 1925, transferiu-se para a Universidade de Roma La Sapienza, onde fundou o Instituto

Sociedades Eugênicas, havia uma distinção clara entre a eugenia dos países latinos e a dos países anglo-saxões. No Segundo Congresso Italiano de Eugenia e Genética, realizado em 1929, ele afirmou que a eugenia anglo-saxã era dominada pelas teorias da primazia da hereditariedade sobre o ambiente, da superioridade da raça nórdica e da degeneração das nações modernas, devido ao aumento da fertilidade das populações das classes sociais mais baixas. Em contraste, a *eugenica rinnovatrice* (eugenia regenerativa) proposta por Gini, fundamentava-se na interação constante entre hereditariedade e meio ambiente, no potencial regenerativo da miscigenação racial e na possibilidade de prever transformações demográficas nas populações.³⁰

A eugenia latina em fóruns internacionais

No continente americano, o principal fórum de discussão sobre a eugenia foram as Conferências Sanitárias organizadas pela União Pan-Americana, liderada pelos Estados Unidos. Contudo, no contexto de crescente ingerência estadunidense nos países caribenhos e da América Central, muitos latino-americanos viam no panamericanismo um meio de os Estados Unidos imporem seus pontos de vista. A principal liderança do movimento eugênico estadunidense, Charles Benedict Davenport (1866-1944), promovia uma eugenia baseada em princípios mendelianos e sustentava uma visão extremamente negativa sobre a miscigenação racial, rendendo-lhe significativa resistência entre os eugenistas latino-americanos. Conforme aponta Stepan, embora os próprios eugenistas da América Latina também compartilhassem uma

de Estatística e Economia Política. Três anos depois, em 1928, criou o Comitê Italiano para o Estudos dos Problemas Populacionais. A ligação de Gini com o fascismo impactou significativamente sua carreira, trazendo oportunidades durante o regime e dificuldades após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Sobre a trajetória profissional de Corrado Gini e o processo que o consolidou como líder do movimento eugênico latino, Cf. BERLIVET, Luc André. A laboratory for latin eugenics: the Italian Committee for the study of Population Problems and the international circulation of eugenic knowledge, 1920s-1940s. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23 (suplemento), p. 51-72, dez. 2016.

30. TURDA, op. cit., 2017, p. 22-23. Para uma leitura que enfatiza a “eugenia latina” como uma construção historiográfica anglo-saxã, Cf. WEGNER, Robert. « Eugénisme latin », une construction de l’historiographie anglo-saxonne. In: TABET, Xavier; MARTINEZ, François; PELOILLE, Manuelle (éds.). *Fabriques latines de l’eugénisme (1850-1930)*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2024.

visão racista, a proibição de casamentos interracialis e seleção eugênica de imigrantes nos Estados Unidos lhes parecia “muito mais intransigentemente racista”³¹ que a dos seus países.

Essas divergências ficaram particularmente evidentes durante a Primeira Conferência Pan-Americana de Eugenia e Homicultura, realizada em Havana, em 1927, e a Segunda Conferência Pan-Americana de Eugenia e Homicultura, realizada em Buenos Aires, em 1934. A organização desses eventos, vinculados à Associação Pan-Americana de Eugenia e Homicultura – projeto idealizado pelo eugenista cubano Domingos Francisco Ramos (1881-1961?), um aliado de Davenport – tinha o objetivo de criar um fórum panamericano próprio para os debates eugênicos, independente das conferências sanitárias. Em ambas as ocasiões, a maioria dos eugenistas latino-americanos rejeitou a agenda estadunidense, centrada na implementação de medidas de controle da reprodução e seleção de imigrantes a partir de critérios raciais, resultando no fracasso da tentativa de estabelecer um fórum panamericano.³²

Na reunião de 1934, a interferência eugênica sobre a reprodução foi um dos temas mais polêmicos, e mesmo a adoção de certificados de saúde pré-nupcial foi posta em questão. Durante a conferência, a delegação uruguaia apresentou a legislação social recém aprovada no país, que incluía medidas para o auxílio às famílias numerosas, a proteção dos menores abandonados e a provisão de lares para indigentes. No campo reprodutivo, os uruguaios sugeriram o estabelecimento de centros de aconselhamento matrimonial, destacando que qualquer intervenção reprodutiva deveria ser completamente voluntária. Seguindo o exemplo do Uruguai, outros delegados latino-americanos presentes na conferência de 1934 defenderam a ideia de vincular a eugenia à homicultura, entendida como o cultivo do homem por meio de medidas de bem-estar social.³³

No início da década de 1930, os eugenistas latinos, tanto na Europa quanto na América, fundaram uma nova organização internacional para expressar sua visão sobre a eugenia. A ideia de criar uma Federação Internacional Latina de Sociedades Eugênicas foi apresentada, pela primeira vez, por Corrado Gini. As reuniões preparatórias para a nova agre-

31. STEPAN, op. cit., 2005, p. 189.

32. STEPAN, op. cit., 2005, p. 190-203.

33. STEPAN, op. cit., 2005, p. 190-203.

miação ocorreram em 1933, seus estatutos foram elaborados em 1934, e a Cidade do México sediou sua sessão preliminar em 1935. Gini foi escolhido como presidente da organização e, como não pode comparecer à reunião, enviou sua palestra inaugural para ser lida pelo secretário da Sociedade Mexicana de Eugenia, Alfredo Saavedra. Em sua palestra, Gini evocou valores como “a dignidade humana e a integridade pessoal”, a “longa tradição de civilização” e a “atitude mais equilibrada e justa” dos “povos latinos”. Segundo Marius Turda, na visão de Gini, os eugenistas latinos não teriam ficado cegos pelo nacionalismo e compartilhavam a opinião de que todas as raças eram iguais do “ponto de vista das suas atitudes intelectuais”.³⁴

Em 1936, em um texto nos *Anales de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social*, uma revista argentina, Corrado Gini destacou a diversidade latino-americana representada pela federação latina e argumentou que a eugenia nesses países não poderia adotar abordagens unilaterais e dogmáticas. De acordo Stepan, para Gini, essas diferenças (países que recebiam ou não recebiam imigrantes e que tinham altas ou baixas taxas de natalidade, por exemplo) faziam da América Latina um cenário ideal “para objetividade e imparcialidade” e “um vasto laboratório de raças, povos e saúde em que os seres humanos não podiam ser considerados meros animais cujos direitos pudessem ser subordinados a um interesse coletivo”.³⁵

Essas ideias estavam alinhadas às mitologias nacionais que os latino-americanos elaboravam para contrapor aos prognósticos de inferioridade racial que lhes eram atribuídos. No entanto, como ressalta Nancy Stepan, os eugenistas da região também apresentavam suas próprias formas de racismo, manifestadas de maneira variada: de forma convencional, como os eugenistas argentinos, que mantinham vínculos com o fascismo italiano e exprimiram noções de latinidade que excluía as populações negras; ou na idealização da mestiçagem, característica dos mexicanos e dos brasileiros.

Como um expoente dessa perspectiva, segundo Stepan, o mexicano José Vasconcelos, rejeitou a eugenia que ele chamava de “científica” e apresentou o conceito de “eugenia espiritual” que “levaria os indiví-

34. TURDA, op. cit., 2017, p. 22.

35. STEPAN, op. cit., 2005, p. 205.

duos belos e saudáveis de cada raça a buscar parceiros semelhantes a si próprios”. Sua ideia de “raça cósmica” configurava “uma raça eugênica e mestiça”. Para lembrar que não estamos diante de uma postura antirracista, Vasconcelos chegou a prever “que o desenvolvimento sistemático de uma ‘eugenia estética’ faria a raça negra desaparecer completamente por meio de uma ‘eugeniização’ negativa, voluntária e estética”. Ainda conforme Stepan, os eugenistas mexicanos teriam seguido sua concepção de que “o processo de eugeniização racial pela mestiçagem” era “uma forma de elevar o índio e outros tipos ‘inferiores’ aos padrões ‘superiores’ do mestiço europeizado”.³⁶

Seja como for, a nova federação latina de eugenia, liderada por Gini, consolidou uma narrativa alternativa de melhoria humana àquela promovida de forma agressiva pela Alemanha. A Federação Internacional Latina de Sociedades Eugênicas foi fruto de décadas de ativismo eugênico nos países latinos europeus e latino-americanos, bem como do desgaste nas relações entre os eugenistas latinos e anglo-saxões. Na iminência de um novo conflito mundial, o Primeiro Congresso de Eugenia Latina ocorreu em Paris, entre os dias 1º a 3 de agosto de 1937.

Uma eugenia latino-americana na Unesco?

Retomando a pergunta inicial desse capítulo sobre a existência de uma eugenia latina nos organismos internacionais do pós-1945, segundo Bashford, o primeiro diretor da Unesco, o biólogo inglês Julian Huxley, colocou a eugenia no centro do seu manifesto *Unesco: its purpose and philosophy*. Ainda em 1935, ele se manifestou publicamente contra o ideal de superioridade e pureza racial defendido por uma vertente significativa da eugenia, argumentando a favor da importância da diversidade humana. Suas críticas, porém, não o tornaram um opositor da eugenia em si. Ele abraçou o projeto de uma eugenia reformista, acreditando ser possível sustentar a continuidade de uma eugenia separada do racismo e realmente científica. Essa postura de Huxley evidencia que a associação entre eugenia e nazismo não se deu de imediato no pós-Segunda Guerra.

Bashford destaca que, no final da década de 1940 “as declarações do manifesto de Huxley sobre o controle da natalidade e a população mun-

36. STEPAN, op. cit., 2005, p. 160-161.

dial eram mais controversas do que as suas declarações sobre a eugenia”.³⁷ Nos anos seguintes, quando Huxley já havia deixado a direção da Unesco, a eugenia continuou a ser discutida em vários setores da Organização das Nações Unidas (ONU). Um exemplo disso foi a atuação de Alva Myrdal (1902-1986), chefe da Divisão de Ciências Sociais da Unesco, que liderou, no início da década de 1950, um projeto sobre a relação entre fertilidade e inteligência. Conforme aponta Bashford, nas discussões do Comitê de especialistas formado por Myrdal para abordar o tema, o caráter voluntário foi considerado fundamental para uma eugenia aceitável.³⁸

Para Alison Bashford, esse consenso em torno da eugenia foi possível porque, em contraste com a experiência da Sociedade ou Liga das Nações – LdN (1919-1946), que considerara a eugenia como uma questão de competência interna dos países membros,³⁹ na Unesco e em outras agências, a eugenia passou a ser vista como um assunto de relevância internacional amplamente associado ao novo discurso do desenvolvimento econômico e aos estudos demográficos sobre fertilidade.⁴⁰

Estudos como o de Bashford têm chamado a atenção para as continuidades da eugenia, ao mesmo tempo em que se tentava desvincular a eugenia do racismo, questionando a interpretação de que ela teria entrado em declínio após a Segunda Guerra Mundial em razão da sua associação com o Holocausto.⁴¹ Segundo a historiadora, nas décadas de 1950 e 1960, a preocupação anterior sobre os indivíduos considerados inferiores, dentro dos limites nacionais, deslocou-se para “as populações

37. BASHFORD, op. cit., 2012, p. 163.

38. BASHFORD, op. cit., 2012, p. 155; 163-164.

39. Segundo Alison Bashford, o momento em que a eugenia esteve mais próxima de ser considerada um campo de informação e ação pela Liga das Nações (LdN) ocorreu em 1926, quando a delegação cubana questionou a organização sobre até que ponto a eugenia poderia moldar seu trabalho na proteção de bebês. Naquela ocasião, o médico Domingos Francisco Ramos, representando o Ministério da Saúde e Bem-Estar de Cuba e aluno do pediatra francês Adolphe Pinard (1844-1934), apresentou a eugenia sob a perspectiva de “homicultura”. Em contrapartida, as tentativas do eugenista norte-americano, Charles B. Davenport, e de C. B. S. Hodson, de sensibilizar a LdN sobre o tema, utilizando argumentos relacionados à raça, mistura racial e controle migratório, teriam recebido forte recusa. Cf. BASHFORD, op. cit., 2012, p. 155; e 161-162.

40. BASHFORD, op. cit., 2012, p. 155; e 161-164.

41. Ainda sobre os legados e desenvolvimentos recentes da eugenia, Cf. TURDA, Marius. Legacies of eugenics: confronting the past, forging a future. *Ethnic and Racial Studies*, [s.l.], v. 45, n. 13, p. 2470-2477, 2022.

crescentes do Sul da Ásia, do Leste Asiático e, até certo ponto, da América Latina”. Além disso, “o problema quantitativo da superpopulação global foi certamente usado como justificativa para políticas populacionais locais ‘qualitativas’ e práticas eugênicas de regulação reprodutiva”.⁴²

Dessa forma, segundo Bashford, a técnica da esterilização de homens e mulheres, herdada da eugenia entre guerras, tornou-se popular em campanhas nacionais e internacionais de controle da população. A eugenia não desapareceu nem foi camuflada por outros rótulos como genética humana e controle populacional. Após 1945, muitas organizações eugênicas ampliaram suas atividades em planejamento familiar, controle de natalidade ou da população. Ao invés de uma transformação da eugenia houve “uma intensificação dos argumentos sobre a superpopulação, que há muito tempo vinham sendo defendidos por especialistas ativos na investigação da eugenia”.⁴³ Sintomaticamente, esses argumentos aparecem como centrais no livro em defesa da eugenia, publicado pelo médico e fisiologista Georg Friedrich Nicolai, em 1957.⁴⁴ Exilado na América do Sul desde a década de 1920, entre tantos outros que fugiram do nazismo, Nicolai havia sido citado por José Vasconcelos, em 1926, como um biólogo que contradizia a teoria da seleção natural darwinista.

A aceitação da eugenia como um tema internacional pela Unesco pode ter sido favorecida pela própria diversidade da eugenia, que resultou em entendimentos sobre a teoria e prática eugênicas bastante diversos do emblemático caso alemão. Entre essas variações, conforme assinalado anteriormente, a eugenia identificada como latina foi exitosa em se distinguir do horror nazista no pós-Segunda Guerra Mundial.

Esse contexto nos ajuda a compreender por que, em 1948, Vasconcelos, que escreveu sobre a mestiçagem eugênica na América Latina e que, inclusive, chegou a aderir ao nazifascismo nos anos 1930, não viu necessidade de revisar o que escreveu em 1925. Ele se entendia

42. BASHFORD, op. cit., 2012, p. 164.

43. BASHFORD, op. cit., 2012, p. 165.

44. É relevante mencionar que o exemplar de *La eugenesia como gloriosa culminación de la medicina*, consultado para a escrita deste capítulo, foi doado ao acervo da *Wellcome Collection* pelo primeiro diretor da Unesco, Julian Huxley. Disponível em: <<https://wellcomecollection.org>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

como parte de uma corrente de pensamento racial e eugênica que se tornara hegemônica a partir de 1945.⁴⁵

Como aponta Cibele Barbosa, no imediato pós-Segunda Guerra, grande parte da comunidade científica voltou suas reflexões para o combate ao racismo. Nesse contexto, o discurso da mestiçagem tornou-se uma bandeira contra a segregação e a ideologia da desigualdade racial. A relação entre *raça* e *guerra* integrou as discussões do sistema ONU durante a Terceira Conferência Geral da Unesco, realizada em Beirute, em 1948.⁴⁶ A mesma reunião destacou de forma emblemática o protagonismo latino-americano nos primeiros anos de funcionamento do órgão.

Em 1948, Huxley passou a direção da Unesco para o poeta, ensaísta e diplomata mexicano, Jaime Torres Bodet (1902-1974). Antes disso, Torres Bodet foi Secretário de Educação Pública (1943-1946) e de Relações Exteriores (1946-1948), no México. Na década de 1920, havia trabalhado com José Vasconcelos, então Secretário da Educação Pública.⁴⁷ Como Secretário de Relações Exteriores, Torres Bodet participou ativamente das primeiras reuniões internacionais da Unesco. Em 1947, a Cidade do México foi sede da Segunda Conferência Geral da Unesco, ainda sob a direção de Huxley. Nessa época, Vasconcelos integrou o Conselho Nacional Consultivo do Governo Mexicano perante o organismo.⁴⁸

45. A propósito da circulação da obra de Vasconcelos, vale a pena mencionar que ao analisar o texto do etnólogo francês Paul Rivet, publicado na edição especial dos *Annales* sobre a América Latina, em 1948, Ian Merkel resalta o destaque dado ao tema da mestiçagem racial e afirma que “claramente, Rivet havia sido seduzido pela ideia de ‘raça cósmica’, de José Vasconcelos”. MERKEL, Ian. *Termos de troca: intelectuais brasileiros e as Ciências Sociais francesas*. São Paulo: Edusp, 2023, p. 249.

46. BARBOSA, Cibele. *Escrita histórica e geopolítica da raça: a recepção de Gilberto Freyre na França*. São Paulo: Global Editora / Fundação Gilberto Freyre, 2023, p. 137-142. Barbosa analisa a participação de Freyre na Unesco e a importância do Brasil nos debates do órgão sobre o tema racial no capítulo 4, “Gilberto Freyre e o antirracismo”. Para uma reflexão sobre a recepção da obra de Freyre na França, com destaque para as leituras de Fernand Braudel, Roger Bastide e Lucien Febvre sobre *Casa grande & senzala*, Cf. VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Mestiça cientificidade: três leitores franceses de Gilberto Freyre e a sua máxima consagração no exterior*. Niterói: Eduff, 2020.

47. Cf. MORAGA-VALLE, Fabio. Educación, exilio y diplomacia: Vasconcelos, Mistral, Torres Bodet y la proyección internacional de sus ideas educativas, 1921-1964. *Revista de historia de América*, Ciudad de México, n. 156, p. 61-94, jun. 2019.

48. Cf. SANZ, Nuria; TEJADA, Carlos. *México y la Unesco. La Unesco y México: Historia de una relación*. Unesco: Oficinas en México, 2006.

O brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) foi um ator importante nas primeiras formulações de uma política antirracista pela Unesco. Em 1946, seu livro *Casa-grande & senzala* chegou ao público norte-americano publicado Alfred Knopf e, no prefácio que escreveu para a edição em inglês, Freyre interpretou o Brasil como uma espécie de anti-Alemanha nazista. Em 1948, ele participou do fórum *Tensions that cause wars* patrocinado pela Unesco e “destacou a importância da América Latina como região que poderia oferecer alternativas em matéria de relações sociais”.⁴⁹ Após o encontro, Freyre foi sondado pelo coordenador do evento, o psicólogo social Hadley Cantril (1906-1969), para assumir a Direção do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, mas não aceitou o convite.⁵⁰ Para o lugar que poderia ter sido de Freyre, foi escolhido outro brasileiro, o sociólogo Arthur Ramos (1903-1949).

Nos anos 1930, segundo Marcos Chor Maio, Ramos organizou manifestos contra o preconceito racial, denunciou o nazismo e defendeu que o Brasil teria oferecido a solução de caráter científico mais fundamentada e mais humana face ao problema da mistura de raças e culturas.⁵¹ Na Unesco, em 1949, Ramos convocou uma reunião de especialistas, idealizada ainda na gestão anterior, do psicólogo canadense Otto Klineberg (1899-1992), da qual participaram o sociólogo brasileiro Luiz Aguiar da Costa Pinto (1920-2002) e o antropólogo espanhol radicado no México, Juan Comas (1900-1979). Como resultado dessa reunião, foi publicada, em 1950, a *Primeira declaração sobre raça* da Unesco.⁵²

Segundo Giselle Martins Venancio, o protagonismo latino-americano em diferentes âmbitos da Unesco esteve relacionado ao fato de que “a pauta discutida nos primórdios da organização vinha sendo formulada havia várias décadas e vinculava-se às inquietações intelectuais, políticas, culturais e diplomáticas em discussão no espaço latino-americano”.⁵³ Um

49. MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre o Projeto Unesco. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, maio. 1999, p. 114.

50. MAIO, op. cit., 1999, p. 114.

51. Cf. MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 375-413, 1998.

52. Cf. MAIO, op. cit., 1998.

53. VENANCIO, Giselle Martins. Questões latino-americanas em debates na Unesco: ensaio de reflexões sobre a unidade de um espaço fragmentário. In: ACRUCHE, Hevelly; SILVA,

fórum importante para esses debates foram as chamadas *Entretiens* organizadas pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) da LdN, precursor da Unesco. Em 1936, a sétima edição dessas conversações aconteceu em Buenos Aires e se debruçou sobre o tema *Las relaciones actuales de las culturas de Europa y América Latina*. Ao longo dos anos 1940, já em meio à Guerra, poucas Comissões Nacionais do IICI teriam se mantido tão ativas quanto as do continente americano.

No que diz respeito a eugenia, o reconhecimento de Huxley da importância da variação humana e sua crença na possibilidade de uma eugenia dissociada do racismo refletiu as transformações e posicionamentos políticos do seu campo de atuação, a biologia, e sua pesquisa sobre a síntese evolucionária ou neodarwiniana.⁵⁴ A proposta de uma reforma da eugenia, a qual Huxley e outros cientistas aderiram ainda na década de 1930, ante os desdobramentos da eugenia alemã, foi, porém, contemporânea do ativismo dos eugenistas latinos europeus e dos eugenistas latino-americanos em contraponto à agenda eugenista dos Estados Unidos no contexto das reuniões panamericanas, bem como da criação da Federação Internacional Latina de Sociedades Eugênicas, em 1935. Seja como for, ao longo do período entreguerras, os eugenistas latinos não endossaram as políticas de intervenção sobre a reprodução que, no pós-Segunda Guerra Mundial, intensificaram-se, associadas ao controle populacional global, empolgando figuras como Julian Huxley. As relações entre a eugenia e a Unesco, como assinala Bashford, precisam ser mais bem conhecidas e a América Latina é o caminho para este percurso.

Bruno (orgs.). *Continente subversivo: história e historiografia das Américas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023, p. 199-200.

54. Para uma discussão sobre a relação entre o evolucionismo neodarwiniano, o enfraquecimento do conceito de raça e a emergência do conceito de população no campo da Antropologia Física, em meados do século XX, com atenção para seus efeitos nas declarações da Unesco sobre raça, Cf. SANTOS, Ricardo Ventura. Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz / CCBB, 1996.

6. Lusotropicalismos: a circulação das ideias freyreanas e a mestiçagem no cenário das Ciências Sociais contemporâneas¹

Gustavo de Andrade Durão

Introdução

Alijado pelas narrativas de interpretação do Brasil, Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) foi severamente criticado por conta da atribuição que lhe foi feita do conceito de *democracia racial* na sociedade brasileira. Mas o impacto das ideias de Freyre encontra outro caminho no que diz respeito ao âmbito intelectual estrangeiro visto que sua avaliação do país conquistou ecos durante as décadas de 1940 e 1950 em grande parte do chamado Velho Continente e “dentro de um contexto maior, que era o da busca de saídas para os conflitos raciais de uma Europa, que quase foi a pique entre 1939 e 1945”.² Outros pesquisadores, como Peter Burke³ e Claudia Castelo⁴ também demonstram a permanência das influências intelectuais de Gilberto Freyre no exterior, apontando que, de certo modo, a *mestiçagem* e o *lusotropicalismo* representavam uma resposta ao

1. Agradeço ao meu orientando, Daniel Sousa Mesquita, que contribuiu com essa pesquisa entre os anos de 2022 a 2024 com os Projetos Institucionais de Iniciação Científica (Pibic's) intitulados *Gilberto Freyre para além do colonial: lusitanidade e lusotropicalismo em perspectiva transnacional (1950-1960)* & *Gilberto Freyre no mundo imperial português: lusotropicalismo e os impactos da revista Claridade (1936-1945)*.

2. DIMAS, Antônio. A mística de Paris. In: VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Mestiça cientificidade: três leitores franceses de Freyre e sua máxima consagração no exterior*. Niterói: Eduff, 2021, p. 19.

3. Cf. BURKE, Peter. Posfácio – Gilberto Freyre e a teoria Pós-colonial: um diálogo de surdos. In: CARDÃO, Marcos; CASTELO, Claudia (orgs.). *Gilberto Freyre: novas leituras do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2015.

4. Cf. CASTELO, Claudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Editora Afrontamento, 2011.

racismo intrínseco ao pensamento social excludente ascendente antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O conceito de *lusotropicalismo* ganha o exterior devido às diversas traduções de *Casa-grande & senzala*, tornando-se proeminente quando associado à *mestiçagem* difundida pelos diversos intelectuais que apoiavam as ideias de Freyre.⁵

Gilberto Freyre e o lusotropical: um caminho para a interpretação no campo cultural

A reflexão acerca dos conceitos por si só já acarreta desafios, de modo que o símbolo do *lusotropicalismo* e, de certo modo, de *mestiçagem*, refletem grande parte dos problemas do pensamento crítico do século XX. Mas, como se deu a circulação desses conceitos nas Ciências Sociais e na América Latina como um todo? De que modo o debate racial de Freyre alcançou espaço na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a partir das décadas de 1940 e 1950?

Primeiramente será trabalhado o *lusotropicalismo* para entender melhor a circulação das ideias e uma perspectiva teórica na qual o conceito esteve envolto. Acredita-se que o acontecimento do *lusotropicalismo* ainda hoje pode estar aceso em função da existência da *lusotopia*, contribuindo não só com “a partilha de uma língua comum (lusofonia) ou línguas irmãs (incluindo os crioulos do português), mas também a partilha de uma série indeterminada, mas significativa, de códigos culturais, de espaços e edifícios, e instituições cívicas e políticas”.⁶

Sem a compreensão desses espaços imaginados de forma conjunta fica muito difícil entender o sucesso tanto do *lusotropicalismo* quanto da *mestiçagem* para a intelectualidade brasileira e latino-americana – e esse aspecto será debatido mais detidamente adiante. Destarte, os movimentos intelectuais-literários bebem da fonte das fórmulas plurais do cultu-

5. Cf. DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1972. Neste livro o historiador norte-americano faz comparações entre o sistema racial no Brasil e nos Estados Unidos valorizando a perspectiva da mestiçagem de Gilberto Freyre.

6. SANSONE, Livio; FURTADO, Claudio Alves (orgs.). *Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 305.

ralismo para buscar identidade e afinidade com os outros movimentos artísticos que lhe fazem sentido.

A proeminência do *lusotropicalismo* nessas temáticas da subjetividade intelectual também coadunam com o desejo de Freyre compreender a importância da luta contra o racismo e a premissa de que não poderíamos atingir a modernidade enquanto o caráter racial (sobretudo africano) estivesse embrenhado na cultura brasileira.⁷ Essa interpretação diz muito sobre o pensamento do polímata pernambucano e, mais ainda, sobre a sua teoria da mestiçagem melhor desenvolvida no próximo tópico.

O pensador contemporâneo Edson Nery da Fonseca chama a atenção para o conceito de *lusotropicologia* para que se perceba a difusão da colonização portuguesa nas Américas, na Ásia e em África, demonstrando o modo como Gilberto Freyre captara a influência lusitana no mundo todo. Ainda segundo o pesquisador, essa é uma construção que permeia desde *Casa-grande & senzala* (1933) até *O mundo que o português criou* (1953), o que, de certa forma, teria sido uma empreitada de parte considerável da trajetória do intelectual pernambucano.⁸

O *lusotropicalismo* é mais complexo do que geralmente se costuma imaginar, pois ele tem diversas características: se faz contra o racionalismo e o cientificismo; busca uma idealização das relações sociais que descreve; preza pela valorização quase épica do passado (e seus antepassados); realiza generalizações teóricas dotadas de grande plasticidade, caráter difuso e, não raro, nebuloso e é dotado de uma estética que busca atrair o seu leitor. Segundo as análises do pesquisador e diplomata Rafael Souza Campos de Moraes Leme, os usos políticos do conceito foram mais contundentes do que se possa supor.⁹

7. MAIO, Marco Chor. Tempo controverso – Gilberto Freyre e o projeto Unesco. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 111-136, maio. 1999, p. 112.

8. FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre de A a Z*. Rio de Janeiro: Zé Mário Editor / Fundação Biblioteca Nacional (FBN), 2002, p. 104. A *lusotropicologia* seria uma espécie de corruptela do *lutropicalismo* e, apesar das grandes críticas sofridas, não se tratava apenas de uma apologia à empreitada colonial lusitana, mas trazia uma análise das percepções da cultura portuguesa, exaltando comparações entre os povos, acirrando uma espécie de fenomenologia do homem português no mundo.

9. LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. *Absurdos e milagres: um estudo sobre a política externa do lusotropicalismo (1930-1960)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 23-24.

Grande parte da orientação de Freyre para o pensamento do cristianismo também moldava a lusotropicalidade, representando os valores de um conservadorismo inspirado na lusitanidade ligada à Igreja Católica. Contudo, a própria ideia de lusotropicalidade, segundo Freyre, deveria adentrar os espaços dos campos curriculares acadêmicos. No âmbito de romper com as métricas do saber que definiam os binômios branco-negro, moderno-atrasado, Freyre ia se utilizar da mestiçagem incutida na sua teoria para propor a experiência de integração portuguesa como algo original.¹⁰ Desse modo, o lusotropicalismo teria em suas raízes o “rechaço ao racionalismo e ao cientificismo”; idealizava as relações sociais as quais se debruçava; propunha uma valorização épica da História, de acordo com seus críticos quase um “culto ao passado”; realizava generalizações teóricas dotadas de grande plasticidade, muitas vezes, indistinto; seria dotado de uma tendência de “legitimismo” e “passividade” e preconizava uma valorização da estética, não raro sedutora.¹¹ Vale ressaltar que mesmo nas definições mais idôneas do lusotropicalismo se encontra juízos de valores em que as críticas estão praticamente inseparáveis da definição pura e simples do conceito.

É possível realizar a analogia entre o *lusotropicalismo* e a *mestiçagem*. Por isso, faz-se necessário levantar o que seria essa *mestiçagem* no contexto do início do século XX e como (e porquê) ela era debatida no meio acadêmico. Assim, pode-se perceber que a “noção de mestiçagem pode ser ainda empregada para descrever práticas de sincretismo, fusão, bricolagem e hibridização cultural, referindo-se à combinação de costumes, valores, princípios, hábitos e práticas culturais de diferentes grupos étnicos”.¹²

De acordo com pesquisadores como Lívio Sansone, a noção de *mestiçagem* ganhava força com a Antropologia de Freyre visando esvaziar o debate sobre raça que, na maioria das vezes, acentuava a perspectiva dualista de que só poderia haver o branco e o negro. O ideário racista dessa virada do século XIX para o XX se baseava nas noções ligadas ao evolucionismo na tentativa de explicar o atraso do Brasil. Dessa forma, só

10. LEME, op. cit., 2011, p. 36.

11. LEME, op. cit., 2011, p. 24.

12. DAFLON, Verônica Toste Daflon. Mestiçagem (verbetes). In: SANSONE; FURTADO (orgs.), op. cit., 2014, p. 309.

fazia acentuar as tensões socioculturais no diálogo intelectual, espelhando a problemática da desigualdade racial na constituição social do país.

A constituição do que Gilberto Freyre abordou, no pós-Segunda Guerra, como *democracia racial*, teve um primeiro impacto positivo para a intelectualidade brasileira. Sendo uma das primeiras explicações sobre as bases da cultura nacional e, assim, pode-se dizer que esse construto encontrou relativa aceitação no campo das Ciências Sociais até a primeira metade do século XX. A ideia da superioridade da civilização ariana estava ligada, há muito tempo, à perspectiva interpretativa de modernidade é representativa de um certo estágio evolutivo. Apesar de explicar nosso suposto *atraso*, essas noções do evolucionismo podem ter ocasionado uma crítica de que todos os povos do mundo não poderiam estar equiparados à realidade europeia e isso colocou em evidência os caracteres raciais brasileiros desde o começo dos debates sobre a identidade nacional.¹³

De acordo com Lilia Schwarz, ainda se reforça essa construção de grande parte da nossa intelectualidade, como se percebe no trecho abaixo:

De fato, a *interpretação racial*, a constatação de que essa era uma nação singular porque miscigenada, é antiga e estabelecida no país. [...] retomada principalmente por Silvio Romero nos anos 80, para surgir reelaborada em inícios de século XX com Gilberto Freyre, eis que a interpretação persiste mesmo em momentos e modelos teóricos diversos. Da constatação da hibridização em Von Martius à afirmação darwinista em Romero, para se chegar ao *elogio da democracia racial com Gilberto Freyre, percebe-se como é arraigado o argumento de que o “Brasil se define pela raça”*.¹⁴

Nesse sentido, apesar do conceito de *democracia racial* ter sido difundido à baila (e bem pouco criticado fora dos círculos de uma elite intelectual) ainda se compreendia o quanto a questão da mestiçagem poderia ganhar mais espaço no debate sobre nossos caracteres socioculturais. Somente na década de 1930 foi possível se perceber essa difusão do conceito de mestiçagem e foram Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, já citada, e Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*

13. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 15-16.

14. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 324 [grifos meus].

(1936), que tornaram possível se pensar “a mistura de raças como fenômeno único, original e favorável à sociedade brasileira”.¹⁵ As críticas a Freyre não tardaram a surgir, principalmente, por conta da sua narrativa sobre a escravidão brasileira e acerca dessa perspectiva apaziguadora que buscava explicar o Brasil, a saber: a *democracia racial* que, apesar de não se encontrar em sua chamada obra de estreia, foi a ele atribuída.

Para compreendermos o contraponto das ideias relativas à *mestiçagem* de Freyre, reforça-se que as noções do darwinismo social e da eugenia poderiam ser confrontadas com uma perspectiva de mistura das raças. A teoria de Charles Darwin foi utilizada, para compreensão das sociedades, a partir do uso da ideia de evolucionismo para o pensamento intelectual, deixando os fatores raciais ligados ao negro no fenecer do debate sobre desenvolvimento, modernidade e civilização para as sociedades.¹⁶

A mistura racial foi considerada um obstáculo para os deterministas sociais que preconizavam a teoria das raças ditas *superiores* (arianas), visto que seria uma forma de degeneração e os pardos e mulatos não poderiam existir nesse construto social. Nas suas devidas proporções é possível dizer que a teoria da mestiçagem difundida por Freyre e, em sua grande parte, sob influência de Franz Boas, teria rompido com uma centralidade do discurso voltado à raça e que excluía o diferente em nome da modernidade, da civilização e de um modelo de sociedade ideal.¹⁷

Em linhas gerais, acredita-se que, na esteira da *novidade* do lusotropicalismo ele tenha sido associado diretamente ao hibridismo (essa espécie de fusão) que possibilita pensar a mistura cultural, constatando a necessidade de encerrar tensões entre diferentes civilizações, sobretudo, durante esse contexto de situação colonial.¹⁸ Buscando compreender essas perspectivas da relação entre o hibridismo e o *lusotropicalismo*, pode-se perceber o quanto os conceitos de Freyre são dotados de complexidade e precisam ser compreendidos em suas nuances.

15. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 290.

16. DAFLON, op. cit., 2014, p. 320.

17. Não será possível pontuar esse postulado, mas é, neste sentido, que Peter Burke aponta Freyre como um pensador de tendência Pós-colonial. Cf. BURKE, op. cit., 2015.

18. DAFLON, op. cit., 2014, p. 318.

De acordo com Alfredo César Melo o *lusotropicalismo* seria uma ideologia que teria um impacto positivo para a Organização das Nações Unidas (ONU) – e muito se relaciona com o projeto da Unesco –, sendo que, quando se tratava de uma explicação mais detalhada, o intelectual pernambucano se utilizava do termo *hibridismo*. Através desta última conceituação Freyre conseguia fazer uma aproximação entre as diferentes culturas, preconizando uma situação de trocas culturais (as quais nem sempre correspondiam à realidade). Contudo, Freyre ainda tinha a necessidade de defender os valores desse hibridismo *lusocêntrico* e *crístocêntrico*, levando adiante a retórica de que os europeus (sobretudo, os portugueses) tinham uma relação harmônica também com os povos cuja colonização ainda efetivava. Por isso, talvez o *lusotropicalismo* tivesse sido tão difundido por Freyre porque era uma maneira de apaziguar, mais uma vez, as relações complexas entre múltiplas culturas (brasileiro, africano e europeu).¹⁹

Através dessas breves análises é possível compreender um pouco da circulação das ideias de alguns dos conceitos caros a Gilberto Freyre e a distinção entre miscigenação (mestiçagem) e hibridismo é um desses elementos a se considerar. Ou seja:

podemos distinguir miscigenação e hibridismo: a primeira significa um novo conjunto de elementos culturais que surge da mistura de tradições diferentes. Já o hibridismo não é uma cultura nova que nasce da mistura de elementos diversos, mas a convivência de culturas diversas em uma mesma sociedade.²⁰

Ainda na esteira das apreciações sobre a *democracia racial* temos a abordagem crítica da antropóloga, ativista e filósofa Lélia Gonzalez, uma das maiores representantes das teorias raciais latino-americanas do mundo contemporâneo. Isso porque se opõe às teorias raciais dos primeiros intérpretes do Brasil, tais como: Oliveira Vianna, Caio Prado Júnior e o próprio Gilberto Freyre. Gonzalez critica o *elogio da mestiçagem* de Freyre e o pressuposto da *democracia racial* como aspectos teóricos que

19. MELO, Alfredo. Hibridismos (In)domáveis: possíveis contribuições da obra de Gilberto Freyre para uma teoria pós-colonial lusófona. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 51, n. 1, p. 68-92, 2014, p. 75.

20. SILVA; SILVA, op. cit., 2015, p. 291.

culminariam no branqueamento da sociedade em que prevaleceria o homem branco de ascendência europeia.²¹

A assertiva de Lelia Gonzalez visa realizar a invalidação de interpretações teóricas que, segundo ela, demonstravam e contribuíam para a disseminação de discursos que seriam efeitos de um *neocolonialismo cultural*. Fosse por uma alienação cultural ou por recalçamento, a pesquisadora aponta de que modo essas construções teóricas afetaram profundamente a análise das relações sociais no Brasil.²²

A crítica mais contundente de Gonzalez a Freyre aponta a tentativa de anular a mentalidade do indivíduo negro de forma a afetar ainda seu psicológico em prol de uma ideologia oriunda de um colonizador. Vale dizer que a pesquisadora recupera parte do pensamento de Abdias do Nascimento (*Genocídio do negro brasileiro*) pontuando que, para realizar esse intento de *colonizar as mentalidades*, intelectuais como Oliveira Vianna apreçoaram a teoria do branqueamento, idealizando esse projeto para a sociedade brasileira. Portanto, sua relação entre a teoria do branqueamento e a democracia racial, responsável pela *mestiçagem* da sociedade brasileira, atinge Freyre, um dos principais divulgadores desse conceito. Assim, a “ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo de miscigenação como expressão mais acabada de nossa ‘democracia racial’”.²³

As contradições na atuação intelectual de Gilberto Freyre: o projeto Unesco e a relação com a Ditadura Salazarista

É inegável a contribuição intelectual de Freyre para o Brasil e para a América Latina como um todo, pois ele analisou as comidas, a moda, os sistemas populacionais, a religião, a linguagem, biografias, literaturas, o tempo, a modernidade e pós-modernidade. Isso sem falarmos do seu método sociológico, suas noções de *democracia racial* e de *lusotropicalismo*,

21. Cf. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). *Lélia Gonzalez: por um feminismo AfroLatinoAmericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

22. GONZALEZ, Lelia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS; LIMA (orgs.), op. cit., 2020, p. 31.

23. GONZALEZ, op. cit., 2020, p. 33. Percebe-se ainda que a pesquisadora coloca como essa *metarraça* pensada por Freyre contribuiu para o esquecimento da mulher negra, reforçando a discriminação.

essas últimas permeadas de críticas, mas, ainda assim, fundamentais para o pensamento social.²⁴

Gostaria de começar esse tópico evidenciando o pensamento de um dos estudiosos mais importantes para as interpretações freyrianas: Ricardo Benzaquen de Araújo. Com suas análises ele se debruça sobre parte do pensamento sócio-histórico de Freyre. Assim, Araújo consegue enfatizar um pouco das críticas sofridas por ele, sem, contudo, esvaziar o debate acerca dos conceitos importantes contidos em *Casa-grande & senzala*.²⁵ É possível, desse modo, compreender, por exemplo, como o conceito de *raça* foi visto de acordo com as correntes antropológicas, mas também o cuidado das críticas de Benzaquen de Araújo sobre o tema. Acompanhe:

tenho a impressão de que valeria a pena um rápido esforço para tentar qualificá-los e levá-los um pouco mais adiante, quanto mais não seja para que possamos tornar mais visível o sentido *específico* dessa inesperada adesão de Gilberto a explicação de cunho biologizante quanto as que terminamos de observar.²⁶

Demonstrando pontualmente as principais críticas sofridas por Freyre, a saber: a perspectiva adocicada da escravidão brasileira e a suavização do passado colonial brasileiro, Ricardo Benzaquen demonstra como a mestiçagem esteve nesta equação e, em grande parte do tempo, na gênese da formação sociocultural do Brasil.²⁷ Como já explicitado, não nos cabe realizar a crítica pela crítica, o que tem gerado por muito tempo o esvaziamento do debate intelectual de questões fundamentais, como a mestiçagem em Freyre. A exemplo dos estudos de Benzaquen, pode-se perceber a importância das análises bibliográficas buscando mais as teorias do que as supostas intenções por detrás delas.²⁸ Por uma questão de perspectiva é possível demonstrarmos o quanto as ideias de Freyre privi-

24. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia; BURKE, Peter. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Ed.Unesp, 2009, p. 256-257.

25. Cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

26. ARAÚJO, op. cit., 1994, p. 33 [grifos do autor].

27. ARAÚJO, op. cit., 1994, p. 43.

28. Poderíamos também lembrar o trabalho de Victor Villon, *O mundo português que Gilberto Freyre criou*, que continua a desenvolver algumas das ideias de Ricardo Benzaquen, como veremos a seguir.

legiavam os colonizadores portugueses e uma continuidade do passado colonial, mas não percebermos a circulação das suas ideias e os impactos externos os quais elas puderam suscitar no tempo e no espaço em que foram produzidas.

Ainda sobre as análises acerca de Freyre é importante pontuar alguns aspectos que, de acordo com Victor Villon, são os seguintes:

Criticar o seu método e estilo, sempre tendo por base paradigmas e modelos estritamente acadêmicos e supostamente científicos, é empobrecer as ideias e as formas por ele apresentadas. Será de maior valor para a nossa reflexão tentar buscar a visualização do projeto a que propôs o autor; sem querer enquadrá-lo em modelos fechados.²⁹

Coadunamos com as ideias de Victor Villon, no sentido de pensarmos os intelectuais destacado das suas ideias e dos juízos de valor os quais, muitas vezes, relegamos a eles. Retornando à questão racial, a *mestiçagem*, segundo Benzaquen, seria um constructo importante porque ela não iria disseminar algo totalmente novo. Apesar de todas as questões envolvidas na temática, a mistura representaria uma intenção de organização das questões que estavam na origem da nossa sociedade. Contudo, o *equilíbrio dos antagonismos* exposto por Benzaquen vai exaltar a dificuldade de se contemporizar as relações raciais em um país como o Brasil, cuja base sociocultural é eminentemente racista, conservadora e patriarcal.³⁰

Essas definições raciais, apontadas por grande parte dos leitores de Freyre, ecoam ainda hoje e nos cabe compreender como o intelectual pernambucano vai ocupar um espaço importante, visando o cenário internacional, sobretudo, no projeto idealizado pela Unesco. Concordamos com as interpretações de Marco Chôr Maio quando ele aponta que

Gilberto Freyre vive no início dos anos 1950 uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que sua interpretação do Brasil, como um país com lições de civilização a oferecer à humanidade, é fonte inspiradora para a

29. VILLON, Vitor. *O mundo português que Gilberto Freyre criou*: seguido de diálogos com Edson Nery da Fonseca. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p. 86.

30. ARAÚJO, op. cit., 1994, p. 44.

política antirracista da Unesco, torna-se discurso intelectual (luso-tropicalismo) legitimador do Império Colonial português.³¹

Sobre esse paradoxo de Freyre iremos nos debruçar a partir de agora: como pode o mesmo intelectual ser louvado no ambiente acadêmico para ser chamado pela Unesco e, simultaneamente, endossar as teorias colonialistas de Portugal? Primeiramente é preciso notar a importância do projeto Unesco e da própria empreitada da ONU visando uma integração do mundo livre e da circulação das ideias para as civilizações de todo o globo.

Em 16 de dezembro de 1945, na cidade de Londres, a ONU sacramentou os princípios gerais da Unesco apresentando a sua constituição ao mundo. [...] a livre reprodução de materiais científicos, por meio do intercâmbio de ideias entre as instituições de ensino e seus intelectuais, e o acesso livre de qualquer nação a publicações científicas que apresentassem descobertas que corroborassem o bem-estar da humanidade, principalmente, no que concernia a educação, ciência e cultura.³²

No início dos anos 1950, a Unesco buscou alguns dos principais intelectuais para trabalhar a questão do racismo, visto que havíamos passado por um dos maiores genocídios da história e as concepções de racismo (e preconceito racial) estavam ainda mais evidentes. Assim, a Unesco buscou experiências sociais que se diferenciavam das europeias, visando uma alternativa para a luta contra o Nazismo e o Fascismo.

Na década de 1930, o trabalho de Freyre já alcançava um patamar importante nos debates raciais (como debatido anteriormente), deixando-o em um lugar relevante, visto que suas teorias foram as primeiras a afrontar um determinismo racialista responsável pelo anúncio de fracasso do Brasil enquanto nação/civilização. Até a década de 1950, Freyre já tinha publicado seu livro de estreia, *Casa-grande & senzala* que começava a ser traduzido, quando ele havia feito diversas viagens (inclusive a convite de embaixadas) e visto suas ideias amplamente difundidas.³³ Contudo, sua

31. MAIO, op. cit., 1999, p. 112-113.

32. SANTOS, Fernanda Barros. A temática racial no debate internacional e a conceituação do termo estabelecida pela Unesco na década de 1950. *Revista Thema*, Pelotas, v. 10, n. 91, p. 62-75, jan./jun. 2013, p. 64.

33. MAIO, op. cit., 1999, p. 112-113.

aceitação do projeto Unesco não se deu de maneira automática, pois o intelectual do lusotropicalismo estava investindo no Instituto Joaquim Nabuco (IJN), em Recife, o que pode representar uma demora para se entrar efetivamente nos debates raciais na América Latina.

A tese de Freyre teve tal ressonância internacional que acabou batendo as portas da Unesco. No final dos anos 1940, a instituição ainda andava sob o impacto da abertura dos campos de concentração nazistas, que levaram à descoberta das práticas de genocídio e da violência estatal, bem como alertaram sobre as consequências do racismo durante a Segunda Guerra Mundial. [...]. Animada, então, pelas teses do antropólogo de Recife, e tendo a certeza de que o Brasil representava um exemplo de harmonia racial para o mundo, a organização financiou, na década de 1950, uma grande pesquisa com a intenção de comprovar a inexistência de discriminação racial e étnica no país.³⁴

O escopo das análises de Gilberto Freyre se relaciona com Silvio Romero, Nina Rodrigues, entre outros pensadores, que analisavam os indígenas, as tradições, a religiosidade, os aspectos culturais da sociedade brasileira, de modo que eles foram revistos a todo momento pelas Ciências Sociais. Ou seja: eles foram vistos como cânones iniciais do chamado *pensamento social brasileiro* e, embora suas teorias não possam ser reificadas, não devem, por outro lado, ser descartadas.³⁵

A participação do escritor de *Casa-grande & senzala* no projeto Unesco se deu via IJN, visto que era de seu interesse a divulgação do seu trabalho em caráter regional, lançando – quem sabe – Recife na rota das trocas intelectuais. Em 1951, Freyre teve a chance de escrever um pequeno manual de relações raciais voltado para a interpretação do Brasil, o que se tornaria uma espécie de introdução para as publicações que se seguiriam na Unesco.³⁶

A percepção de Freyre sobre o Brasil certamente chamou a atenção da Unesco por conta da sua grande habilidade em realizar interpretações sobre os seus objetos de estudo. Como nos lembra Maria Lúcia Pallares-Burke e Peter Burke,

34. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 17.

35. Cf. ORTIZ, op. cit., 2012.

36. MAIO, op. cit., 1999, p. 119.

Ele é fascinado pelos efeitos de encontros culturais, não somente entre Portugal e Brasil, Europa e América, ou Oriente e Ocidente, mas também entre passado e presente, República e Império, ordem e progresso, cidade e campo, macho e fêmea, o sistema autoritário e o democrático. Ele enfatiza igualmente a importância não somente do mestiço ou mulato como agente de mediação, mas também aquele da babá, da *cocotte*, do imperador, do Exército ou da rua.³⁷

Esse parâmetro de análise demonstra que Freyre iria atuar como representante da América Latina na Unesco e seu papel seria de fazer as análises sobre a religião e a ligação dos diversos grupos no Brasil, católicos, protestantes e as religiões de matriz africana.³⁸

A publicação em 1945 de *A interpretação do Brasil* em língua inglesa foi fundamental porque a obra agregava diversas conferências realizadas por ele na estadunidense Universidade de Indiana às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Essa publicação chamou a atenção da opinião pública internacional, sobretudo, dos historiadores norte-americanos que, realizando a comparação com o racismo brasileiro, acreditam que a experiência do Brasil foi mais profícua do que a dos Estados Unidos.³⁹

Em comparação com as análises passadas, vê-se o ideal de *democracia racial* ainda a realizar um forte apelo às mentalidades dos pesquisadores norte-americanos, como no relato de Henry Louis Gates-Jr.:

Pus-me a pensar por um momento e comecei a ser tomado por um sentimento romântico em relação ao Brasil – algo que Gilberto Freyre sempre tinha sentido. Eu quase podia vê-la. Enquanto nos Estados Unidos nos apressávamos a demarcar as fronteiras raciais com leis segregacionistas, dizia Freyre, os brasileiros se dedicavam a abraçar uns aos outros! [...]. A democracia racial decerto parecia constituir o núcleo da identidade brasileira.⁴⁰

Deste ponto em diante será dada a ênfase na relação de Freyre com o Estado Novo português (1933-1974), visto que, à pedido do ministro

37. PALLARES-BURKE; BURKE, op. cit., 2009, p. 276.

38. MAIO, op. cit., 1999, p. 119.

39. MAIO, op. cit., 1999, p. 114.

40. GATES JR, Henry Gates. *Os negros na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 73.

do ultramar, Sarmiento Rodrigues, Freyre pôde ir às colônias lusitanas para comprovar o sucesso do projeto de assimilação cultural português. Assim, estava-se diante da chamada

Teoria luso-tropical do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. Apadrinhada pelo Estado Novo, desde 1951, numa tentativa de opor a “boa” colonização portuguesa, ao “mau” das outras nações europeias, esta teoria destacava a singularidade da presença portuguesa, o seu “humanitarismo”, “tolerância” e “adaptação” aos valores do Outro e a faculdade de construir complexos civilizacionais, multiculturais e multirraciais.⁴¹

Apesar de tudo, a teoria do *lusotropicalismo* não foi amplamente aceita nos debates intelectuais externos à realidade brasileira, muito embora a ditadura de António Oliveira Salazar tenha elegido esse conceito para ser a base ideológica da dominação colonial. Tanto *Integração portuguesa nos trópicos* (1958), quanto *O luso e o trópico* (1961) serão tomados como livros de base na lógica de dominação colonial lusitana.⁴²

Se, por um lado, a noção do *lusotropicalismo* poderia auxiliar a aproximação entre culturas, preconizando a afetividade lusitana e a facilidade para o trato com os povos dos trópicos, pode-se compreender que a ideologia da extrema-direita salazarista não era afeita à mistura racial. As questões que envolviam o fator africano eram as primeiras a serem tiradas dos discursos oficiais e, portanto, invisibilizadas nas falas dos colonizadores lusitanos.⁴³

Depois de passados tantos anos, a historiografia ainda se debate com a questão de se as ideias de Freyre teriam sido direcionadas ao regime ditatorial de António Salazar ou se foi apenas uma utilização do conceito a seu bel-prazer. Contudo, de acordo com Rafael Leme, a relação entre a estruturação do nacionalismo salazarista e o lusotropicalismo de Freyre

41. NETO, Sérgio. *Colónia mártir, colónia modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português* (1925-1965). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2009, p. 59.

42. DURÃO, Gustavo de Andrade. Lusotropicalidade no “mundo português”: olhares cruzados acerca de Gilberto Freyre na História Colonial Lusitana. *Intellectus*, Rio de Janeiro, Ano XXI, n. 1, p. 16-36, jan./jun. 2022, p. 25.

43. DURÃO, op. cit., 2022, p. 25; MELO, op. cit., 2014, p. 70.

alcançou um relativo êxito para explicar o ultracolonialismo nas colônias administradas por Portugal.⁴⁴

Recorrendo ao grande mestre heterodoxo pernambucano, o Estado Novo salazarista socorria-se, destarte, de uma ideologia legitimadora do seu colonialismo, pretensamente imune a qualquer forma de racismo, baseado na argumentação oportuna usada pelo sociólogo brasileiro para explicar a gênese social do Brasil e que passaria a ser formulada em termos de *álibi* para a recusa portuguesa em descolonizar os seus territórios na África e na Ásia.⁴⁵

Teria o *lusotropicalismo* atuado como *álibi* de um ultracolonialismo? Como é possível mapear a ideia de um intelectual e suas intenções através da divulgação do seu pensamento? Será que devido ao seu grande reconhecimento, já na década de 1950, Freyre não estava sem vislumbrar uma necessária mudança de orientação deste conceito?

A querela da apropriação das ideias de Freyre pelo Estado Novo português está longe de ser encerrada, pois, atuou como forte entrave para a análise da real circulação de suas ideias e mesmo as suas possíveis intenções nesse contexto. Evidentemente, a ditadura salazarista tinha toda uma orientação a uma colonização tendenciosa e estratégica, fatores esses que estiveram presentes no arquipélago caboverdiano e que encontraram em Freyre um esteio para a continuidade da administração colonial. A perspectiva salazarista apregoava que a manutenção dos territórios governamentais traria melhorias para a metrópole, bem como para as províncias d'Além-mar. Havia em seu alicerce um discurso *positivo* para os colonizados, porém, tudo isso era artifício para manter o seu projeto, pois as ações diziam totalmente o contrário:

As intervenções obedeciam quase sempre à seguinte lógica de exposição: num primeiro momento era exposta “a situação de desordem, de mentira, de anarquia, de humilhação” porque passava Portugal ou o povo português; em seguida apresentava “o sacrifício para a cura” e, num ter-

44. LEME, op. cit., 2011, p. 81.

45. MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como *álibi* colonial do salazarismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 48-61, mar./maio. 2000, p. 49-50.

ceiro momento, o da “regeneração”, havia a renovação do corpo nacional graças à ação do Estado Novo e do seu chefe – Salazar.⁴⁶

Acredita-se que nas viagens de Freyre, por exemplo, ele tenha sido levado para os locais estratégicos para conhecer as benesses da colonização. Como observado no prefácio de *Aventura e Rotina*, o pensador do *lusotropicalismo* foi enlevado pela administração colonial salazarista, pois acreditava que aquelas melhorias eram os feitos de um grande estadista, um *intelectual contido* que habitava dentro de Salazar. Assim, conduzido por essas autoridades não foi capaz de tomar suas próprias conclusões acerca das missões coloniais.⁴⁷

A defesa de Freyre do campo da cultura não fez a separação dos valores os quais a colonização portuguesa pode ter realizado no campo prático. Nesse sentido, vale dizer que o pernambucano via os fins e não meramente os meios empregados pela administração colonial.⁴⁸

O que nos cabe repensar é o papel que se tem dado ao arcabouço teórico forjado por Freyre cuja força foi capaz de representar uma resposta aos intelectuais que atuam em perspectiva transnacional, reanimando os espíritos investigativos e críticos tanto na historiografia brasileira quanto nas Ciências Sociais de inspiração latino-americanas. Portanto, as tradições da cultura brasileira estiveram presentes nas interpretações do referido antropólogo, um caminho amplo para pensarmos os modelos, onde o Brasil era, inclusive, considerado exemplar pela Unesco, demonstrando os paradoxos do pensamento social brasileiro interna e externamente.⁴⁹

46. PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). *História*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009, p. 463.

47. COSTA E SILVA, Alberto da. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 19.

48. FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. São Paulo: É Realizações Editora, 2010, p. 63.

49. THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de papel. Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed.Unicamp, 2007, p. 53. O referido capítulo trouxe nova luz aos debates acerca da influência de Freyre na definição mais genérica de “Mundo português”.

Considerações finais

A mitologia nacional integrou a noção de *democracia racial* e atribuímos isso ao balanço historiográfico sobre a escravidão realizado por Freyre, sobretudo, devido a sua explicação das relações sexuais entre senhora(a)s e escravizada(o)s. Nesse ideal explicativo há uma espécie de gênese do pensamento sociocultural para a realidade brasileira e, certamente, ainda é utilizado como explicação do nosso passado histórico nos meios extraoficiais.⁵⁰ Curiosamente a explicação sobre o papel dos negros na América Latina de Henry Louis Gates Jr. dá um enorme destaque a Freyre para o princípio do que seria a constituição racial do Brasil no início do século XX.

As críticas dirigidas a Gilberto Freyre tiveram tamanho impacto que podemos ouvir pessoas dizendo dentro do ambiente acadêmico que o trabalho dele estaria ultrapassado ou que compactuaria com o preconceito da sociedade brasileira. Pouco se aprofunda quando a crítica é dirigida ao conceito de *democracia racial* e, a todo momento, é possível perceber nas narrativas que o *mito* é apontado sem se esmiuçar a problemática real entorno dessa conceituação atribuída ao autor de *Casa-grande & senzala* e, mais tarde, por ele utilizada.

Apesar de ter sido criado por Artur Ramos, o conceito de *democracia racial* foi difundido por Freyre e seu empenho foi tamanho que ele ganhou, no pós-Segunda Guerra, a ambiência intelectual “para além de nossas fronteiras”.⁵¹ De certo que *Casa-grande & senzala* e *O mundo que o português criou* foram as principais publicações responsáveis pelo embasamento do conceito de *lusotropicalismo* e pela divulgação de uma colonização amena, segunda a qual se poderia seguir de exemplo para se encontrar uma mestiçagem cultural ideal e apaziguadora dos conflitos étnicos.

O que precisa ser ressaltado é como as críticas dirigidas ao intelectual pernambucano geraram um sentido de *silenciamento* de suas teorias e o consequente descaso mesmo da profundidade das análises voltadas a elas. Levando em consideração a alcunha do chamado *mito da democracia racial*, por exemplo, não se enfatiza que, segundo Florestan

50. GATES JR, op. cit., 2014, p. 38.

51. SCHWARCZ, op. cit., 2019, p. 18.

Fernandes, a união das três raças era uma maneira de se apaziguar os problemas das desigualdades sociais e do preconceito existente na sociedade brasileira.⁵²

Nesse sentido, ressalta-se o perigo de se voltar a uma militância (por vezes uma patrulha) como a responsável por realizar essa denúncia, quando nos parece mais provável que a elite paulista da escola de sociologia tenha iniciado as críticas e, mais adiante, os pesquisadores como Lilia Schwarcz e Jessé de Sousa tenham repetido os argumentos para que ocorresse essa leitura da *cumplicidade* de Freyre com as teorias racistas do século XX, ocasionando um esfriamento das relações entre políticas públicas e movimentos sociais.

Analisemos o trecho de Lilia Schwarcz: “O golpe de misericórdia foi dado pelo ativismo negro, que, a partir do fim da década de 1970, mostrou a perversão desse tipo de discurso oficial, o qual tinha a potencialidade de driblar a força dos movimentos sociais que lutavam por real igualdade e inclusão”.⁵³ Deixamos ao leitor a apreciação da frase para pensarmos em que sentido as críticas podem atuar favoravelmente no que o senso comum caracteriza como *cultura do cancelamento* e como isso trabalha para esvaziar o debate sobre as teorias de Freyre não somente para o campo da História, mas também para as teorias étnico-raciais sobre o Brasil e a América Latina. Nos é dado o direito de discordar de Schwarcz, visto que é impossível dar um *golpe de misericórdia* em uma ideia e que se as noções das misturas raciais têm ganhado cada vez mais espaço nos discursos oficiais dos governos. Cabe-nos problematizar essas ideias nos espaços de construção do saber. Por isso, é necessário debater os conceitos de *democracia racial*, *mestiçagem* e *lusotropicalismo*, amplamente, para que, mesmo diante da não aceitação das conceituações, haja uma consistência nas suas críticas. Enquanto não aprofundarmos as teorias e as críticas será muito difícil compreender a circulação das ideias de Freyre e de tantos outros intelectuais brasileiros de destaque na América Latina. Podemos perceber que as críticas são meras repetições sem consistência e, por isso, é fundamental adotar uma postura mais propositiva destes debates para a aceitação dessas ideias e, dos discursos, no campo das Ciências Humanas, buscando adotar um

52. Cf. FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

53. SCHWARCZ, op. cit., 2019, p. 18.

diálogo com as epistemologias Sul-Sul, demonstrando a importância do debate entre Brasil e América Latina no campo das humanidades.

7. Tensões: a (oni)presença de Gilberto Freyre na revista *Le Courier* (1952), entre inquietudes intelectuais e demonstrações políticas

Felipe Cazetta

Os indivíduos e grupos agem embebidos por diferentes influências, sejam elas geracionais, intelectuais, políticas, entre outras. Portanto, qualquer tentativa de análise inscrita em periodização fixa assume, inevitavelmente, o risco de anacronismos ou de exames superficiais. Por isso, compreende-se que, apesar do tempo cronológico ser objetivo e estabelecido através de datas, as redes de sociabilidades fazem com que os indivíduos e grupos sejam envolvidos por tramas mais complexas em relação à temporalidade, levando a desenvolverem variadas recepções e percepções de passado, conforme suas afiliações geracionais e experiências que vão contribuir para a formação de visões de mundo, confecção da identidade e posicionamento político.¹ A partir dessa primeira consideração, compreende-se as nuances e diversidades que afetam os sujeitos em suas trajetórias, tornando-as, na maioria das vezes, contraditórias e/ou imprevisíveis.

Ao examinar o percurso intelectual de Gilberto Freyre, tais contradições são destacadas ao longo de suas publicações, de acordo com os grupos que dedicam ora simpatias ora críticas à sua produção referente à formação da sociedade brasileira e, posteriormente, à civilização lusotropical. Diante de sua experiência de estudos nos Estados Unidos, Freyre sofreu influências do *neolamarckismo*,² utilizado também por seu professor de sociologia Franklin Giddings, quando esteve na Universidade de

1. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. *Como não fazer um golpe de Estado no Brasil*. Recife: EdUPE, 2023, p. 38.

2. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 39.

Columbia na segunda metade dos anos 1910. O tratamento neolamarckiano referente à raça implica em considerar as ilimitadas aptidões dos seres humanos frente às condições ambientais. Assim, os grupos poderiam incorporar e transmitir suas características por gerações, de acordo com a interação com o meio.

Tal aspecto forneceu a contribuição para Freyre esquivar-se das concepções raciais rígidas e imutáveis, por considerar as vinculações psicológicas e sociais do grupo com o meio.³ Deste modo, Freyre passou a atentar não somente às relações biológicas inerentes a cada *raça*, mas também a interação com o meio ambiente e a sociedade, e as trocas de afetos – nem sempre virtuosos, pois considerava a violência juntamente ao amor na composição da formação social e identitária, sendo que tais contrastes estão inscritos no *equilíbrio dos antagonismos* a ser apresentado mais à frente.

Associada às influências de Franz Boas e Franklin Giddings na Universidade de Columbia, Alberto Schneider⁴ compreende Gilberto Freyre como um dos herdeiros do decadentismo ibérico, diante de sua aversão à modernidade iluminista. Deste modo, Freyre posicionava-se ao lado de autores como Miguel de Unamuno e Angel Ganivet que compreenderam a tradição como a chave para sair da crise de identidade que os países ibéricos se encontravam, intensificada ao longo do século XIX e primeiros anos do XX.

A formação intelectual de Freyre, ao longo dos anos 1910, associada à sua trajetória pessoal e seus vínculos familiares com a oligarquia canavieira, empurrou-o para o debate que se formava no Brasil durante os anos 1920 e 1930, entre polos divergente, com a emergência política, econômica e cultural do Sul em contraste com a decadência do Norte. Assim, Fabiana Gama Pereira⁵ compreendeu este movimento de oposi-

3. LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural – a formação intelectual de um brasileiro (1900-1936)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 138.

4. SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e lusotropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 75-93, dez. 2012, p. 78.

5. PEREIRA, Fabiana Gama. As influências hispânicas no conceito de regionalismo desenvolvido por Gilberto Freyre. In: BARRIO, Angel Baldomero Espina; LIMA, Mario Hélio Gomes de; VELASCO, Pablo Gonzalez (orgs.). *Ibero tropicalismo: anais do congresso internacional de Ciências Sociais e Humanas realizadas na Universidade de Salamanca*

ção através da díade modernismo-regionalismo, onde Freyre encontrava-se no segundo grupo.

Sincrônico a este debate, havia outro do qual Freyre esteve integrado e significou ponto de inflexão: as percepções acerca da composição racialmente mestiça do brasileiro. Após a abolição da escravidão no país a preocupação sobre o papel do negro no mundo do trabalho foi somado ao debate, já existente, sobre a formação do tipo brasileiro, enquanto perfil racial. Em termos biológicos havia a preocupação que a mescla de *raças* resultaria em deterioração do brasileiro, diante da predominância de características negativas decorrentes da *corrupção de sangue*, conforme as concepções etnocêntricas e cientificistas predominantes no século XIX e manifestas ao longo das primeiras décadas do século seguinte. De Silvio Romero a Oliveira Vianna, as preocupações pelo branqueamento da população, como meio de depuração biológica, eram salientes.

Quando Freyre se insere no debate, através de *Casa-grande & Senzala*, houve o deslocamento do eixo da discussão da *raça* para a *cultura*,⁶ fazendo da mestiçagem algo positivo e habilitando o negro como um dos elementos de enriquecimento da identidade brasileira em relação à linguagem, culinária, artes, arquitetura e habitação, entre outros quesitos. Freyre pertenceu à geração de intelectuais latino-americanos que se empenhara em habilitar os nativos, negros e mestiços, como formadores da identidade nacional, bem como estabelecer vínculos com as tradições culturais regionais.⁷ Deste modo, fazia ressonância ao iberismo da geração do *Desastre espanhol*,⁸ assim como se articulava entre os latino-americanos empenhados em valorizar os aspectos regionais e locais, em reação ao imperialismo estadunidense.

Para além deste aspecto, Freyre ofereceu novos métodos de análises e percepções da presença do negro no território brasileiro no campo acadêmico sociológico e das demais Ciências Humanas, além de ampliar

em comemoração dos 120 anos de nascimento de Gilberto Freyre. Pernambuco: Editora Massangana, 2022, p. 175-176.

6. MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 78.

7. CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 18.

8. Cf. CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 35-58, jul./dez. 2003.

o repertório de fontes a serem exploradas, ao prestigiar a oralidade, os livros de receita, o vestuário, entre outros que não seguiam de forma ortodoxa o enquadramento de documento científico. Assim, abriu novos campos de pesquisa a respeito da alimentação, da ecologia, do comportamento, da sexualidade. Claramente, Gilberto Freyre buscava métodos alternativos de análise das sociedades e civilizações, que fugissem das categorias de pureza racial e, assim, investiu nas relações sociais, na formação da identidade e interações culturais entre os diferentes.

Diante deste repertório intelectual, Freyre distanciou-se da posição da pureza racial para a formação dos povos. Para a compreensão das bases da sociedade brasileira em sua composição cultural, de identidade, relações de sociabilidade, práticas sexuais etc. buscou analisar a formação dos espanhóis e portugueses e, para isso, afirmava que a miscigenação ocorria antes mesmo das Grandes Navegações. Como resultado destas interações tomadas pela mestiçagem e pela plasticidade do português, em livro de primeira edição, em 1945 (publicada inicialmente em inglês), afirmava: “pode-se dizer que a civilização que o Brasil está desenvolvendo nos trópicos não é puramente ocidental ou europeia. É sob vários aspectos extra-europeia. Ou mais-que-europeia”.⁹ Não se negava a participação do tipo europeu na formação dos traços brasileiros, todavia, Freyre transcendia o desejo da elite política e intelectual do período, de ser um europeu nos trópicos, ao afirmar que a formação brasileira era aberta, plural, complexa e, por isso, mais rica que aqueles povos que reforçaram a preocupação em preservar uma pretensa pureza biológica.

Ao longo das obras do sociólogo sobressaia a interpretação de Portugal e Espanha como regiões de transição entre Europa e África. Portanto, tais países seriam ponto de contato entre cristianismo e o islã. Diante do fluxo dinâmico de grupos e crenças, de aparências e identidades tão variadas, Freyre entendia ser plástica a própria composição de espanhóis e portugueses em seus respectivos territórios.

Durante oito séculos a península Hispânica ou Ibérica foi dominada pelos Africanos. Árabes e mouros deixaram ali traços de si mesmos. Ainda que alguns autores modernos, espanhóis e portugueses, como Unamuno,

9. FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos Trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1971, p. 130.

por exemplo, desejem a completa europeização da Espanha e Portugal, outros, como Ganivet, sustentam que é procurando no Sul, a África, que Portugal e Espanha encontram a chave de seu futuro e a explicação de seu *éthos*.¹⁰

Freyre constrói, desta forma, interpretação original, referente a origem dos povos, inclusive europeus, com o intuito de romper com o mito de pureza racial. Buscou habilitar a perspectiva da formação de identidade múltipla e variada, e demonstrar outras possibilidades de compreender elementos positivos dos povos, transcendendo os aspectos biológicos. Se tal compreensão inovadora satisfazia intelectuais latino-americanos que tinham como objetivo a valorização da singularidade de sua formação enquanto povos e patrimônio cultural, por outro lado, a aceitação da interpretação freyreana teve de aguardar o pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a derrocada das forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), para ter fluxo facilitado na ditadura de Portugal. Apesar deste país declarar-se neutro durante o conflito, a simpatia de Salazar aos fascismos era explícita (da organização de seu regime, aos pronunciamentos de entrevistas).¹¹ Portanto, o ditador compreendia suas colônias como garantia da posição destacada geopoliticamente no tabuleiro global. A noção de Império e de Portugal enquanto portador de uma missão civilizatória se impunha sobre quaisquer propostas de mestiçagem e, entre estas, o *lusotropicalismo*.¹²

Somente por pressões internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Portugal passou a adotar postura estratégica perante o *lusotropicalismo*, tomando-o como entendimento do país como nação pluricontinental e multirracial, que tinha formas singulares de desenvolvimento de sua civilização. Apesar do capital intelectual de Freyre já transcender os limites nacionais, a permeabilidade no salazarismo projetou o sociólogo no cenário internacional.

10. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 58.

11. Cf. FERRO, Antonio. Salazar: o homem e sua obra – III. A ditadura e o seu contacto com a nação. *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano 88, n. 24.028, quarta-feira, 21 dez. 1932.

12. Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar*: biografia definitiva. São Paulo: Leya, 2011.

A presença de Freyre na Unesco: democracia racial e desdobramentos

Entre os anos 1930 e 1950, Gilberto Freyre havia apresentado palestras nos Estados Unidos e na Europa, publicando trabalhos (entre livros e artigos) em diferentes idiomas. Assim, passou a ser convidado para conferências e fóruns de agências multilaterais como a ONU e a Unesco.¹³ Paradoxalmente, os anos 1940 compreendem as primeiras críticas acadêmicas às reflexões de Freyre. Marcos Chor Maio destaca o ataque de Antonio Candido, ao compreender as pesquisas de Freyre como “o mais lamentável sentimentalismo social e histórico; para o conservadorismo e o tradicionalismo”.¹⁴

Deste modo, é possível acionar a polarização observada por Fabiana Pereira¹⁵ entre modernismo e regionalismo. Tal oposição, associada à crítica de Candido ganha relevo ao considerar os esforços de Freyre durante a década de 1920 (com o *Manifesto Regionalista*¹⁶), com o intuito de oferecer propostas alternativas ao federalismo que ao seu ver prestigiava alguns estados e regiões em detrimento de outros, além de entender a organização como arbitrária e uma sugestão estrangeira para assuntos nacionais.

Além do *Manifesto*, Freyre apresentava o Nordeste e, especificamente, Recife do século XIX, com cores vivas em detrimento dos malefícios que apresentava decorrentes da modernidade, tal como escrevia nas colunas do *Diário de Pernambuco* na década de 1920. Assim, as bases para a projeção da tradição estavam já consolidadas quando, nos anos 1930, Freyre publicou suas obras hoje canônicas: *Casa-grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mocambos* (1936). Nestas se apresentava a formação do Brasil de forma plástica, com estreito contato social, cultural, sexual

13. MAIO, Marcos Chor. Gilberto Freyre and the Unesco research project on race relations in Brazil. In: ANDERSON, Warwick; ROQUE, Ricardo; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Luso-tropicalism and Its discontents: the making and unmaking of racial exceptionalism*. New York: Berghahn Books, 2019, p. 113.

14. MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 111-136, maio. 1999, p. 117.

15. Cf. PEREIRA, op. cit., 2022.

16. Cf. FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. 7.ed. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1996.

de senhores e escravos, apresentando um cenário dinâmico para a formação da identidade nacional.

No início dos anos 1950 a Unesco esteve empenhada em patrocinar estudos referentes às relações sociais (e, portanto, raciais), com o intuito de combater os preconceitos. Em escala ampliada, a agência buscava repelir novas ameaças de genocídio, tal como foi o Holocausto, promovido pelos nazistas contra grupos étnicos específicos (se estendendo para opositores ideológicos, homossexuais, ciganos, entre outros entendidos como *anormais* ao *Reich* alemão). Assim, sociedades estabelecidas sobre a pluralidade racial e desprovida de políticas institucionais segregacionistas ganharam a atenção nas pesquisas, sendo o Brasil um país que foi alvo dos projetos de investigação.

Aprovado durante a II Sessão da Conferência Geral, ocorrida na Cidade do México, em 1947, o projeto *Tensions Affecting International Understanding* foi desenvolvido pelo Departamento de Ciências Sociais da Unesco. O foco dos estudos era explorar as causas de guerras, rivalidades nacionais, estereótipos raciais e preconceitos contra minorias e imigrantes. Nestes debates, Gilberto Freyre teve grande influência, sendo convidado e único representante latino-americano para conferências e seminários, entre os quais proferiu o *Tensions that cause wars*, com participações de Max Horkheimer, George Gurvitch e Gordon Allport.¹⁷ Nessa atmosfera, é lançada a revista *Le Courier* (periódico da Unesco) de agosto-setembro de 1952, onde o Brasil assume objeto central das investigações. Nesta edição, intelectuais como o próprio Gilberto Freyre, Roger Bastide, Alfred Métraux, Thales Azevedo, Harry W. Hutchinson, L. A. Costa Pinto e Charles Wagley apresentaram considerações sobre miscigenação e composição de classe e raça em diferentes regiões do país.

A série de artigos é aberta por Métraux, vinculado ao departamento de Ciências Sociais da Unesco, sendo especialista em questões raciais do órgão. Em seu *Une enquête sur les relations sociales au Brésil*, ele se preocupou em justificar, de início, a escolha do Brasil para o alvo das pesquisas, haja vista o país supostamente não ter tensões e conflitos raciais graves. Assim, no artigo, há o reconhecimento da existência de numerosas e relevantes pesquisas que se inclinaram sobre os problemas derivados da discriminação racial nos Estados Unidos e considerou, de igual qua-

17. MAIO, op. cit., 2019, p. 113.

lidade, a literatura referente aos antagonismos raciais na África do Sul (países marcados pela segregação racial institucionalizada).

No entanto, o objetivo, para Métraux, não mais seria a detecção desses conflitos, mas o exame de alternativas que possibilitassem a superação dos mesmos. Para isso, revelou explicitamente a influência de Freyre ao afirmar que: “O caso do Brasil é destacado como um dos raros países que realizou a ‘democracia racial’”.¹⁸ E ancora tal afirmação em estudos anteriores de Donald Pierson sobre a Bahia, além de pesquisas históricas justamente de Gilberto Freyre. Durante a elaboração do projeto das pesquisas, em agosto de 1950, Métraux, juntamente com Ruy Coelho, sublinham que Freyre era o sociólogo referência no Brasil sobre assuntos étnicos raciais.¹⁹

Ao visitar os aspectos históricos que revestem sua argumentação, Métraux tornou ainda mais explícito seus vínculos teóricos com os estudos de Gilberto Freyre. Afirmava que as possibilidades legais abertas pelos modelos coloniais portugueses e espanhóis aos negros, quando libertos da condição de escravos, contribuía, mais facilmente, para que se incluíssem na sociedade e iniciassem sua ascensão social.²⁰ Não cabe aqui estabelecer levantamento das sanções impostas aos negros ao acesso à propriedade no Brasil (Lei de Terras, de 1850), os entraves de acesso ao ensino regular (oferecido durante o Império somente a homens livres), tal como a sucessão de castigos físicos aplicados aos escravos. No entanto, ficava exposto que a fonte de Métraux para tais afirmações era, em grande medida, as considerações de Freyre sobre a condição do negro e do mestiço no Brasil.

Tal como Freyre, nas análises de Métraux a sociedade colonial portuguesa, na América, era dotada de fluidez e de frágeis entraves sociais e políticos respaldados em critérios de cor da pele ou origem. Assim, a

18. “Le Brésil a été salué comme un des rares pays ayant réalisé la ‘democratie raciale’” [tradução livre]. MÉTRAUX, Alfred. Une enquête sur les relations raciales du Brésil. *Le Courrier*, Paris, v. V, n. 8-9, août./sep. 1952, p. 6.

19. MAIO, op. cit. 2019, p. 114.

20. “Elles témoignent d’une conception de la personne de l’esclave dans les sociétés ibériques, très différente de celle caractérisée les établissements d’autres puissances coloniales. C’est ainsi que les lois espagnoles et portugaises ont toujours contenu des clauses favorables aux esclaves et ont cherché à faciliter leur affranchissement. [...]. Une fois affranchi, il a pu aspirer à devenir un membre de la communauté des hommes libres et commencer son ascension sociale”. MÉTRAUX, op. cit., 1952, p. 6.

sociedade construída sobre as bases da democracia racial, regulada pelo patriarcalismo, era estabelecida a partir das relações de afeto (muitas vezes sexuais). Portanto, não considerariam os preconceitos ou barreiras raciais, visto que, em muitos casos, os mestiços presentes no cativeiro eram provenientes de relações fora do casamento, entre o senhor e suas escravas. Divergindo, assim, do liberalismo regulado pelo individualismo e por relações impessoais, esse modelo de democracia funcionaria, justamente, por ser estruturado por questões pessoais, familiares e patriarcais.

Nesse mesmo sentido, Freyre apresentava críticas ao liberalismo, tanto político quanto econômico. O sociólogo pernambucano afirmava, em conjunto de textos apresentados inicialmente em 1937, porém, reunidos em *O mundo que o português criou*, que a democracia ensaiada no Brasil, desde o processo de formação, superava em vários aspectos as principais democracias políticas do mundo.

Por esse dinamismo cultural – que não fecha a cultura europeia a outras influências; pela valorização no homem, o mais possível, de qualidades autênticas, independentes de cor, de posição, de sucesso econômico; pela igualdade – tanto quanto possível – de oportunidades sociais e de cultura para os homens de origens diversas, as áreas de formação portuguesa – formação por meio da mestiçagem – constituem hoje uma antecipação ou, mais do que isso, uma aproximação daquela democracia social de que se acham distantes os povos atualmente mais avançados na prática da tantas vezes ineficiente e injusta democracia política, simplesmente política.²¹

Diante destas aproximações, Métraux entendeu a colonização do Brasil como uma relação de frouxa dominação do branco sobre o negro. As relações históricas construídas, então, convertiam-se mais em vínculos de compromisso, do que dominações estabelecidas a partir da suspensão arbitrária da liberdade e da manutenção em cativeiro através da imposição de diversas naturezas de violência. Assim, “a colonização do Brasil foi uma aventura partilhada por brancos e negros que, [...], co-

21. FREYRE, op. cit., 2010, p. 33.

laboraram estreitamente para um novo ambiente social”.²² Novamente é inevitável estabelecer a aproximação entre o que escreveu Métraux com as reflexões impressas de Freyre, desta vez em *Nordeste*.

Publicada em 1937, Freyre faz inventário das relações entre brancos, indígenas e negros, no esforço de construir a sociedade brasileira contemporânea, e conclui que “o negro foi na verdade o pé-de-boi da colonização agrária do Brasil”.²³ Nesta publicação sobressaía a quase cumplicidade entre o escravo e o seu senhor, pois “o trabalhador livre vem sendo o mais desprestigiado em suas condições de saúde do que outrora o trabalhador escravo, na maioria dos engenhos patriarcais, quando de modo geral sua alimentação já era superior à dos brancos e pardos pobres, sem assistência patriarcal”.²⁴

Tais comparações entre o homem livre assalariado e a mão de obra escrava se repetem na obra de Freyre, inclusive em sua colaboração na revista *Le Courrier*. Nesta, Freyre afirma a integração física e espiritual do escravo na família patriarcal. Ao estabelecer comparação entre o regime de assalariamento e o sistema escravista, é encontrada a conclusão que os escravos provavelmente receberam melhores tratamentos de seus senhores sob o *regime paternalista*, que os trabalhadores livres (fossem eles brancos ou negros) no período de transição do trabalho escravo para a mão de obra assalariada.²⁵ Tornava explícito que Freyre rejeitava o liberalismo econômico pela organização interna do sistema.

A crítica de Freyre ao liberalismo econômico recaía sobre a despersonalização do espaço de trabalho. Nos campos de cultivo da cana-de-açúcar a presença do senhor era permanente entre os escravos, conforme é apresentado em *Nordeste*, sendo representado como um centauro: “Do alto do seu cavalo é que esse verdadeiro rei-nosso-senhor via os canaviais que não enxergava do alto da casa-grande: do alto do cavalo é que ele falava gritando, como do alto da casa-grande aos seus escla-

22. “La colonisation du Brésil a été une aventure partagée par les blancs et par les noirs qui, [...], étroitement collabore à créer un nouveau milieu social” [tradução livre]. MÉTRAUX, op. cit., 1952, p. 6.

23. FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2013, p. 98.

24. FREYRE, op. cit., 2013, p. 165.

25. FREYRE, Gilberto. Le rôle des noirs dans la civilisation brésilienne. *Le Courrier*, Paris, v. V, n. 8-9, août./sep. 1952, p. 8.

vos, aos trabalhadores, aos moleques do eito”.²⁶ Se a presença do senhor por vezes era violenta, zelava, segundo Freyre, pela proteção do escravo, com relação à alimentação, assistência social, moral, religiosa e médica. Portanto, sempre de acordo com Freyre, o desaparecimento progressivo da figura do senhor e a substituição pela do capitalista e do usineiro foi responsável pela “degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário”.²⁷

O aspecto de corrupção que o capitalismo liberal exerceu sobre a estrutura social brasileira, com destaque ao patriarcalismo, se sobressai uma década depois da publicação da primeira edição de *Nordeste* (1937), com concepções intactas. Em *Interpretação do Brasil* se mantinha a concepção que o trabalho assalariado colocava o operário em situação de vulnerabilidade, em diversas áreas, e isso tornava-se saliente ao comparar com a situação do escravo. Assim,

visto em conjunto, o regime de escravidão nos engenhos e nas fazendas brasileiras no século XIX, parece ter sido bem menos despótico do que a escravidão em outras regiões da América; e menos cruel – se se pode admitir grau na crueldade – do que o regime de trabalho na Europa industrial durante os terríveis cinquenta anos do *laissez-faire* econômico que veio depois da Revolução Industrial.²⁸

Freyre contrapunha a sociedade patriarcal ao capitalismo liberal, quando aborda as relações sociais (de família estendida, durante a escravidão e de concorrência e individualismo no mercado capitalista) e em relação às políticas de ascensão social (onde o senhor zelava pela integração do mestiço, através dos vínculos pessoais; enquanto o mercado era formal, diante da frieza dos contratos. A *democracia racial*, portanto, era inconciliável com a modernidade, com a democracia liberal (chamada por Freyre de democracia política), e com o capitalismo contemporâneo. Deste modo, demarcava-se que, no Brasil, a suposta harmonia racial existente era derivada de forma singulares e alternativas de desenvolvimento civilizacional, em oposição à modernidade que tomou dimensão

26. FREYRE, op. cit., 2013, p. 90.

27. FREYRE, op. cit., 2013, p. 169.

28. FREYRE, op. cit., 2001, p. 126.

após a Revolução Francesa, e às formas de organização social, política e econômica representadas pelos anglo-saxões.

Tais concepções referentes à originalidade da colonização portuguesa no Brasil são reverberadas e encontram eco na revista *Le Courier* por Thales de Azevedo, apresentado em seu artigo como professor da Universidade da Bahia. No texto Azevedo reforça as bases da *democracia racial* e, de maneira complementar, aspectos do *lusotropicalismo*, propostos por Freyre, quando afirmava: “Sem dúvida são os países colonizados pelos portugueses ao longo dos quatro últimos séculos que as relações entre brancos e pessoas de cor têm sido mais harmoniosas”.²⁹ É válido destacar que a harmonia é um aspecto incluído nos usos do conceito de *equilíbrio dos antagonismos* de Freyre. Como instrumento de análise sociológica, tal conceito surgiu de Herbert Spencer, onde afirmava que o consenso de opiniões antagônicas traria a verdade, visto que nenhum dos lados estaria completamente correto ou completamente equivocado.³⁰ Deste modo, não se deve confundir harmonia com paz.

Inscrita em uma perspectiva de sociedade examinada através das premissas do *equilíbrio dos antagonismos*, o patriarcalismo se sobressai. Portanto, apesar de uma sociedade *equilibrada*, os *antagonismos* também são expoentes e, dentro dessas contradições, há nítida assimetria de poderes entre casas-grandes e senzalas, sobrados e mocambos. É um equívoco de análise interpretar a *democracia racial* atribuída e, depois, assumida por Freyre, ao longo do processo colonização portuguesa, como isenta de violência.

O sadismo e a agressividade são existentes e relatados por Gilberto Freyre, não apenas aplicados pelos senhores, mas por seus filhos legítimos ainda em fase infantil. No entanto, o equilíbrio será imposto e daí disseminando a harmonia, através das nuances de afetos, onde através da “família estendida, híbrida e – um pouco como velho testamento – *poligâmica*, na qual senhoras e escravas, herdeiros legítimos e ilegítimos convivem sob a luz ambígua da intimidade e da violência, da disponibi-

29. “C’est dans les pays colonisés par les Portugais au cour des quatre derniers siècles que les rapports entre blancs e gens de couleurs ont été les plus harmonieux” [tradução livre]. AZEVEDO, Thales de. Bahia: la grande métropole noire. *Le Courier*, Paris, v. V, n. 8-9, août./sep. 1952, p. 14.

30. PALLARES-Burke, Maria Lúcia; BURKE, Peter. *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Ed.Unesp, 2009, p. 98.

lidade e da confraternização”.³¹ Portanto, no núcleo dessa sociedade, superficialmente pacífica, haveria amalgamas de afetos contrastantes como carinho e agressividade, vínculos pessoais e exploração da mão de obra, que obscurecem as relações de dominação e violência, pois estão imersas ou misturadas com aspectos que são contraditórios.

Assim, talvez o único artigo que destoasse das bases de *democracia racial* propunha a cidade e a industrialização (e não o campo e o patriarcalismo) como espaço de oportunidade para o *homem de cor*. Roger Bastide, aqui apresentado como professor da *École des Hautes Etudes* de Paris, mas também da Universidade de São Paulo (USP), afirmava que o anonimato dos grandes centros urbanos permitiu a estas *pessoas de cor* escaparem dos vínculos paternalistas e da submissão passiva.³² Bastide não negava que a antiga sociedade brasileira promovesse os mestiços socialmente. Todavia, em seu artigo há a afirmação de que tal promoção não ocorria de forma livre e fluida, mas através de uma seleção rigorosa.

Assim, aquelas *pessoas de cor* que ascendiam socialmente eram ligadas às grandes famílias, que zelavam pela proteção, através de adoção, aproximações afetivas, relações e intervenções pessoais na contratação profissional. Destacava, portanto, que tratava de um controle e restrição de indivíduos a cargos melhor remunerados. Nem todos que tinham habilidades elevadas e compatíveis às remunerações mais altas acendiam a estes postos, caso fossem negros ou mestiços. Bastide destoa da *democracia racial* e da ausência de crivos e obstáculos raciais nos ambientes profissionais e políticos.

Ao contrário, tais ambientes eram organizados para orientar os negros aos setores subalternos, de trabalhos duros e desgastantes, que os brancos não desejavam assumir.³³ É importante perceber os tensionamentos proporcionados entre os esforços de Freyre por colocar o Instituto Joaquim Nabuco (IJN) como um novo centro de referência nas Ciências Sociais e a USP como já um polo consolidado nas pesquisas congêneres. Para além dos choques institucionais, Bastide toca em pontos sensíveis na teoria da *democracia racial*, tais como: a ausência de ho-

31. ARAÚJO, op. cit., 1994, p. 54.

32. BASTIDE, Roger. São Paulo: la cité tentaculaire. *Le Courrier*, Paris, v. V, n. 8-9, août./sep. 1952, p. 9.

33. BASTIDE, op. cit., 1952, p. 9.

mens de cor em cargos de liderança, visto que tal sociedade não oferecia entraves à ascensão social.

Tal indagação se aproxima daquelas feitas posteriormente por Darcy Ribeiro,³⁴ que apresentava a desumanização do trabalhador negro como escravo e mesmo quando este ascendia à condição de parceiro ou posteriormente assalariado. Portanto, não houve atualização do *status* referente ao trabalho assalariado, quando o mesmo era feito pelo trabalhador negro. Apesar de Freyre buscar imobilizar a luta de classes, através do *equilíbrio dos antagonismos*, as divisões de cor eram, e continuam sendo, consonantes às de classes.

Tanto Bastide quanto Ribeiro compreendem que o patriarcalismo não incluía o negro socialmente, mas zelava pela *assimilação cultural*. Tal aspecto era pernicioso por tornar abstrata a forma de dominação e impedia a rebelião. Quando Bastide afirmou que a promoção do *homem de cor* era individual, sinalizava para algo que Ribeiro percebeu em *O povo brasileiro*: apesar de não ser abertamente racista, com relação ao nascimento, o preconceito se manifesta na cor, criando assim gargalos ora mais largos ora estreitos para que os afro-brasileiros possam se qualificar e ascender social e economicamente, em virtude dos espaços de trabalho a eles destinados.

Considerações finais

Os textos presentes nesta edição da revista *Le Corrier* parecem confirmar mais as teses de Gilberto Freyre, de harmonia social para a formação da *civilização* brasileira, do que estabelecer verificações e conclusões com base em exames concretos. Isto é constatável quando Alfred Métraux identificou ruídos neste modelo de harmonia, “com palavras irritadas vindas de organizações negras que faziam crer que as relações raciais no Brasil não eram tão harmoniosas quanto muitos brasileiros e estrangeiros desejavam acreditar”.³⁵ No entanto, não houve maiores

34. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 212.

35. “Quelques incidents, des paroles irritées venant d’organisations noires, ont fait craindre, que les relations raciales au Brésil ne fussent pas aussi harmonieuses que beaucoup de Brésiliens et d’étrangers se plaisaient à le croire” [tradução livre]. MÉTRAUX, op. cit., 1952, p. 6.

preocupações em desenvolver quais eram os aspectos discordantes ou quem eram os portadores dessas *palavras irritadas* e seus motivos para tal irritação.

À exceção de Bastide, então professor da USP, os demais autores pareciam oferecer suporte a teoria da *democracia racial* e, portanto, ao *lusotropicalismo* quando levadas as análises para a escala global. A colonização portuguesa era plástica, flexível e adaptável aos diferentes costumes, regiões e sociedades, nos termos aplicados. Nesta perspectiva, os critérios de pureza racial ficavam em segundo plano, diante da preocupação em assimilar o diferente e fazer que o patrimônio cultural lusitano se perpetuasse.

O valor de tais análises deve ser salientado por terem sido importantes ferramentas para a erosão do etnocentrismo em voga até meados do século XX. Por outro lado, não se pode dissociar o texto de seu contexto. Freyre buscava a projeção do Brasil ao lugar central no mundo lusófono, apresentando-o como modelo de paz social e racial, sinalizando a possibilidade das regiões sob domínio português na África serem Brasis em estágio infantil.³⁶ Assim, Freyre utilizava das agências multilaterais, tais como a Unesco, como canais de projeção de seu imperialismo intelectual.

Todavia, com a deterioração dos mecanismos de subordinação de Portugal impostos às suas colônias e a consequente escalada dos conflitos por independência, tais canais explorados por Freyre nos anos 1950 passaram, posteriormente, a afastar-se de suas teorias. Nos anos 1970, com o encerramento definitivo do salazarismo e a implosão do imperialismo português na África, artigos e livros foram publicados, entre os quais, patrocinados pela Unesco,³⁷ que contestavam a harmonia promovida pela civilização lusotropical. Em formato de denúncia tais publicações traziam as mazelas da exploração econômica com trabalho compulsório, baixo investimento em educação e mecanismos parcos para a promoção social e racial na África portuguesa. De certo modo, estes sintomas

36. Cf. SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo, Lusotropicalismo e Brasil-centrismo na obra de Gilberto Freyre do pós-guerra (1953-1961). In: BARRIO; LIMA; VELASCO (orgs.), op. cit., 2022.

37. Cf. FERREIRA, Eduardo de Sousa. *Le colonialisme portugais en Afrique: la fin de une ère – les effets du colonialisme portugais sur l'éducation, la Science, la aculture et l'information*. Paris: Les Presses de l'Unesco, 1974; DAVIDSON, Basil. La Lutte pour l'Indépendance em Afrique « Portugaise ». *Le Crourier*, Paris, nov. 1973.

que eram manifestos nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), estavam enraizados no Brasil, consolidando as bases para a *democracia racial* e seus efeitos na sociedade brasileira.

PARTE IV

SOBERANIAS

8. Ambiguidades: o conceito de democracia e suas implicações nas disputas políticas do pós-Segunda Guerra (1948-1951)¹

Marco Antônio Machado Lima Pereira

Notas iniciais

A chamada Grande Guerra, que ocorreu entre agosto de 1914 e novembro de 1918, foi uma experiência crucial na vida de milhões de europeus. Ao final dela, o mapa político da Europa sofreu uma profunda transformação, com a queda de alguns dos grandes impérios e o surgimento de novos países. Do conflito saíram também o comunismo e o fascismo, duas novas ideologias que se enfrentaram com resultados brutais na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No intervalo entre a primeira e o início da segunda, ocorreram pequenas guerras entre Estados europeus, conflitos revolucionários e contrarrevoluções muito violentas e várias guerras civis.²

Portanto, pode-se dizer que a Segunda Guerra Mundial foi o resultado de quase um século de violência crescente entre as potências europeias dentro e fora do continente. Em resumo, foi um conflito militar provocado pelas ambições imperiais de Adolf Hitler e, igualmente, um acerto de contas levado a cabo por nacionalistas radicais que queriam rever à força o Tratado de Versalhes. O saldo de cerca de 40 milhões de mortos superou não só as milhares de vítimas das guerras franco-prus-

1. O presente capítulo, acrescido de leituras e reflexões posteriores, é parte de uma discussão apresentada no Seminário Internacional *O protagonismo das Américas: circulação de ideias, bens e indivíduos (séculos XVI-XX)*, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF) em outubro de 2023.

2. CASANOVA RUÍZ, Julián. Europa en guerra: 1914-1945. *Ayer*, Madrid, n. 55, 2004, p. 109.

siana, Boer ou dos Balcãs, como também as baixas da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil Russa.³

A intensidade do sofrimento e da destruição que atingiu particularmente os civis durante seis anos acabou transformando profundamente as sociedades europeias. Os programas de extermínio dos nazistas, por exemplo, ameaçaram grupos étnicos e nacionais inteiros, de modo que a reconstrução após o fim da guerra acabou sendo uma tarefa muito diferente da realizada nos anos 1920, pois as baixas provocaram fissuras enormes no tecido social e material, criando memórias amargas, sentimentos de raiva e novos desafios.⁴

Em seu primeiro ano de atuação, o projeto de maior fôlego da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) versava sobre o *status* das *Tensões e compreensões internacionais*. Nesse sentido, o órgão se encarregou de elaborar um questionário para ser enviado a intelectuais em todo o mundo, especialmente os dos governos membros deste novo espaço de poder transnacional, cujo propósito era “mensurar os elementos úteis que cada sociedade dispunha para desempenhar um papel no plano da mútua compreensão entre os povos”.⁵

Apesar das grandes controvérsias que surgiram na conferência de fundação, é o trauma causado pela Segunda Guerra e um desejo comum de fazer frente às atrocidades ali cometidas que permitiram concepções e acordos que levaram à criação da Unesco. Do mesmo modo, em seu discurso nesta conferência, realizada em novembro de 1945, Léon Blum menciona entre os objetivos centrais da nova organização a de derrotar o nazismo e o fascismo. E o relatório sobre o programa da Unesco, apresentado pela comissão preparatória e publicado em setembro de 1946, estabelece como ação prioritária a assistência educacional, cultural e científica aos povos que sofreram com a guerra.⁶

3. MAZOWER, Mark. *O continente das trevas: a Europa no século XX*. Lisboa: Edições 70, 2018, p. 249.

4. MAZOWER, op. cit., 2018, p. 250.

5. FURTADO, André. *Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado*. Niterói: Eduff, 2022, p. 182.

6. MAUREL, Chloé. *L'Unesco de 1945 a 1974*. Thèse (Doctorat en Histoire). Université Paris I – Panthéon-Sorbonne, Paris, 2005, p. 44-45.

O recorte temporal aqui proposto, 1948-1951, deve-se ao fato de que este período foi marcado por um acúmulo de prestígio e experiência no que se refere à participação latino-americana no âmbito da Unesco. Uma das teses centrais da socióloga Anabella Abarzúa Cutroni é a de que a América Latina ocupou uma posição de relativo poder nesta organização membro do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) graças à proatividade de seus diplomatas, especialistas e funcionários, o que contribuiu para que estes espaços de poder fossem ocupados com um bom grau de eficácia.⁷

O comitê de especialistas convocado pela Unesco será investigado numa dupla dimensão, a saber: como um lugar de “fermentação intelectual” e de “relação afetiva” e, ao mesmo tempo, como espaço de sociabilidade que se forjou por meio de forças antagônicas de adesão – “pelas amizades que subtemem as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem” – e de exclusão – “pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas”.⁸

Por sua vez, o questionário se caracterizará como um “sismógrafo” capaz de aferir os embates entre Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Wilson Martins (1921-2010) e, simultaneamente, de que maneira estes intelectuais se inseriram nos debates sobre a noção de *democracia* no contexto pós-Segunda Guerra. Dito isto, nos interessa avaliar o peso que este acontecimento de ruptura teve nos escritos de Buarque de Holanda e Martins, pois o debate político travado em torno da noção de democracia se transformou em uma batalha intelectual que os legitima em suas condições de porta-vozes.⁹

Embora seja preciso reconhecer seu caráter polissêmico, nesse contexto dos anos 1940-1950, o intelectual tende a um perfil polígrafo, politicamente engajado e que trata seu ofício “como parte de seus interesses particulares e de seu círculo de amigos”.¹⁰ Frente ao avanço dos regi-

7. ABARZÚA CUTRONI, Anabella. Los intersticios de poder de América Latina en la Unesco (1945-1984). *Horizontes Sociológicos*, Buenos Aires, n. 8, 2016, p. 35.

8. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 249.

9. DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: Universitat de València, 2007, p. 66.

10. NICODEMO, Thiago; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão; PEREIRA, Matheus Henrique de Faria (orgs.). *Uma introdução à história da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV,

mes autoritários, caberia a esse grupo o papel de conscientizar o conjunto da sociedade acerca da importância de valores como liberdade e democracia, “afim de que os modelos políticos baseados no terror e na opressão não mais encontrassem receptividade entre determinados grupos sociais”.¹¹

A participação de Sérgio Buarque de Holanda no comitê de especialistas da Unesco

Em *Os problemas da democracia mundial*, publicado no jornal *Diário de Notícias* em 19 de junho de 1949, Sérgio Buarque de Holanda apresentou aos leitores os trabalhos desenvolvidos junto ao comitê de especialistas da Unesco e enfatizou que, embora, em 1945, os fascismos tenham sido derrotados, não se poderia afirmar que isso “tenha ajudado a clarear a atmosfera”. Muito pelo contrário, pois as esperanças de paz pareciam “mais longínquas e inúteis do que nos dias atuais”. Mesmo que a derrota do inimigo tenha sido calcada na unidade entre as forças antifascistas, diz o artigo, “o que testemunhamos presentemente é o expandir-se, de modo por vezes assustador, das diferenças radicais que de fato as separavam, mesmo nos anos de guerra”.¹²

Mas quais seriam essas posições antagônicas? Na leitura de Sérgio Buarque, tais posições encontravam-se representadas entre, de um lado, os que defendiam uma confiança excessiva nos princípios defendidos pela revolução norte-americana e pela revolução francesa e, de outro, os que “aceitaram sem reservas os postulados do marxismo e o processo de sua realização prática nas repúblicas soviéticas, ou seja, a ‘democracia’ tomada numa acepção sobretudo político-social”. No entanto, entre uma e outra posição existiam outras camadas, “encarnadas ora nos programas dos partidos confessionalmente socialistas, ora nas experiências propug-

2019, p. 69-70.

11. LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo* (1945). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010, p. 19.

12. COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 21-22.

nadas do próprio setor capitalista e burguês, em prol de uma economia dirigida ou planificada”.¹³

Face a tais desafios colocados no contexto pós-guerra, Buarque de Holanda defendeu a realização de um “inquérito filosófico” para avaliar as principais divergências que poderiam resultar em conflitos de maior amplitude. Desse modo, o projeto empreendido pela Unesco, no qual o intelectual tomou parte integrando o comitê de especialistas, para “precisar os conceitos fundamentais de liberdade, de direito e de legalidade, assim como o papel que desempenham tais conceitos nos atuais conflitos” seria de grande relevância, sobretudo “para facilitar uma compreensão recíproca, de grandes consequências, entre os dois mundos que ora se defrontam”.¹⁴

Tal projeto foi tributário de uma resolução adotada durante a conferência da Unesco, que se reuniu na Cidade do México em novembro de 1947. O primeiro passo para a sua concretização foi a elaboração de um questionário que versava sobre diferentes tópicos relacionados ao conceito de *democracia*. No final do artigo, Sérgio Buarque destaca que as respostas dadas ao questionário, perfazendo um total de oitenta e três, foram encaminhadas a uma comissão de oito estudiosos convocados para analisá-las e redigir um relatório mencionando as divergências que persistiam tanto na terminologia como nos julgamentos de valor. Além disso, saudou o esforço e a iniciativa da Unesco “no sentido de uma análise das atuais divergências ideológicas e das soluções para essas divergências”.¹⁵

Em outro artigo publicado no jornal *Diário de Notícias* em 26 de junho de 1949, intitulado *A democracia e a tradição humanista*, Sérgio Buarque retomou os propósitos que fundamentaram o projeto da Unesco, fornecendo mais detalhes sobre as primeiras reuniões do comitê realizadas, em maio de 1949, no palácio da Avenue Kleber. No debate em torno das diferentes formas de democracia, o brasileiro afirmou que os membros do comitê evitaram expressões tais como democracia formal e real, dada a sua carga pejorativa, e mesmo a oposição “ocidental”

13. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 22.

14. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 22.

15. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 22.

e “oriental” para descrever as chamadas democracias populares do Leste da Europa.¹⁶

Na esteira das reflexões de Sérgio Buarque, era preciso investigar a ambiguidade que reside na própria palavra *democracia*, objeto do inquérito a que se dedicou o historiador junto aos demais pesquisadores convocados pela Unesco. Na própria introdução ao questionário é destacado como, desde a época da Revolução Francesa, surgiram queixas constantes contra a imprecisão e a falta de rigor com que a palavra era utilizada. Por outro lado, somente após as duas guerras mundiais é que teriam ocorrido “violentos desacordos sobre o sentido e o alcance da sacrossanta palavra” e que “tomaram a amplitude de uma tempestade de indignados protestos”.¹⁷

Segundo o brasileiro, um exame das oitenta e três respostas dadas ao questionário da Unesco “revelou que, de modo geral, os correspondentes consideram que a ambiguidade não reside tanto na noção de democracia como na variedade de sua interpretação”. Os membros do comitê advertiram que tal variedade pode estar relacionada a condições históricas, sociais e psicológicas e que, portanto, sua análise fugiria em geral à alçada dos investigadores envolvidos.

Um dos aspectos mais relevantes para este debate diz respeito a uma das conclusões do comitê durante as reuniões de Paris. Em que pese as diferentes posições democráticas e antifascistas no pós-Segunda Guerra, existiria um ponto comum e de suma importância: todas as formas de democracia “participam de uma tradição comum de humanismo”. Dito de outro modo, tanto as forças políticas de matriz coletivista como aquelas que defendem as instituições liberal-democráticas “buscam igualmente a justiça, a igualdade, a liberdade, a liberação do homem para o amplo desenvolvimento das suas faculdades, o igual acesso aos benefícios da civilização e a livre participação nas funções públicas”.¹⁸ E mesmo que seja preciso reconhecer que nenhum desses princípios seja universalmente respeitado, nenhuma dessas tradições advoga “a doutrina da dignida-

16. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 31.

17. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 32-33.

18. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 34-35.

de superior de uma raça ou a prioridade definitiva do Estado sobre o indivíduo”.¹⁹

Os embates em torno da definição do conceito de democracia

O crítico literário Wilson Martins inicia seu livro *Introdução à democracia brasileira* (1951) afirmando que “em nenhuma época da história da humanidade foram tão agudos como nos dias que correm os conflitos ideológicos”.²⁰ Diante desse cenário, diz Martins, a Unesco resolveu, no âmbito de sua segunda conferência, consultar professores, intelectuais e sociólogos de diversos países, com o propósito de esclarecer questões atinentes ao presente e ao futuro da democracia em todo o mundo.

Em outra passagem do livro, Martins assevera que foi convidado a participar deste debate por indicação de seu amigo e “mestre” Gilberto Freyre.²¹ Em seguida, pontua que o questionário proposto pela Unesco poderia ser resumido numa única questão: o que é a democracia? Martins acreditava que todos os outros problemas poderiam ser implicitamente resolvidos se obtivermos para essa pergunta uma resposta satisfatória, que dissipasse “a confusão ideológica e terminológica em que o mundo se encontra”.²²

De início, Martins assinala que o termo “democracia” é ambíguo, pois “designa duas coisas de natureza diferente”. Desse modo, quando pronunciamos a palavra “democracia”, “tomamos um pelo outro os dois sentidos dissemelhantes e comumente antagônicos que ela possui: 1) a democracia é uma filosofia de vida; 2) a democracia é um sistema político”.²³ Para exemplificar de que maneira as duas acepções são tomadas de maneira indistinta, Martins sublinha que é comum “que se exija da

19. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 34-35.

20. MARTINS, Wilson. *Introdução à democracia brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1951, p. 11.

21. Não sabemos, até o momento, quais laços Wilson Martins efetivamente teve com Gilberto Freyre, apenas que o livro *Casa-grande & senzala* serviu de inspiração para Martins analisar “os processos de aculturação dos elementos europeus não-portugueses em terras do Sul” em seu trabalho publicado em 1955, intitulado *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. Cf. OLIVEIRA, Márcio. O “Brasil diferente” de Wilson Martins. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, 2005.

22. MARTINS, op. cit., 1951, p. 12.

23. MARTINS, op. cit., 1951, p. 13.

democracia, no sentido nº. 2, o que não compete senão ao seu sentido nº. 1: os esforços para a implantação da ‘justiça social’”. Por outro lado, “são os princípios da democracia, no sentido nº. 1, que se pede à democracia”, no sentido nº. 2: por exemplo, que os partidos democráticos sejam virtuosos. Em síntese, “todas as acusações feitas contra a ‘democracia’ (sentido nº. 1) originam-se das imperfeições da prática democrática, da democracia tomada em seu sentido nº. 2”.²⁴

A hipótese que Martins lança diz respeito à insistência “no aspecto por assim dizer ideal da democracia, a palavra adquirindo desde o seu aparecimento no mundo moderno o caráter de um termo sagrado [...], em lugar de ser entendida, simplesmente, como um sistema de governo”. Na perspectiva do crítico literário, o contraste entre os dois sentidos aparece com maior clareza quando notamos o significado puramente filosófico da democracia no sentido nº. 1 e o significado sociológico “da ‘democracia’ no sentido nº. 2, na medida em que a política é um ramo ou um fruto do conhecimento sociológico”.²⁵

Enquanto a democracia como filosofia de vida não possui outro campo de ação que o filosófico – o que a permitiria estipular como regras necessárias a igualdade política e econômica, a fraternidade e a virtude – a democracia como sistema de governo nada mais poderia aspirar que ser um “estado político no qual a soberania pertence à totalidade dos cidadãos, sem distinção de nascimento, de fortuna ou de capacidade”.²⁶

Na perspectiva de Martins, são três as condições que caracterizam um regime democrático, a saber: a participação do povo no governo, pluripartidarismo e governo eletivo e temporário. A primeira se dá por meio da eleição em sufrágio universal (direto, tanto quanto possível) e com a condição, por parte dos eleitores, da maioria (fixada nas leis civis) e a da instrução ao menos primária.²⁷ A segunda condição se alicerça na ideia de pluralidade partidária, “que é a forma concreta da liberdade de opinião, fundamento do regime democrático”. A opinião política do povo, afirma Martins, é eficaz quando organizada nos moldes político-

24. MARTINS, op. cit., 1951, p. 14.

25. MARTINS, op. cit., 1951, p. 14-15.

26. MARTINS, op. cit., 1951, p. 15.

27. MARTINS, op. cit., 1951, p. 17-18.

-partidários. Desse modo, afirma: “pode-se dizer que a democracia ou se funda na pluralidade partidária ou não existe”.²⁸

O ponto crucial da controvérsia sobre a democracia moderna residiria no problema concernente ao direito de oposição ao governo constituído, “que se relaciona com o problema mais largo e mais profundo da liberdade”. Dito isto, é inegável que os princípios fundamentais da democracia não poderão ser realizados sem que uma parcela significativa usufrua de sua liberdade individual. Mesmo porque, tanto as liberdades civis como políticas, “serviram durante muito tempo de traço característico da democracia”. Contudo, mesmo concordando que não há liberdade de crítica sem tolerância, Martins pondera que, à luz da história recente, percebe-se “que em toda parte a democracia foi destruída precisamente por causa da tolerância de que seus inimigos souberam se aproveitar”.²⁹

Se a democracia deve ser vista como uma forma de governo “contratual”, Martins salienta que não há como responder pela negativa quando uma parcela de uma determinada sociedade defende um sistema de governo não democrático. Ou seja, “não se pode negar a uma das partes o direito de ‘rescindir o contrato’”. O problema aí residiria não no avanço dos fascismos, mas sim “na negligência dos poderes democráticos que não exerceram em tempo ou eficazmente a obra de *educação popular* sem a qual jamais existirá democracia”.³⁰

Dialogando com a expressão de Abraham Lincoln, que foi durante muito tempo uma espécie de definição clássica da democracia moderna, Martins salienta que ela traduz apenas duas proposições essenciais ao regime democrático. E se as distinções que o crítico literário procurou estabelecer em seu ensaio forem válidas, a democracia, em seu sentido exclusivamente político, é um governo *do* povo e *pelo* povo, “mas não possui o privilégio de ser um governo *para* o povo, se a preposição *para* indicar o valor de decisões tomadas para o bem-estar geral da coletividade”.³¹ Tais decisões não seriam de caráter político, mas sim de natureza administrativa.

28. MARTINS, op. cit., 1951, p. 18-19.

29. MARTINS, op. cit., 1951, p. 19.

30. MARTINS, op. cit., 1951, p. 21-22.

31. MARTINS, op. cit., 1951, p. 27.

Em artigo publicado em 16 de setembro de 1951 no jornal *Diário Carioca*, Sérgio Buarque escreveu uma crônica-resenha do livro *Introdução à democracia brasileira*, lançado no mesmo ano pelo crítico literário Wilson Martins. O historiador lamentou que apenas um único brasileiro tenha enviado sua contribuição para subsidiar os debates do comitê internacional, com exceção, entre os latino-americanos, de Francisco Romero (filósofo argentino) e Sílvio Zavala (historiador mexicano).³² Mesmo que tenha elogiado a iniciativa, Buarque de Holanda criticou o fato de Martins não ter encarado um dos problemas centrais que mobilizou a atenção da maioria dos especialistas consultados, qual seja, aquele que se refere às relações entre a democracia de “forma”, conceito exclusivamente político, e democracia “real”, conceito social e político *lato sensu*.³³

Ao ignorar essa espécie de condicionamento da democracia estritamente política, Wilson Martins teria sido levado em seu ensaio, “a pôr de parte todos os aspectos que considera puramente técnicos e mais administrativos do que políticos”. Ademais, ao discutir a famosa declaração de Abraham Lincoln – “governo do povo, pelo povo, para o povo”, Martins teria enfatizado apenas duas proposições essenciais ao regime democrático (um governo do povo, pelo povo). Contestando tal premissa, Buarque de Holanda questionou: “Ora, a preposição *para* não é essencial apenas à noção de democracia; em verdade nenhum governo digno desse nome pode existir ou subsistir sem que inclua entre suas atribuições *essenciais* a de promover o bem público”.³⁴

Contudo, salta aos olhos que o colaborador brasileiro tenha reconhecido na página 27 de seu livro, que “todos os sistemas de governo existem para o povo”. Em resumo, o equívoco de Martins residiria no fato de ter vinculado fortemente a ideia do governo para o povo “às teorias modernas de planificação econômica ou, ainda mais, às apologias

32. Os dois intelectuais citados por Buarque de Holanda participaram de outro projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), intitulado “Enquête sur les relations entre les cultures”, realizado em 1949. Francisco Romero escreveu o ensaio “Considerations sur certains traits et certains problèmes de la culture de l’Amérique Latine” e Sílvio Zavala “Le contact des cultures dans l’histoire mexicaine”. Ou seja, nenhum dos dois participou do *Committee of Experts for the Philosophical Enquiry into Current Ideological Conflicts* e muito menos respondeu ao questionário da Unesco.

33. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 26.

34. COSTA, (org.), op. cit., 2004, p. 27.

do Estado onipotente”, não conseguindo desatá-las no decorrer de sua argumentação.

Finalmente, Buarque de Holanda fez um alerta: “Os governos feitos apenas para o povo, erigidos em juízos exclusivamente – se assim se pode dizer – à custa de mecanismos de propaganda tão poderosos que abafam toda voz contrastante e, ao cabo, só deixam ouvir a ressonância de sua mesma linguagem”. Wilson Martins acabava, segundo Sérgio Buarque de Holanda, por incorrer “no mesmo modelo dos regimes totalitários vigentes que atacava”.³⁵

O tema da democracia no mundo pós-Segunda Guerra

No prefácio ao documento intitulado *Democracy in world of tensions*,³⁶ fruto de um simpósio organizado pela Unesco e cujos trabalhos foram publicados em 1951, Richard McKeon (relator do comitê e professor de Filosofia da Universidade de Chicago) afirmou que tal projeto não foi concebido como uma pesquisa científica da natureza da democracia nem como uma pesquisa de opinião sobre diferenças nas concepções de democracia, mas sim um esforço “para descobrir as tradições de pensamento e os pressupostos básicos da teoria que influenciam as discussões e negociações nas quais a democracia está envolvida”.³⁷

O primeiro passo na preparação da pesquisa foi uma compilação de textos fundamentais em que a noção de democracia tem sido abordada, seja em reflexões teóricas como em contextos práticos antigos e modernos, e que estão presentes neste documento no anexo IV.³⁸ A partir desta revisão da literatura sobre democracia e, após consulta a especialistas dos vários Estados-Membros que contribuíram com sugestões para in-

35. FURTADO, op. cit., 2022. p. 186.

36. McKEON, Richard (ed.). *Democracy in a world of tensions*. A Symposium prepared by Unesco. Paris: Unesco 1951. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133513>>. Acesso em: 07 out. 2022.

37. McKEON (ed.), op. cit., 1951, p. 7.

38. A partir do levantamento das referências que subsidiaram a produção do questionário da Unesco, foi possível mapear cerca de 120 autores, dentre eles: Aristóteles, Mikhail Bakunin, Julien Benda, Léon Blum, Benedetto Croce, Friedrich Engels, Thomas Jefferson, Vladimir Lenin, Leão XIII, Abraham Lincoln, Rosa Luxemburgo, Karl Mannheim, Karl Marx, Stuart Mill, Pio XI, Pierre-Joseph Proudhon, Franklin Roosevelt, Jean-Jacques Rousseau, Carl Schmitt, Tucídides, Alexis de Tocqueville, Leon Trotsky.

clusão nos textos básicos, foi elaborado um questionário, reproduzido no anexo I.

Este questionário, como informou McKeon, foi enviado a mais de quinhentos especialistas nas áreas de Filosofia, Direito, História, Ciência Política, Sociologia, Economia, Análise de Comunicações e Lógica. Cerca de vinte e cinco por cento dos consultados responderam a todo o questionário ou a algumas partes dele; uma proporção maior enviou correspondências aos membros do comitê. Os resultados da investigação foram examinados em maio de 1949, por um comitê de *experts* composto pelo professores Edward Hallett Carr, presidente; Chaim Perelman, vice-presidente; Richard McKeon, relator; Sérgio Buarque de Holanda, Pierre Ricouer e Alf Ross, membros. A comissão preparou uma declaração sobre os problemas apresentados pelas ambiguidades e confusões sobre a noção de democracia (ver anexo II). Já o relatório e as recomendações do comitê sobre o material reunido na pesquisa estão reproduzidos no anexo III.³⁹

O questionário inicia com o problema da ambiguidade do conceito de democracia e termina com o problema dos valores fundamentais. A comissão de especialistas fez um breve comentário, chamando atenção para o fato de que, apesar de todas as diferenças de interpretação, nenhuma das respostas ao questionário defende doutrinas antidemocráticas. Embora seja preciso reconhecer que a ambiguidade remonta a fins do século XVIII, “o comitê ressalta que a unanimidade em favorecer e professar a democracia é nova”.⁴⁰

No anexo II do relatório *Democracy in world of tensions*, os membros do comitê emitiram uma declaração apontando as causas da ambiguidade e das controvérsias no uso atual do termo *democracia*, bem como suas implicações nas disputas políticas recentes. Na avaliação do comitê, as polêmicas entre as nações e as críticas de distintas correntes políticas estariam assumindo uma clareza de tom “mais apropriada às hostilidades da guerra do que às negociações de paz”. Neste sentido, o encontro de especialistas de vários países para discutir as bases dos conflitos ideológicos que cercam o termo seria “apenas um dos inúmeros indícios tanto da necessidade amplamente sentida de estudar a natureza da

39. McKEON (ed.), op. cit., 1951, p. 7-8.

40. McKEON (ed.), op. cit., 1951, p. 8-9.

linguagem e também do novo interesse em reexaminar os compromissos e instrumentos da democracia”.⁴¹

Apesar da violência ser uma das características marcantes da primeira metade do século XX, pela primeira vez na história, dizem os membros do comitê, nenhuma doutrina é assumidamente antidemocrática. Tal aceitação da democracia como a forma mais elevada de organização política ou social “é o sinal de um acordo básico nos objetivos finais das instituições sociais e políticas modernas – um acordo de que a participação popular e os interesses do povo são elementos essenciais para o bom governo e nas relações sociais que tornam possíveis um bom governo”.⁴²

Na leitura dos membros do comitê, as rivalidades de poder no pós-guerra tendiam a aguçar o conflito ideológico em duas posições opostas e assim ocultar a grande variedade de teorias, movimentos sociais e partidos políticos, incluindo os numerosos movimentos radicais e socialistas e os numerosos movimentos liberais e conservadores. Esmiuçar, preservar e compreender essa variedade poderia contribuir, acreditavam os *experts*, para a resolução de rivalidades. Do contrário, reduziria a discussão das questões à oposição entre duas visões de mundo.

Devido ao conflito não se resumir a duas visões fixas e extremas, como tendem a ser os conflitos políticos, esperava-se que, lançando um apelo à opinião pública mundial por meio da Unesco, fosse possível ao menos esclarecer as diferenças e tensões que marcavam o pós-guerra. O propósito era também conhecer de maneira mais aprofundada as diferentes visões de mundo “para evitar o conflito que ameaça reduzir-se a uma oposição entre duas ideologias”. Cabe observar que, entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, uma preocupação comum a liberais e militantes de esquerda era o predomínio do anticomunismo da Guerra Fria e o desencanto popular cada vez mais acentuado com a política, elementos que conferiram um caráter muito conservador à democratização do Ocidente.⁴³

Na perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, Edward Hallett Carr, Richard McKeon, Chaim Perelman, Pierre Ricouer e Alf Ross, a resolução de tais conflitos dependerá do livre intercâmbio de informações,

41. McKEON, (ed.), op. cit., 1951, p. 522.

42. McKEON, (ed.), op. cit., 1951, p. 522-523.

43. MAZOWER, op. cit., 2018, p. 286.

de materiais culturais e de pessoas, uma vez que “os povos do mundo não podem se entender em todas as diversidades de suas vidas culturais, sociais e políticas ou em todas as variedades de suas necessidades e aspirações, sem um contato mais livre e pleno entre si”.⁴⁴

Já no anexo III do relatório, a comissão de especialistas emitiu um parecer sobre as respostas dadas ao questionário sobre os significados diversos atribuídos ao conceito de *democracia* e elaborou uma síntese das contribuições para este inquérito. O relatório da comissão está dividido em duas partes: um levantamento de problemas e de posições fundamentais nos quais o uso e a interpretação da democracia estão envolvidos; e em sugestões sobre as formas pelas quais a investigação poderia ser levada adiante e, por fim, em que medida os materiais reunidos poderiam ser utilizados para promover a compreensão e a paz mundial.

No que diz respeito aos problemas apresentados na oposição das concepções de democracia e levando em conta as respostas às primeiras sete perguntas do questionário, relativas à ambiguidade e aos usos da palavra, o comitê encontrou um acordo geral em alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, a ideia de *democracia* era considerada ambígua e mesmo aqueles que a julgavam ser passível de clareza “foram obrigados a admitir uma certa ambiguidade quer nas instituições ou nos dispositivos empregados para efetivar a ideia, seja nas circunstâncias culturais ou históricas pelo qual a palavra, a ideia e a prática são condicionadas”.⁴⁵

Já na parte final, no âmbito das recomendações relativas aos desenvolvimentos futuros do projeto, o comitê recomendou a elaboração de um material semelhante ao volume sobre Direitos Humanos publicado pela Unesco. O volume deveria conter o questionário, uma seleção das respostas mais importantes e recorrentes, o relatório da comissão de especialistas, da qual Buarque de Holanda fez parte, e uma análise das respostas a serem elaboradas pela Secretaria.

O comitê recomendou ainda a elaboração de um panfleto, inspirado na série sobre Direitos Humanos, contendo uma declaração acessível dos resultados do inquérito, juntamente com a declaração do comitê de especialistas. O comitê recomendou também que as comissões nacionais dos Estados-Membros sejam chamadas a considerar os meios pelos quais

44. McKEON, (ed.), op. cit., 1951, p. 525.

45. McKEON, (ed.), op. cit., 1951, p. 526-527.

os materiais produzidos poderiam ser usados em vários níveis dos sistemas educacionais, como, por exemplo, nos cursos gerais de Estudos Sociais das Faculdades e nos anos de Filosofia nos Liceus, bem como no nível de estudos de pós-graduação para seminários de Filosofia, Ciências Políticas, Relações Internacionais etc.

O comitê considerou ainda a relevância de estabelecer um tema centralizador para apresentar seus trabalhos durante os anos de 1949-50 com o título *Democracia – esperança mundial*. Para compartilhar os resultados dos trabalhos, o comitê propôs a publicação de panfletos e de uma revista trimestral que pudesse socializar declarações de especialistas, notícias de avanços democráticos, os principais conflitos que ainda a colocam em risco a paz mundial e os efeitos das mudanças históricas e sociais na forma como os problemas da democracia devem ser enfrentados na atualidade.

Outro caminho para publicizar os resultados da investigação seria o de lançamentos semanais em programas de rádio. Tal veículo de comunicação poderia “assumir a forma de expor os importantes desenvolvimentos históricos desde a formação das constituições democráticas do século XVIII, que agora trouxeram desenvolvimentos econômicos e sociais para as instituições políticas e introduziram novas dimensões para as realizações da democracia”. A ideia *Democracia – esperança mundial* deveria ser concebida e apresentada ao público mundial como um passo para o estabelecimento das relações democráticas essenciais para a paz em todo o mundo. Na perspectiva do comitê, “esse uso do tema teria o duplo efeito de tornar o programa da Unesco mais facilmente compreensível para a maioria das pessoas, apresentando-lhes uma ideia unificadora e também a vantagem de enfatizar as inter-relações no desenvolvimento real e concreto do programa”.⁴⁶

Considerações finais

O trauma causado pela Segunda Guerra Mundial tornou-se um dos principais fatores de harmonização que acabaram se combinando para formar a base conceitual inicial da Unesco. A experiência do conflito global contribuiu também para criar um forte sentimento de devoção

46. McKEON, (ed.), op. cit., 1951, p. 530.

aos ideais de paz entre o seu corpo de diplomatas, especialistas e funcionários. Entretanto, esta fusão harmoniosa de concepções diversas foi, como se sabe, de curta duração, pois desde os primeiros anos de funcionamento as diferenças foram sendo tecidas cotidianamente.⁴⁷ Uma pergunta que permanece em aberto é se a Unesco foi enfraquecida em seu funcionamento e programas ou se, pelo contrário, conseguiu desempenhar o seu papel, que consistiu, basicamente, em contribuir para o apaziguamento das tensões e divisões políticas que marcaram o mundo do pós-Segunda Guerra.⁴⁸

Outra questão que merece ser trazida à baila é a seguinte: por que o ensaio de Wilson Martins não foi publicado no documento *Democracy in world of tensions*? Segundo Richard McKeon, três critérios nortearam a seleção dos ensaios publicados pela Unesco: declarações claras acerca dos problemas da democracia; inclusão de diferentes matrizes interpretativas; representatividade em termos de nações, culturas e regiões do mundo. Na relação dos trinta e três autores selecionados, oriundos de quatorze países distintos, percebe-se o predomínio de pesquisadores / docentes europeus e estadunidenses. Observem:

Quadro 1 – Colaboradores do documento *Democracy in world of tensions*

Autor	Atuação institucional	Nacionalidade
1. Charles Bettelheim	Diretor da École Pratique des Hautes Études, Universidade de Paris	Francês
2. M. M. Boer	Professor de Economia da Lawrence College, Appleton, Wisconsin	Norte-americano
3. G. A. Borgese	Professor de Literatura da Universidade de Chicago	Ítalo-americano
4. D. Van Dantzig	Professor da Universidade de Amsterdã	Holandês
5. John Dewey	Professor da Columbia University, Nova York	Norte-americano
6. C. J. Ducasse	Professor de Filosofia da Brown University	Francês
7. G. C. Field	Professor de Filosofia da Universidade de Bristol	Britânico
8. Risieri Frondizi	Diretor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Tucumã	Argentino
9. Barna Horvath	Professor de Filosofia da Universidade de Budapeste	Húngaro
10. Jorgen Jorgensen	Professor de Filosofia da Universidade de Copenhagen	Dinamarquês

47. MAUREL, op. cit., 2005. p. 47.

48. MAUREL, op. cit., 2005. p. 172.

11. Humayun Kabir	Professor de Filosofia da Universidade de Calcutá	Indiano
12. Horace Kallen	Professor de Filosofia da New School for Social Research, Nova York	Polonês
13. Henri Lefebvre	Centro Nacional de Pesquisa Científica de Paris	Francês
14. C. I. Lewis	Professor de Filosofia da Universidade de Harvard	Norte-americano
15. Lord Lindsay of Birker	Universidade College of North Staffordshire	Escocês
16. J. H. A. Logemann	University of Leiden	Holandês
17. Richard McKeon	Professor de Filosofia da Universidade de Chicago	Norte-americano
18. James Marshall	-	Norte-americano
19. Emmanuel Mounier	-	Francês
20. Stanislaus Ossowski	Professor de Sociologia da Universidade de Varsóvia	Polonês
21. Umberto Padovani	Professor de Filosofia da Universidade de Pádua	Italiano
22. Ricardo Pascual	Professor de Filosofia da Universidade das Filipinas	Filipino
23. Aimé Patri	-	Francês
24. Chaim Perelman	Professor de Lógica e Metafísica da Universidade de Bruxelas	Belga
25. John Petrov Plamenatz	Universidade de Oxford	Montenegrino
26. Ithiel de Sola Pool	Professor da Hobart College, Genebra	Norte-americano
27. Ladislaus Rieger	Professor de Filosofia da Charles University, Praga	Tcheco
28. Wilhelm Röpke	Professor de Economia do Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, Genebra	Alemão
29. Alf Ross	Professor de Jurisprudência da Universidade de Copenhagen	Dinamarquês
30. Rudolf Schlesinger	Professor da Universidade de Glasgow	Alemão
31. Paul M. Sweezy	Professor de Economia da Universidade de Harvard	Norte-americano
32. Eric Weil	Centre National de la Recherche Scientifique	Franco-alemão
33. Quincy Wright	Professor de Direito Internacional da Universidade de Chicago	Norte-americano

Fonte: McKEON, Richard (ed.). *Democracy in a world of tensions*. A Symposium prepared by Unesco. Paris: Unesco, 1951, p. 530. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133513>>. Acesso em: 07 out. 2022.

O quadro acima revela que o espaço ocupado pela intelectualidade latino-americana nos debates sobre as diversas formas de governo no contexto pós-Segunda Guerra foi bastante limitado nesta agenda específica sobre *democracia*. Isto posto, como explicar a ausência de mais autores da América Latina, além do filósofo argentino Risieri Frondizi, no Simpósio *Democracy in world of tensions*? A meu ver, o protagonismo latino-americano foi pujante em algumas pautas, tais como: circulação de impressos, patrimônio, questão racial e migratória, do que na busca de uma definição conceitual comum de *democracia* que fosse capaz de evitar novos conflitos.

Para o filósofo Risieri Frondizi, a pergunta que abre o questionário da Unesco – *até que ponto a palavra democracia é ambígua?* – é frágil, pois parece sugerir que o termo *democracia* é ambíguo em si mesmo. Na verdade, pondera Frondizi, “seu significado ambíguo ou preciso depende de como o usamos ou da maneira como o definimos”.⁴⁹ No tópico concernente aos novos usos do conceito de democracia, o filósofo argentino ressalta que, para explicar sua chamada *ambiguidade*, devemos prestar atenção ao fato de que a democracia é uma realidade histórica e, portanto, passível de transformações ao longo do tempo.⁵⁰

Mesmo considerando que esse processo tem seus altos e baixos, Frondizi assevera que seu objetivo final “parece ser a extensão dos direitos, deveres e benefícios, desfrutados agora apenas por alguns, a toda a humanidade, a cada ser humano”. Devemos ter o cuidado ainda para não identificar a democracia com uma das duas fases, seja ela a presente ou uma anterior. E se quisermos mantê-la viva, temos de contribuir com seu avanço, erigindo esforços coletivos na construção de uma democracia política que não seja ancorada na injustiça social e nem uma democracia social que se construa às custas da falta de liberdade e de dignidade humana.⁵¹

49. McKEON, (ed.), op. cit., 1951, p. 89.

50. McKEON, (ed.), op. cit., 1951, p. 90.

51. McKEON, (ed.), op. cit., 1951, p. 93-94.

O escritor e crítico literário Raymond Williams menciona em seu livro *Palabras clave* que a investigação sobre os significados atribuídos à noção de *democracia* patrocinada pela Unesco e que se afirmava universal e comparativa se deparou com toda sorte de dificuldades, entre as quais a possibilidade de delimitar seus sentidos básicos a partir da análise de suas variações, pois, para além dos significados opostos das tradições socialistas e liberais, seria preciso acrescentar que a partir do século XX ocorreram inúmeras distorções, quais sejam: “a redução dos conceitos de escolha, representação e mandato a formalidades ou meras formas manipuladas; a degradação do conceito de poder popular em favor de interesses que encobrem o império de uma burocracia ou de uma oligarquia”.⁵²

Os embates entre Sérgio Buarque de Holanda e Wilson Martins compõem, em boa medida, aspectos relevantes para a compreensão das diferentes tradições do pensamento político, especialmente se observarmos os limites apontados pelos autores às práticas políticas democráticas. Se para o segundo a *democracia* plena só seria alcançada pela superação da incapacidade e ignorância do povo para o exercício da prática político-eleitoral, para o primeiro seria necessário uma revolução vertical que implicasse a participação das camadas populares. Do contrário, comprometeria as esperanças de qualquer transformação social profunda e, ao mesmo tempo, faria com que os lemas da democracia liberal se tornassem “conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade”.⁵³

52. WILLIAM, Raymond. *Palabras clave: un vocabulário de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires: Nueva Edición, 2003, p. 98.

53. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 218.

9. Fronteiras: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) e as inserções do Brasil e do Peru em combates científico-políticos pela região

Anna Carolina de Abreu Coelho

Introdução

O ano era 1944 quando alguns leitores tiveram a sorte de ter acesso a uma das pouquíssimas tiragens da edição de luxo de *A Hiléia Amazônica*, livro de autoria do médico e sanitarista brasileiro Gastão Cruls (1888-1959),¹ deslumbrando-se, provavelmente, com a graciosidade das quarenta e oito ilustrações de elementos da natureza em apreço elaboradas pelos artistas Hilda Velloso, Armando Pacheco, Georges Julien Simoni e Luís Jardim. Nesta publicação, desde o prefácio, Cruls expõe que tal Hiléia não era apenas brasileira e, sim, um imenso vale revestido de espessa floresta cuja maior parte do território estava no Brasil, mas que incluía várias repúblicas hispano-americanas e as três possessões europeias. Ou seja: o território não se enquadrava em conceito de estado nacional, sendo exemplar, neste sentido, o povo Arecuna que, transitando entre terras limítrofes, tornava-se brasileiro, inglês ou venezuelano conforme as circunstâncias: “Para o silvícola, tal como para a planta ou para o pássaro, não há fronteiras políticas e, seja no Pará ou na Colômbia, no

1. Gastão Cruls atuou na Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública desempenhando o ofício de Subcomissário e Comissário Médico até 1921. Participando da Comissão Rondon, realizou uma expedição pela selva Amazônica, transcorrendo um percurso desde o rio Trombetas ao rio Cuminá, localizados na região Norte do território brasileiro. De seu diário de viagem sobre a expedição surge a obra *A Amazônia que eu vi* (1930). Destacam-se ainda os livros *A Amazônia misteriosa* (1925); *Vertigem* (1934) e *As artes plásticas no Brasil: arte indígena*.

Peru ou na Guiana Inglesa, na Bolívia ou na Guiana Francesa, em qualquer ponto, desde que se esteja na Hiléia, é o ameríndio quem dita os estilos de vida”.²

Essa caracterização de uma Hiléia internacional se aproxima muito daquilo que, atualmente, conhecemos como Pan-Amazônia.³ Mesmo evitando a busca por *origens*, como nos lembra Marc Bloch, não teria como não mencionar dois trabalhos muito importantes na caracterização desse território como transnacional. Em primeiro lugar, o renomado *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent* (1814-1825), livro do naturalista prussiano Frederich Alexander von Humboldt (1769-1859), que utilizaria, pela primeira vez que se tem notícia, o termo *Hyleae* para denominar as florestas sempre-verdes dos trópicos equatoriais. Em segundo, o bem menos conhecido livro do intelectual brasileiro José Veríssimo (1857-1916), *A Amazônia: aspectos econômicos* (1892), que consiste em uma coletânea com diversos textos publicados na forma de artigos no *Jornal do Brasil*. Para Veríssimo “Esta vasta região, a Amazônia, é geográfica e historicamente, distinta do Brasil”.⁴ Pela geografia, a aproximação se dá com os países que partilham da mesma natureza; no que se refere à parte da Amazônia Brasileira (Pará e Amazonas) também seria destacada por um povo de *espírito cabano* e *desconfiado dos estrangeiros*, fosse pela historicidade da diferença e a especificidade do território que, durante os séculos XVII e XVIII, possuía representantes que se comunicavam diretamente com Lisboa, independentemente do Estado do Brasil:

Historicamente, também, ao menos até da sociedade brasileira, conservou-se a Amazônia não só distinta do Brasil, como socialmente alheia a ele. O Estado do Maranhão, sem embargo do nome, foi realmente o Estado do Pará ou do Grão-Pará, em que depois se transformou, e que compreendia toda a Amazônia atual. Esse Estado do Grão-Pará mereceu sempre do governo da metrópole os maiores e mais sérios cuidados. Sua administração foi distinta da do Estado do Brasil, como distinta foi em geral a sua legislação. Esta incontestável diferenciação geográfica e histórica faz da Amazônia uma região especial no Brasil e explica as ten-

2. CRULS, Gastão. *Hiléia Amazônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p. 13.

3. A Pan-Amazônia envolve todas as nações que abrangem a floresta, ou seja: Brasil, Venezuela, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

4. VERÍSSIMO, José. *A Amazônia: aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Brasil, 1892, p. 7.

dências separatistas que, não há como negar, existem, evidentemente nos dois estados de que se compõe, principalmente no Pará.⁵

Portanto, explicar a Amazônia, para Veríssimo, transcendia o conceito do Estado brasileiro. Esta tarefa deveria ser produzida através de estudos de multidisciplinares que se consagassem às letras, às artes e às ciências, tal como apresentava no editorial da *Revista de Estudos Amazônicos*, publicada entre os anos de 1883 e 1884. No rastro dessa longa teia discursiva sobre a região,⁶ Gastão Cruls confessa, na Introdução de sua *Hiléia Amazônica*, que *Inferno verde* (1908), de Alberto Rangel (1871-1945)⁷ foi a inspiração de seu particular interesse pela região, sendo que o prefaciador desse livro foi Euclides da Cunha (1866-1909).

O autor d'*Os sertões* teria seus escritos publicados postumamente, em 1909, sob o título de *À margem da História*. Justamente os textos de Cunha sobre a Amazônia foram a inspiração para que Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro, representante do Brasil tanto no Comitê Executivo quanto no Comitê Permanente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), escrevesse seu projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) e o apresentasse em uma reunião do referido órgão ocorrida em Londres no ano de 1946.

O projeto de criação de uma instituição voltada para formar uma rede internacional de estudos interdisciplinares sobre o Vale Amazônico ia ao encontro do pensamento de alguns dos dirigentes da Unesco, como Julian Huxley e Joseph Needham, por enfatizar o papel social das ciências, visando meios de aperfeiçoar as condições de vida, assegurar o desenvolvimento econômico dos países considerados atrasados, as pesquisas em áreas como: Botânica, Zoologia, Geologia, Antropologia, Geografia

5. VERÍSSIMO, op. cit., 1892, p. 8.

6. Entre os naturalistas que escreveram sobre a Amazônia constam: Rodrigues Ferreira, Henry Bates, Louis Agassiz, Henri e Octavie Coudreau, Francis Castelnau, William Chandless, Alfred Wallace, Ermanno Stradelli etc. No campo da literatura: José Eustásio Rivera, Inglês de Souza, Alan Poe, Julio Verne, Conan Doyle, Ferreira Castro, Vick Baum, Milton Hatoum, Dalcídio Jurandir, Mario de Andrade, Raul Bopp, Abguar Bastos etc. Entre os propagandistas da Amazônia no exterior, destacara-se o Barão de Marajó, com *As regiões amazônicas*, publicado em Lisboa, e Santa-Anna Nery com *O país das amazonas*, publicado em francês, inglês e italiano.

7. Engenheiro, trabalhou como Diretor de Terras e Colonização, cargo que o levou a viajar pelo rio Juruá com a missão de demarcar os limites de alguns seringais.

Física, Meteorologia, Pedologia, Bioquímica Vegetal, Fisiologia Animal, Medicina e Ecologia, “para conhecimento e utilização desse imenso reservatório”, nos dizeres de Fred Soper, representante da Organização Mundial da Saúde (OMS) em carta endereçada a Huxley e cujo conteúdo era a reunião da IIHA ocorrida em Belém, capital paraense.⁸

O IIHA realizou reuniões e algumas missões como as expedições científicas a Gurupá⁹ e ao vale do rio Huallaga. Para além disso, foi importante na discussão sobre formação de redes que possibilitaram a criação de instituições científicas mais identificadas com pautas de desenvolvimento nacionais, como o Instituto Nacional da Amazônia (INPA) e a Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (Spevea)¹⁰ no Brasil. No Peru, as discussões científicas em torno do projeto da Hileia Amazônica se relacionam com o tema do indigenismo e as intervenções do estado, sendo a revista *Perú indígena* um meio de divulgação do Instituto Indigenista Peruano (IIP) que objetivava lançar as bases da intervenção estatal para resolver o chamado *problema indígena*, oferecer

8. Conforme o *Courrier de l'Unesco*: “Em 1947, o governo brasileiro em colaboração com a Unesco, convocou uma conferência no projeto Hiléia Amazônica em Belém do Pará que contou com a presença de dez países representantes. Estes países foram: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, países britânicos, França, Guiana Holandesa, Peru, Venezuela e o Estados Unidos. Além disso, havia delegados do Instituto Interamericano de Agricultura Tropical, a Repartição Sanitária Pan-Americana, a União Pan-Americana, a Repartição Internacional do Trabalho, a Organização da Alimentação e da Agricultura e a Comissão Interina da Organização Mundial da Saúde” [tradução livre]. *COURRIER de l'Unesco*, Paris, v. 1, n. 1, fev. 1948, p. 2.

9. Cf. WAGLEY, Charles. Étude ethnologique d'une ville de l'Amazonie suivie de recommandations destinés à orienter les recherches ultérieures. Projet de l'Amazonie hyléenne de l'Unesco. Unesco/IIHA, 14 de novembre de 1949. Esse estudo foi publicado em forma de livro. Cf. WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

10. Cf. MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do INPA. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, suplemento, p. 975-1017, 2000; MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva; MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p. 169-189, 2007; PETITJEAN, Patrick; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol Domingues. A Redescoberta da Amazônia num Projeto da Unesco. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 265-292, 2000.

garantias, melhorar as suas condições higiênicas e sanitárias, proteger as suas práticas artesanais entre outras metas.¹¹

O IIHA já foi objeto de vários estudos. Em 1951, Paulo Carneiro publicou *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos de sua criação*, enfatizando os “objetivos exclusivamente científicos” do órgão.¹² O jurista pernambucano Othon de Sidou publicou, no mesmo ano, *O Instituto Internacional da Hiléia* no qual interpreta a ação da Unesco como uma “atualização” diplomática de ações colonialistas e suas “bocarras gluttonas”. Sidou descreveu Carneiro como dono de uma “ingenuidade pasmosa” que colocava a integridade do Brasil em risco.¹³

Sobre o tema se destaca a análise realizada pelo intelectual e político amazonense Arthur Cêzar Ferreira Reis em um dos capítulos de seu livro *A Amazônia e a cobiça internacional* (livro que no ano de 2021 teve sua sexta edição publicada). Nesta publicação ele aborda a região sob olhar estrangeiro ao longo do tempo, buscando entender projetos de cunho colonialistas apresentando a defesa de uma postura nacionalista por parte do Brasil. O projeto IIHA e os debates atrelados a ele finalizam em 1952, no Brasil, com a criação do já referido INPA, uma iniciativa voltada para a pesquisa e desenvolvimento da Amazônia sob a chance-la do governo federal brasileiro, ocorrendo iniciativas semelhantes na Colômbia e no Peru.

Em relação ao projeto IIHA, Ferreira Reis expressa, primeiramente, que apoiava a existência de programas de curto e longo prazos, com equipes interdisciplinares, voltados à compreensão da Amazônia de forma integrada, com recursos e equipe de alta qualificação; sendo que esses interesses altruístas teriam inspirado o idealizador desse projeto, Carneiro. Em um segundo momento, expõe a recepção do Brasil ao IIHA que, a princípio, foi simpática, modificando a recepção após a Convenção de Iquitos, em especial depois do parecer emitido por Arthur Bernardes. Por fim, o historiador amazonense deixa questões para se pensar sobre o tema enfatizando que as explicações de Paulo Carneiro, Heloísa Torres

11. Cf. SALA VILA, Nuria. La expedición científica al río Huallaga (Perú, 1948) y la búsqueda de la cohesión social. *Estudios Sociales*, v. 57, n. 2, p. 185-207, 2019.

12. Cf. CARNEIRO, Paulo Berrêdo. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos de sua criação*. Rio de Janeiro: s. e., 1951.

13. SIDOU, Othon. *O Instituto Internacional da Hiléia*. Recife: Cambio, 1951, p. 7.

e Lineu Melo eram voltadas para os interesses científicos, porém, a recepção do Instituto na América Latina, na Europa e em outras espacialidades não eram as mesmas da equipe da Unesco, sendo exemplar, neste sentido, o livro *A luta contra a fome* (1957), de Robert Britain, no qual “A Amazônia, operada pelas equipes do Instituto, seria, assim, transformada, de área em estado de ser, de natureza virgem em um mundo da abundância, útil a humanidade”.¹⁴

Mais recentemente, o IIHA foi objeto de estudos como de Heloísa Domingues e Patrick Petit Jean, que abordaram a instituição sob o ponto de vista da Unesco em um contexto de pós-guerra no qual os interesses dos estados envolvidos se chocavam com um projeto internacionalizante.¹⁵ Já os trabalhos de Marcos Chor e de Rodrigo Magalhães analisam as formas de recepção e apropriação do plano por parte dos cientistas brasileiros, enfatizando o processo de criação de diversas instituições sob ponto de vista da História da Ciência.¹⁶ Nuria Sala Vila utilizou a expedição ao vale do rio Huallaga como fio condutor para avaliar as políticas de coesão social no Peru, especialmente voltadas para o indigenismo e a colonização amazônica.¹⁷

Este capítulo busca compreender como o IIHA foi recebido e debatido no Brasil e no Peru, além de analisar como políticos e intelectuais sul-americanos se apropriaram desse projeto para moldar agendas nacionais de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia, muitas vezes divergindo dos objetivos iniciais da Unesco. Dividido em três partes, este texto, em primeiro lugar, examina como o IIHA e a Amazônia foram representados na revista *Courrier de l'Unesco*. Em seguida, apresenta os principais encontros e reuniões do Instituto. Por fim, aprofunda-se na expedição ao vale do rio Huallaga, analisando seus objetivos e resultados. A partir dessa proposta, o capítulo busca compreender como o IIHA, para além dos nacionalismos que o encerraram, foi um espaço de diálogo e construção de agendas nacionais em torno da Amazônia.

14. REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Manaus: Valer, 2021, p. 265.

15. PETITJEAN; DOMINGUES, op. cit., 2000.

16. MAIO; SÁ, op. cit., 2000; & MAGALHÃES; MAIO, op. cit., 2007.

17. SALA VILA, op. cit., 2019.

*O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e o
Courier de l'Unesco*

De acordo com o *Courrier de l'Unesco*, era esperado que no ano de 1948 todas as etapas para a organização do IIHA fossem concluídas, sendo prevista a quantia de cinquenta e cinco mil dólares para o fomento de pesquisas abrangentes nas áreas de Antropologia, Ciência do Solo e Biologia; esperava-se que as atividades do projeto que ocorreriam nas estações de campo da América Latina organizassem redes de cooperação científica com outras instituições interessadas nesta e em outras áreas similares ao redor do mundo.¹⁸

O periódico *Courrier de l'Unesco* foi criado em 1948 sendo publicado até os atuais. O editorial apresentava que a revista tinha a missão de divulgar as informações dos andamentos das sessões do organismo internacional. O tema do IIHA foi relevante dentro dos projetos da Unesco, pois entre as referências presentes no periódico oficial do órgão estão matérias expondo a temática do IIHA apresentadas nas primeiras páginas da revista ou em artigos que tinham certo destaque no corpo das edições mensais.

A exemplo disso temos a edição do mês de abril de 1948 que divulgou um artigo ilustrado intitulado *Subindo a Amazônia com um explorador francês*, assinado pelo explorador e arqueólogo francês Bertrand Flornoy (1910-1980).¹⁹ A revista ressalta a expertise do intelectual que havia realizado missões científicas na Amazônia nos anos de 1936-1937, 1941-1942 e em 1947. Flornoy descreveu uma paisagem intocada e congelada no tempo: “Aqui, nas clareiras, os homens continuam a vida sem pressa de seus ancestrais. Este mundo parece imutável”.²⁰ Os indígenas são descritos como pessoas que vivem em plena harmonia com o mundo

18. COURRIER, op. cit., fev. 1948, p. 2.

19. Bertand Flornoy que, em 1936, tornou-se consultor especial do Museu Nacional de História Natural, publicou diversos livros que apresentavam suas pesquisas no Vale Amazônico ou em outras partes da América do Sul como: *Entre os índios da Amazônia* (1943), *Alto Amazonas* (1939; 1953), *Exploração arqueológica do Alto Rio Maranhão* (1955) e *Aventura Inca* (1955; 1963; 1980).

20. COURRIER de l'Unesco, Paris, v. 1, n. 3, avr. 1948, p. 7.

natural, porém, seriam uma minoria populacional.²¹ Ele ressalta que seria muito importante que a Unesco e aqueles que empreenderiam ações na região fizessem seus trabalhos com “amor e respeito ao índio”.²²

Essa narrativa guarda muito de uma visão idealizada dos povos indígenas, certamente com matrizes rousseauianas, a mesma que inspirou indigenistas como Gonçalves Dias (1823-1864) e José de Alencar (1829-1977) e que fizeram da figura do indígena o herói nacional, no Brasil do século XIX. Tal idealização exalta a preservação de um passado congelado e nega a esses povos o direito a viver o tempo presente.²³ As imagens que ilustram o artigo dialogam com o texto, pois trata-se de uma fotografia mais recente e uma mais antiga de autoria da Felipe Augusto Findanza, que possuía um estúdio fotográfico bastante requisitado para produção de fotografias ilustrativas de álbuns dos estados do Pará e do Amazonas durante os fins do século XIX e início do XX.²⁴ Ambas as imagens trazem indígenas em canoas desbravando os rios amazônicos, integrando e integrando de forma harmônica com a floresta.

No número publicado em setembro de 1948 há duas menções sobre a Amazônia: um artigo explicativo sobre a origem da lenda das Amazonas e uma nota que divulga um projeto de produção e difusão de películas educativas organizado pela Comissão Nacional Brasileira da Unesco, além de outros pontos que deveriam ser discutidos como a tradução de obras consideradas clássicas em coleções voltadas para o ensino popular e de adultos sobre as deliberações do projeto IIHA.²⁵ O texto *A origem da lenda do Amazonas* surge dentro de um *box* que complementa um artigo de destaque na página intitulado *Instituto Brasileiro de Folclore* que se remete ao questionamento da verdade ou da ficção em torno da narrativa

21. Flornoy considera que eles “não constituem mais do que um décimo da população nativa da região amazônica; mas é assim: índios livres é que são importantes, pois preservam a dignidade de seus ancestrais” [tradução livre]. COURRIER, op. cit., avr. 1948, p. 7.

22. COURRIER, op. cit., avr. 1948, p. 7.

23. Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livro Docência em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2001.

24. Cf. SARGES, Maria de Nazaré; PEREIRA, Rosa Cláudia Pereira. Photographia Findanza: um foco sobre Belém (XIX/XX). *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. 5, n. 2, p. 1-31, 2012.

25. COURRIER de l'Unesco, Paris, v. 1, n. 8, sep. 1948, p. 8.

das mulheres guerreiras nomeadas amazonas pelos tripulantes da viagem exploratória de Francisco de Orellana (1511-1546).²⁶

O articulista menciona que, segundo os relatos de viagem, teria havido uma luta entre os espanhóis e as mulheres guerreiras nas proximidades do rio Nhamundá, conforme a autoria do texto (não identificada), sendo que esse tipo de narrativa se ligava à lenda das Icamiabas, mulheres que em princípio eram nômades e que, posteriormente, estabeleceram-se no entorno de um lago chamado Espelho da Lua e que, utilizando a argila verde presente no leito do mesmo lago, produziam os talismãs em forma de sapo chamados muiraquitãs.²⁷

Essa narrativa, segundo estudiosos, estaria ligada a outras histórias do ciclo de Jurupari, o filho do sol, que trouxe a ordem patriarcal substituindo o matriarcado, expulsando mulheres rebeldes e implementando leis e regras aos povos de determinadas etnias.²⁸ Porém, o articulista conclui que a lenda das Amazonas é, provavelmente, fruto da mitologia grega trazida pelos estrangeiros que “vinham do melhor dos mundos sedentos de riquezas e aventuras”.²⁹

26. Conforme Auxiliomar Silva Ugarte, o texto de Frei Gaspar de Carvajal, que descreve a viagem de Francisco de Orellana, recai em várias dimensões do imaginário europeu ocidental ao interpretar acontecimento relacionados a certos animais como manifestações do maravilhoso. Cf. UGARTE, Auxiliomar Silva. Elementos do maravilhoso na visão do Frei Gaspar de Carvajal sobre a fauna amazônica (séc. XVI). *Canoa do Tempo*, Belém, v. 3-4, n. 1, 2009-2010.

27. COURRIER, op. cit., sep. 1948, p. 8.

28. A narrativa do Jurupari foi divulgada primeiramente por missionários franciscanos que estiveram no Alto Rio Negro, em 1880, momento em que ocorreu o roubo e a profanação de uma máscara de Jurupari, descrita pelo missionário Illuminato Coppi como um “simulacro diabólico” no texto *Appunti interessante del Missionario Apostolico franciscano nell’America del Sud* (1897). A interpretação do Jurupari como algo demoníaco foi ressaltada por Henri Coudreau em *La France équinoxiale: Voyage à travers les Guianes et l’Amazonie* (1886-1887) e *Chez nos indiens: quatre années dans la Guyane Française* (1887-1891), publicado em 1893. Já o relato de Ermanno Stradelli, publicado no *Bolletini dela Società Italiana*, em 1890, vai de encontro a essas afirmações entendendo que a identificação de Jurupari com o diabo era falsa, aproximando-se muito mais do conceito de *daimonium* grego. De acordo com Stradelli, Jurupari era um grande legislador e reformador dos costumes indígenas que foi enviado pelo sol para ensinar que as mulheres não devem se intrometer nos assuntos dos homens; Jurupari instituiu também os instrumentos sagrados que deveriam ser tocados nos rituais fúnebres. Cf. BIOCCA, Ettore. Stradelli e o mito do Jurupari. In: RAPONI, Livia (org.). *A única vida possível: itinerários de Ermanno Stradelli na Amazônia*. São Paulo: Ed.Unesp, 2016.

29. COURRIER, op. cit., sep. 1948, p. 8.

Conforme Serge Gruzinski, as dimensões imaginárias e virtuais surgidas no processo de mundialização ibérica levaram geógrafos, missionários, funcionários da coroa, exploradores, elites locais ou mestiças e aventureiros a pensarem os espaços dentro de uma globalidade fluida que possuía vários “pontos de ancoragem no globo”, sendo o Rio das Amazonas um desses lugares onde a “imensidão amazônica alimentou o processo de ampliação constante da consciência-mundo”.³⁰

Ao encontro desse entendimento, Ana Pizarro analisa a Amazônia como uma construção discursiva que resulta na elaboração de textos com elementos comuns, sendo muito importantes os relativos às viagens de Orellana, já referido, Pedro de Urzúa (1526-1561) e Pedro Teixeira (1585-1641) que instalam três figuras básicas presentes nos discursos sobre a Amazônia: as Amazonas, o Eldorado e o Maligno.³¹ Especificamente a respeito das Amazonas, Maria Izilda de Matos entende que a perplexidade dos viajantes perante o desconhecido despertava uma predisposição ao retorno de narrativas da antiguidade clássica, como as representações das Amazonas, descritas por Homero e Heródoto como mulheres caçadoras e guerreiras; já entre os indígenas circulava o mito do Jurupari que libertava os homens e estabelecia diretrizes para o comportamento feminino. Para esta estudiosa, tais representações se mesclaram formando um mito híbrido constituído dentro de processos históricos.³²

Nesse sentido, pensamos que devido à historicidade e pelo exotismo do tema da circulação dessa narrativa das Amazonas, a pequena nota poderia chamar a atenção dos leitores tanto para a matéria central que apresentava os objetivos do Instituto Brasileiro de Folclore quanto para o pequeno texto sobre a Comissão Nacional Brasileira da Unesco que versava sobre a produção e difusão de películas educativas. Conforme o jornalista e pesquisador Amaral Filho, o processo de globalização levou o conceito de Amazônia para além das fronteiras, convertendo-a em marca ou representação que incorpora além de sua existência material, valor simbólico ligado aos temas oxigênio, água, floresta, índios, sus-

30. GRUZINSKI, Serge. Local, global e colonial nos mundos da Monarquia católica. Aportes sobre o caso amazônico. *Revista de Estudos Amazônicos*, Belém, v. 2, n. 1, 2007, p. 14-15.

31. Cf. PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

32. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. Viagens pelo Rio das Amazonas. *Estudos Ibero-americanos*, v. 38, p. 189-198, 2012.

tentabilidade ambiental.³³ Inferimos que ocorre uma continuidade dos discursos sobre a Amazônia que pode ser visualizado no conteúdo do *Courrier de l'Unesco*. Porém, diante das experiências concretas realizadas pelo IIHA e, especialmente, após a expedição ao vale do Huallaga, em 1948, a Amazônia *desaparece* do periódico. Veremos o que revelou esta missão científica, sendo que ocorre apenas uma menção ao tema no ano de 1949 e outra em 1952.

Protagonismo brasileiro e peruano

No mês de junho de 1948 o IIHA ganha uma matéria de capa no *Courrier de l'Unesco* à respeito da Conferencia de Iquitos com o título *Instituto Hileia Amazônia criado*. Conforme o artigo, os governos do Brasil e do Peru, além da Unesco, teriam sido fundamentais para a organização do instituto e o sucesso do evento, que durou onze dias (entre 30 de abril a 10 de maio), estabeleceu as diretrizes que, posteriormente, deveriam ser aceitas pelas nações fundadoras, sendo criada uma comissão interina com sede em Manaus (AM). Assinaram o ato final da conferência os seguintes Estados-Membros: Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, França, Holanda, Itália, Peru e Venezuela.

Uma cartografia internacional da Amazônia é expressa em imagens, ilustrando o mapa das regiões ligadas ao IIHA, de autoria de M. L. Ferrari. Esta representação exhibe uma região amazônica internacional (Venezuela, Guianas, Colômbia, Brasil, Peru, Bolívia e Equador). Toda a região representada é interligada por rios. Alguns lugares estão em destaque como Manaus (Brasil), Belém (Brasil), Belterra (Brasil), Gurupá (Brasil), Iquitos (Peru), Tingo Maria (Peru), San Fernando de Atabapo (Venezuela), Riberalta (Bolívia), Archidona (Equador), Sibundoy (Colômbia), demarcando prováveis locais para estudos e missões.

Conforme o *Courrier* os objetivos seriam: “incentivar e realizar estudos científicos na hileia amazônica para fornecer um maior conhecimento e compreensão de natureza tropical e o desenvolvimento prático

33. Cf. AMARAL FILHO, Otacílio. *Marca Amazônia: uma promessa publicitária para a fidelização dos consumidores nos marcadores globais*. Tese (Doutorado Interdisciplinar). Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2008; & ARAGÓN, Luis. Migrações internacionais contemporâneas na Pan-Amazônia: avanços e desafios de pesquisa. *RELEA*, v. 2, n. 1, P. 96-116, 2017.

das regiões pelos Governos da América do Sul”.³⁴ Conforme Marcos Chor Maio, a conferência de Iquitos, entre outros pontos, foi caracterizada por disputas políticas pela hegemonia do projeto, entre o Brasil e o Peru.³⁵

Após os debates ocorridos no âmbito da conferência, recomendou-se que a sede do IIHA fosse em Manaus (Brasil), devido à sua localização geográfica, devendo ser desenvolvidos estudos em Belém (Brasil), Iquitos (Peru), San Fernando de Atabapo (Venezuela), Riberalta (Bolívia), Archidona (Equador), Sibundoy (Colômbia), sendo enfatizado ainda que se deveriam realizar levantamentos iniciais no Vale do Rio Huallaga no Peru.³⁶ Foram destacados na revista os intelectuais delegados de seus respectivos países na conferência de Iquitos. Vários deles eram cientistas de diversas nacionalidades, com experiência e conhecimento profundo do Vale Amazônico, sendo este um importante evento para formação de redes intelectuais com bastante contato, diálogos e divergências no campo dos estudos sobre a Amazônia: Cardenas, Torres, Péres Arbeláez, Alaysa y Paz Soldan, Phelps Jr e Paul Rivet.³⁷

Tendo um brasileiro como proponente do IIHA, era esperado o protagonismo brasileiro. Assim, o jurista brasileiro Linneu Albuquerque Melo (1901-1963)³⁸ foi o delegado latino-americano mais destacado pelo *Courier de l'Unesco*, ao lado de Heloísa Alberto Torres (1895-1977), uma especialista na temática amazônica, sendo conhecidos os seus estudos na área da Arqueologia, com destaque para livros *Arte indígena na*

34. COURRIER de l'Unesco, Paris, v. 1, n. 5, jui. 1948, p. 1 [tradução livre].

35. MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005, p. 122.

36. COURRIER, op. cit., jui. 1948, p. 2.

37. COURRIER, op. cit., jui. 1948, p. 1.

38. Linneu de Albuquerque Mello foi livre docente na extinta Universidade do Brasil, com a tese *O problema das minorias nacionais*, que tratava dos problemas causados pelo Tratado de Versalhes às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945); para tornar-se catedrático da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em Direito Internacional Público, defendeu a tese *Gênese e evolução da neutralidade* que também tratava de situações concernentes ao contexto da Segunda Guerra; chegou a integrar a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) entre 1961 e 1962. Cf. TOMAINO, Bianca; VIEIRA, José Ribas. Linneu de Albuquerque Mello, 1901-1963. *Revista Jurídica*, n. 5, p. 139-142, 2011.

Amazônia (1940) e *Cerâmica do Marajó* (1924).³⁹ O Brasil demonstrava estar buscando uma boa representação no evento ao escolher pessoas muito bem relacionadas em seus respectivos campos, a saber: o Direito Internacional e a Antropologia. O discurso de Linneu Albuquerque de Mello, provavelmente, teve bastante repercussão no evento, pois o *Courrier de l'Unesco* elencou sua fotografia como ilustração do artigo de primeira página.

Essa tendência de uma escolha minuciosa dos delegados foi seguida por diversos países, a exemplo do representante da Bolívia, o Dr. Martin Cardenas (1899-1973) etnobotânico e professor de Ciências Naturais no Instituto Normal Superior de La Paz, cientista com muito conhecimento em taxinomia e em línguas indígenas, o que lhe possibilitou participar de várias expedições como a *Mulford Biological Expedition of the Amazon Bassin*.⁴⁰ O representante da Colômbia era também um especialista sobre a região amazônica no campo das Ciências Naturais. Tratou-se do botânico e religioso Dr. Enrique Péres Arbeláez (1896-1972). Pérez foi professor da Universidade Nacional, ficou conhecido por ter elaborado material didático para as escolas do ensino básico, como o livro *Botánica elemental colombiana* (1942), destaca-se também o texto de divulgação científica *Plantas utiles de Colombia* (1947); fundou as revistas *El tempo* e *Naturaleza y Técnica*.⁴¹ O peruano Dr. Luis Alaysa y Paz Soldan (1883-

39. A arqueóloga que chegou a ocupar a direção do Museu Nacional do Rio de Janeiro e foi representante do Brasil no Conselho Internacional de Museus (ICOM), órgão da Unesco que tratava de questões relacionadas aos museus, Heloísa Torres, posteriormente, seria a Diretora interina do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA); Torres esteve bastante ligada ao cientista Julian Huxley (que foi Diretor Geral da Unesco), defendendo uma visão que interpretava “o equilíbrio da natureza, como uma balança entre o natural e o cultural”. Cf. DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. Heloísa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 5, n. 3, 2010, p. 633.

40. Cf. LOURTEIG, Martin Cárdenas Hermosa (12 de novembre 1899 – 14 février 1973) – note biographique. *Journal d'agriculture traditionnelle et de botanique appliquée*, v. 21, n. 7-8-9, 1974.

41. Péres Arbeláez participou, além do IIHA, do comitê organizador do Congresso Botânico Sul-Americano. Estudioso das consequências do desmatamento, da erosão do solo e dos sistemas fluviais. Criou o Jardim Botânico de Bogotá e esteve ativo em uma campanha em defesa dos recursos naturais. Publicou, entre outros textos, *Notas cactológicas sobre el género Lobivis de Bolivia* (1945), *The native amaryllis of Bolivia* (1959), *Estudios de los grupos taxinómicos de las papas silvestres* (1956), *Jardines botánicos* (1966) e *La “estala” de la coca* (1948). O verbete sobre Pérez Arbeláez está presente no *site* Plantas Globais, um banco de

1976), por sua vez, escritor e diplomata, trabalhou na Universidade Nacional de San Marcos em Lima. Publicou diversos livros sendo, provavelmente, *Mi país* um dos mais conhecidos publicado entre os anos de 1939 e 1962, em onze edições e em três idiomas. Já o venezuelano William Phelps Jr. (1902-1988), ornitólogo e explorador, organizou diversas expedições na Venezuela para a obtenção de espécimes de pássaros para coleções, publicou, entre outros textos, *Lista de las aves de la Venezuela* (1950, 1957 e 1963).⁴²

Havia ainda um especialista viajante com bastante *expertise* sobre a Amazônia: Paul Rivet (1876-1958), francês formado em Medicina e versado em Etnologia que participou de expedições no Equador e na Colômbia. Ele publicou *Les origines de l'homme américain* (1943), *Les indiens canoieiros* (1924), *Linguistique bolivienne: le groupe Otuke* (1912) e *Un nouveaux dialect arawak* (1951).⁴³ Participaram também como representante no evento de Iquitos: Dr. Rafael Alvaredo (Equador), Dr. A. Volpicelli (Itália), Mr. V. Salveberg (Países Baixos), Dr. Clarence Boonstra (Estados Unidos) e Dr. Tobias Lasser (Venezuela).⁴⁴ A edição do *Courrier* do mês de julho, de 1948, elencou um espaço considerável para apresentar o IIHA aos leitores, sendo publicados os artigos: 1948 – *Programa de trabalho definido para o Instituto Amazônico*, assinada pelo Dr. Frank Malina; *As cinco funções principais do Instituto Amazônico*, sem um autor identificado; e o artigo *Estudos Sociais planejados para os povos amazônicos*, assinado por Charles Wagley.

As delegações da América Latina elencaram representantes de grande *expertise*, provavelmente pensando em utilizar a chancela da Unesco em torno do tema da Amazônia para a resolução de problemas nacionais. Marcos Chor destacou que ocorreu uma verdadeira *empolgação latino-americana* quando ocorreu a primeira conferência em Belém, cujas propostas escapavam às expectativas e aos recursos da Unesco, quando

dados relativo à pesquisa científica e colaboração internacional na área da botânica. Cf. PÉREZ ARBELÁEZ, Enrique (1896-1972). Disponível em: <plants.jstor.org>. Acesso em: 26 set. 2022.

42. Cf. VUILLEUMIER, François. In Memoriam: William H. Phelps Jr. *The Auk*, v. 107, p. 181-183, 1990.

43. O verbete sobre Paul Rivet está presente no *site* da ENCICLOPÉDIA Britannica. Disponível em: <britannica.com>. Acesso em: 27 set. 2022.

44. COURRIER, op. cit., jui. 1948, p. 1.

cientistas e políticos se mostravam ávidos para solucionar problemas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional.⁴⁵

Penso que, para além do fomento à pesquisa, estes eventos promoveram possibilidades de aquisição de capital simbólico para os intelectuais latino-americanos ou amazonistas. As conferências eram uma arena de visibilidade internacional que trazia possibilidades de ascensão intelectual. Assim, Paulo Carneiro, ao se inserir no *topos* do mito ou marca *Amazônia* como o propositor do IIHA, divulgando na forma de projeto com a Unesco uma proposição bastante semelhante à do intelectual oitocentista José Veríssimo no editorial dos *Estudos Amazônicos*, buscou visibilidade internacional no campo da ciência. Os representantes dos países e amazonistas se inseriam nas discussões internacionais ampliando os debates e adquirindo capital simbólico.

Expedição ao vale do Huallaga

Conforme o artigo 1948 – *Programa de trabalho definido para o Instituto Amazônico*, assinado por Frank Malina,⁴⁶ o campo de atuação do IIHA ainda não estava definido, sendo a comissão provisória a responsável por delimitar as áreas banhadas pelo rio Amazonas e seus afluentes que tivessem as mesmas características biológicas. O mapa seria uma tentativa de delimitar a abrangência do IIHA e, após essa delimitação, seriam tratados os acordos com setores de cada nacionalidade para que fosse tecido um plano de trabalho do Instituto para toda a região.⁴⁷ O artigo de Malina aborda os pontos do programa de implantação do IIHA que seriam desenvolvidos para vigorarem em 1949. Essas ações foram formuladas pela comissão interina de Manaus e estavam divididas em um planejamento administrativo e outro das pesquisas. Entre as preo-

45. Cf. MAIO; SÁ, op. cit., 2000.

46. O Dr. Frank Malina foi um engenheiro aeronáutico, pioneiro em testes de foguetes (chegando a ganhar o *Prix d'Astronautique*). Era estadunidense, filho de imigrantes tchecos que se destacava também no campo da arte através da música e da pintura. Em 1947, ingressou na Unesco, onde foi colaborador em diversos projetos de cooperação internacional até o ano de 1953, quando resolveu se dedicar à fundação e à edição de uma revista de artes. Ver informações sobre Frank Molina no *site* do NEW Mexico Museum of Space History. Disponível em: <<https://www.nmsapacemuseum.org/inductee/frank-j-malina/>>. Acesso em: 06 out. 2022.

47. COURRIER de l'Unesco, Paris, v. 1, n. 6, juil, 1948, p. 4.

cupações administrativas estavam as questões relacionadas ao setor financeiro, contribuições dos Estados-Membros, reserva rotativa e outros procedimentos; deveriam ser pensados regulamentos voltados para as ações do Conselho e do Comitê executivo, além das regras relacionadas aos funcionários.

Entre as propostas administrativas estavam previstas parcerias com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), por estarem interessados nos temas da agricultura, conservação e saúde na vasta região tropical. O IIHA poderia dialogar com essas instituições sem a intermediação da Unesco e quem apoiaria essa interlocução seriam agências especializadas da ONU. Outro ponto que deveria ser regulamentado era a guarda das coleções que fossem organizadas a partir das missões do IIHA. A respeito do planejamento das pesquisas, Malina comenta que não seria possível estabelecer metas a longo prazo, sendo importante fazer inicialmente um levantamento bibliográfico a respeito das pesquisas já realizadas sobre a Amazônia e as em andamento para que se evitassem “repetições desnecessárias e duplicação de esforços”.⁴⁸

O artigo ressalta que os interesses do programa abrangiam tanto as Ciências Naturais quanto as Sociais (pesquisa a ser realizada no campo das Ciências Sociais seria detalhada em um outro artigo nesta mesma edição). Outra missão a ser realizada seria uma expedição multidisciplinar de exploração do vale do Rio Huallaga, no Peru, e a equipe já estava sendo organizada. Em princípio, a Unesco obteve os serviços de um entomologista mexicano, um botânico peruano, um antropólogo equatoriano e um geógrafo estadunidense, tendo estes chegado a Lima e recebido, como parte da equipe, um patologista e um geógrafo designados pelo governo peruano. A missão consistia em uma expedição pelo Rio Huallaga e o grupo de estudiosos teria três meses para coletar informações a respeito das potencialidades do vale.⁴⁹

O estudo da população indígena do Huallaga teria sido inicialmente confiado a Alfred Metraux, que acabara de editar, juntamente com Julián H. Steward, *Tribes of the Peruvian and Ecuadorian Montaña* (1948), um

48. COURRIER, op. cit., juil, 1948, p. 4.

49. COURRIER, op. cit., juil, 1948, p. 4.

texto de referência sobre o tema, tendo ele preferido delegar a tarefa a Buitrón, por sua especialidade com populações indígenas e mestiças.⁵⁰

O relatório do etnólogo equatoriano Anibal Buitrón intitulado *Etude Ethnographique de la Valle du Huallaga* (1948), descreveu a viagem desde a partida de Lima, em 09 de julho de 1948, para Tingo Maria, vila situada às margens do Huallaga para organizar a missão científica que teve como diretor Aníbal Buitron e como participantes o geógrafo estadunidense Edwin Doran Jr; e quatro estudantes peruanos, cursando Medicina, Jorge Chiriboga e Javier Arias, e Geografia, Abner Montalvo e Alfonso Trujillo.

A equipe encerrou a expedição em 25 de setembro do mesmo ano em Lima. Percorreram as seguintes localidades: Huannuco, Tingo Maria, Aucayacu, Puerto Huiete, Uchiza, Tocacho, Juanjui, Belavista, Puerto Rico, Shapaja, Letícia, Navarro, Yurimáguas, Lamas, Tarapoto, Yurimáguas e Iquitos; através de diversos meios de transporte, como: avião, cavalo, automóvel, jangada e canhoneira. No que tange à divisão geográfica natural do Peru o relatório destaca duas regiões: a de alta floresta (Rupa-Rupa), entre Tingo Maria e Letícia; e a Amazônia ou baixa floresta, entre Letícia e Yurimaguas. Em todo o vale do Huallaga os caminhos eram os rios. Os transportes terrestres existiam, mas sua qualidade era ruim e impraticáveis na época das chuvas. Nas vilas eram numerosas as bicicletas. Em relação ao transporte aéreo, oito localidades possuíam pistas de aterrisagem, porém, o serviço era irregular.

Em alguns locais como Juan Guerra o relatório idealiza a criação de um projeto de colonização e agricultura análoga a de Tingo Maria. Sobre as habitações, narra que haviam dois tipos de casas: as construídas no solo e as construídas sob pilares, estas mais comuns nas proximidades dos rios para proteger da inundação. Sobre as vestimentas da população o relatório distingue três tipologias: o grupo que teria um nível econômico mais elevado, formado por comerciantes, professores e servidores públicos se vestia com as características da *civilização ocidental*. O grupo mais comum ou popular, que utiliza calças e camisas de algodão e de cor clara (homens), as mulheres jovens usavam roupas também de algodão: calça, camisola, combinação e robe multicolorido. As mulheres mais velhas, saia e blusa. Calçados eram mais comuns nos dias de festas. O terceiro grupo era formado pelos indígenas do povo Lama, que se dis-

50. SALA VILA, op. cit., 2019, p. 192-194.

tinguia das outras pessoas e fabricadas por eles mesmos. As mulheres se destacavam pelos seus adornos como brincos prateados, braceletes de contas chamativos, tecido na cabeça e flor no cabelo; os homens, calças e camisas de algodão com desenhos coloridos e variados, utilizando adornos de cabeça e outros acessórios. A demografia do vale do rio Huallaga é composta de mestiços, não se encontrando outros, exceto os Lamas.

No que tange à religiosidade, Buitrón destacou a presença de missões evangélicas e a presença de festas de santos do calendário católico, tal como a de Santa Rosa, em Belavista. Sobre agricultura, cita as plantações de banana, mandioca, feijão, arroz e cacau. Além disso, os produtos da floresta contribuíam pouco para a economia. Sobre a indústria, destacava-se uma usina de beneficiamento de coca em Ichiza, afora as fábricas de tijolos e telhas de argilas: todas elas utilizavam energia do carvão.

Buitrón concluiu em seu Relatório que o vale do Huallaga não era representativo da Amazônia *típica*, argumentando que sua população era majoritariamente mestiça e sua infraestrutura relativamente desenvolvida, o distanciavam da imagem tradicional de uma região isolada e indígena. Diante dessas constatações, propôs que as futuras pesquisas do IIHA fossem direcionadas para regiões mais isoladas e com maior presença indígena, como o vale do rio Pastaza, na fronteira entre o Peru e o Equador. Essa conclusão contrasta fortemente com as expectativas da Conferência de Iquitos e com a visão romantizada da Amazônia como um espaço primordialmente indígena e intocado, amplamente difundida pelo *Courrier de l'Unesco* em 1948. A proposta de Buitrón, portanto, coloca em evidência as diferentes concepções sobre a Amazônia e os objetivos do IIHA, revelando as tensões entre os discursos científicos e as representações populares sobre a região.

Considerações finais

A ideia do estudo interdisciplinar e do *vazio* de pesquisas e de gentes na floresta inserem o projeto de Paulo Carneiro em uma longa teia discursiva sobre a Amazônia, cujo apelo a um *eldorado* seja como campo de pesquisa, de recursos, de espaço para projetos de migração ou mesmo de cultivo de alimentos, *celeiro agrícola*, chama a atenção de intelectuais ligados à Unesco. Brasil e Peru utilizaram a marca *Amazônia*

para conquistar um lugar de protagonismo internacional no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e, de fato, o projeto IIHA ganha um espaço considerável na Unesco no ano de 1948, como confirmam os textos presentes no *Courrier*.

Para além dos limites da utopia do *universalismo científico* e diante das expectativas políticas e sociais de cada país que levaram ao fim do projeto IIHA em 1952, devemos considerar que, do lado da Unesco, a Amazônia perde parte do encanto enquanto o tema mestiçagem ganha nuances e relevos que não apresentam um *território intocado*. Isto é demonstrado, claramente, pela análise do *Courrier de l'Unesco*. No entanto, houve continuidade do mito do *vazio* que invisibiliza os indígenas, ribeirinhos e povos da floresta negando sua identidade através de uma suposta pureza ou busca por uma mata intacta, como nos mostra o relatório de Buitrón. Porém, é inegável que diversos intelectuais latino-americanos e amazonistas tiveram destaque, circulando em espaços, debatendo textos, publicando e organizando projetos de desenvolvimento da Amazônia em seus próprios países.

As reuniões científicas em torno do IIHA e as disputas intelectuais e políticas podem ser pensadas, conforme nos lembra Pierre Bourdieu, de que mesmo que existam profundos nacionalismos intelectuais, não deixa de ser verdade que as lutas internacionais pela dominação em matéria cultural e pela imposição de uma determinada definição de exercício legítimo da atividade intelectual encontram seu fundamento mais seguro nas lutas no interior de cada campo nacional e, nessas condições, contradições e mal-entendidos são a regra.⁵¹

Assim, o projeto do IIHA apresenta exemplos de formas de inserção latino-americana no campo intelectual no contexto de internacionalização da ciência no pós-1945. Ao invés de receber as chamadas *luzes* da ciência dos *centros* às *periferias* aponta possibilidades e fronteiras para a Unesco em relação à Amazônia. Os países latino-americanos propuseram o projeto e eles mesmo o encerram.

Em suma, o IIHA representou um importante marco na história dos estudos amazônicos e na construção de identidades nacionais na região. Ao promover a cooperação científica entre diversos países, o

51. BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, v. 145, p. 3-8, 2002, p. 8.

IIHA contribuiu significativamente para a produção de conhecimento sobre a Amazônia, impulsionando a criação de instituições de pesquisa e a formação de redes de pesquisadores. No entanto, o projeto também revelou as complexidades das relações internacionais e as disputas por hegemonia na definição de agendas de pesquisa e desenvolvimento. A análise do caso do IIHA demonstra que, apesar de seu fim prematuro, o projeto deixou um legado duradouro, influenciando as políticas públicas e as representações sobre a Amazônia nas décadas seguintes. Ao mesmo tempo, o fracasso do IIHA em alcançar seus objetivos iniciais nos alerta para os desafios de implementar projetos de cooperação internacional em regiões complexas e marcadas por desigualdades sociais e ambientais. As tensões entre os discursos universalistas da ciência e os interesses nacionais, evidenciadas no caso do IIHA, continuam a ser relevantes para compreendermos os debates contemporâneos sobre a Amazônia e a busca por modelos de desenvolvimento sustentável para a região.

PARTE V
FICÇÕES

10. Pluralidades: considerações sobre a *Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caribes et Africaine du XX siècle (ALLCA)*¹

Lucas Cheibub

Introdução

O que é a literatura latino-americana? Qual é o seu lugar no mundo? O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel da estética dessa identidade política através de um projeto editorial específico: a *Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caribes et Africaine du XX siècle (ALLCA)*. Apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, especialmente, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), este projeto imprimiu uma enorme coleção de livros com a finalidade de construir laços de solidariedade e paz no mundo pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Pautando-se sob as orientações da sociologia dos textos, corrente desenvolvida pelas perspectivas de Pierre Bourdieu, a investigação insere-se nesta área de estudos e está dividida em três momentos. No primeiro, trabalha-se a criação deste projeto editorial, dando ênfase para o período de mudanças internas importantes, quando a Unesco decide apoiá-lo por ver sua coerência na difusão e tradução de literatura da América Latina.

1. Uma primeira versão deste tema foi trabalhada no Seminário Nacional *Travessias e deslocamentos: culturas transnacionais em movimento*, ocorrido de maneira híbrida, em maio de 2022, na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) sob o título *Mobilidade de textos e o campo intelectual transnacional: apontamentos sobre os Archives de la littérature latinoaméricaine*, organizado por Cristina Ferreira. O presente capítulo está destinado a explorar outros documentos e, portanto, aprofundar a contextualização e o debate sobre a temática.

No segundo, indica-se as bases da rede transnacional financeira e científica do programa. Dessa maneira, desenha-se brevemente o quadro estrutural dos *Archives*, ou seja, o planejamento de produção e distribuição dos títulos pelo continente entre os estados signatários – salientando as diferentes taxas de representações e ações entre os países ali representados –, assim como as agências de fomento envolvidas e as tarefas de pesquisas e edições. Já no terceiro momento, discute-se o lugar das letras latino-americanas na literatura mundial. Com efeito, localiza-se uma impressão comum dessa categoria, a de *devorar* e *reescrever* textos, a partir da fortuna crítica de Antonio Candido e Silviano Santiago, dois membros da referida ALCCA.

A promoção de uma literatura periférica: a criação da ALLCA

Diante do colapso humanitário, social, cultural e econômico que a sociedade ocidental, sobretudo a europeia, viu-se no pós-Segunda Guerra Mundial, saltou aos olhos de uma comunidade internacional, ancorada nos valores liberais, a urgência de vigiar regimes totalitários e noções hierárquicas, como a ideia de superioridade racial. Nesse sentido, diferentes órgãos, instituições, organizações, povos e estados nacionais decidiram agir para a construção de solidariedade e pacificação global. A criação da Organização da ONU é bem característica da construção deste espaço mundial e plural com ampliação do debate.² A Unesco, em especial, serviu como sua plataforma cultural que, entre diversos tipos de projetos, um chama a atenção: o financiamento de coleções literárias.³

2. Segundo Altamirano, os países latino-americanos foram importantes atores internacionais, compondo por dez anos o bloco mais numeroso dentro da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), com grande destaque na elaboração de sua Carta constitutiva. Cf. ALTAMIRANO, Carlos. *A invenção de nossa América: obsessões, narrativas e debates sobre a identidade da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2023.

3. De acordo com André Furtado, as tarefas deste órgão eram: “I) facilitar os encontros entre nomes representativos das áreas da educação e cultura de todos os países em paz; II) fomentar a livre discussão de ideias e de informações entre os povos, fazendo-as circular nas escolas, nas universidades, nos estabelecimentos de ensino e pesquisa, nas bibliotecas e meios de comunicação disponíveis – inicialmente a imprensa, o rádio e o cinema; III) favorecer o desenvolvimento de programas educativos e culturais; IV) criar mecanismos para usufruir dessas conquistas e avaliar o seu uso pelas nações; V) estimular pesquisas direcionadas à reflexão dos problemas dessas áreas, visando pacificar o mundo, ao fazer convergir progresso científico e bem-estar humano, tendo igualmente no horizonte o tema

Entre tais iniciativas, talvez a mais conhecida seja o projeto da coleção d'*Œuvres Représentatives* (1948-...) que se baseou na divulgação dos cânones literários, filosóficos e científicos dos países membros. Mediante este programa, os editores e impressores foram incentivados a traduzir trabalhos considerados clássicos e modernos de regiões não-ocidentais, como a Ásia e a América Latina. Ainda que seu objetivo fosse expandir o mercado de tradução para fora do eixo europeu, ou seja, ampliar as referências em prol do entendimento dos povos, a proposta não cobriu áreas periféricas, como a África Subsaariana.⁴

André Furtado aponta que, na tentativa de reduzir as assimetrias entre os números de publicações entre os hemisférios Norte e Sul, determinadas séries foram criadas para representar especificamente regiões subalternizadas, como a subsérie *Ibéro-Américaine*.⁵ A título de exemplo da enorme diferença representativa, esta última, dedicada a difundir a América Latina, conta com 54 volumes de autorias individuais e 11 antologias, o que corresponde a não mais do que 7,2% dos 900 textos editados até 1993 pelas *Œuvres Représentatives*.

Ainda que possa parecer, *a priori*, como mero exemplo, não se pode perder de vista que corresponde a uma assimetria estrutural bem característica do pós-Segunda Guerra. Ao reunir os dados do *Index Translationum de l'Unesco*, Johan Heilbron destaca as desigualdades no número total de títulos publicados e no fluxo de traduções através do que chamou de *Sistema Cultural Mundial*.⁶ Em seu modelo voltado a pensar nos grupos linguísticos, há três grandes grupos: as línguas centrais, semiperiféricas e periféricas. O primeiro é composto pela língua inglesa que, na verdade, aparece de maneira *hyper-central*, com cerca de 50% dos textos no mundo, seguida com muita distância dos idiomas alemão e

da segurança internacional; VI) fornecer ajuda às regiões e países que dela necessitassem e a solicitassem em demandas na educação e na cultura etc.". FURTADO, André. *Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado*. Niterói: Eduff, 2022, p. 181.

4. Cf. SAPIRO, Gisèle. The transnational literary field between (inter)-nationalism and cosmopolitanism. *Journal of World Literature*, Brill, v. 5, n. 4, p. 481-504, 2020.

5. Cf. FURTADO, André. *Credo ut Intelligam*: os escritores Ibero-Americanos nas vitrines do *Greenwich* literário pós-1945. In: VENANCIO, Giselle Martins; TAVARES, Mariana Rodrigues; GONÇALVES, Roberta Ferreira (orgs.). *Tessituras históricas*. Curitiba: Appris, 2020.

6. Cf. HEILBRON, Johan. Towards a Sociology of translation: book translation as a cultural world-system. *Acoustics, Speech, and Signal Processing Newsletter*, IEEE, nov. 1999.

francês, que variam entre 10 a 12% dos títulos. Por sua vez, não tão longe desses últimos, encontram-se os idiomas semiperiféricos, compostos pelo espanhol, italiano e outras seis línguas que variam entre 1 a 3% de títulos totais; e, por fim, estão os idiomas periféricos, de línguas como o português, japonês, chinês e árabe, com menos de 1%.⁷

Tanto os dados referentes às *Œuvres Représentatives* quanto aqueles tirados do *Index Translationum de l'Unesco* constata-se algo irrefutável: a força de publicação de obras está intimamente ligada à centralidade de determinados países no sistema capitalista. De sorte que a Unesco buscou uma alternativa para reduzir, ainda que timidamente, tais assimetrias, financiando projetos editoriais específicos dessas áreas periféricas. Daí porque o objetivo deste capítulo é abordar, justamente, um desses projetos, intitulado *Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caribes et Africaine du XX siècle*. Todavia, antes disso é preciso abordar o seu precedente: a *Association des Amis de Miguel Ángel Asturias* (AAMA).

Fundada em 1973, a AMMA foi um projeto de um amplo grupo de intelectuais que tinham por objetivo estudar e difundir os trabalhos do escritor guatemalteco, explorando os problemas da América Latina e Caribe.⁸ Entre suas tarefas, estavam *a priori* a preservação (sob recurso da microfilmagem), a investigação e a publicação dos manuscritos do autor. Em uma série de documentos salvaguardados pela sede da Unesco, em Paris, registra-se um largo processo da candidatura desta associação que, ao longo dos anos, procurou legitimar sua relevância, mostrando diversas parcerias – com o *Consiglio Nazionale Delle Ricerche*, o *Centre*

7. Cf. SAPIRO, Gisèle; HEILBRON, Johan. La traduction comme vecteur des échanges culturels internationaux. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *Translatio: le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris: CNRS Édition, 2008.

8. Em um documento datado de 25 de junho de 1973, sob a salvaguarda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com sede em Paris, a *Association des Amis de Miguel Ángel Asturias* (AAMA) apresentava seus objetivos e os membros do seu conselho administrativo na Unesco: Miguel Brion, como Presidente; Alain Bosquest, Roger Caillois e Charles Minguet, como Vice-Presidentes; Amos Segala, como Secretário; e Daniel-Edouard Pascal Marquez, como Tesoureiro. Este quadro se altera ao longo dos anos, por isso, aqui cabe apenas registrar tais nomes e destacar a presença constante de Amos Segala como Secretário Geral da AAMA. Como tais documentos estão depositados na Unesco e muitos aparecem sem data, refiro-me a eles como: UNESCO. Folhas soltas, correspondências, rascunhos e demais documentos da *Association des Amis de Miguel Ángel Asturias* (AAMA) e da *Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caribes et Africaine du XX siècle*, Paris, 1974-1993, *Archives de l'Unesco*.

National de la Recherche Scientifique (CNRS), a *Bibliothèque nationale de France* (BnF), a *Université de Paris X* (Nanterre), centros editoriais como o *Fondo de Cultura Económica* (FCE, México, Madrid e Buenos Aires) e as *Editions Klincksieck*, de Paris.

Seu objetivo era, mediante a tais comprovações, conquistar financiamento da Unesco para a manutenção e ampliação de suas atividades. Em efeito, é importante destacar que houve a aproximação entre tais lados, mas não sem uma modificação importante: a AAMA passou a incluir em seu nome *Archives de la Littérature Latinoaméricaine du XXe siècle* (ALL). Tendo em vista a existência de rascunhos salvaguardados que mostram a inclinação do Diretor Geral da Unesco, Amadou Mahtar M'Bow, em aceitar, desde 1978, o pedido da antiga AAMA para o *status* de tipo C, consideradas de *informações mútuas*, mas que a associação ainda não havia sido formalizada por parte da Unesco, a mudança parece ter sido necessária. Isso porque, mediante a uma série de transformações, o grupo se internacionalizou e buscou provar isso com os nomes de autores renomados nos ciclos europeus, como: Jorge Amado, Octavio Paz e Vargas Llosa. Vale dizer que eram 44 países membros da AAMA-ALL, espalhados em vários continentes, porém, grande parte concentrados na América Latina. Também porque, no rascunho, Mahtar M'Bow manifestava o interesse do órgão em ampliar políticas culturais, especialmente referentes a circulação de livros pela América Latina e Caribe, conforme estabelecido na Conferência de Bogotá.

Ocorrida entre os dias 10 e 20 de janeiro de 1978, nela se deram as discussões da *Conférence intergouvernementale sur les politiques culturelles en Amérique Latine et dans le Caribe* que possuía o objetivo de precisar o conceito de política cultural em função dos problemas próprios dos Estados-Membros da região, de ajudar estes a definir estratégias de desenvolvimento cultural a partir das metas e tarefas propostas, além de facilitar a cooperação cultural entre as escalas regionais e internacionais. Em seu relatório final há uma enorme lista de atividades em prol da valorização de políticas culturais, desde a promoção de educação artística até a preservação de sítios arqueológicos.⁹ Entre essas políticas, debateu-se a

9. RAPPORT Final. Conférence intergouvernementale sur les politiques culturelles en Amérique latine et dans les Caraïbes, Bogotá, 1978. CC/MD/39, p. 114. *Archives de l'Unesco*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000032713_fre>. Acesso em: 3 jul. 2024.

criação de mecanismos de circulação de bens culturais, como o mercado comum e de livre circulação de livros, assim como o aprimoramento do *Centre regional pour la promotion du livre en Amérique Latine et dans les Caribes*, criado anteriormente pelo governo colombiano e pela Unesco. Consta nas recomendações à Unesco, a contribuir, por intermédio deste Centro, a formulação de políticas de coordenação de edição que não favoreçam apenas a livre circulação de livros na região, mas também que estimule a criação local de inovações técnicas de edição. Enfim, percebe-se que o apoio da Unesco aos *Archives* confluiu com seu objetivo de promover a circulação de livros como uma das políticas culturais na América Latina visadas na Conferência de Bogotá.

Este apoio se deu de maneira mais incisiva pela década de 1980 quando, já no início do decênio, Léopold Sédar Senghor assumiu a presidência do projeto que passou a ser chamado de *Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caribes et Africaine du XX siècle*, o já referido ALLCA. Foi através desta denominação que Senghor solicitou a mudança de *status* do grupo para a categoria B em sua relação com a Unesco. Tal modificação foi crucial para a concretização do projeto, pois, quando aprovada, previa um contrato prévio de 10.000 dólares para a microfilmagem, mas também veio a incluir um financiamento às edições, como será destacado mais à frente. Todavia, é preciso pontuar que a avaliação da Unesco julgou falha a extensão da associação para a África, pois seu projeto contava com apenas 3 países e poucos literatos, debilidade que talvez explique o porquê de a ALLCA ter avançado prioritariamente para a América Latina e Caribe nos anos seguintes. Enfim, o próximo tópico buscará desenhar o quadro estruturado do projeto, considerando o seu planejamento de produção e distribuição dos títulos, suas agências de fomento e a rede intelectual articulada.

Notas sobre a estrutura da AALLCA

Considerando que as ideias não pairam e circulam arbitrariamente no espaço e no tempo,¹⁰ pois são circunscritas em determinado momento

10. Cf. BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 145, p. 3-8, 2002.

histórico e sobre formatos específicos,¹¹ a tarefa deste tópico é reconstituir a organização estrutural da AALLCA para, depois, refletirmos sobre as ideias de América Latina ali presentes.

De acordo com o caderno número 7 de 1984, intitulado *La Collection Archives: antecedents, structures, metodologie*, podemos destacar que, essencialmente, os trabalhos de edição podem ser resumidos em três pontos: tratamento filológico e linguístico dos textos a partir dos manuscritos e das edições aprovadas pelo respectivo autor; constuição de grupos pluridisciplinares para estudar os textos, discutindo perspectivas críticas distintas e complementares; e realização de acordos multilaterais de coedição, de partes iguais, entre os países signatários do acordo (França, Itália, Espanha, Portugal, Argentina, Brasil, Colômbia e México), instaurando mecanismos de diálogo e solidariedade entre o continente europeu e as Américas.

Tais cadernos revelam que as atividades técnicas e financeiras estavam sob o encargo dos 8 países assinantes, citados acima, mais a Unesco nessa empreitada editorial que visava imprimir 110 livros de 22 países latino-americanos.¹² Em termos financeiros, os fundos do órgão da ONU destinaria 3.000 dólares por volume para que as pesquisas fossem feitas; já para a edição, há uma divisão de 50% de fundos europeus durante os três primeiros anos para a produção dos livros na América Latina, seguidos de três anos com investimento dos signatários dos países do bloco para os seus polos de produção. Prevvia-se, também, que os excedentes de receitas retirados da venda dos volumes seriam reinvestidos totalmente para a continuidade da coleção. Enfim, França, Itália, Espanha participariam com 15% dos custos, cada uma, e Portugal com 5%; a outra metade dos custos se dividiriam de forma semelhante entre Argentina, Colômbia e México, que acordaram 15%, e o Brasil, responsável por 5%. Vale perceber que a menor participação financeira do Brasil não significa menor representação, como será mostrado mais à frente.

Por sua vez, as equipes de pesquisa compõem uma ampla rede internacional de intelectuais. Sem dúvida, uma das ações mais importantes

11. Cf. CHARTIER, Roger. *La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur*. Paris, Gallimard, 2015.

12. A saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, El Salvador, Uruguai e Venezuela.

dela foi a seleção das obras a serem publicadas, ainda que tenha sofrido alterações e mesmo um aumento, em maio de 1983.¹³

Quadro 1 – Títulos escolhidos pelo colóquio internacional – Paris, 16 a 20 de maio de 1983

País	Obras e autores	Total de títulos previstos	% por país na coleção
Argentina	<i>Los siete locos – los lanzallamas</i> , de Roberto Arlt; <i>Museo de la novela de la eterna</i> , de Macedonio Fernández; <i>Poesias</i> , de Baldomero Fernandez Moreno; <i>Don Segundo Sombra</i> , de Ricardo Güiraldes; <i>La guerra gaúcha</i> , de Leopoldo Lugones; <i>Adan Buenosayres</i> , de Leopoldo Marechal; <i>Ensayos</i> , de Ezequiel Martínez Estrada; <i>Correspondências literarias</i> , de Victoria Ocampo; <i>Cartas</i> , de Domingo Faustino Sarmiento; <i>Rayuela</i> , de Júlio Cortázar; <i>Memorias</i> , de Manuel Gálvez; <i>Sudeste</i> , de Haroldo Conti.	12	10,9
Bolívia	<i>Raza de bronce</i> , de Alcides Arguedas; <i>Prisionero de guerra</i> , de Augusto Guzmán; <i>Poesia</i> , de Ricardo Jaimes Freire.	3	2,72

13. O comitê científico internacional responsável por essa primeira listagem das obras a serem publicadas pelos *Archives de la littérature latinoaméricaine* foi composto por: Damaso Alonso, Rubem Bareiro-Saguier, Giuseppe Bellini, Alberto Boscolo, Pierre Brunel, Antonio Candido, Celso Cunha, René Despestre, César Fernandez Moreno, Luis Felipe Lindley Cintra, Geral Martin, Blas Matamoros, Charles Minguet, Julio Ortega, Enrique Pezzoni, Roger Pierrot, Bernard Pottier, Amos Segala, Bernard Sese, Giuseppe Tavani, Paul Verdevoye e Leopoldo Zea.

Brasil	<i>Macunaíma</i> , de Mário de Andrade; <i>Libertinagem</i> , de Manuel Bandeira; <i>Os sertões</i> , de Euclides da Cunha; <i>Grande sertão: veredas</i> , de João Guimarães Rosa; <i>Fogo morto</i> , de José Lins do Rego; <i>A paixão segundo G.H.</i> , de Clarice Lispector; <i>Contos</i> , de Machado de Assis; <i>Vidas secas</i> , de Graciliano Ramos; <i>Crônica da casa assassinada</i> , de Lúcio Cardoso; <i>Memórias de um sargento de milícias</i> , de Manuel Antonio de Almeida; <i>Manifestos e poesia</i> , de Oswald de Andrade; <i>Novelas</i> , de Lima Barreto.	12	10,9
Chile	<i>Poesia</i> , de Vicente Huidobro; <i>Contos</i> , de Mariano Latorre; <i>Poesia</i> , de Gabriela Mistral; <i>Residencia en la tierra</i> , de Pablo Neruda; <i>Hijo de ladrón</i> , de Manuel Rojas.	5	4,5
Colômbia	<i>Poesia</i> , de Luis Carlos López; <i>La voragine</i> , de Jose Eustasio Rivera; <i>El gran burum-dum burum-da da muerto</i> , de Jorge Zalamea; <i>Obras completas</i> , de Porfirio Barba Jacob; <i>Poesia</i> , de Jose Assuncion Silva; <i>Tergiversaciones</i> , de Leon de Greidd; <i>Periodismo</i> , de Baldomero Sanin Cano; <i>La marquesa de Yolombo</i> , de Tomas Carrasquilla; <i>Si mañana despierto</i> , de Jorge Gaitan Duran; <i>Poesia</i> , de Rafael Maya.	10	9,09
Cuba	<i>Paradiso-Opinao licario</i> , de Jose Lezama Lima; <i>Prosas periodísticas</i> , de José Martí; <i>Contrapunto cubano del tabaco y del azúcar</i> , de Fernando Ortiz; <i>Ensaíos</i> , de Juan Marinello; <i>El siglo de las luces</i> , de Alejo Carpentier; <i>Poesia</i> , de Regino Boti; <i>Poesia</i> , de Emilio Ballagas.	7	6,36
Domínica	<i>White Sargasso sea</i> , de Jean Rhys.	1	0,9
República Dominicana	<i>Ensaíos</i> , de Pedro Heriquez Urena.	1	0,9

Equador	<i>Ensaïos</i> , de Benjamin Carrion; <i>Ensaïos</i> , de Gonzalo Zaldumbide; <i>Obras completas</i> , de Pablo Palacio; <i>Los Sangurimas</i> , de José de la Cuadra; <i>Siete lunas y siete serpientes</i> , de Demetrio Aguilera Malta; <i>Edades poéticas</i> , de Jorge Carrera Andrade; <i>Poesia completa</i> , de Gonzalo Escudero; <i>El chulla romero y flores</i> , de Jorge Icaza.	8	7,27
G u a t e- mala	<i>El hombre que se parecia a um caballo</i> , de Jose Aré- valo Martínez.	1	0,9
Guiana	<i>A morning at the office</i> , de Edgar Mittelholzer.	1	0,9
Haiti	<i>Les gouverneurs de la rosée</i> , de Jacques Roumain; <i>Ainsi parla l'oncle</i> , de Jean Price Mars; <i>Compère général soleil</i> , de Jacques Stephen Alexis.	3	2,7
Jamaica	<i>Banana bottom</i> , de Claude Mc Kay; <i>Brother man</i> , de Roger Mais.	2	1,81
México	<i>El aguila y la serpiente</i> , de Martin Luis Guzmán; <i>Poesia</i> , de Ramon Lopez Velarde; <i>Ensaïos</i> , de Pellicer, Villaurutia, Gorostiza, Jaime Torres Bodet e José Vasconcelos (Los Contemporá- neos); <i>Al filo del agua</i> , de Augustin Yanez; <i>Poesia</i> , de Manuel Gutierrez Najera; <i>Cuentos</i> , de José Revueltas; <i>Los de abajo</i> , de Mariano Azuela; <i>Ensaïos</i> , de Alfonso Reyes; <i>Oficio de Tinieblas</i> , de Rosario Castellanos.	10	9,09
N i c a r á- gua	<i>Poesia</i> , de Rubén Dario; <i>Poesia</i> , de Alfonso Cortes.	2	1,81
Panamá	<i>Poesia</i> , de Ricardo Miro; <i>Desertores</i> , de Ramón Heberto Jurado.	2	1,81
Paraguay	<i>La babosa</i> , de Gabriel Casaccia.	1	0,9
Peru	<i>El mundo es ancho y ajeno</i> , de Ciro Alegria; <i>El zorro de arriba y el zorro de abajo</i> , de José María Arguedas; <i>Siete ensayos</i> , de José Carlos Mariategui; <i>Tradiciones peruanas</i> , de Ricardo Palma; <i>Poesia</i> , de César Vallejo; <i>Poesia</i> , de José María Eguren; <i>Ensaïos</i> , de Manuel González Prada.	7	6,36

P o r t o Rico	<i>La peregrinacion de Bayoan</i> , de Eugenio María de Hostos; <i>Poesia</i> , de Luis Pales Matos; <i>Insularismos</i> , de Antonio S. Pedreira.	3	2,72
El Salva- dor	<i>Cuentos</i> , de Salarrue (Salvador Salazar Arrué); <i>Poesia</i> , de Roque Dalton.	2	1,81
Uruguai	<i>La carreta</i> , de Enrique Amorim; <i>Contos</i> , de Horacio Quiroga; <i>Ensaos</i> , de José Enrique Rodó; <i>El combate de la Tapera</i> , de Eduardo Acevedo Diaz; <i>Nadie encendia las lamparas</i> , de Felisberto Hernandez; <i>Teatro</i> , de Florencio Sanchez; <i>Poesia</i> , de Julio Herrera y Reissig; <i>Poesias</i> , de Delmira Agustini, Joana de Ibarbouru, María Eugenia Vaz Ferreira.	8	7,27
Venezue- la	<i>Canaima</i> , de Romulo Gallegos; <i>Ensaos</i> , de Mariano Picon Salas; <i>El cielo de esmalte</i> , de José Antonio Ramos Sucre; <i>Contos</i> , de Julio Garmendia; <i>Memorias de la Mama Blanca</i> , de Teresa de la Parra; <i>Contos grotescos</i> , de José Rafael Pocaterra; <i>Poesia</i> , de Guillermo Meneses; <i>Poesia</i> , de Andres Eloy Blanco; <i>Diarios</i> , de Rufino Blanco Fombona.	9	8,18
Total:		110	100

É importante também destacar que, de acordo com os cadernos de 1984, os trabalhos de pesquisas estariam organizados por equipe de 5 especialistas por volume (70% de latino-americanos e 30% de europeus), colocados sob a responsabilidade de um coordenador e estabelecidos dentro do *Centre de Recherche Latino-Américaine de l'Université de Paris X* (Nanterre), ou seja, contando com cerca de 500 estudiosos.

As edições deveriam ser compostas por apresentações em espanhol, português, francês e inglês simultâneas dos títulos a serem lançados. Ainda que este critério procurasse abarcar línguas representativas para diversos grupos sociais, os livros traziam consigo recortes específicos do continente, como podemos observar do total dos 110 livros propostos. Nessa lista, Argentina e Brasil lideram com 12 títulos cada país, ou seja, pouco mais de 21% da coleção; seguidos de Colômbia e México com

10 cada (cerca de 18% juntos); Venezuela com 9 obras (8%); Uruguai e Equador com 8 cada (somando assim 14%); com 7, Cuba e Peru (12% somados); Chile com 5 (4%); com 3, Bolívia, Haiti e Porto Rico (9% somados); já com 2, Jamaica, Nicarágua, Panamá e El Salvador (7,27% somados); e Dominica, República Dominicana, Guatemala, Guiana e Paraguai com 1 cada, cerca de 5,45% juntos.

Evidentemente, todo processo de seleção é marcado por recortes e assimetrias. Neste caso, elas parecem estar atreladas, pelo menos em parte, pela participação dos países signatários. Em efeito, há também outra vantagem significativa que abarca os países latinos do acordo, ou melhor, seus setores privados. Isto porque o financiamento *in loco* previsto seria destinado aos polos de produção e distribuição que eles estavam encarregados: Argentina para o Cone Sul; o Brasil para o seu território, imenso por si só; a Colômbia para os países andinos e o México para a América Central e Caribe.

Enfim, considerando a predominância da América do Sul com 76 títulos (69% da coleção), América Central e Caribe com 24 títulos (21,8%) e México, representante único da América do Norte, com 10 (9%), mas que também centralizou as funções de produzir e distribuir as obras da parte central do continente, nota-se dois polos favorecidos pelo acordo: um no México e outro relativamente diluído entre Argentina, Brasil e Colômbia. Todavia, é preciso também refletir sobre qual o lugar da literatura latino-americana nas prateleiras da literatura mundial, discussão do próximo tópico.

Qual o lugar da América Latina na literatura mundial?

É crucial agora voltar às perguntas que abriram este capítulo e, na verdade, até um certo recuo em relação a elas. Isto porque antes de entender o lugar dessa literatura, é preciso ressaltar que não há uma exclusiva e isolada identidade latino-americana, senão várias que se misturam e, por vezes, se contradizem, mesmo nas chamadas belas-letas. Ainda que muitos relatos políticos e propriamente literários do século XIX, quando boa parte dos países guerrearam por suas independências contra as metrópoles, acabaram por tentar construir certa ideia unitária de uma

“comunidade imaginada”¹⁴ nacional e latino-americana, Carlos Altamirano nos lembra que o esforço de defini-la “não é um fato do passado, e sim um processo em aberto, um trabalho que continua diante de nossos olhos”,¹⁵ algo que não pode ser reduzido a uma única e grande narrativa.

Aliás, Silviano Santiago, membro do comitê científico da ALLCA, lembrava que a maior contribuição que a estética latino-americana representou foi a destruição dos conceitos de unidade e pureza. Mas diante da pluralidade de identidades e das variadas formas estéticas narrativas de representá-las, qual o lugar dessa literatura no mundo? Qual é a função da literatura latino-americana?

Para pensar sobre tal questão, a formulação global de *República Mundial das Letras*, de Pascale Casanova,¹⁶ é extremamente útil. Esta espécie de mundo literário que, grosso modo, funciona de um modo muito próximo da história política, mas não estritamente vinculada a ela, possui uma economia de valores simbólicos e uma organização geográfica própria. Assim, Casanova localiza ali um outro tipo de meridiano de *Greenwich*, que corresponde ao tempo literário, no qual os valores universais da estética foram estabelecidos na longa duração pelos países ocidentais, principalmente a França, capital-literária deste mundo. As regras estabelecidas desse campo literário internacional marcam uma série de violências simbólicas para aqueles da periferia literária, como os latino-americanos que, sempre ao chegar próximo do tempo-literário moderno, tem as portas fechadas, conforme o próprio Octavio Paz denunciava em seu discurso ao ganhar o Nobel em 1990: “moradores dos subúrbios da história, nós, latino-americanos, somos os comensais não convidados que se enfileiram na porta dos fundos do Ocidente, os

14. Uso aqui o conceito de Benedict Anderson que, *grosso modo*, diz que a nação é uma comunidade política imaginada. Ao defender esta tese, o historiador entende que lembranças e esquecimentos fizeram parte da construção dos países modernos, onde os mitos de origem se forjaram para a criação de um *nós*. Dessa maneira, a padronização de determinada língua escrita e as narrativas desenvolvidas pelos intelectuais tiveram, no decorrer de um avanço do capitalismo editorial, um papel decisivo neste processo. Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

15. ALTAMIRANO, op. cit., 2023, p. 31.

16. Cf. CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

intrusos que chegam à função da modernidade quando as luzes já estão quase apagando”.¹⁷

Este lugar de anexo do Ocidente no mundo das letras e o desenrolar da história da *Nuestra América* acabaram por forjar, enfim, uma das características mais marcantes da estética latino-americana segundo a expressão de Antonio Candido: a atividade *devoradora*.¹⁸ Para o maior crítico literário brasileiro, membro do comitê científico da ALLCA e que estabeleceu a primeira listagem dos títulos a serem publicados, a literatura da América Latina tem passado por esta ação que é fundamentalmente política. Para Candido, isto pode ser bem observado no Romantismo, fenômeno que forneceu material ideológico aos sentimentos nacionalistas nos países latinos durante seus movimentos de independência dos antigos colonizadores.

Mas se no século XIX a cor local, a paisagem, o individualismo e outros elementos compuseram a estética latino-americana, Candido considera mudanças significativas a partir dos anos 1930 que levaram ao abandono do particularismo romântico, ou seja, do regionalismo para a expansão do discurso moderno e universal, o super-regionalismo.¹⁹ Este momento estético é constituído por uma fusão difícil e paradoxal, na qual os autores latinos se utilizam de técnicas de vanguarda, cosmopolitas e que miram o futuro, com base na região, local da tradição, voltada assim para o passado. Exemplo máximo dessa paradoxal fusão, no caso brasileiro, é *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa.

Pensando no *entre-lugar do discurso latino-americano*, Silviano Santiago,²⁰ outro grande crítico da literatura brasileira e membro do comitê científico dos *Archives*, lança um olhar confluyente e, ao mesmo tempo, diferente da concepção de Candido. Santiago também ressalta a necessidade de digerir as ideias que vem de fora, mas em um resultado distinto que, ao seu ver, é a função dos escritores latino-americanos e de seus trabalhos. Para Santiago, é necessário transgredir os textos legíveis,

17. PAZ, Octavio *apud* CASANOVA, Pascale, op. cit., 2002, p. 109.

18. CANDIDO, Antonio. literatura, espelho da América? *Remate de Males*, Campinas, 2012. DOI: 10.20396/remate.v0i0.8635995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635995>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

19. CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.

20. Cf. CANDIDO, op. cit., 1989.

ou melhor, o texto clássico que convida o leitor a permanecer no interior de um texto fechado para a realização de textos *escrevíveis*. Por sua vez, estes apresentam um modelo produtor pelo qual excita o leitor a abandonar sua posição de consumidor para produzir novos textos.

Ao pegar de empréstimo as ideias desenvolvidas por Roland Barthes, Santiago compreende que o escritor latino-americano escapa desta função passiva de leitor consumidor, tornando-se o sujeito elaborador de um novo texto, a partir de uma meditação silenciosa e traiçoeira. A função deste segundo texto é surpreender as limitações e fraquezas do original, rearticulando intenções em novas funções ideológicas. De forma que a recusa do espontâneo e a produção de uma escritura engajada, lúcida e consciente dá formulações novas, tais como podem ser vistas em *Pierre Menard, autor de Quixote*, de Jorge Luis Borges.

Efetivamente, sua percepção de artista latino-americano encontra neste autor argentino sua síntese. Todavia, ao sugerir que os escritores da América Latina aceitam “a prisão como forma de comportamento, [e] a transgressão como forma de expressão”,²¹ é irresistível pensar em como os modelos estéticos europeus acabam por enclausurar, mas não castram o absurdo, o fantástico e a beleza da estética de outros escritores, afinal, o certo é que a noção da literatura de *Nuestra América* é plural, devoradora, dinâmica e aberta.

Últimas considerações

Esta breve análise se deteve sobre a AALLCA, um dos projetos editoriais latino-americanos patrocinado pela Unesco, plataforma cultural na qual a ONU procurou construir mecanismos de diálogo e de solidariedade entre diferentes povos. Desse modo, procurou-se contextualizar as origens do mesmo, que remontam à AAMA, dando ênfase para as modificações importantes que ocorreram ao longo da década de 1970, quando suas tarefas e objetivos se ampliaram e, assim, foram contempladas financeiramente pela Unesco.

Dessa forma que se procurou desenhar a estrutura da ALLCA, evidenciando como o acordo de 1984 favorecia os países signatários em atividades e edições de livros. Efetivamente, tais apontamentos de pesquisa,

21. CANDIDO, op. cit., 1989, p. 25.

em fase inicial, também sinalizam para a necessidade de maior análise dos documentos e de bibliografia para refletir acerca do saldo complexo da ALLCA. Isto porque as fontes cotejadas não explicam o processo de seleção das obras e sobre os seus selecionadores que, certamente, compuseram uma rede transnacional que favoreceu o reconhecimento de obras e autores já legitimados em seus países de origem.

Também é crucial aprofundar o debate a respeito dessa categoria estética tradicionalmente devoradora, como a fortuna crítica tem compreendido. Certamente, a literatura latino-americana realmente foge de compreensão unívoca e, por isso, é mais válido falar em literaturas e Américas do que um conceito singular. Por isso, mais do que encerrar um debate em poucas páginas, é preciso aprofundar a reflexão sobre o lugar periférico e complexo literatura latino-americana no mundo.

11. Traduções: os embates pela definição de clássico, a série *Ibéro-Americaine* e o ingresso de Quincas Borba em Paris sob a ótica de Roger Bastide¹

André Furtado

O julgamento estrangeiro é um pouco como o da posteridade. [...]. As grandes profecias são polissêmicas

(Pierre Bourdieu)

1. Fruto do projeto coletivo que coordenei por meio do Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias (Cethas) e que está na raiz desta coletânea (*Sob o signo da diversidade: o protagonismo latino-americano nos debates da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco*, financiado via Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), as investigações, de minha parte, realizadas em seu âmbito já ganharam algumas publicações, com resultados parciais e ênfases em diferentes aspectos. Como exemplo, cito apenas o caso mais recente: FURTADO, André. Do bibliocausto nazista aos combates literários por traduções ou O que é um clássico no pós-Segunda Guerra Mundial? In: VENANCIO, Giselle Martins; LEONE, Caio; BARBOSA, Everton Vieira (orgs.). *Circuitos culturais: histórias*. Curitiba: Appris, 2022. Este estudo, aliás, ganhou uma versão em espanhol. Cf. FURTADO, André. La biblioteca de bibliotecas o El papel de América Latina para definir la literatura clásica, entre la antigüedad y la identidad en el post-1945. In: MORA, Rogelio de la; FURTADO, André et. al. (orgs.). *América Latina en busca de la identidad: siglos XIX-XXI*. São Paulo / Catamarca: Instituto de Psicología da Universidade de São Paulo (Ipusp) / Fundación Janus / Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), 2025. Ajudei a organizar esta última publicação ao lado colegas do grupo *Trabajo Intelectual, Pensamiento y Modernidad en América Latina, siglos XIX y XX* (Tipmal), por sua vez ligado à *Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos* (Ahila). Sendo que tudo, inclusive o projeto coletivo, surgiu a partir de diálogos estabelecidos a partir das atividades investigativas sob a supervisão de Giselle Venancio junto ao Instituto de História (IHT) da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre 2019 e 2020, por meio do Edital Pós-Doutorado Recém-Doutor Nota 10 (PDR-10), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), com o projeto denominado *Babel traduzida: a Unesco, sua coleção d'Œuvres Représentatives e a gênese de um cânone literário universal*. Seu principal resultado foi a elaboração, a quatro mãos, do seguinte livro: VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Mestiça científicidade: três leitores franceses de Gilberto Freyre e a sua máxima consagração no exterior*. Niterói: Eduff, 2020. Tal estudo também conta, hoje, com uma versão em francês. Cf. VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Métisse Scientificité: Gilberto Freyre selon trois lecteurs français*. Aix-en-Provence: Le Poisson Volant Éditeur, 2022.

As investigações desta coletânea que chega, agora, em seu último capítulo, contribuem significativamente para as discussões historiográficas que envolvem a cena do pós-1945, com ênfase sobre o decênio inicial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O desenvolvimento do projeto demonstrou que, ao contrário do que se veicula em pesquisas da área e se reproduz em livros didáticos de História, naquele momento a geopolítica global não se limitava aos ditames das superpotências à época, ou seja: Estados Unidos *versus* União Soviética. Isso porque, embora do ponto de vista econômico, militar e político *stricto sensu* isso possa ter certa perenidade interpretativa maior no sentido de confirmar o poderio desses países, o mesmo não vale para as agendas que definem o organismo internacional em apreço, sendo as dimensões educacionais, culturais e científicas tão importantes e transformadoras das realidades sociais quanto os elementos que estruturaram a chamada Guerra Fria.

Os dados de fontes primárias mapeados pela equipe junto aos acervos da Unesco, em Paris (Biblioteca e Arquivo), somados à interação com bibliografia especializada, comprovaram a força diplomática das comissões formadas pelos Estados-Membros de nações latino-americanas nos processos decisórios da organização. Tais países não só concentraram capital simbólico por terem se envolvido pouco e/ou indiretamente no conflito bélico daquela contemporaneidade recente (e, portanto, detendo maiores condições morais, logísticas e de infraestrutura para seguirem com as pautas intelectuais de interesse mundial) como também reuniam as mentes mais brilhantes do século XX em todos os domínios do conhecimento.

Com efeito, nos limites do presente capítulo – que reforça a argumentação supracitada, desenvolvida pelos especialistas da proposta de investigação coletiva e que está voltado para o campo literário –, a narrativa se constitui em três momentos. No primeiro, descreverei brevemente uma experiência vivenciada em viagem e que pode nos levar a refletir sobre desigualdades na circulação internacional de ideias do ponto de vista da literatura; depois, farei uma síntese acerca do projeto editorial de tradução da Unesco; e, por fim, adentrarei no exemplo de *Quincas Borba*, de Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), publicado em francês

em 1952, e apresentado aos leitores de acordo com a visão freyriana de Roger Bastide.

Famosa, mundialmente, por ser considerada um dos lugares que teriam inspirado a bilionária saga *Harry Potter* – conjunto de *best-sellers*, de autoria da escritora inglesa conhecida apenas como J. K. Rowling –, a Livraria Lello, situada na cidade do Porto, salvaguarda, no entanto, um espaço a meu ver bem mais importante. Trata-se de um estande dedicado ao conjunto da obra de José Saramago vertida no formato de livros, com os títulos reunidos, além de painéis onde se veem cópias de anotações pessoais somadas à edição do discurso por ele proferido ao receber o Prêmio Nobel de Literatura. Tamanha conquista, por óbvio, merecia de fato um altar para adequadamente canonizá-lo ainda mais. Afinal de contas, a vitória correspondeu, à época – e assim se mantém – como a primeira vez que um escritor de língua portuguesa fora agraciado pela Academia Sueca, quando corria o ano de 1998. A honraria chegava quase ao término do século XX, fazendo-nos refletir sobre as razões do atraso a partir da epígrafe que abriu esta reflexão, bem como pelo destaque inicial aos dois mundos literários, o anglo-saxão e o lusófono, deveras assimétricos, até hoje, quanto à circulação, prestígio e acúmulo de *capital simbólico*.²

Diante do *altar* e podendo aprecia-lo calmamente, uma vez que o furor e os olhos dos visitantes se voltavam de forma quase exclusiva às aventuras do bruxo de Hogwarts, observei que havia, nas paredes em torno dos vestígios do autor de *Memorial do convento*, fotografias dele com escritores, artistas e personalidades também célebres. Entre tais nomes estavam, por exemplo, os de Susan Sontag, Chico Buarque, Jane Fonda, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, com destaque para Fernando Meirelles – cineasta que pôs *Ensaio sobre a cegueira* nas telas, em 2008 – e Jorge Amado – encimando o encarte. Este último, três anos antes de Saramago dirigir-se à Suécia, recebeu no ano de 1995, junto com sua esposa, a igualmente escritora Zélia Gatai, uma carta bem-humorada de Pilar del Río, jornalista espanhola e companheira do literato portu-

2. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3.ed. Porto Alegre: Zouk, 2004.

guês que, na ocasião, respondia por ele. Entre outros assuntos, gostaria de sublinhar que, a certa altura a missiva, ela anotou o seguinte: “quando Jorge for centenário e José estiver à porta disso, ainda Jorginho, então homem-feito, dirá que na televisão se falou dos dois patriarcas a propósito do Nobel”, materializando a angústia sobre a ausência do idioma de Camões na lista dos incluídos neste panteão internacional. “Saber-se-á depois”, prossegue del Río, “que o prémio foi para um irlandês genial que pouquíssima gente conhecia e de que os luso-parlantes, ignorantes ambos, nunca tinham ouvido falar. Da geografia, Estocolmo sabe tudo, menos onde ficam Brasil e Portugal”.³

O mesmo não equivalia às terras de sociedades hispanohablantes. Até porque, entre os laureados, constam: José Echegaray, Jacinto Benavente y Martínez, Juan Ramón Jiménez Mantecón, Vicente Aleixandre e Camilo José Cela, todos da Espanha; que se somam aos nomes da América Latina, tais como: Gabriela Mistral (Chile, 1945), Miguel Ángel Asturias (Guatemala, 1967), Pablo Neruda (Chile, 1971), García Márquez – antes mencionado (Colômbia, 1982), Octavio Paz (México, 1990) e Vargas Llosa – também citado (Peru, 2010).⁴ Assim, vale frisar de saída a presença de apenas uma mulher premiada no grupo linguístico, ainda que tenha sido a primeira das letras latino-americanas – outro desequilíbrio visível em quaisquer rincões do *campo* em apreço –, além do fato de que dois deles aparecem nas fotos da homenagem prestada na Livraria Lello a José Saramago.

Seja como for, enquanto se universalizavam as tradições literárias das antigas Índias de Castela, as letras lusitanas seguiam completamente excluídas do *hall* de imortais até 1998. E mesmo a propósito dos premiados com o Nobel de origem latino-americana, as conquistas se deram, na imensa maioria dos casos, somente após o surgimento da coleção intitu-

3. AMADO, Jorge. *Com o mar por meio: uma amizade em cartas* / Jorge Amado e José Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 95. Conheci esta referência quando escrevia o presente texto, quase que por acaso. Estava num café, junto com o Professor Bruno Silva, também da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) – onde trabalho –, e a senhora Fátima Assunção, nossa amiga em Xinguara (PA), ex-Secretária de Governo no município. Naquela ocasião, ela me apresentou o livro para explicar que desejava fazer algo semelhante com a correspondência que trocou com o escritor brasileiro.

4. ALL *Nobel Prizes in Literature*. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/lists/all-nobel-prizes-in-literature/all/>>. Acesso em: 23 abr. 2024. O *site* reúne as informações de todas as categorias.

lada *Œuvres Représentatives*.⁵ Esta correspondeu ao título de um projeto fomentado pela Unesco – e aqui já entramos na segunda parte deste capítulo final da presente coletânea –, para reunir os cânones literário, filosófico e científico dos países que compunham o organismo. Entre outras estratégias, seus idealizadores acreditavam na possibilidade de utilizar os livros como vetores da paz, unindo os Estados-Membros da instituição transnacional e vedando os que desrespeitassem seus princípios. Excluía-se, portanto, todas as narrativas que veiculassem discursos de ódio, incitassem crimes e violências ou que fizessem apologia ao racismo.

No caso da Literatura, pensava-se em construir um panteão que auxiliasse as sociedades a se compreenderem mutuamente através da expressão artística lida como altamente qualificada e humanística, a despeito dos primeiros embates. Isso porque, antes de assumir a denominação de *Obras Representativas*, os países europeus tentaram adotar a ideia de *clássico* partindo de uma definição que tendia a considerar quase que exclusivamente as referências à cultura ocidental greco-romana e seus legados entre os povos do chamado Velho Continente, porque herdeiros mais antigos desse lastro. Assim, propuseram o ano de 1900 como limite temporal para o ingresso de títulos no panteão dos consagrados (até por conta de eventuais problemas com relação aos direitos autorais). Após esse marco, entre 1901 e 1939, viriam as referências que ainda não eram clássicas, porém, *célebres*, classificadas como *grandes obras modernas*; e finalmente, a partir de 1940, compreenderiam os títulos *contemporâneos* muito importantes.

No entanto, se este entendimento saísse vitorioso dos debates as expressões literárias de regiões pós-coloniais, como os países latino-americanos, seriam barradas nesse lugar de prestígio intelectual das belas-letas. Até porque, junto ao oitocentos, as primeiras décadas do século XX eram e são consideradas por essas sociedades como o período de enorme pujança de suas literaturas e, às vezes, o de seu próprio florescimento, com enormes repercussões porque representantes autênticas de suas culturas e valorosas universalmente do ponto de vista estético.

5. A síntese que se reproduzirá na sequência é baseada no verbete que publiquei a respeito da série em apreço. Cf. FURTADO, André. Série Ibéro-Américaine. VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André (orgs.). *Dicionário histórico-crítico do mundo letrado: Brasil, séculos XIX-XX*. Niterói: Eduff, 2024.

Neste sentido, quando o mexicano Jaime Torres Bodet (1902-1974) foi eleito Diretor da Unesco durante a Terceira Conferência Geral, realizada no ano de 1948 em Beirut, no Líbano, o projeto começou a transcorrer nos termos citados, de modo a tentar diminuir a rigidez das fronteiras políticas das nações. A esta altura dos debates os documentos dos *Archives d'Unesco* já tinham consolidado a expressão *Œuvres Représentatives* para denominar a coleção, mantendo-a presente desde as primeiras publicações, em 1952, pois o único critério à época enfim acordado entre as delegações se referia à tradução de escritore(a)s morto(a)s. Com efeito, no caso de parte do território da América Latina, elaborou-se uma lista das principais referências dos países que tinham sido colonizados, sobretudo, por Portugal e Espanha e cujas independências foram atingidas majoritariamente durante o oitocentos.

Para esse conjunto de textos criou-se, dentro da coleção *Obras Representativas*, a série intitulada *Ibéro-Américaine*. Seus títulos foram coeditados com selos de renome, embora nem sempre constasse a marca *Unesco* nas publicações, dificultando, mesmo hoje, a feitura de pesquisas sobre a temática. E, até 1993, seu catálogo reuniu nomes oriundos de mais de 80 Estados-Membros, difundindo seus escritos através do conjunto de aproximadamente 900 títulos. Desse montante, cerca de 6% do total representavam os livros incluídos na série *Ibero-Americana* que, afora as antologias, alcançou a soma de 54 títulos. Em princípio isso parece pouco, mas se considerarmos a primeira década, quando intelectuais e diplomatas latino-americanos pautaram a agenda da Unesco – que é, propriamente, o argumento central desta coletânea fruto do projeto coletivo intitulado *Sob o signo da diversidade* –, esse número sobe para expressivos 32,43%.

Além disso, os livros traduzidos são, em sua maioria (88%), publicações originalmente impressas durante os séculos XIX e XX, confirmando a necessidade de se barrar o arco cronológico inicial das obras qualificadas enquanto clássicas. Os títulos, agora em novos idiomas, foram postos em circulação em 9 cidades, com destaque para as capitais Londres, Washington e Paris, sendo que esta última retomava o processo de reafirmação de sua centralidade como *Greenwich* literário, concentrando a incrível soma de 62,59% de todas as traduções. Curiosamente ou não, o maior destaque coube ao Brasil, que contou com 18 títulos traduzidos

(ou 33,80%), tornando-se o Estado-Membro majoritário com volumes logo transladados ao inglês e ao francês nos projetos editoriais da Unesco.

Para abordar apenas um caso destacarei o exemplo do oitavo volume da série, a saber: o romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis, porque ele foi o primeiro escritor brasileiro a figurar entre os ibero-americanos selecionados. A tradução do português para o francês por Alain de Acevedo veio a público em 1955 pela editora Nagel, de Paris.⁶ Na trama, depois da morte da personagem que dá nome ao livro, seu amigo Pedro Rubião, professor e filósofo, herda todos os seus bens e enriquece. Porém recebe a tarefa de cuidar do cachorro homônimo do dono falecido. Assim, ele se muda do interior de Minas Gerais para a Corte do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro (cenário da narrativa publicada no século XIX e que também se passa no oitocentos), conhecendo em seu trajeto o casal Cristiano e Sofia Palha. Estes lhe ajudam a se inserir naquela sociedade hierarquizada para a qual se dirigiam, mas o milionário se apaixona por ela que, junto com seu esposo, resolve tirar proveito da situação para explorar tal riqueza até que o protagonista vai parar em um hospício.

Segundo especialistas do literato – cuja extensa fortuna crítica, talvez a mais vasta entre os autores brasileiros de ficção, não cabe nos limites desta reflexão –, teria sido exatamente em meados do século XX, quando estreava no projeto *Œuvres Représentatives* da Unesco, que o nome de Machado de Assis se fixara como uma autoria nacional de destaque e, nos anos 1960, por exemplo, a figurar como uma espécie de William Shakespeare tropical.⁷

Mas o processo para atingir esse patamar foi lento no tocante ao posicionamento do escritor na cena internacional, embora na quadra doméstica já fosse relativamente conhecido, tendo caído no gosto do público. No entanto, ao menos desde fins do século XIX, seu empenho pessoal em ver seus livros traduzidos esbarrava na resistência de sua editora, a Garnier, mudando isso apenas em 1902 quando *Memórias póstumas de Brás Cubas*, originalmente impresso em 1891, surgiu em espanhol na capital uruguaia, Montevidéu. Na continuidade veio *Esaú e Jacó*, publicado

6. Cf. ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Paris: Nagel, 1955. Acervo pessoal.

7. Cf. GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. São Paulo: Ed.Unesp, 2017.

em 1904 e cuja tradução apareceu logo na sequência, saindo no ano de 1905 no mesmo idioma, mas em Buenos Aires, na Argentina.

Segundo estudiosos, porém, é somente através dos circuitos franceses que o autor brasileiro iria receber uma visibilidade decisiva,⁸ a começar com a tradução de *Qualques contes* pela já mencionada Garnier, em 1910, avançando depois sobre *Mémoires posthumes de Brás Cubas*, no ano seguinte, pela mesma casa editorial.⁹

Apesar disso, os textos machadianos se mantiveram longamente desconhecidos do público estrangeiro cujas tendências pendiam a temas estereotipados (como o carnaval, os trópicos, a Amazônia etc.), ainda que o escritor carioca tivesse ingressado ao menos no âmbito universitário do exterior, em geral, e francês, em particular, como referência incontornável nas cadeiras de Literatura Brasileira. Essa situação começou a mudar no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aprofundando trocas franco-brasileiras mediante investigações que já demonstraram, aliás, a presença de intelectuais no país, tais como: Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Fernand Braudel (1902-1985), Roger Bastide (1898-1974) e tantos outros que atuaram no Brasil, especialmente na Universidade de São Paulo (USP), via docência e/ou auxiliando na estruturação da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) desde 1934.¹⁰

A partir dessas questões e balizas é que se formalizaram as primeiras análises deste último, Bastide, sobre Machado de Assis e seu legado. Numa de suas incursões, em artigo publicado na terceira fase da *Revista*

8. STAUT, Lea Mara Valesi. Machado de Assis na França, *Travessia*, Florianópolis, n. 16, 17, 18, p. 279-290, 1989, p. 279-280.

9. Cf. ASSIS, Machado de. *Quelques contes*. Paris: Garnier, 1910; & _____. *Mémoires posthumes de Brás Cubas*. Paris: Garnier, 1911. Simultaneamente, outros contos foram aparecendo também, a partir do mês de dezembro de 1910 até o fim do ano seguinte, em 1911, na revista intitulada *Courrier du Brésil*, editada na capital francesa. Extraí tais referências e informações de: STAUT, op. cit., 1989.

10. Cf. MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras, 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989. Cabe sublinhar a existência de trabalhos que apontam ter sido apenas na década de 1980, devido à visibilidade do Brasil na conjuntura internacional – por conta da dívida externa, dos problemas sociais, do término da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) etc. –, que Joaquim Maria Machado de Assis finalmente se consolidou no estrangeiro e, em particular, na França, como escritor de maior prestígio na História da Literatura Brasileira. Afirma-se isso considerando que entre 1909 e 1955 – ou seja: em 44 anos –, foram traduzidos quatro títulos machadianos, sendo que o mesmo número se repetiu somente no entremeio de 1983 a 1987, reforçando o peso desta década. STAUT, op. cit., 1989, p. 288.

do Brasil, no mês de novembro de 1940, ele avaliou – contrariando a crítica dominante à época – que não faltavam descrições de um país tropical ou da natureza nos textos do literato. Nas mesmas páginas, enfatizou o clima no qual a vida do autor transcorreu e, consequentemente, o ambiente de suas criações. Para tanto, enquadrou-o junto à interpretação veiculada pelo livro *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre (1900-1987), impresso pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, em 1936.

Isso porque esse título aborda as mudanças da estrutura social operadas no decorrer do período imperial brasileiro com o declínio da arquitetura das casas-grandes com toda a sua autonomia e isolamento – na solidão dos canaviais – em paralelo ao avanço dos processos de urbanização com o crescimento das cidades, marcado por suas novas experiências. Assim, embora Bastide não classifique os escritos machadianos como tributários desse primeiro instante de queda paulatina do patriarcalismo, também não o liga aos ventos do *Romantismo*, antes atando-o ao *Naturalismo*. Por tais caminhos Roger Bastide foi taxativo: a narrativa das paisagens não está ausente em Machado de Assis, pois acha-se misturada às personagens.¹¹

Quinze anos após esse artigo na *Revista do Brasil*, o mesmo Roger Bastide foi responsável por introduzir a tradução do livro *Quincas Borba* ao público francófono, quando manteve, em 1955, as linhas mestras de sua análise. Para destacá-lo aos novos leitores em potencial, Bastide o considerou como um divisor de águas na cena doméstica, entre o *Romantismo* e o *Naturalismo*, já recuando um pouco da avaliação de 1940, pois afirmou que os usos de frases curtas combatiam exatamente o viés oratório. Alertou, porém, que a história literária brasileira – entre o *Barroco* do século XVII e o *Modernismo* do XX – não dispunha de um período ao qual se poderia chamar de *Clássico*. Entretanto, se fosse possível caracterizar uma *Era* com apenas um integrante este seria Machado de Assis.¹² Notemos aqui que, embora o termo *clássico* tenha perdido a disputa quando da tentativa, pelo bloco europeu, de enquadramento dos títulos por meio de uma lógica cronológica, sua presença rondava as in-

11. Cf. BASTIDE, Roger. Machado de Assis, paisagista [1940], *Teresa – Revista de Literatura Brasileira*, n. 6, v. 7, São Paulo, p. 418-428, 2006.

12. Cf. BASTIDE, Roger. Introduction. In: ASSIS, op. cit., 1955.

interpretações desses intermediários nem tão anônimos assim da literatura traduzida na ocasião.

Por si só, tais aspectos servem para compreender o potencial agregador que *Quincas Borba* possuía, a despeito da distância que separava a sua aparição original – primeiro como folhetim, na revista *A Estação*, a partir de 1886, seguido da edição pela Garnier, em 1891 – e o cenário do pós-Segunda Guerra Mundial. À época de seu lançamento em Paris, no ano de 1955, portanto, o romance se encontrava em sua sétima edição em língua portuguesa e, no exterior, o livro já tinha sido traduzido para o italiano (pela casa Alberto Corticelli Editore, de Milão, em 1930), o espanhol (pela Emecê, de Buenos Aires, em 1947) e o inglês (pela W. H. Allen, de Londres; e pela Nooday Press, de Nova York, ambas surgidas em 1954).¹³

Seja como for, convém considerar – para fecharmos essa terceira e última parte do plano expositivo deste capítulo – que, nos instantes finais de sua estadia no Brasil, Roger Bastide se aproximou de Gilberto Freyre, do qual seria o tradutor de *Casa-grande & senzala* para a editora Gallimard, com texto publicado três anos antes do surgimento de *Quincas Borba* em francês, pois saiu em 1952, impresso como *Maîtres et esclaves* e prefaciado por Lucien Febvre (1878-1956).¹⁴ Tal livro se insere no mesmo cenário aqui debatido e, no conjunto da obra freyriana, mostrava, entre outros aspectos, a mesma interpretação da decadência do patriarcado brasileiro no qual Bastide viria a alocar a vida e a obra de Machado de Assis. Isso revela, portanto, a centralidade de uma referência oriunda da periferia dos sistemas literário e científico, mas já relativamente internacionalizada como argumento de autoridade para explicar o Brasil no exterior.

Logo, a chave-interpretativa em apreço servia para analisar e apresentar outro autor latino-americano ao público europeu, em geral, e francês, em particular, de modo que *Quincas Borba* chegava a Paris in-

13. CATÁLOGO da *Exposição Comemorativa do Sexagésimo Aniversário do Falecimento de Joaquim Maria Machado de Assis (29-IX-1908 – 29-IX-1968)*. Biblioteca Nacional (BN), Divisão de Publicações e Divulgação, Rio de Janeiro, 1968, p. 21-22. No conjunto dos romances machadianos até o aparecimento de *Quincas Borba* em francês, no ano de 1955, o *status* difusor deste romance seguia a média dos outros livros em termos de edições.

14. Cf. FREYRE, Gilberto. *Maîtres et esclaves* (Collection « La Croix du Sud », v. 4). Paris: Gallimard, 1952.

mediado pela leitura de Bastide que o avaliou sob a ótica de Freyre. O título, como se observou, fez parte de um projeto editorial debatido pela Unesco, a partir de 1948, para fomentar a tolerância e a paz entre os povos. Sua proposta buscou divulgar alteridades por meio das chamadas belas-letras de todo o mundo, embora eu tenha me concentrado aqui em um exemplo de livro oriundo da quadra *Ibéro-Américaine*.¹⁵

No domínio em tela, aliás – e esse é o ponto –, o que se verifica é um paulatino desenvolvimento de outras hegemonias, pois, face às relações assimétricas antes mencionadas, iniciaram-se disputas também nas periferias literárias, redundando na imposição mais acentuada de referências vindas do Brasil, que dominou a série. Com efeito, o problema anunciado, mesmo que não intencionalmente presente na correspondência de Pilar del Río e José Saramago a Zélia Gatai e Jorge Amado, ecoa sobre as questões que aqui interessam, a começar pela seguinte: como se estruturaram as configurações de trocas letradas (geracionais, editoriais, institucionais) nas quais se engendram os processos de concepção, produção, circulação, recepção e consagração literária? Quais papéis tiveram os agentes e as instituições implicados no programa de tradução da Unesco? De que forma se pode avaliar o peso desse organismo na consolidação dos marcos jurídicos ligados às noções de propriedade intelectual? O catálogo formado endossou interpretações e entendimentos prévios ou inaugurou novos? Enfim, são muitas as perguntas que têm norteado este capítulo e investigação que prossegue.¹⁶

Como se viu, portanto, as desigualdades aqui abordadas em termos numéricos descortinam assimetrias que afetam não apenas os países do Norte em relação aos do Sul global, provocando enormes abismos nos processos de circulação entre eles no tocante a traduções para idiomas de

15. Cf. FURTADO, André. *Credo ut Intelligam*: os escritores Ibero-Americanos nas vitrines do *Greenwich* literário pós-1945. In: VENANCIO, Giselle Martins; TAVARES, Mariana Rodrigues; GONÇALVES, Roberta Ferreira (orgs.). *Tessituras históricas*. Curitiba: Appris, 2020. Neste estudo tive a oportunidade de abordar a fundação e as primeiras Conferências Gerais da *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (Unesco) voltadas aos temas da literatura na caótica cena do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O texto enfatizou os debates responsáveis por criar a coleção *Ceuvres Représentatives* e, em seu interior, a série *Ibéro-Américaine*.

16. Uma das referências basilares e que marca todo este capítulo é, entre outros trabalhos da mesma autoria: CHARTIER, Roger. *Editar e traduzir*: mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Unesp, 2022.

maior veiculação, mas atingem, também e especialmente, as próprias periferias dos sistemas literários, provocando outros desequilíbrios. Nestes espaços, germinam novas posições centrais que, além das violências inerentes às práticas letradas tradutológicas, impõem-se de forma hegemônica. Assim, o empenho desta pesquisa visou avaliar as configurações daquilo que, na falta de uma expressão melhor, tenho intitulado de *Imperialismo periférico*, para demarcar a posição brasileira que rompeu o cerco da língua portuguesa e avançou sobre o idioma francês, sobretudo no pós-1945, de forma majoritária, entre os títulos da série Ibero-Americana da coleção de *Obras Representativas* da Unesco.¹⁷

Proponho, desse modo, que comecemos a refletir sobre uma *Geopolítica literária* que atente não só às trocas intelectuais no âmbito da circulação internacional de ideias, particularmente em matéria de tradução e entre línguas consideradas centrais, mas igualmente tendo em conta as disputas que se desenrolam nas margens dos sistemas não canonizados globalmente. Isso porque, conforme aponte no início deste capítulo, não bastava existir e se expressar em idiomas integrantes do panteão trans-territorial, como é o caso do espanhol, presente desde o princípio entre os agraciados com o Prêmio Nobel. Afinal, mesmo para esses casos, nas palavras do próprio imortalizado Octavio Paz, o “negócio” se passa(va) mais ou menos assim: “para que uma obra [fosse] considerada entre nós, deveria contar antes com a bênção de Londres, Nova York ou Paris”.¹⁸ Tais cidades, verdadeiros *Greenwichs das letras*, seguramente, ao contrário de Brasil e Portugal, acham-se nos mapas da Academia Sueca.

17. Cf. HUERTA, Mona *apud* GUERRERO, Gustavo. La Croix du Sud (1945-1970): génesis y contextos de la primera colección francesa de literatura latino-americana. In: MÜLLER, Gesine; LOCANE, Jorge; LOY, Benjamin (dirs.). *Re-mapping world literature: writing, book markets and epistemologies between Latin America and the Global South*. Berlin / Boston: De Gruyter, 2018. Isso gerou um *latinoamericanismo francês*, segundo expressão proposta por Mona Huerta para se referir à rede de institutos sobre ou da América Latina na França cujas missões consistiam, entre outras tarefas, coletar informações destinadas a desenvolver pesquisas em Ciências Sociais e Humanas nessa área de interesse. Alguns de seus fios se estenderam ao Chile (1947), ao Peru (1948) – mantendo relações com a *Maison de l'Amérique Latine*, inaugurada exatamente no ano de 1945 em Paris –, à *Union Latine* (1954) e ao *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* – Iheal (1954) na Sorbonne Nouvelle, juntando-se às organizações já existentes, a exemplo da *Chambre de Commerce Latino-Américaine* (1929) etc.

18. PAZ Octavio *apud* RETAMAR, Roberto Fernández. Intercomunicação e nova literatura. In: MORENO, César Fernández (coord.). *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 334.

Referências

Capítulo 1 - Giselle Martins Venancio

ACTES de la deuxième session de la Conférence générale de l'Unesco (Mexico, 1947). Résolutions, p. 29, Résolution 5.7, "Histoire de la science et de la civilisation". *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (Unesco).

ALMEIDA, Miguel Ozório de. Rapport sur l'Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité, *Cahiers d'Histoire Mondiale*, Paris, v. I, n. 1, 1953, p. 962-998.

ALMEIDA, Miguel Ozório. Rapport sur l'histoire scientifique et culturelle de l'humanité, *Cahiers d'Histoire Mondiale*, Paris, v. 1, 1953-1954, p. 962-986.

BAGGIO, Kátia. Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre: ensaios e impressões de viagens. In: BEIRED, José Luís Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BELLOC, Chloé. La création du Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines: idéal et réalité d'un engagement scientifique et intellectuel, 1947-1955. *Relations internationales*, n. 130, p. 47-63, jui./déc. 2007.

CAHIERS *d'Histoire Mondiale* (sous la direction de Lucien Febvre), v. 1, n. I, juillet 1953, Paris, Librairie des Méridiens.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. Leopoldo Zea e o movimento latino-americano de História das idéias. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 267-282, jan./jun. 2010.

CAVALCANTI, Tito. Miguel Ozório de Almeida, 1890-1953, *Revista Brasileira de Biologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-24, abr. 1954.

CRAMER, Gisela; PRUTSCH, Ursula (eds.). *Américas Unidas! Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1940-1946)*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2012.

CROUZET, Dennis. Uma gramática dos signos da história (entrevista), *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 162-174, jan./jun. 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo: de acordo com a nova ortografia*. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2017.

CUTRONI, Anabella Abarzúa. Los intersticios de poder de América Latina en la Unesco (1945-1984). *Horizontes Sociológicos*, Buenos Aires, Ano 4, n. 8, p. 34-53, jul./dic. 2016.

DICIO. Dicionário online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; PETITJEAN, Patrick. Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950). In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz / Unesco, 2004.

FONSECA, Maria Rachel Fróes; MAIO, Marcos Chor. Miguel Ozório de Almeida e o projeto de uma “história científica e cultural da humanidade”. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 459-68, maio./ago. 2004.

FUNDO Paulo Carneiro / Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz). Correspondências. Carta de Miguel Ozório de Almeida para Paulo Berredo Carneiro, 12 de março de 1951.

FUNDO Paulo Carneiro / Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz). Correspondências. Carta de Ralph Turner para Paulo Berredo Carneiro, 7 de junho de 1951.

GRANDJEAN, Martin. A representative organization? Ibero-American Networks in the Committee on Intellectual Cooperation of the League of Nations (1922-1939). In: ROIG-SANZ, Diana; SUBIRANA, Jaume (orgs.). *Cultural Organizations, Networks and Mediators in Contemporary Ibero-America*. Nova York: Routledge, 2020.

HUXLEY, Julian. Memorandum on the Report of Professor Ozório de Almeida on the Scientific and Cultural History of mankind, *SCHM* 8, 2.31 (2), jul. 1949, Unesco.

HUXLEY, Julian. *Unesco: its purpose and philosophy*. Paris: Unesco, 1946.

MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Iuperj, Rio de Janeiro, 1997.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6 (suplemento), p. 975-1017, 2000.

MAIO, Marcos Chor. Demandas globais, respostas locais: a experiência da Unesco na periferia no pós-guerra (1946-1952). In: _____ (org.). *Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz / Unesco, 2004.

MASTRONARDI, Severo. *Un laboratoire pour l'étude des régimes d'historicité*. Histoire et développement à l'Unesco (1945-1980). Thèse (Doctorat en Histoire). École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris, 2019.

NASCIMENTO, Juliana Assis. *Uma só humanidade: um estudo dos princípios norteadores das agências internacionais de cooperação inte-*

lectual e cultural na primeira metade do século XX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2023.

OLIVEIRA, Francini. O legado de Leopoldo Zea para a América Latina: uma nota. *Sociologia latino-americana II: desenvolvimento e atualidade*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 6-9, dez. 2015.

PANI, Erika. Silvio Zavala y la historia de America. Un juego de escalas. *Revista de Historia de América*, Ciudad de México, n. 155, p. 177-189, jul./dec. 2018.

PELOSI, Hebe Carmen. *La coyuntura enciclopédica en el período entre-guerras*. El modelo Febvre. Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Santa María de los Buenos Aires (UCA), 2002.

RAPPPORT de M. Lucien Febvre devant le Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines en mai 1949, *Cahiers d'Histoire Mondiale*, Paris, v. I, n. 4, 1954.

RENOLIET, Jean-Jacques. L'Unesco oubliée: La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946). Nouvelle édition. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1981. Disponível em: <[http://books. Openedition.org/psorbonne/46863](http://books.Openedition.org/psorbonne/46863)>.

ROIG-SANZ, Diana; SUBIRANA, Jaume (orgs.). *Cultural Organizations, Networks and Mediators in Contemporary Ibero-America*. Nova York: Routledge, 2020.

SANZ, Nuria; TEJADA, Carlos. *México y la Unesco. La Unesco y México: Historia de una relación*. Unesco: Oficinas en México, 2006.

SÉRIE: Correspondência. Carta de Mário Guimarães a Sérgio, felicitando-o pelo fato de ter sido indicado como membro correspondente dessa mesma comissão, aprovada pela 6ª Conferência Geral da Unesco. Rio de Janeiro, 31 jul. 1951. 2p. Cp 105 P7. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). Sistemas de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-Unicamp).

SÉRIE: Correspondência. Carta em francês de Jaime Torres Bodet, diretor-geral da Unesco, enviada a Sérgio Buarque, convidando o historiador brasileiro para que fosse membro correspondente da Comissão Internacional encarregada de elaborar uma obra sobre a história do desenvolvimento científico e cultural da humanidade. Paris, 27 ago. 1951. 1p. Cp 107 P7. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). Sistemas de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-Unicamp).

SORÁ, Gustavo. *Editar desde la izquierda en América Latina: la agitada historia del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

SOUZA, Letícia Pumar Alves de. *A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953)*. Tese (Doutorado em História). Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

Capítulo 2 - Juliana Assis Nascimento

710 Conference (W & PW / 2-245) [Document 62] *Memorandum by Mr. William Sanders, a Technical Officer of the Delegation – p.*

BOHAN, Merwin. Memorandum of Conversation, by Mr. Merwin L. Bohan, a Technical Officer of the Delegation in The Inter-American Conference on problems of war and peace, Mexico City, 29 jan. 1945, p. 161. In: UNITED States. *Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, 1945. Volume IX: The American Republics*. File: 710 Conference (W and PW / 1-2945, Document 61.

CLAVIN, Patricia. *Securing the world economy: the reinvention of the League of Nations, 1920-1946*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CONFERENCE for the establishment of the Unesco, 1st to the 16th November, 1945, Institute of Civil Engineers, London. Records of the Conference. p. 37ECO/CONF./29.

COOPER, Frederick. *Décolonisation et travail en Afrique: 1935-1960*. Karthala: Paris, 2004.

CUTRONI, Anabella Abarzúa. Los intersticios de poder de América Latina en la Unesco (1945-1984). *Horizontes Sociológicos*, Buenos Aires, Ano 4, n. 8, p. 34-53, jul./dic. 2016.

DASTON, Lorraine. The history of science and the history of knowledge. *KNOW: a Journal on the Formation of Knowledge*, Chicago, v. 1, n. 1, p. 131-154, spring 2017.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; PETITJEAN, Patrick. International Science, Brazil and Diplomacy in Unesco (1946-50). *Science, Technology, and Society*, Oxford / New Delhi, v. 9, n. 1, p. 29-50, jan./jun. 2004.

DU BOIS, William. Liberia, the league and the United States. *Foreign affairs*, v. 11, n. 4, p. 682-695, 1933.

DUMONT, Juliette. A América Latina na Sociedade das Nações: reflexões a partir do caso argentino, brasileiro e chileno. *Revista Escrita da História*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 143-175, jul./dez. 2016.

ELZINGA, Aant. A Unesco e a política de cooperação internacional no campo da Ciência. In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz / Unesco, 2004.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

GARCÍA, Magaly Rodríguez; RODOGNO, Davide; KOZMA, Liat. *The League of Nations' work on social issues: visions, endeavours and experiments*. United Nations: Geneva, 2016.

GHÉBALI, Victor-Yves. Aux origines de l'Ecosoc – l'évolution des commissions et organisations techniques de la Société des Nations. *Annuaire français de droit international*, v. 18, n. 1, p. 469-511, 1972.

GOODY, Jack. *The theft of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HODGE, Joseph. *Triumph of the Expert: agrarian doctrines of development and the legacies of British Colonialism*. Athens: Ohio University Press, 2007.

LA UNESCO fija em Montevideo su Oficina de cooperación científica. *El Correo de la Unesco*, Paris, v. 1, n. 9, p. 1-6, oct. 1948, p. 1. *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (Unesco).

LEAGUE of Nations. *Double Taxation and Fiscal Evasion, Report by Dr. Salvador Oría*. File: R368/10/51548/15697.

LEAGUE of Nations. *Investigation in Venezuela – Request from the Venezuelan Government*, January 31, 1936. File: R4607/10C/22209/22209; LEAGUE of Nations. *Financial Enquiry in Bolivia – Request from the Bolivian Government*, June 10th, 1939. File: R4623/10C/38357/38357.

LEAGUE of Nations. *Journal of the Monetary and Economic Conference*, London, 1933. File: Correspondence concerning the Proceedings and Minutes of the Conference, 1933-1934. Reference Code: R4639-10D-6544-5233.

LEAGUE of Nations. *The Covenant of the League of Nations*. Versailles, 1919.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6 (suplemento), p. 975-1017, 2000.

MATASCI, Damiano; DESGRANDCHAMPS, Marie-Luce. Civiliser, développer, aider: croiser l'histoire du colonialisme, du développement et de l'humanitaire. *Histoire Politique. Revue du Centre d'Histoire de Sciences Po*, n. 41, set. 2021.

MCPHERSON, Alan; WEHRLI, Yannick (eds.). *Beyond geopolitics: new histories of Latin America at the League of Nations*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2015.

NASCIMENTO, Juliana Assis. *Uma só humanidade: um estudo dos princípios norteadores das agências internacionais de cooperação intelectual e cultural na primeira metade do século XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2023.

NEEDHAM, Joseph. *The Place of Science and International Scientific Cooperation in Post-War World Organization*, Chungking, 1945. Unesco. File: CAME BOX 3 FILE 1.3 BIS; Book 2020-02-05 14.45.18.

OSSENBACH, Gabriela; BOOM, Alberto Martínez. Itineraries of the discourses on development and education in Spain and Latin America (circa 1950-1970). *Paedagogica Historica*, v. 47, n. 5, p. 679-700, 2011.

OSTERHAMMEL, Jürgen. “Technical Co-operation” Between the League of Nations and China. *Modern Asian Studies*, v. 13, n. 4, p. 661-680, 1979.

PATERSON, Thomas. Foreign aid under wraps: the point four program. *The Wisconsin Magazine of History*, Winconsin, v. 56, n. 2, p. 119-126, 1972.

PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. [1949]. Brasília: CEPAL, 2000.

PREBISCH, Raul. Raul Prebisch on ECLAC’s achievements and deficiencies: an unpublished interview. [Entrevista concedida a] POLLOCK, David; KERNER, Daniel; LOVE, Joseph. *CEPAL Review*, n. 75, p. 9-22, dec. 2001.

ROMÁN, José Antonio Sánchez. From the Tigris to the Amazon: peripheral expertise, impossible cooperation and economic multilateralism at the League of Nations, 1920-1946. In: JACKSON, Simon; O’MALLEY, Alanna (eds.). *The Institution of International Order*. London / New York: Routledge, 2018.

RUSSELL, William Fletcher. The Report of the Mission of the League of Nations on Education in China – a review. *Teachers College Record*, n. 34, v. 6, p. 1-6, mar. 1933.

THE UNITED Nations Conference on International Organization, Verbatim minutes. New York: United Nations Information Organizations & The Library of Congress, 1945.

UNESCO General Conference. First Session from 20 november to 10 december 1946. Paris: Unesco, 1947, p. 274. *Archives de l'Unesco*.

UNESCO. *Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. London, 1945. *Archives de l'Unesco*.

UNESCO. Organisation d'une lutte contre l'analphabétisme – proposition soumise par la délégation mexicaine, abr. 1946, p.1. Commission préparatoire. File: Unesco / COM. PREP./24. *Archives de l'Unesco*.

UNESCO. Preparatory Commission – Social Questions. Economic and Social Council (U.N.C.) Appendix A: Subjects with which social policy is concerned. Paris, 1946. File: 19/1/176. *Archives de l'Unesco*.

UNESCO. Report presented by the International Commission for the International Hylean Amazon Institute. Paris, 1947. Document code: 2 C/18. Catalog Number: 0000222029. *Archives de l'Unesco*.

UNITED States. President (1933-1945: Franklin D. Roosevelt), *Address before a Joint Session of the National Congress and the Supreme Court of Brazil at Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1936. The American Presidency Project.

UNITED States. President (1945-1953: Harry S. Truman), *Inaugural Address*, Washington, 20 jan. 1949 jan. Western Standard Publishing Company, 1999.

WHITEHEAD, Alfred North. *Science and the modern world*. New York: New American Library, 1925; KOYRÉ, Alexandre. *Études galiléennes*. Paris: Éditions Hermann, 1939.

ZANASI Margherita. Exporting Development: The League of Nations and Republican China. *Comparative Studies in Society and History*, n. 49, v. 1, p. 143-169, 2007.

ZIMMERN, Alfred. *The League of Nations and the rule of law, 1918-1935* (1936). London: Macmillan and Co., 1939.

Capítulo 3 - Valério Rosa de Negreiros

ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 48, v. 1, p. 1-37, jun. 2005.

CARTA de Phillipps a Adiseshiah, 5 de dezembro de 1953. *Archives de l'Unesco*.

COMENTÁRIOS ao Projeto CEPAL. De Dr. L. Días Gonzalez para Dr. E. Franklin Frazier, Sra. Alva Myrdal. Unesco, Paris, 12 de fevereiro de 1953. *Archives de l'Unesco*.

CORRESPONDÊNCIA de Alva Mirdal a Alberto Arca-Parró. Box: 325:008 (81) a 187. *Archives de l'Unesco*.

CULLATHER, Nick. Research note: development it's history. *Diplomatic History*, Oxford, v. 24, n. 4, p. 641-653, oct. 2000.

CULTURAL Assimilation of Imigrants in Brazil. Box 325:008 (81) a 187. Unesco. *Archives de l'Unesco*.

DRAFT proposal for an ECLA/TAA Economic Development – Migration Project. ECLA, Santiago, 21 april 1952. In: *Economic Development & Migration Survey in Brazil*. Box 330.19: 325 (81) a 52. Unesco/ECLA/TAA. *Archives de l'Unesco*.

ECONOMIC Development & Migration Survey in Brazil. Box 330.19: 325 (81) a 52. Unesco/ECLA/TAA. *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (Unesco).

FRAZIER, Franklin to Alva Myrdal copy to Mr. L. Dias Gonzalez, Unesco, 12 fevereiro de 1953. Coments on the ECLA Project. *Archives de l'Unesco*.

LETTRE a René Maheu (Président du Comité des Publications). De: Jean Chevalier. Objet: Recomendations du Comité de Lecture sur le chapitre de M. Emílio Willems concernant “La contribution positive des immigrants au Brésil”. Paris, 8 juin 1954. *Cultural Assimilation of Imigrants in Brazil*. Box 325:008 (81) a 187. *Archives de l'Unesco*.

LORIMER, Frank. *Culture and human fertility*. Paris: Unesco, 1954.

Nº 10. UNESCO, Centro Regional en el hemisfério occidental. Au Directeur du Département des Sciences Sociales, Paris De Kurt J. R. Forcart, La Havane. Objet: Mission au Brésil. Havana, 19 mai 1953. *Archives de l'Unesco*.

PAPADOPOULOS, Ioannis. A política migratória do Brasil e os esforços dos Estados Unidos para integrar os países da América do Sul no Mundo Ocidental (1950-1960). In: *Anais do V Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais: Democracia e Direitos Humanos: crises e conquistas*. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2019.

RESPOSTA da Unesco [Alva Myrdal, Diretora do Departamento de Ciências Sociais] aos questionamentos feitos pelo Sr. Arca-Parró, 05 de junho de 1953. *Archives de l'Unesco*.

TANIGUTI, Gustavo. O imigrante segundo as Ciências Sociais brasileiras, 1940-1960. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 20, n. 49, set./dez. 2018.

Capítulo 4 - Cristina Ferreira

AGENDA. Conference on the cultural integration of immigrants, Abril, 1956. *Archives de l'Unesco*.

ÁVILA, Fernando Bastos de; JÚNIOR, Manuel Diégues. *A draft manual on the cultural integration of immigrants*. Paris, 1959. *Archives de l'Unesco*.

BORRIE, Wilfrid David. Some theoretical concepts. In: BORRIE, Wilfrid David; ISAAC, J.; JÚNIOR, Manuel Diégues; NEIVA, A. H.; PRICE, C. A.; ZUBRZYCKI, J. (orgs.). *The cultural integration of immigrants: a survey based upon the papers and proceedings of the Unesco Conference held in Havana, April 1956*. Paris: Unesco, 1959. *Archives de l'Unesco*.

BOURDIEU, Pierre. Preface. In: SAYAD, Abdelmalek. *The Suffering of the Immigrant*. Cambridge: Polity, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, op. cit., 1998.

CONFERENCE on the Cultural Integration of Immigrants. In: *Summary Minutes of the Fourteenth Meeting*. Cincinnati, Ohio: Unesco, 1955. *Archives de l'Unesco*.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Introdução: ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: _____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. O conceito de configuração. In: _____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

GLASS, David. Introduction. In: *L'assimilation culturelle des immigrants*. Paris: Institut National d'Études Démographiques (INED) / Unesco, 1950. *Archives de l'Unesco*.

MÖSSLINGER, Martina. Assimilation and Integration Discourses in the Social Sciences (1945-1962). Tese (Doutorado em Filosofia). Universität Wien – UW, Viena, 2016.

PREFACE. In: BORRIE, Wilfrid David; ISAAC, J.; JÚNIOR, Manuel Diégues; NEIVA, A. H.; PRICE, C. A.; ZUBRZYCKI, J. (orgs.). *The cultural integration of immigrants: a survey based upon the papers and proc-*

cedings of the Unesco Conference held in Havana, April 1956. Paris: Unesco, 1959. *Archives de l'Unesco*.

PROPOSED Arrangements and Agenda (Unesco/SS/522.826). In: *Conference on the Cultural Integration of Immigrants*, 18 mar. 1955. *Archives de l'Unesco*.

RUSEISHVILI, Svetlana. Fronteira desterritorializada, inclusão diferencial e Estado-nação: a Comissão brasileira de seleção de refugiados da Segunda Guerra Mundial. *REMHU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 28, n. 60, p. 127-150, dez. 2020.

SAPIRO, Gisèle. The transnational literary field between (inter)-nationalism and cosmopolitanism. *Journal of World Literature*, Leiden, n. 5, p. 481-504, 2020.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
Sociologias, Porto Alegre, Ano 20, n. 49, p. 142-196, set./dez. 2018.

TANIGUTI, Gustavo. O imigrante segundo as Ciências Sociais brasileiras, 1940-1960.

UNESCO. *Records of the General Conference. Eighth Session. Montevideo 1954: resolutions*. Paris: Unesco, 1955. *Archives de l'Unesco*.

UNITED Nations. *Proceedings of the World Population Conference: summary report*. New York: United Nations Publication, 1955.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolítica y Geocultura: ensayos sobre el moderno sistema mundial*. Barcelona: Editorial Kairós, 2007.

Capítulo 5 - Loreнна Ribeiro Zem El-Dine

BARBOSA, Cibele. *Escrita histórica e geopolítica da raça: a recepção de Gilberto Freyre na França*. São Paulo: Global Editora / Fundação Gilberto Freyre, 2023.

BASHFORD, Alison. Internationalism, cosmopolitanism, and eugenics. In: _____; LEVINE, Philippa (eds.). *The Oxford Handbooks of The History of Eugenics*. New York: Oxford University Press, 2012.

BERLIVET, Luc André. A laboratory for latin eugenics: the Italian Committee for the study of Population Problems and the international circulation of eugenic knowledge, 1920s-1940s. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23 (suplemento), p. 51-72, dez. 2016.

CABELLO, Felipe. El gran europeo Georg Friedrich Nicolai: médico y pacifista. Berlín, Alemania, 1974 – Santiago, Chile, 1964. *Revista médica de Chile*, Santiago, v. 141, n. 4, p. 517-524, 2013.

EDITORIAL. In.: NICOLAI, Georg Friedrich. *La eugenesia como gloriosa culminación de la medicina*. Buenos Aires: Editorial SAC, 1957.

GIL-RIÑÓ, Sebastián; WALSH, Sara. Introduction: Race science in the Latin world. *History of Science*, [s.l.], v. 60, n. 1, p. 4-17, 2022.

MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 375-413, 1998.

MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre o Projeto Unesco. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, maio 1999.

MERKEL, Ian. *Termos de troca: intelectuais brasileiros e as Ciências Sociais francesas*. São Paulo: Edusp, 2023.

MIRANDA, Marisa. La eugenesia tardía en Argentina y su estereotipo de familia, segunda mitad del siglo XX. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 25 (suplemento), p. 33-50, ago. 2018.

MOLINA, Yannelys Aparicio. El lugar de Vasconcelos en el pensamiento utópico americano. In.: _____. (ed.). *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana*: Argentina y Brasil. Madrid: Editorial Verbum, 2021.

MORAGA-VALLE, Fabio. Educación, exilio y diplomacia: Vasconcelos, Mistral, Torres Bodet y la proyección internacional de sus ideas educa-

tivas, 1921-1964. *Revista de historia de América*, Ciudad de México, n. 156, p. 61-94, jun. 2019.

SANTOS, Ricardo Ventura. Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz / CCBB, 1996.

SANZ, Nuria; TEJADA, Carlos. *Mexico y la Unesco. La Unesco y Mexico: Historia de una relación*. Unesco: Oficinas en Mexico, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. “*A hora da eugenia*”: raça, gênero e nação na América Latina [1991]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TENÓRIO-TRILLO, Mauricio. *Mexico at the world's fairs: crafting a modern nation*. Berkeley: University of California Press, 1996. Nicolai não é citado por Vasconcelos no prólogo de 1948.

TURDA, Marius. Unity in diversity: latin eugenic narrative in Europe, c. 1910s-1930s. *Contemporanea*, [s.l.], v. 1, 2017.

TURDA, Marius. Legacies of eugenics: confronting the past, forging a future. *Ethnic and Racial Studies*, [s.l.], v. 45, n. 13, p. 2470-2477, 2022.

VASCONCELOS, José. *Indología: una interpretación de la cultura iberoamericana*. 2.ed. Barcelona: Agencia Mundial de Librería, s.d. [1926].

VASCONCELOS, José. *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana*. Argentina y Brasil [1925]. Buenos Aires / Ciudad de México: Espasa / Calpe Argentina S. A., 1948.

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Mestiça cientificidade: três leitores franceses de Gilberto Freyre e a sua máxima consagração no exterior*. Niterói: Eduff, 2020.

VENANCIO, Giselle Martins. Questões latino-americanas em debates na Unesco: ensaio de reflexões sobre a unidade de um espaço fragmentário. In: ACRUCHE, Hevelly; SILVA, Bruno (orgs.). *Continente subversivo: história e historiografia das Américas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

WEGNER, Robert. « Eugénisme latin », une construction de l'historiographie anglo-saxonne. In: TABET, Xavier; MARTINEZ, Françoise; PELOILLE, Manuelle (éds.). *Fabriques latines de l'eugénisme (1850-1930)*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2024.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Eugenia e biopolítica ontem e hoje: debates sobre racismo, exclusão social e gestão da vida em tempos de pandemia. In: MOTA, André; MACHIN, Rosana (orgs.). *Corpos, eugenia e biotecnologias em perspectiva sócio-histórica*. São Paulo, Hucitec, 2024.

WEGNER, Robert. *Eugenia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025.

Capítulo 6 - Gustavo de Andrade Durão

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BURKE, Peter. Posfácio – Gilberto Freyre e a teoria Pós-colonial: um diálogo de surdos. In: CARDÃO, Marcos; CASTELO, Claudia (orgs.). *Gilberto Freyre: novas leituras do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2015.

CASTELO, Claudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Editora Afrontamento, 2011.

COSTA E SILVA, Alberto da. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

DAFLON, Verônica Toste Daflon. Mestiçagem (verbetes). In: SANSONE, Livio; FURTADO, Claudio Alves (orgs.). *Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.

DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1972.

DIMAS, Antônio. A mística de Paris. In: VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Mestiça cientificidade: três leitores franceses de Freyre e sua máxima consagração no exterior*. Niterói: Eduff, 2021.

DURÃO, Gustavo de Andrade. Lusotropicalidade no “mundo português”: olhares cruzados acerca de Gilberto Freyre na História Colonial Lusitana. *Intellectus*, Rio de Janeiro, Ano XXI, n. 1, p. 16-36, jan./jun. 2022.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre de A a Z*. Rio de Janeiro: Zé Mário Editor / Fundação Biblioteca Nacional (FBN), 2002.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. São Paulo: É Realizações Editora, 2010.

GATES JR, Henry Gates. *Os negros na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GONZALEZ, Lelia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). *Lélia Gonzalez: por um feminismo AfroLatinoAmericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. *Absurdos e milagres: um estudo sobre a política externa do lusotropicalismo (1930-1960)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MAIO, Marco Chor. Tempo controverso – Gilberto Freyre e o projeto Unesco. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 111-136, maio. 1999.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 48-61, mar./maio. 2000.

MELO, Alfredo. Hibridismos (In)domáveis: possíveis contribuições da obra de Gilberto Freyre para uma teoria pós-colonial lusófona. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 51, n. 1, p. 68-92, 2014.

NETO, Sérgio. *Colónia mártir, colónia modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2009.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia; BURKE, Peter. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Ed.Unesp, 2009.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). *História*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). *Lélia Gonzalez: por um feminismo AfroLatinoAmericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANSONE, Livio; FURTADO, Claudio Alves (orgs.). *Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Fernanda Barros. A temática racial no debate internacional e a conceituação do termo estabelecida pela Unesco na década de 1950. *Revista Thema*, Pelotas, v. 10, n. 91, p. 62-75, jan./jun. 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de papel. Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed.Unicamp, 2007.

VILLON, Vitor. *O mundo português que Gilberto Freyre criou: seguido de diálogos com Edson Nery da Fonseca*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

Capítulo 7 - Felipe Cazetta

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

AZEVEDO, Thales de. Bahia: la grande métropole noire. *Le Courrier*, Paris, v. V, n. 8-9, août./sep. 1952.

BASTIDE, Roger. São Paulo: la cité tentaculaire. *Le Courrier*, Paris, v. V, n. 8-9, août./sep. 1952.

CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 35-58, jul./dez. 2003.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

DAVIDSON, Basil. La Lutte pour l'Indépendance em Afrique « Portugaise ». *Le Crourier*, Paris, nov. 1973.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *Le colonialisme portugais en Afrique: la fin de une ère – les effets du colonialisme portugais sur l'éducation, la Science, la culture et l'information*. Paris: Les Presses de l'Unesco, 1974.

FERRO, Antonio. Salazar: o homem e sua obra – III. A ditadura e o seu contacto com a nação. *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano 88, n. 24.028, quarta-feira, 21 dez. 1932.

FREYRE, Gilberto. Le rôle des noirs dans la civilisation brésilienne. *Le Courrier*, Paris, v. V, n. 8-9, août./sep. 1952.

FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos Trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1971.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. 7.ed. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre*: uma biografia cultural – a formação intelectual de um brasileiro (1900-1936). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAIO, Marcos Chor. Gilberto Freyre and the Unesco research project on race relations in Brazil. In: ANDERSON, Warwick; ROQUE, Ricardo; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Luso-tropicalism and Its discontents*: the making and unmaking of racial exceptionalism. New York: Berghahn Books, 2019.

MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 111-136, maio. 1999.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar*: biografia definitiva. São Paulo: Leya, 2011.

MÉTRAUX, Alfred. Une enquête sur les relations raciales du Brésil. *Le Courrier*, Paris, v. V, n. 8-9, août./sep. 1952.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PALLARES-Burke, Maria Lúcia; BURKE, Peter. *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Ed.Unesp, 2009.

PEREIRA, Fabiana Gama. As influências hispânicas no conceito de regionalismo desenvolvido por Gilberto Freyre. In: BARRIO, Angel Baldomero Espina; LIMA, Mario Hélio Gomes de; VELASCO, Pablo Gonzalez (orgs.). *Ibero tropicalismo: anais do congresso internacional de Ciências Sociais e Humanas realizadas na Universidade de Salamanca em comemoração dos 120 anos de nascimento de Gilberto Freyre*. Pernambuco: Editora Massangana, 2022.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e lusotropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 75-93, dez. 2012.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo, Lusotropicalismo e Brasil-centrismo na obra de Gilberto Freyre do pós-guerra (1953-1961). In: BARRIO, Angel Baldomero Espina; LIMA, Mario Hélio Gomes de; VELASCO, Pablo Gonzalez (orgs.). *Ibero tropicalismo: anais do congresso internacional de Ciências Sociais e Humanas realizadas na Universidade de Salamanca em comemoração dos 120 anos de nascimento de Gilberto Freyre*. Pernambuco: Editora Massangana, 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. *Como não fazer um golpe de Estado no Brasil*. Recife: EdUPE, 2023.

Capítulo 8 - Marco Antônio Machado Lima Pereira

ABARZÚA CUTRONI, Anabella. Los interstícios de poder de América Latina en la Unesco (1945-1984). *Horizontes Sociológicos*, Buenos Aires, n. 8, 2016.

CASANOVA RUÍZ, Julián. Europa en guerra: 1914-1945. *Ayer*, Madrid, n. 55, 2004.

COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: Universitat de València, 2007.

FURTADO, André. *Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado*. Niterói: Eduff, 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

MARTINS, Wilson. *Introdução à democracia brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1951.

MAUREL, Chloé. *L'Unesco de 1945 a 1974*. Thèse (Doctorat en Histoire). Université Paris I – Panthéon-Sorbonne, Paris, 2005.

MAZOWER, Mark. *O continente das trevas: a Europa no século XX*. Lisboa: Edições 70, 2018.

McKEON, Richard (ed.). *Democracy in a world of tensions*. A Symposium prepared by Unesco. Paris: Unesco 1951. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133513>>.

NICODEMO, Thiago; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão; PEREIRA, Matheus Henrique de Faria (orgs.). *Uma introdução à história da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

OLIVEIRA, Márcio. O “Brasil diferente” de Wilson Martins. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WILLIAM, Raymond. *Palabras clave*: un vocabulário de la cultura y la sociedad. Buenos Aires: Nueva Edición, 2003.

Capítulo 9 - Anna Carolina de Abreu Coelho

AMARAL FILHO, Otacílio. *Marca Amazônia*: uma promessa publicitária para a fidelização dos consumidores nos marcadores globais. Tese (Doutorado Interdisciplinar). Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2008.

ARAGÓN, Luis. Migrações internacionais contemporâneas na Pan-Amazônia: avanços e desafios de pesquisa. *RELEA*, v. 2, n. 1, P. 96-116, 2017.

BIOCCA, Ettore. Stradelli e o mito do Jurupari. In: RAPONI, Livia (org.). *A única vida possível*: itinerários de Ermanno Stradelli na Amazônia. São Paulo: Ed.Unesp, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, v. 145, p. 3-8, 2002.

CARNEIRO, Paulo Berrêdo. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*: razões e objetivos de sua criação. Rio de Janeiro: s. e., 1951.

COURRIER *de l'Unesco*, Paris, v. 1, n. 1, fev. 1948.

COURRIER *de l'Unesco*, Paris, v. 1, n. 3, avr. 1948.

COURRIER *de l'Unesco*, Paris, v. 1, n. 5, jui. 1948.

COURRIER *de l'Unesco*, Paris, v. 1, n. 6, juil. 1948.

COURRIER *de l'Unesco*, Paris, v. 1, n. 8, sep. 1948.

CRULS, Gastão. *Hiléia Amazônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. Heloísa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 5, n. 3, 2010.

ENCICLOPÉDIA Britannica. Disponível em: <britannica.com>.

GRUZINSKI, Serge. Local, global e colonial nos mundos da Monarquia católica. Aportes sobre o caso amazônico. *Revista de Estudos Amazônicos*, Belém, v. 2, n. 1, 2007.

LOURTEIG, Martin Cárdenas Hermosa (12 de novembre 1899 – 14 février 1973) – note biographique. *Journal d'agriculture traditionnelle et de botanique appliquée*, v. 21, n. 7-8-9, 1974.

MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva; MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p. 169-189, 2007.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do INPA. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, suplemento, p. 975-1017, 2000.

MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Viagens pelo Rio das Amazonas. *Estudos Ibero-americanos*, v. 38, p. 189-198, 2012.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2001.

NEW Mexico Museum of Space History. Disponível em: <<https://www.nmsapacemuseum.org/inductee/frank-j-malina/>>.

PÉREZ ARBELÁEZ, Enrique (1896-1972). Disponível em: <plants.jstor.org>.

PETITJEAN, Patrick; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol Domingues. A Redescoberta da Amazônia num Projeto da Unesco. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 265-292, 2000.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Manaus: Valer, 2021.

SALA VILA, Nuria. La expedición científica al río Huallaga (Perú, 1948) y la búsqueda de la cohesión social. *Estudios Sociales*, v. 57, n. 2, p. 185-207, 2019.

SARGES, Maria de Nazaré; PEREIRA, Rosa Cláudia Pereira. Photographia Findanza: um foco sobre Belém (XIX/XX). *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. 5, n. 2, p. 1-31, 2012.

SIDOU, Othon. *O Instituto Internacional da Hiléia*. Recife: Cambio, 1951.

TOMAINO, Bianca; VIEIRA, José Ribas. Lineu de Albuquerque Mello, 1901-1963. *Revista Jurídica*, n. 5, p. 139-142, 2011.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Elementos do maravilhoso na visão do Frei Gaspar de Carvajal sobre a fauna amazônica (séc. XVI). *Canoa do Tempo*, Belém, v. 3-4, n. 1, 2009-2010.

VERÍSSIMO, José. *A Amazônia: aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Brasil, 1892.

VUILLEUMIER, François. In Memoriam: William H. Phelps Jr. *The Auk*, v. 107, p. 181-183, 1990.

WAGLEY, Charles. Étude ethnologique d'une ville de l'Amazonie suivie de recommandations destinés à orienter les recherches ultérieures. Projet de l'Amazonie hyléenne de l'Unesco. Unesco/IIHA, 14 de novembre de 1949.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

Capítulo 10 - Lucas Cheibub

ALTAMIRANO, Carlos. *A invenção de nossa América: obsessões, narrativas e debates sobre a identidade da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2023.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 145, p. 3-8, 2002.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. literatura, espelho da América? *Remate de Males*, Campinas, 2012. DOI: 10.20396/remate.v0i0.8635995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635995>>.

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHARTIER, Roger. *La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur*. Paris, Gallimard, 2015.

FURTADO, André. *Credo ut Intelligam: os escritores Ibero-Americanos nas vitrines do Greenwich literário pós-1945*. In: VENANCIO, Giselle

Martins; TAVARES, Mariana Rodrigues; GONÇALVES, Roberta Ferreira (orgs.). *Tessituras históricas*. Curitiba: Appris, 2020.

FURTADO, André. *Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado*. Niterói: Eduff, 2022.

HEILBRON, Johan. Towards a Sociology of translation: book translation as a cultural world-system. *Acoustics, Speech, and Signal Processing Newsletter*, IEEE, nov. 1999.

RAPPORT Final. Conférence intergouvernementale sur les politiques culturelles en Amérique latine et dans les Caraïbes, Bogotá, 1978. CC/MD/39. *Archives de l'Unesco*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000032713_fre>.

SAPIRO, Gisèle; HEILBRON, Johan. La traduction comme vecteur des échanges culturels internationaux. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *Translatio: le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris: CNRS Édition, 2008.

SAPIRO, Gisèle. The transnational literary field between (inter)-nationalism and cosmopolitanism. *Journal of World Literature*, Brill, v. 5, n. 4, p. 481-504, 2020.

UNESCO. Folhas soltas, correspondências, rascunhos e demais documentos da *Association des Amis de Miguel Ángel Asturias* (AAMA) e da *Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caraïbes et Africaine du XX siècle*, Paris, 1974-1993, Archives de l'Unesco.

Capítulo 11 - André Furtado

ALL *Nobel Prizes in Literature*. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/lists/all-nobel-prizes-in-literature/all/>>.

AMADO, Jorge. *Com o mar por meio: uma amizade em cartas* / Jorge Amado e José Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ASSIS, Machado de. *Quelques contes*. Paris: Garnier, 1910.

ASSIS, Machado de. *Mémoires posthumes de Brás Cubas*. Paris: Garnier, 1911.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Paris: Nagel, 1955.

BASTIDE, Roger. Introduction. In: ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Paris: Nagel, 1955.

BASTIDE, Roger. Machado de Assis, paisagista [1940], *Teresa – Revista de Literatura Brasileira*, n. 6, v. 7, São Paulo, p. 418-428, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3.ed. Porto Alegre: Zouk, 2004.

CATÁLOGO da Exposição Comemorativa do Sexagésimo Aniversário do Falecimento de Joaquim Maria Machado de Assis (29-IX-1908 – 29-IX-1968). Biblioteca Nacional (BN), Divisão de Publicações e Divulgação, Rio de Janeiro, 1968.

CHARTIER, Roger. *Editar e traduzir: mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Unesp, 2022.

FREYRE, Gilberto. *Maîtres et esclaves* (Collection « La Croix du Sud », v. 4). Paris: Gallimard, 1952.

FURTADO, André. *Credo ut Intelligam: os escritores Ibero-Americanos nas vitrines do Greenwich literário pós-1945*. In: VENANCIO, Giselle Martins; TAVARES, Mariana Rodrigues; GONÇALVES, Roberta Ferreira (orgs.). *Tessituras históricas*. Curitiba: Appris, 2020.

FURTADO, André. Do bibliocausto nazista aos combates literários por traduções ou O que é um clássico no pós-Segunda Guerra Mundial? In: VENANCIO, Giselle Martins; LEONE, Caio; BARBOSA, Everton Vieira (orgs.). *Circuitos culturais: histórias*. Curitiba: Appris, 2022.

FURTADO, André. Série Ibéro-Américaine. VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André (orgs.). *Dicionário histórico-crítico do mundo letrado: Brasil, séculos XIX-XX*. Niterói: Eduff, 2024.

FURTADO, André. La biblioteca de bibliotecas o El papel de América Latina para definir la literatura clásica, entre la antigüedad y la identidad en el post-1945. In: MORA, Rogelio de la; FURTADO, André et. al. (orgs.). *América Latina en busca de la identidad: siglos XIX-XXI*. São Paulo / Catamarca: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Ipusp) / Fundación Janus / Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), 2025.

GUERRERO, Gustavo. La Croix du Sud (1945-1970): génesis y contextos de la primera colección francesa de literatura latino-americana. In: MÜLLER, Gesine; LOCANE, Jorge; LOY, Benjamin (dirs.). *Re-mapping world literature: writing, book markets and epistemologies between Latin America and the Global South*. Berlin / Boston: De Gruyter, 2018.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. São Paulo: Ed.Unesp, 2017.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras, 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

RETAMAR, Roberto Fernández. Intercomunicação e nova literatura. In: MORENO, César Fernández (coord.). *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

STAUT, Lea Mara Valesi. Machado de Assis na França, *Travessia*, Florianópolis, n. 16, 17, 18, p. 279-290, 1989.

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Mestiça científicidade: três leitores franceses de Gilberto Freyre e a sua máxima consagração no exterior*. Niterói: Eduff, 2020.

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Métisse Scientificté: Gilberto Freyre selon trois lecteurs français*. Aix-en-Provence: Le Poisson Volant Éditeur, 2022.

Sobre os autores / organizadores

André Furtado é Graduado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Doutor na mesma área, igualmente pelo PPGH-UFF e fomento da CAPES, com estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess). Fez Pós-doutorado na UFF, com bolsa da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Atualmente é Professor da Faculdade de História (FHT) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) – o qual coordena – da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), além de líder do Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias (Cethas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9240-2557>.

Giselle Martins Venancio é Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Mestre pelo PPGH-UFF; e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHis-UFRJ), com estágio na Ehess. Fez Pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig); e na Universidade de São Paulo (USP), com bolsa CNPq. Atualmente é Professora do Departamento de História e do PPGH da UFF, bolsista de Produtividade (CNPq) e Cientista do Nosso Estado (Faperj). É Coordenadora da Cátedra Unesco sobre Desigualdades Globais e líder do Escrithas (Estudos Críticos, Teóricos e Historiográficos sobre as Américas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9685-6617>.

Valério Rosa de Negreiros é Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Mestre pelo PPGH-UFF, com bolsa da CAPES; Doutor na mesma área, igualmente pelo PPGH-UFF, com estágio no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL) da Université Sorbonne Nouvelle (Paris III). Sua tese recebeu Menção Honrosa do Prêmio Silvio Romero, fomentado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente é Professor do Curso de História – do qual já foi Coordenador – da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É, igualmente, pela segunda vez, Presidente da seção Piauí da Associação Nacional de História (ANPUH-PI) e Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História (NUPEH). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9232-0877>.

Anna Carolina de Abreu Coelho é Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPA, com bolsa da CAPES; Doutora na mesma área, igualmente pelo PPGH-UFPA e fomento da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa). Atualmente é Professora da Faculdade de História (FAHIS) da UFPA – na qual é Diretora – e do ProfHistória. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8749-5450>.

Cristina Ferreira é Graduada em História pela FURB; Especialista em Organização e Administração de Arquivos pela USP; Mestra pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (PPGH-Unicamp). Trabalhou no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS), de Blumenau (SC). Atualmente é Professora da FURB e líder do Centro de Memória Oral e Pesquisa em História (Cemope). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6878-3473>.

Felipe Cazetta é Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF; Doutor pelo PPGH-UFF, com estágio no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (ULisboa). Atualmente

é Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unimontes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2110-7531>.

Gustavo de Andrade Durão é Graduado em História na PUC-Rio; Mestre em História pelo PPGH-Unicamp; e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, com bolsa da CAPES e estágio no Institut d'Études Politiques (Paris). Realizou Pós-Doutorado pelo Programa de História Social da Cultura da PUC-Rio, com bolsa CAPES. Atualmente é Professor da UESPI, do ProfHistória e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6413-1662>.

Juliana Assis Nascimento é Graduada em História pela UFRJ; Mestra em Conservação do Patrimônio Cultural pela Université Panthéon-Sorbonne (Paris 1); Mestra em História da Arte pela UFRJ; Doutora pelo PPGHIS-UFRJ, com bolsa do CNPq. Atualmente realiza Pós-Doutorado no PPGH-UFF e é Professora Substituta no Departamento de História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9872-4319>.

Lorena Ribeiro Zem El-Dine é Graduada em História na Universidade Federal de Viçosa (UFV); Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito do Santo (PPGHIS-UFES); Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS). Atualmente realiza Pós-Doutorado no PPGH-UFF com bolsa Faperj (Processo SEI-260003/014801/2021). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4055-8733>.

Lucas Cheibub é Graduado em História pela UFF; Mestre pelo PPGH-UFF; Doutor na mesma área, igualmente pelo PPGH-UFF, com bolsa CNPq e estágio no IHEAL junto ao Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (CREDA) da Université Sorbonne Nouvelle (Paris III), através do programa CAPES-Cofecub (Comité Français d'Évaluation de la Coopération Scientifique et Universitaire avec le Brésil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8970-5992>.

Marco Antônio Machado Lima Pereira é Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); Doutor pelo PPGHis-UFRJ, com estágio na Universidad de Castilla-La Mancha (Espanha). Atualmente é Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas / História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA, *Campus* Codó) e dos Programas de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas & em Ensino na Educação Básica da mesma instituição. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8010-3995>.

Índice remissivo

Agência 16, 38, 43, 51, 55, 67, 73, 74, 75, 79, 81, 85, 88, 94, 97, 118, 148, 149, 157, 196, 204, 208.

América Latina 15, 18, 21, 23, 27, 28, 30, 32, 36, 49, 50, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 69, 74, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 99, 100, 103, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 116, 119, 121, 122, 124, 130, 134, 135, 139, 140, 141, 163, 178, 186, 187, 194, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 214, 216, 217, 219n, 222, 224, 230n.

Américas 16, 17, 27, 32n, 33, 34, 35, 36, 94, 106, 125, 209, 218.

Assimilação 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 85, 87, 93, 95, 97, 98, 99, 136, 156.

Ciências Sociais 23, 57, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 91, 93, 98, 99, 118, 121, 124, 127, 134, 138, 149, 155, 196.

Circulação 15, 17, 22, 23, 28, 33, 37, 40, 62, 75, 88, 91, 99, 120n, 123, 124, 129, 132, 133, 137, 140, 178, 190, 207, 208, 220, 221, 224, 229.

Cooperação 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 42, 49, 53, 54, 55, 58, 61, 62, 63, 67, 90, 104, 122, 187, 199, 200, 207.

Democracia 68, 151, 153, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179.

Desenvolvimento 23, 34, 40, 43, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 77, 80, 91, 105, 117, 128, 147, 166, 184, 185, 186, 191, 195, 199, 200, 229.

Deslocamentos 97, 98, 99, 100.

Discursos 56, 59, 60, 69, 100, 130, 136, 140, 190, 191, 198, 200, 223.

Estados-Membro 15, 41n, 60, 62, 73, 91, 93, 95, 171, 174, 196, 220, 223, 224.

Eugenia 22, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 128.

Ficção 188, 225.

Fronteiras 28, 89, 135, 139, 181, 190, 199, 224.

Global 19, 75, 91, 97, 119, 122, 147, 157, 175, 190, 204, 215, 220, 229.

Guerra Fria 18, 74, 75, 82, 173, 220.

Hiléia 43n, 50, 54, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 191, 193n.

Ideias 15, 17, 22, 28, 30, 33, 34, 37, 38, 40, 51, 56, 68, 75, 91, 92, 99, 103, 107, 112, 116, 124, 128, 129, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 208, 209, 216, 217, 220, 230.

LdN 22, 29, 30, 31, 32, 49, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 90, 118, 122.

Imigração 22, 73, 75, 76, 78, 79, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100.

Integração 22, 77, 78, 81, 84, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 126, 152.

Intelectuais 16, 28, 29, 32, 36, 37, 41, 48, 60, 87, 88, 105, 116, 121, 123, 124, 130, 132, 133, 134, 136, 138, 140, 143, 145, 147, 149, 162, 163, 167, 186, 192, 195, 199, 206, 209, 220, 224, 226, 230.

Interagências Transnacionais 73

Interdependências 49

Latino-América 16, 51, 73, 121.

Latino-americana 15, 16, 18, 23, 24, 49, 58, 60, 64, 66, 67, 83, 93, 95, 100, 107, 108, 113, 116, 124, 129, 138, 163, 178, 199, 203, 204, 214, 215, 216, 218, 220, 222.

Literatura 24, 41, 44, 150, 171, 203, 204, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 223, 226, 227.

Mestiçagem 40, 106, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 139, 140, 145, 146, 147, 199.

Multilateralismo 21, 23, 73.

ONU 51, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 67, 68, 79, 82, 118, 120, 129, 133, 147, 148, 163, 196, 203, 204, 209, 217.

Organismo 15, 39, 64, 67, 74, 76, 79, 80, 82, 83, 87, 117, 120, 187, 220, 223, 229.

Órgão 15, 29, 32, 34, 38n, 43, 59, 62, 67, 76, 77, 83, 120, 149, 162, 183, 185, 187, 204, 207, 209.

Políticas 16, 18, 22, 23, 33, 40, 51, 56, 60, 67, 91, 97, 98, 109, 111, 119, 121, 122, 124, 140, 143, 149, 151, 153, 166, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 181, 186, 192, 195, 199, 200, 207, 208, 224.

Pós-1945 91, 100, 106, 117, 199, 220, 230.

Pós-Guerra 21, 23, 36, 91, 106, 107, 165, 173, 186.

Raça 16, 40, 91, 103, 106, 109, 114, 117, 120, 121, 122n, 126, 128, 131, 144, 145, 149, 167.

Século XX 49, 56, 57, 105, 108, 109, 110, 112, 122n, 124, 126, 127, 139, 140, 157, 173, 179, 220, 221, 223, 225.

Segunda Guerra 15, 21, 28, 31, 32, 38, 48, 51, 67, 74, 75, 81, 89, 90, 92, 99, 103, 104, 106, 118, 124, 135, 161, 162, 175.

Soberania 23, 30, 60, 61, 168.

Traduções 124, 205, 219, 224, 229.

Translatinoamericanidade 27, 29, 30.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM MINION E IMPRESSA PARA A EDITORA
CANCIONEIRO EM ABRIL DE 2026.